

Alex Alvarez Silva

**Autoritarismo ou Revolução:
Identidade nacional brasileira e democracia nas
interpretações históricas de Oliveira Vianna e
Manoel Bomfim**

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Alex Alvarez Silva

**AUTORITARISMO OU REVOLUÇÃO:
IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA E DEMOCRACIA NAS
INTERPRETAÇÕES HISTÓRICAS DE OLIVEIRA VIANNA E
MANOEL BOMFIM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: Ciência e Cultura na História.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Reis

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

2009

*Para meus pais, pelo seu exemplo, e pelo
apoio a todas as decisões que tomei na
vida.*

AGRADECIMENTOS

À minha família brasileira dispersa pelo país, que sempre respeitou e apoiou as escolhas que fiz na vida. Particularmente aos meus pais, por sempre terem estimulado minha curiosidade, minha liberdade de pensamento e por terem me ensinado a valorizar o conhecimento como o maior dos bens. Agradeço também à minha irmã, pelos momentos de descontração e de lembranças nostálgicas de nosso passado. E em especial à minha avó Edelca, por nossas longas conversas sobre um tempo que não vivi e pelo apoio concedido enquanto residi na Cidade Nova, aonde esta pesquisa pôde tomar forma e se desenvolver.

Ao irmão e aos avós, tios e tias, primos e primas da Alessandra, que me acolheram como um dos seus e nos apoiaram em tudo que puderam. Especialmente à Marilene, pela nossa nova morada em que a etapa final da escrita deste texto foi possível, e ao Ernesto, pelas festas que alegraram os momentos mais tensos da redação.

Ao professor José Carlos Reis, pela orientação sempre sensata e prudente, por sua leitura atenta e crítica do texto, e especialmente pela sua paciência com meu modo de “articular” meu tempo – não raro demasiadamente lento. Mas, sobretudo, pelas conversas francas e abertas, e por ter me apresentado à discussão sobre as identidades brasileiras, possibilitando a própria concepção desta dissertação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida durante o mestrado, sem a qual eu teria enfrentado dificuldades talvez insuperáveis durante minha pesquisa.

À professora Kátia Gerab Baggio, que sempre ofereceu uma importante interlocução à minha pesquisa, desde o final de minha graduação.

Aos colegas e amigos do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, pelo apoio e confiança no período em que fui seu representante discente junto ao Colegiado. Aproveito para agradecer também aos membros do Colegiado pela receptividade positiva com a qual me acolheram entre novembro de 2007 e novembro de 2008.

Aos colegas do Conselho Editorial da Revista *Temporalidades*, por terem transformado uma idéia em realidade, e por terem tolerado minhas ausências, omissões e atrasos. Particularmente às amigas Natascha Stefania Carvalho Ostos e Francismary Alves da Silva, pela compreensão, pelos almoços descontraídos e pelos momentos de desabafo sobre nossas vidas de pós-graduandos.

Aos alunos de graduação que se dispuseram ao diálogo com Oliveira Vianna e Manoel Bomfim na disciplina optativa por mim ofertada, levantando novas questões e novas leituras para minha pesquisa.

A minhas colegas de trabalho Juliana Ferrari Lúcio, Gislene Silva Alacoque Pinto e Ivone Eustáquio E. Silva Gomes, agradeço pela compreensão com minhas ansiedades no período em que escrevi esta dissertação, e por terem me proporcionado um ambiente de muitas conversas agradáveis e descontraídas, em que muitas vezes pude desabafar sobre meus receios com relação às dificuldades que enfrentei. Aproveito a oportunidade para agradecer à direção da Escola Municipal Francisco Bressane de Azevedo, pela tolerância aos momentos em que precisei me dedicar mais à escrita em detrimento do meu horário de trabalho.

Vários amigos e amigas colaboraram de diferentes formas com meu mestrado e, não podendo agradecer nominalmente a todos, faço um agradecimento especial a Samuel Oliveira, Raphael Rocha de Almeida, Erik Haagensen Gontijo, Luana Carla Martins Campos, Luis Gustavo Molinari Mundim, Lucas Drumond Matosinhos e Jáder Barroso Neto que, em diferentes ocasiões, me proporcionaram momentos de reflexão, diversão e companheirismo. Agradeço também a Alessandra Soares Santos e a Edmar Luis da Silva – amigos, colegas (e também professores!) que me mostraram as dificuldades e os prazeres das reflexões sobre o conhecimento histórico e a historiografia brasileira. Ao Guilherme Dantas Paoliello, agradeço pela presença constante de um colega que se tornou um amigo estimado ao longo do mestrado, com quem pude compartilhar inquietações, dúvidas e ansiedades, além de leituras as mais diversas e boas risadas.

A André Vieira Guimarães e Paulo Gouveia Sampaio Neto agradeço pela amizade inabalável e pela confiança mútua, por nossas conversas sempre francas sobre qualquer assunto, por nossas longas e irresponsáveis horas bebendo e pelas histórias em comum que já estamos acumulando há alguns bons anos.

Não é possível exprimir toda minha gratidão pela Alessandra – namorada, amiga, companheira e interlocutora para todas as horas. Acompanhou-me em todos os momentos dessa pesquisa, me deu forças nas horas difíceis e comemorou meus sucessos. A ela agradeço por ser como é: autêntica, crítica, e um exemplo de força de vontade. Agradeço também pela paciência e pela compreensão. Sem ela, talvez esta dissertação não existisse.

RESUMO

A dissertação aqui apresentada tem por objetivo contribuir para a história da historiografia brasileira, a partir das obras de Oliveira Vianna (1883-1951) e Manoel Bomfim (1868-1932). Esses dois autores elaboraram, nas primeiras décadas do século XX, interpretações distintas da experiência histórica brasileira, procurando encontrar no passado as origens explicativas dos problemas que observavam na sociedade e indicando os possíveis caminhos de sua superação. Oliveira Vianna, retomando teorias evolucionistas e deterministas difundidas entre a intelectualidade brasileira desde o final do século XIX, destacava nos caracteres geográficos, raciais e culturais da sociedade brasileira sua inaptidão política para a vida democrática em geral. Manoel Bomfim, por outro lado, questionava a validade científica dessas mesmas teorias e denunciava o conservadorismo das elites brasileiras como responsável pelo impedimento da consolidação de uma verdadeira democracia no Brasil. Durante a pesquisa, destacamos em suas obras o modo pelo qual suas narrativas históricas atribuem, assim, significados distintos para a experiência histórica brasileira. Articulando a reflexão historiográfica de sua época à experiência do passado e às suas inquietações com relação ao presente que vivenciavam e o futuro que esperavam para o Brasil, Oliveira Vianna e Manoel Bomfim constituíram, em suas narrativas, novos sentidos para a história brasileira. Sentidos certamente distintos, mas que, entretanto, permitem o estabelecimento de um diálogo, na medida em que os dois autores buscam construir uma identidade histórica para o Brasil, centrada em torno da definição da identidade nacional brasileira e da consolidação de um Estado adequado para o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: VIANNA, Oliveira; BOMFIM, Manoel; Historiografia Brasileira; Identidade Nacional; Narrativas Históricas.

ABSTRACT

The dissertation here presented has the objective to contribute to Brazilian historiography history, from the works of Oliveira Vianna (1883-1951) and Manoel Bomfim (1868-1932). These two authors elaborated, on the first decades of the XX century, distinct interpretations of Brazilian historical experience, trying to find in the past the explicative origins of the problems they observed on society and pointing possible ways to their solution. Oliveira Vianna, reaffirming deterministic and evolutionistic theories diffused among Brazilian intellectuality since the ending of the XIX century, indicated on geographical, racial and cultural characteristics of Brazilian society it's political inaptitude to democratic life in general. Manoel Bomfim, on the other hand, questioned the scientific validity of these same theories and denounced Brazilian elite's conservatism as responsible for the impending of a true democracy consolidation in Brazil. During the research, we indicated on their works the way by which their historical narratives attribute distinct meanings to Brazilian historical experience. Articulating their time's historiographical reflections to the experience of the past and to their worries about the present they lived on and the future they expected to Brazil, Oliveira Vianna e Manoel Bomfim constituted, in their narratives, new senses to Brazilian history. Certainly distinct senses which, however, allow the establishment of a dialogue, since the two authors tried to construct an historical identity to Brazil, focused around the definition of Brazilian national identity and the consolidation of an adequate State for Brazil.

KEY-WORDS: VIANNA, Oliveira; BOMFIM, Manoel; Brazilian Historiography; National Identity; Historical Narratives.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
<i>A historicidade das narrativas históricas</i>	10
<i>Verdade histórica e interpretação</i>	16
<i>A composição narrativa do tempo histórico</i>	22
1. O “problema brasileiro” e sua solução autoritária: a ciência de Oliveira Vianna procura o Estado adequado para o Brasil	29
1.1. <i>Oliveira Vianna e o Estado autoritário brasileiro</i>	29
1.2. <i>Delineando cientificamente o “problema brasileiro”: o Brasil como uma sociedade antidemocrática</i>	36
1.3. <i>O passado explica o futuro: identificando as tendências inevitáveis do Brasil</i>	59
1.4. <i>A formação da cultura autoritária brasileira</i>	76
1.5. <i>A sedimentação do passado e a imutabilidade da cultura brasileira</i>	92
1.6. <i>Uma nação para as elites: quando o Estado precisa conservar o passado</i>	98
2. Manoel Bomfim e o resgate da “verdadeira” história do Brasil	109
2.1. <i>Manoel Bomfim, pedagogo da revolução</i>	109
2.2. <i>O parasitismo social: a verdadeira origem dos males</i>	114
2.3. <i>A “Idade Heróica” brasileira: formulando uma essência idealizada do Brasil</i>	135
2.4. <i>O conhecimento histórico e a afirmação da tradição nacional</i>	148
2.5. <i>O anseio revolucionário da tradição nacional brasileira</i>	161
2.6. <i>Resgatando as oportunidades perdidas: resguardando o futuro contra as permanências do passado</i>	171
2.7. <i>Uma nação para o povo: quando o Estado precisa ser libertado das elites</i>	178
3. Oliveira Vianna e Manoel Bomfim: um diálogo (im)possível?	188
3.1. <i>Evolução e cientificismo: reafirmando e desconstruindo os critérios científicos</i>	188
3.2. <i>Rupturas e permanências da história brasileira</i>	198
3.3. <i>Identidades narrativas: um Brasil dividido</i>	204
BIBLIOGRAFIA	210
<i>Bibliografia sobre Oliveira Vianna</i>	210
<i>Bibliografia sobre Manoel Bomfim</i>	212
<i>Bibliografia geral</i>	214

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado tem por objetivo contribuir para uma história da historiografia brasileira, a partir de uma reflexão sobre as obras de Oliveira Vianna (1883-1951) e Manoel Bomfim (1868-1932). Pretendemos resgatar, em seus textos de caráter mais historiográfico, as reinterpretações históricas acerca do passado brasileiro, assim como observar, nas narrativas históricas construídas, os modos pelos quais ambos os autores rearticularam discursivamente a experiência temporal brasileira, apontando novos sentidos e significados para o período em que viveram. Esperamos com isso ampliar a compreensão sobre as diferentes possibilidades historiográficas de ressignificação do passado brasileiro nas primeiras décadas do século XX. A partir de pontos de aproximação e de contraste entre as obras desses dois autores consideramos possível explorar o campo do pensamento social brasileiro produzido nessa época.

O jurista Oliveira Vianna se considerava mais propriamente um sociólogo do que um historiador. Apesar disso, suas reflexões sobre o Brasil são marcadas por um forte conteúdo histórico e ele chegou mesmo a redigir um livro considerado totalmente historiográfico. Tornou-se conhecido tanto pela originalidade e fecundidade de seu pensamento quanto pela sua participação no regime varguista entre 1932-40. Sua defesa de um Estado autoritário para a sociedade brasileira e a aceitação de teorias racialistas – inclusive da tese do “branqueamento” – tornou polêmica a recepção posterior de suas reflexões histórico-sociológicas, que apesar disso foram influentes e suscitaram (como ainda suscitam) férteis discussões sobre a sociedade brasileira. Seu pensamento já foi apontado como uma das maiores expressões de uma corrente conservadora, antiliberal, autoritária, “reacionária” e até mesmo “fascista” da intelectualidade brasileira. Nesse sentido, consideramos sua interpretação da história do Brasil como marco e influência de importância inegável para a historiografia brasileira.

Na esfera dos posicionamentos políticos assumidos, podemos situar o médico e pedagogo Manoel Bomfim no extremo oposto de Oliveira Vianna. Intelectual menos discutido que Vianna, Bomfim pautou sua vida pela promoção da educação popular. Como autor, dedicou-se também a encontrar na história brasileira a origem dos

problemas que julgava afligirem a nação e, mais particularmente, a República que conheceu e com a qual se decepcionara. Rejeitava completamente, já na primeira década do século XX, a teoria da desigualdade inata entre as “raças” e o darwinismo social – o que lhe valeu um ataque direto de Sílvio Romero e provavelmente um afastamento de vários círculos intelectuais de prestígio em sua época. Vários comentadores de suas obras ressaltaram o silêncio a respeito do pensamento de Manoel Bomfim, radicalmente anti-elitista, permeado de críticas contundentes e perspicazes às elites políticas coloniais e imperiais, e defensor de uma revolução popular contra essas elites, tendo sido identificado até mesmo como socialista ou um homem “à frente de seu tempo”. Se sua interpretação da história brasileira não deixou para a posteridade uma influência claramente reconhecível, ela apresenta, por outro lado, um discurso surpreendentemente original em sua época, o qual pode ser visto inclusive como um *contra-discurso* às interpretações da sociedade brasileira mais prestigiadas entre a intelectualidade do início do século XX. É justamente por isso que o consideramos um autor rico para nosso trabalho: a partir do pensamento de Manoel Bomfim podemos explorar outras possibilidades de interpretação do passado brasileiro, que não necessariamente deixaram marcas e desenvolvimentos ulteriores em nosso pensamento social.

É no entrecruzamento das reflexões históricas dos dois autores que focamos o trabalho aqui apresentado. Suas obras apresentariam interpretações totalmente opostas da experiência temporal brasileira? Se sim, falamos então das possibilidades de pensamentos inteiramente distintos em meio à intelectualidade brasileira das primeiras décadas do século XX? Caso contrário, poderíamos então encontrar alguns dos limites da reflexão histórico-sociológica do período, compromissos epistêmicos que não podiam então ser rompidos? Com essas perguntas é que consideramos ser possível, a partir da obra de dois autores tão distintos, explorar os limites e possibilidades da produção historiográfica brasileira do início do século XX.

A historicidade das narrativas históricas

Inicialmente, consideramos válida e necessária uma reflexão que possa definir conceitualmente nosso objeto de estudo, as *narrativas históricas* produzidas por Oliveira Vianna e Manoel Bomfim. O objetivo final desta dissertação é contribuir para uma história da historiografia brasileira a partir de duas interpretações históricas

distintas do passado brasileiro. Para fazê-lo será necessário então explicitar as concepções de historiografia e conhecimento histórico que fundamenta este trabalho.

Avaliando diversos trabalhos brasileiros focados sobre a reflexão historiográfica, Jurandir Malerba destacou as diferentes perspectivas metodológicas de definição e abordagem do que seja historiográfico – desde aquelas que abarcam sob *historiografia* tanto o conhecimento sobre o passado quanto sua circulação social, até aquelas que procuram identificar momentos na historiografia a partir de autores entendidos *a priori* representativos da historiografia de suas épocas, passando ainda por estudos que restringem a historiografia ao meio estritamente acadêmico das dissertações e teses de mestrado e doutorado (MALERBA, 2002, p.29-36).

Acreditamos que, ao menos em parte, a multiplicidade de abordagens possíveis para o estudo da historiografia pode contribuir para essas discrepâncias, que não deixam de ser férteis para a ampliação do campo de estudo. Por outro lado, a falta de cuidado com a definição conceitual do objeto pode criar dificuldades para o diálogo entre diferentes pesquisas no campo historiográfico ou mesmo comprometer a pertinência do trabalho desenvolvido. Daí a necessidade de esclarecermos, de antemão, a abordagem que faremos das obras de Manoel Bomfim e Oliveira Vianna: nosso foco principal será o modo pelo qual cada um dos autores elaborou discursivamente uma representação do passado brasileiro.

O método de abordagem escolhido para nos debruçarmos sobre as obras de Vianna e Bomfim apóia-se, em primeiro lugar, na reflexão de Jörn Rüsen em *Razão Histórica*, acerca dos elementos constitutivos da história como campo de conhecimento.¹ Rüsen se refere mais especificamente à *matriz disciplinar* da história, procurando entender a dinâmica entre a ciência especializada e a vida prática na qual ela se insere, de onde surge, e que estimula sua constante transformação.² O ponto de partida do conhecimento histórico, para Rüsen, se encontraria assim na “consciência histórica” ou “pensamento histórico” instaurado na vida humana prática, como orientação para a solução de problemas da ordem do agir e sofrer humanos:

O melhor ponto de partida parece ser aquele que, na vida corrente, surge como consciência histórica ou pensamento histórico (no âmbito do qual o que chamamos “história” constitui-se como ciência). Esse ponto de partida instaura-se na carência humana de orientação do agir e do sofrer os efeitos das ações no tempo. A partir dessa carência é possível constituir a ciência da história, ou seja, torná-la inteligível como resposta a uma questão, como

¹ Cf. o primeiro capítulo de RÜSEN, 2001, especialmente as p.26-38.

² Cf. o quadro esquemático em *ibidem*, p.35.

solução de um problema, como satisfação (intelectual) de uma carência (de orientação). Pode-se chamar esse ponto de partida da reflexão sobre os fundamentos da ciência da história, resumidamente, de *interesses*. Trata-se do interesse que os homens têm – de modo a poder viver – de orientar-se no fluxo do tempo, de assenhorear-se do passado, pelo conhecimento, no presente. [...] O primeiro fator da matriz disciplinar da ciência da história é formado, por conseguinte, pelas carências fundamentais de orientação da prática humana da vida no tempo, que reclamam o pensamento histórico; carências de orientação que se articulam na forma de interesse cognitivo pelo passado. A expressão “interesses” designa, assim, o ponto de partida que o pensamento histórico toma, na vida prática do quotidiano, ainda antes de se constituir como ciência. Enquanto tais, todavia, esses interesses ainda não são conhecimento histórico. (RÜSEN, 2001, p.30, grifos do autor)

O autor ressalta desse modo a ligação intrínseca entre o interesse cognitivo pelo passado – um dos fundamentos do conhecimento histórico – e as carências de orientação no tempo presente. Partimos aqui então do pressuposto de que o conhecimento histórico, ainda que não se destine a orientar de modo estritamente “técnico” a vida humana, a esfera do agir e do sofrer cotidianos, orienta-a fornecendo-lhe significados, interpretações do tempo presente e projeções para o futuro. Tal vínculo entre conhecimento do passado e interesses do presente já foi ressaltado por Benedetto Croce, que via na relação entre a história-conhecimento e os questionamentos do presente que lhe dão origem sua “historicidade”, fundamento para a análise historiográfica:

O julgamento de um livro de história deve fazer-se, então, unicamente segundo sua historicidade, como o de um livro de poesia unicamente segundo sua poeticidade. E *a historicidade pode ser definida como um ato de compreensão e de inteligência, estimulado por uma exigência da vida prática* que não pode satisfazer-se passando à ação se antes os fantasmas, as dúvidas e a escuridão contra os quais se luta não são afastados mercê da proposição e da resolução de um problema teórico, que é aquele ato de pensamento. (CROCE, 1962, p.13, grifos nossos)

Seguindo o raciocínio de Croce, assim como a crítica de uma obra poética deveria se basear fundamentalmente na “poeticidade” da obra, a crítica historiográfica, que se dedica aos “livros de história”, deveria também partir da *historicidade* destes, do modo pelo qual procuram oferecer uma resposta às dúvidas e problemas da época na qual foram elaborados, da “vida prática” que buscaram orientar.

Retornando à reflexão de Rüsen, o autor reconhece que os “interesses” de orientação da vida prática no conhecimento do passado não se constituem por si só em conhecimento histórico, e elenca o segundo fator constitutivo do conhecimento histórico, as perspectivas ou critérios de sentido por meio dos quais o passado é tomado como *histórico*, como capaz de fornecer a orientação buscada para a vida humana. Rüsen ressalta, nesse ponto, que nem todo discurso sobre o passado é necessariamente

histórico, mas antes que o conhecimento propriamente histórico do passado é elaborado por meio de perspectivas que ofereçam critérios capazes de dar ao passado um sentido histórico:

Se as carências de orientação no tempo são dirigidas ao pensamento sobre o passado, então são requeridos critérios de sentido. São estes que regulam o trato reflexivo dos homens com seu mundo e consigo mesmos. Eles decidem como deve ser interpretada a mudança do homem e de seu mundo, a fim de que se dêem orientações práticas da vida humana no tempo que tenham “sentido” [...]. Gostaria de empregar, para designar esses pontos de vista supra-ordenados acerca do passado, no âmbito dos quais este se constitui e é reconhecido como “história”, o termo tradicional *idéias*. Idéias não querem dizer, aqui, algum tipo de instância significativa situada para além da práxis corrente da vida humana [...]. O agir humano é sempre determinado por significados e é intencional [...]. À luz das idéias que consistem em perspectivas gerais orientadoras da experiência, o passado adquire, como tempo experimentado, a qualidade do histórico. (Como exemplo dessa perspectiva geral, pode-se mencionar o conceito de progresso, que influencia até hoje o pensamento moderno.) Tais idéias constituem o segundo fator da matriz disciplinar da ciência da história. Delas depende o que, como “história”, integra o campo cognitivo da ciência da história (pois o mero fato de pertencer ao passado não faz de tudo algo de histórico). Delas depende o que o historiador já traz consigo, ao formular suas conjecturas e ao interrogar as fontes acerca do que ocorreu no passado. Sem tais perspectivas determinantes do que queremos propriamente saber, ao pesquisar as fontes do passado, estas em nada nos podem ajudar quanto ao que é ou foi a história que tencionamos fazer emergir delas. (RÜSEN, 2001, p.31-32, grifos do autor)

É no momento em que as “carências de orientação da vida humana no tempo” se convertem em “perspectivas orientadoras da experiência do passado”, em “idéias”, que passamos, segundo Rüsen, da *práxis* para o campo do conhecimento especializado. O autor expõe assim outro modo pelo qual o presente articula seu conhecimento sobre o passado: por meio dos critérios de significados que permitem aos seres humanos se orientarem no mundo e em relação uns com os outros. São esses mesmos critérios que fornecem os modelos que permitem compreender o passado e sua experiência como capazes de orientar o viver humano no tempo. Um terceiro fator, porém, é apontado por Rüsen como aquele que denota o caráter propriamente específico do conhecimento histórico, distinguindo-o de outras formas de conhecimento:

As perspectivas conjecturais e interrogativas têm de incluir as experiências concretas do tempo do passado, de modo que elas sejam conformadas, interpretativamente, no construto significativo de uma “história” e, com isso, possam agir eficazmente como fatores de orientação no tempo. É essa inclusão da experiência concreta do tempo do passado que constitui propriamente o processo do conhecimento histórico. E a forma com que opera determina, simultaneamente, o que a história é, como ciência especializada. [...] quando interesses e idéias, como condições – oriundas da vida prática – do pensamento histórico se efetivam na experiência concreta do passado, é no processo dessa efetivação que se constitui o que entendemos como “história” como especialidade científica. É nesse processo que se aplicam os métodos que, como regras da pesquisa empírica,

caracterizam a forma específica do pensamento histórico. [...] Os métodos da pesquisa empírica constituem o terceiro fator dos fundamentos da ciência da história. (RÜSEN, 2001, p.32-33)

Localizando os métodos específicos da produção do conhecimento histórico – que regem a pesquisa empírica sobre as fontes do passado – em um terceiro fator constitutivo do conhecimento histórico, Rüsen separa os aspectos propriamente metodológicos do conhecimento das perspectivas orientadoras da experiência do passado. Fica claro, portanto, que nesse entendimento da história-conhecimento se encontram reunidas, porém com funções diferenciadas, tanto a subjetividade do historiador e a historicidade de seu conhecimento quanto as fontes empíricas da pesquisa e sua metodologia crítica. Isso é importante na medida em que nos distanciamos aqui de uma possível dualidade entre subjetividade e objetividade em história em que ou os aspectos subjetivos e históricos do conhecimento são considerados dificuldades para a objetividade do historiador, ou toda objetividade crítica é considerada frágil (quando não impossível) no conhecimento histórico.

No esquema constitutivo do conhecimento histórico elaborado por Rüsen, a historiografia é apresentada como seu quarto fator, como expressão do conhecimento elaborado. O texto por meio do qual o conhecimento histórico se expressa não é considerado pelo autor, contudo, como uma apresentação de resultados ou um relatório. Rüsen destaca o fato de toda pesquisa histórica orientar-se com objetivo de tornar-se historiografia, sendo esta também importante, por consequência, na própria elaboração do conhecimento:

[...] o conhecimento científico obtido pela pesquisa exprime-se na historiografia, para a qual as *formas de apresentação* desempenham um papel tão relevante quanto o dos métodos para a pesquisa. [...] Mesmo se elas, como fator do pensamento histórico com e sobre as fontes, sejam não raro negligenciadas, vistas como de pouca importância ou consideradas até como externas à ciência, fazem parte necessariamente do trabalho cotidiano do historiador e requerem ser tidas em conta como um quarto fator dos fundamentos da ciência histórica. A obtenção de conhecimento histórico empírico a partir das fontes, pela aplicação de métodos, orienta-se, por princípio, a tornar-se historiografia. Com isso, ela mesma se constitui também produto da pesquisa histórica. [...] Ela não é mera resultante dos demais fatores. (RÜSEN, 2001, p.33-34, grifos do autor)

A historiografia é entendida então como o conjunto de “formas de apresentação” do conhecimento histórico, porém constitutivas do próprio conhecimento. O texto escrito da produção historiográfica não só atua no modo pelo qual a pesquisa histórica é desenvolvida, tal como Rüsen ressalta, mas também se constitui no único meio de acesso à produção do conhecimento. Se é possível, por um lado, utilizarmos uma

esquematisação abstrata para decompor o conhecimento histórico em diferentes fatores constitutivos e interdependentes, é impossível, por outro, separarmos com clareza absoluta a contribuição de cada um desses fatores quando nos deparamos com o único vestígio concreto e inequívoco desse ato cognitivo: a historiografia. Finalmente, a historiografia é o meio através do qual o conhecimento especializado retorna à vida prática humana, buscando atender às carências de orientação no tempo que lhe deram origem, oferecendo o que Rüsen denomina o quinto fator constitutivo do conhecimento histórico, as “funções de orientação existencial”:

Com as formas de apresentação, o pensamento histórico remete, por princípio, às carências de orientação de que se originou. Ele se exprime, como resultado cognoscitivo, sob a forma da historiografia, com a qual volta ao contexto da orientação prática da vida no tempo. *Com a historiografia, o pensamento histórico usa uma linguagem que deve ser entendida como resposta a uma pergunta.* Originada em carências de orientação e enraizada em interesses cognitivos da vida prática, a ciência da história – com os resultados de seu trabalho cognoscitivo expressos historiograficamente – assume funções de orientação existencial que têm de ser consideradas como um fator próprio (quinto e último) de seus fundamentos, na medida em que se quer saber por que é racional fazer história como ciência e em que consiste essa “racionalidade”. Pois *se são carências de orientação no tempo que provocam o pensamento histórico e lhe conferem uma função relevante na vida, então a história como ciência e sua pretensão de racionalidade não podem ser explicadas e fundamentadas sem se levar em conta essa função.* Não se pode caracterizar suficientemente o que é história, em seus fundamentos, como ciência, se não se considerar a especificidade do pensamento histórico também na função de orientação, da qual afinal se originou. (RÜSEN, 2001, p.34-35, grifos nossos)

As formas de apresentação historiográficas se encontram, por esse aspecto, completamente voltadas em direção a sua função de orientação existencial, ainda que partam de uma reflexão metodologicamente elaborada sobre o passado. A historiografia se constitui, assim, como uma elaboração discursiva que parte de questões estabelecidas pela necessidade de orientação da ação humana no tempo, articulando perspectivas de sentido atribuídas à experiência do passado, metodologias específicas do conhecimento histórico e formas de apresentação dessa articulação em uma narrativa que se oferece como uma proposta de orientação para a vida humana. Essa operação cognitiva da realidade retorna a seu ponto de partida – a necessidade de orientação no tempo – mas não de um modo inteiramente circular, uma vez que novas questões surgem a partir de representações históricas do passado anteriores.

O esquema de Rüsen tem a vantagem de nos conduzir em direção à perspectiva com a qual abordaremos a produção historiográfica de Oliveira Vianna e Manoel Bomfim. Não será nosso objetivo separar os elementos supostamente “subjetivos” dos “objetivos” de seu pensamento sobre a formação da sociedade brasileira. Ao invés

disso, tomaremos suas narrativas históricas como ponto de partida para avaliarmos a relação estabelecida pelo conhecimento por eles produzido com a orientação da vida humana no tempo. Bomfim e Vianna ofereceram, cada um a seu modo, diferentes textos de orientação para a vida brasileira. Em suas narrativas se encontram, portanto, não apenas seus métodos histórico-sociológicos, mas também seus critérios de significação da experiência passada, as perguntas e inquietações que motivaram a busca por um conhecimento específico, e as respostas que encontraram para suas dúvidas.

Consideramos sua produção historiográfica, portanto, como elaborações discursivas sobre o passado, metodologicamente orientadas pelo conhecimento histórico de sua época. Uma vez que procuravam oferecer uma orientação para a sociedade brasileira, as narrativas de Manoel Bomfim e Oliveira Vianna só poderiam fazê-lo historicamente se constituindo como discursos *verdadeiros* com relação ao passado. São narrativas que almejam alcançar uma coincidência entre o passado brasileiro e sua articulação discursiva – pretensão que não pode ser ignorada. É necessário saber, portanto, que tipo de verdade histórica sobre o Brasil suas narrativas construíram. Ou, dito de outro modo, como as narrativas históricas, permeadas de questões específicas de sua época e de seus autores, procuram assegurar a validade de suas interpretações sobre o passado.

Verdade histórica e interpretação

Conforme salientamos acima, não é nosso objetivo “dissecar” as narrativas de Oliveira Vianna e Manoel Bomfim em busca dos elementos que seriam “subjetivos” e “objetivos” em sua obra. Nossa posição é a de que o modo pelo qual o conhecimento histórico se constitui como discurso verdadeiro sobre o passado resulta de uma complementaridade entre subjetividade e objetividade – complementaridade articulada de um modo específico e definidor do próprio conhecimento histórico. Nesse sentido, concordamos inteiramente com o posicionamento de Paul Ricoeur em *História e Verdade*, ao afirmar que:

Esperamos da história uma certa objetividade, a objetividade que lhe é conveniente [...]. Isso não quer dizer que essa objetividade seja a da física ou a da biologia: há tantos níveis de objetividade quantos procedimentos metódicos. Esperamos, portanto, que a história ajunte uma nova província ao império variado da objetividade. Tal expectativa envolve outra: esperamos do *historiador* uma certa qualidade de *subjetividade*, não qualquer subjetividade, mas uma subjetividade que seja precisamente apropriada à objetividade que

convém à história. Trata-se, pois, duma subjetividade *exigida*, exigida pela objetividade que se espera. (RICOEUR, 1968, p.23-24, grifos do autor)

Com tal afirmação de Ricoeur destacamos então que seria ingênuo esperar que a verdade histórica se baseasse tão somente nos métodos objetivos do conhecimento histórico especializado. A subjetividade do historiador não se encontra apenas inseparável do conhecimento que produz, como um mal necessário, mas é ela mesma uma das condições necessárias para a produção do conhecimento histórico. Isso porque abandonamos aqui qualquer pretensão da história-conhecimento de abordar o passado de modo inequívoco e absoluto, como se o discurso historiográfico fosse capaz de coincidir com a realidade daquilo que foi e já não é mais – o passado. Nas palavras de Ricoeur:

Não é ambição da história fazer *reviver*, mas recompor, reconstituir, isto é, compor, constituir um encadeamento retrospectivo. Consiste a objetividade da história precisamente na renúncia à coincidência, à revivescência, nessa ambição de elaborar encadeamentos de fatos ao nível de inteligência historiadora. (RICOEUR, 1968, p.26, grifos do autor)

Destaquemos da citação as noções de *(re)composição* e *(re)constituição*. Com elas mantemos o necessário vínculo entre a verdade gerada no conhecimento histórico e o passado ao qual se refere, mas sem a pretensão da coincidência absoluta. No lugar de tal pretensão colocaremos a idéia de uma *verdade interpretativa* do passado. As reflexões de Rüsen também se encaminham nesse sentido, uma vez que o autor propõe a aceitação de um “pluralismo” interpretativo, no lugar de uma perspectiva objetivista ou subjetivista, como único modo de assegurar ao conhecimento histórico a realização de sua função de orientação da vida humana ao mesmo tempo em que continua a se referir empiricamente ao passado:

Uma teoria subjetivista da história tende para o *decisionismo*, no qual as decisões sobre as perspectivas determinantes da orientação para um agir voltado para o futuro estabelecem o que é história. [...] Em tais circunstâncias, a memória histórica acaba sem poder fazer grande coisa diante da supremacia das idéias valorativas que lhe são sobrepostas. Os resultados alcançados pela consciência histórica são vistos como meras confirmações do que se tenciona realizar na vida prática atual. [...] O objetivismo tende, inversamente, para o *dogmatismo*, no qual assertivas sobre as experiências dominantes do passado como fator determinante do agir estabelecem o que é história. Não sobra, aqui, espaço algum para elaborar, interpretativamente, a experiência do tempo passado no horizonte da orientação temporal da vida prática presente. [...] a consciência histórica [...] é reduzida a mero reflexo de um estado de coisas acerca do qual nada pode fazer, além de tomar dele conhecimento. [...] A compreensão histórica orienta o agir humano mediante o critério da submissão à necessidade compreendida. [...] É óbvio que na teoria da história se devem evitar tais radicalismos e buscar um caminho equidistante de ambos. Uma posição mediana desse tipo poderia [...] chamar-se *pluralismo* do potencial interpretativo da consciência

histórica, que abriria um espaço não arbitrário de interpretação do pensamento histórico. (RÜSEN, 2001, p.71-72, grifos do autor)

Evitamos, assim, tanto uma concepção de verdade histórica apoiada exclusivamente em uma empiria ingênua que pretenda abordar o passado enquanto oculta seu caráter interpretativo – marcado pela subjetividade *exigida* ao historiador, apontada por Ricoeur – quanto um relativismo extremo, que subtraia a empiria e os métodos objetivos da interpretação histórica. Para Rüsen, estabelecer um critério de verdade histórica que evite essas posições unilaterais exige localizar na vida humana outro ponto de conexão entre o presente e o passado, que não seja o da elaboração interpretativa do conhecimento histórico. Nesse ponto, ainda que o passado não esteja elaborado em forma de conhecimento, ele permanece atuante sobre a vida humana presente, e qualquer interpretação do passado não poderia escapar-lhe, seja na pretensão de abordar o passado sem nenhuma espécie de interpretação, seja na afirmação de uma interpretação determinada arbitrariamente pelo historiador. O autor denomina como “tradição” tal permanência do passado na vida presente. A consciência histórica, segundo Rüsen, busca orientar através do pensamento o agir e o sofrer do ser humano para que este não se perca na contingência da experiência temporal, da transformação de si e do mundo (RÜSEN, 2001, p.56-60). A tradição, tal como a consciência histórica, também orienta a vida temporal humana, projetando a intencionalidade da ação humana em uma permanência no tempo, experimentada na vida prática de gerações, não se encontrando sob a forma de um conhecimento elaborado:

Trata-se do fato de que o agir humano jamais ocorre sem pressupostos. Em cada ponto de partida de uma ação se encontram elementos de outras ações, anteriores, de tal modo que cada ação se articula com os efeitos das ações já realizadas. As instituições constituem um exemplo desses elementos de ações anteriores que, sedimentados, servem de plataforma para o agir atual, mesmo quando se tem a intenção de mudá-las. Por intermédio dos elementos institucionais, as ações pretéritas alcançam imediatamente as ações atuais, a ponto de (co)orientá-las. A forma mais direta, contudo, pela qual as ações passadas atingem, com intensidade, as ações presentes (“com intensidade” no sentido de proximidade das intenções determinantes do agir) é pelos dados prévios da *tradição*. [...] entendo “tradição” não no sentido do que se cultiva como tal, isto é, um passado tratado intencionalmente como história, mas sim o fato de que, antes de qualquer pensamento histórico, o passado está sempre presente nas diversas formas das intenções orientadoras do agir. Tradição é, por conseguinte, um componente intencional prévio do agir, que vem do passado para o presente e influencia as perspectivas de futuro no âmbito da orientação da vida prática atual. (RÜSEN, 2001, p.76, grifos do autor)

A vida humana presente já se encontra previamente orientada, portanto, pela intencionalidade humana do passado. Sendo assim, não é possível ao conhecimento histórico elaborar uma verdade sobre o passado que ignore as heranças dessa tradição,

ainda que se quisesse realizá-lo. Ao invés disso, é exatamente na possibilidade e na necessidade de compreender essas heranças sob a forma de um conhecimento elaborado que se fundamenta o pensamento histórico, ampliando o campo de possibilidades do entendimento e da ação humana para além dos dados fornecidos pela tradição:

As operações da consciência histórica são necessárias sempre que a orientação temporal passada, pela tradição, não basta. Isso é, logo de início, uma situação de fato, pois o conjunto das experiências do presente inclui sempre também experiências do tempo cuja interpretação pela tradição não existe ou não é suficiente para que se possa agir com segurança (ou seja: sem uma reflexão adicional e uma constituição específica de orientação). Mas não é só de fato que as tradições previamente dadas não bastam para a orientação da vida prática no tempo. Também por princípio não seriam suficientes, pois o superávit intencional característico do agir humano [...] conduz a intenções do agir que vão além das sendas temporais traçadas tradicionalmente para a vida prática atual. (RÜSEN, 2001, p.78)

Vemos então três relações estabelecidas pelo conhecimento histórico que almeja apresentar um discurso verdadeiro sobre o passado. A primeira relação, mais óbvia, é com a experiência empírica do passado. A segunda, com os significados herdados da tradição, através dos quais a experiência passada pode ser significativamente articulada no presente. A terceira, com a síntese através da qual experiência e significados podem ser articulados de modo a orientar a vida humana presente (RÜSEN, 2001, p.88-90). Rüsen baseia nessas relações a pretensão de validade do conhecimento histórico. Na primeira relação o autor localiza a “pertinência empírica” do conhecimento histórico: “A verdade histórica pode ser caracterizada, nessa perspectiva de fundamentação, como pertinência empírica. Histórias são empiricamente pertinentes quando os fatos por ela narrados estão garantidos pela experiência” (RÜSEN, 2001, p.91). Na segunda relação Rüsen situa a “pertinência normativa” do conhecimento histórico, que oferece a seus destinatários a articulação significativa da experiência passada:

As histórias fundamentam sua pretensão de validade ao expor que os acontecimentos que narram possuem significado para a vida prática de seus destinatários. O narrador utiliza normas para fundamentar por que estabelece determinadas correlações temporais entre tais ações humanas passadas e não entre outras, e por que ele as avalia de tal ou qual maneira e não de outra. [...] *A verdade histórica pode ser caracterizada, nessa perspectiva de fundamentação, como pertinência normativa. Histórias são normativamente pertinentes quando os fatos por elas narrados estão garantidos por normas vigentes.* (RÜSEN, 2001, p.91-92, grifos do autor)

E finalmente, segundo o autor, o conhecimento histórico precisa garantir que essa ressignificação da experiência passada seja articulada em uma síntese narrativa dotada de um sentido, de uma idéia que oriente a compreensão das transformações temporais:

Tem-se aqui um critério de sentido constitutivo de síntese, que dirige o fluxo narrativo e determina sua direção. Tem-se aqui o ponto de partida de uma história: uma determinação orientadora de sentido (idéia) constitui-se simultaneamente como instância suprema decisiva para a verdade de uma história. As histórias manifestam-no na medida em que expõem esse critério de sentido (não raro de forma destacada, logo no início ou na conclusão) [...]. *A verdade histórica pode ser caracterizada, nessa perspectiva de fundamentação, como pertinência narrativa. Histórias são narrativamente pertinentes quando o contexto de sentido entre fatos e normas, por elas apresentados como continuidade no fluxo temporal, está garantido por critérios de sentido [...] eficazes na vida prática de seus destinatários.* (RÜSEN, p.92, grifos do autor)

Conclui-se daí que o caráter narrativo do conhecimento histórico não pode ser considerado como uma espécie de intrusão da subjetividade do autor na produção do conhecimento. É na narrativa histórica que a verdade histórica é expressa e também elaborada. O elemento empírico necessário ao conhecimento histórico só apresenta significação e sentido quando articulado discursivamente sob uma narrativa totalizante das transformações temporais, que se dirija ao entendimento de seu leitor. Por isso, ao nos atermos às composições narrativas por meio das quais Manoel Bomfim e Oliveira Vianna reconstruíram a experiência histórica brasileira, estaremos acompanhando o modo pelo qual constituíram sentidos específicos ao passado. Sentidos elaborados em construções narrativas, mas ainda assim com a pretensão de serem sentidos *verdadeiros* sobre o passado brasileiro.

Também para Ricoeur a verdade histórica só pode ser claramente compreendida quando temos em mente o papel desempenhado pela narrativa que pretende apresentar a seu leitor uma série de assertivas sobre um passado que realmente ocorreu – pacto implícito entre a historiografia e o leitor, que a distingue fundamentalmente da narrativa ficcional. A essa expectativa de “verdade” do conhecimento histórico, com todas as suas implicações, Ricoeur denomina “representância”, como característica específica da narrativa histórica:

A palavra “representância” condensa em si todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas ao que também é chamado de intenção ou intencionalidade historiadora: *designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que constituem reconstruções do curso passado dos acontecimentos.* [...] Diferentemente do pacto entre um autor e um leitor de ficção que se baseia na dupla convenção de suspender a expectativa de qualquer descrição de um real extralingüístico e, em contrapartida, reter o interesse do leitor, o autor e o leitor de um texto histórico convencionam que se tratará de situações, acontecimentos, encadeamentos, personagens que existiram realmente anteriormente, isto é, antes que tenham sido relatados, o interesse ou o prazer de leitura resultando como que por acréscimo. (RICOEUR, 2007, p.289, grifos nossos)

Vemos então ser impossível separar a intencionalidade historiadora, levando aqui em consideração as carências e funções de orientação da vida ressaltadas por Rüsen, do conjunto de construções discursivas de que se vale o conhecimento histórico, por meio da narrativa, para se referir à verdade sobre o passado para um leitor. Segundo Ricoeur, a representância histórica só pode ser construída por meio de tropos discursivos que constituam a ambição historiadora de representação do passado. Isso não implicaria, para o autor, em uma equivalência total entre narrativa histórica e narrativa ficcional, já que as rupturas epistemológicas do conhecimento histórico com relação às narrativas ficcionais continuariam presentes nessa concepção de verdade histórica. Ao invés disso, o que Ricoeur propõe é o reconhecimento de que a explicação historiográfica não se constitui somente de argumentos lógicos, mas também de recursos retóricos e figurativos (RICOEUR, 1985, p.219-227). Ricoeur adverte, contudo, a necessidade de se combater o preconceito que vê os elementos retóricos da historiografia como uma ficcionalização indesejável, ainda que inevitável, de um discurso que se quer verdadeiro sobre o passado:

[...] é necessário por certo combater o preconceito segundo o qual a linguagem do historiador poderia render-se inteiramente transparente, ao ponto de deixar falar os fatos eles mesmos: como se bastasse eliminar os *ornamentos da prosa* para acabar com as *figuras da poesia*. Mas não se saberá combater esse primeiro preconceito sem combater o segundo, de acordo com o qual a literatura de imaginação, por ela usar constantemente de ficção, deve estar sem apoio sobre a realidade. Os dois preconceitos devem ser combatidos juntos. [Tradução nossa].¹

Refletimos até aqui sobre a relação entre a verdade histórica e a escrita historiográfica para esclarecer a orientação que seguiremos ao explorar as obras de Oliveira Vianna e Manoel Bomfim. O diálogo que pretendemos realizar com e entre esses dois autores não terá por objetivo avaliar a veracidade empírica de seus discursos historiográficos. O que buscaremos, ao invés disso, é compreender a intencionalidade de seus textos, os modos pelos quais estes oferecem a seus interlocutores um discurso marcado pela pretensão de se referir à verdade sobre o passado. Oliveira Vianna e Manoel Bomfim se ocuparam do passado brasileiro com a intenção de orientar a vida social de sua época, e para isso buscaram apresentar verdades reconhecíveis a seus

¹ No original: “[...] il faut certes combattre le préjugé selon lequel le langage de l'historien pourrait être rendu entièrement transparent, au point de laisser parler les faits eux-mêmes : comme s'il suffisait d'éliminer les *ornements de la prose* pour en finir avec les *figures de la poésie*. Mais on ne saurait combattre ce premier préjugé sans combattre le second, selon lequel la littérature d'imagination, parce qu'elle use constamment de fiction, doit être sans prise sur la réalité. Les deux préjugés sont à combattre ensemble.” RICOEUR, 1985, p.225, grifos do autor.

leitores sobre a realidade histórica brasileira. A pretensão à verdade de seus discursos, como foi ressaltado, não poderia se apoiar exclusivamente sobre uma abordagem empírica dos rastros do passado. Para garantir a validade de seus trabalhos historiográficos, Vianna e Bomfim precisaram articular as experiências do passado em idéias, conceitos e categorias de sua época, de modo que os fatos por eles narrados apresentassem algum significado. Além disso, é preciso reconhecer que as inquietações e dúvidas que vivenciaram e compartilharam com seus contemporâneos também se encontram necessariamente presentes em seus textos, pois estes foram redigidos com a intenção de conferir sentidos à vivência temporal brasileira que abrissem margem a releituras do passado. Nossa atenção se voltará para todos esses elementos que participam da elaboração da verdade histórica. Os argumentos que constroem um discurso verdadeiro sobre o passado, pela perspectiva que aqui adotamos, não podem ser limitados à metodologia de pesquisa, mas se encontram também nos recursos lingüísticos utilizados por esses autores para apresentar narrativas históricas do passado brasileiro.

A composição narrativa do tempo histórico

Se toda historiografia é um discurso com a pretensão de se referir verdadeiramente ao passado, e se toda verdade histórica só pode ser construída em um discurso em que metodologia empírica, significados e sentidos não podem ser isolados, um último conjunto de problemas necessita a ser abordado. Se tomamos como nosso objeto de estudo as narrativas históricas de Oliveira Vianna e Manoel Bomfim – entendendo narrativas históricas como esse meio concreto de conferir um sentido verdadeiro à experiência passada – o que esperamos encontrar nelas? Resta, ainda, responder à pergunta: *como* as narrativas históricas orientam a vida humana?

A tese de Ricoeur é que a narrativa é o único modo pelo qual a vivência temporal pode ser articulada discursivamente. Por outro lado, toda narrativa precisa articular essa vivência temporal para atingir seu significado pleno:

[...] existe entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural. Ou, em outras palavras: *que o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal.* (RICOEUR, 1994, p.85, grifos do autor)

Segundo Ricoeur, a *tessitura da intriga* elaborada na narrativa realiza a mediação da experiência vivida e prefigurada no campo da ação humana (mimese I), através de uma configuração temporal narrativa (mimese II), em uma significação refigurada da experiência temporal (mimese III) (RICOEUR, 1994, p.87). Toda narrativa se ancora, em primeiro lugar, em uma pré-compreensão prática do mundo da ação humana, na capacidade compartilhada entre o narrador e seu interlocutor de identificarem os traços estruturais que constituem as ações humanas, as mediações simbólicas por meio das quais elas podem ser articuladas e seus caracteres temporais que possibilitam sua narração (Ibid., p.88-101).

Vê-se qual é, na sua riqueza, o sentido de *mimese I*: imitar ou representar a ação, é primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade. É sobre essa pré-compreensão, comum ao poeta e a seu leitor, que se ergue a tessitura da intriga e, com ela, a mimética textual e literária. (RICOEUR, 1994, p.101, grifos do autor)

Cabe à tessitura da intriga, nesse contexto, articular os diversos elementos discordantes da ação humana em uma totalidade narrativa, mediando acontecimentos individuais em uma história, reunindo fatores heterogêneos e lhes atribuindo um caráter temporal específico, diacrônico. Nessa totalidade narrativa, eventos episódicos são inter-relacionados ao conferirem sentido a uma história, ao mesmo tempo em que o sentido geral da história narrada confere novos significados a acontecimentos particulares (RICOEUR, 1994, p.103-107).

Seguir uma história é avançar no meio de contingências e de peripécias sob a conduta de uma espera que encontra sua realização na *conclusão*. Essa conclusão não é logicamente implicada por algumas premissas anteriores. Ela dá à história um “ponto final”, o qual, por sua vez, fornece o ponto de vista do qual a história pode ser percebida como formando um todo. Compreender a história, é compreender como e por que os episódios sucessivos conduziram a essa conclusão, a qual, longe de ser previsível, deve finalmente ser aceitável, como congruente com os episódios reunidos. (RICOEUR, 1994, p.105, grifos do autor)

Somente o ato de leitura, contudo, é capaz de efetivar o processo de refiguração e ressignificação da experiência temporal, atualizando o texto, apreendendo a unidade da intriga e reavaliando, a partir daí, o campo da ação humana no tempo: “[...] é o ato de ler que acompanha a configuração da narrativa e atualiza sua capacidade de ser seguida. Seguir uma história é atualizá-la na leitura” (RICOEUR, 1994, p.117-118).

Vemos, então, de que modo o conhecimento histórico, por meio da narrativa, é capaz de possibilitar uma refiguração da experiência do passado, ampliando as possibilidades de significação da vivência humana. Se concordarmos com Ricoeur que a

narrativa é capaz de refigurar a vivência temporal humana, restará esclarecer como ela pode fazê-lo de um modo especificamente histórico, ou seja, atendendo às carências de orientação no tempo e às funções de orientação existencial que demandam um pensamento, construído narrativamente, especificamente histórico. A reflexão de Rösen apresentada anteriormente já nos adiantou a especificidade da narrativa histórica. Como Ricoeur, Rösen também considera o ato cognitivo do conhecimento histórico uma elaboração discursiva que parte do campo da ação humana para em seguida retornar ao mesmo conferindo-lhe novos sentidos e significados, articulando perspectivas de orientação da experiência passada, metodologia e formas de apresentação específicas da historiografia. *A tessitura da intriga* das narrativas de Manoel Bomfim e Oliveira Vianna se apresenta então como nosso objeto de estudo privilegiado, pois é a partir delas que poderemos acompanhar a construção discursiva especificamente histórica elaborada pelos dois autores.

A contribuição de Reinhart Koselleck a respeito do *tempo histórico* também abre uma interessante perspectiva para este trabalho, na medida em que não nos interessamos por *qualquer* refiguração da experiência temporal, mas por uma refiguração *histórica* do passado. Para Koselleck, a articulação entre diferentes dimensões temporais revela um tempo histórico específico, uma relação única entre experiências passadas e projeções com relação ao futuro:

A hipótese que se apresenta aqui é a de que, no processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou, usando-se a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa, constitui-se algo como um “tempo histórico”. É próprio das circunstâncias biologicamente determinadas do ser humano que, com o envelhecimento, também a relação com a experiência e a expectativa se modifiquem [...]. Mas a relação entre passado e futuro alterou-se, de forma evidente, também na seqüência das gerações históricas. (KOSELLECK, 2006, p.16)

O autor propõe as categorias “meta-históricas” de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* como chaves de entendimento para a relação entre passado e futuro que constitui um determinado tempo histórico. Espaço de experiência e horizonte de expectativa referem-se à presença do passado e do futuro em uma época, ao modo pelo qual as experiências passadas são ainda vivenciadas e compartilhadas e as expectativas quanto ao futuro são formuladas e orientam a ação humana:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia.

Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não-experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem. (KOSELLECK, 2006, p.309-310)

As experiências e expectativas socialmente compartilhadas apresentam uma relação tensa entre si, e o modo pelo qual essa tensão é articulada constitui um determinado tempo histórico. Essas dimensões da vivência temporal não são estanques, mas modificam-se na medida em que sua tensão é rearticulada. O horizonte de expectativas procura abarcar a possibilidade da novidade, não se deixando recobrir inteiramente pelas experiências passadas, mas ao mesmo tempo são estas que podem conferir verossimilhança a seus prognósticos. O espaço de experiências passadas é preenchido por eventos já decorridos, mas “[...] as experiências baseadas neles podem mudar com o correr do tempo. As experiências se superpõem, se impregnam umas das outras. E mais: novas esperanças ou decepções retroagem, novas expectativas abrem brechas e repercutem nelas” (KOSELLECK, 2006, p.312-313). A constante reescrita da história pode ser relacionada, nas reflexões de Koselleck, à constante rearticulação do tempo histórico.

Consideramos que o conceito de *tempo histórico* de Koselleck pode ser complementado com o de *consciência histórica* de Rüsén. Se a narrativa histórica oferece a possibilidade de auto-localização no tempo, é porque ela atende a uma demanda existencial específica, da consciência ou “pensamento” histórico, de orientar os seres humanos em meio às transformações da vivência temporal. Segundo Rüsén,

O ato constitutivo da consciência histórica, que consiste na interpretação da experiência do tempo com respeito à intenção quanto ao tempo, pode ser descrito, por recurso à distinção básica entre as duas qualidades temporais, como transformação intelectual do tempo natural em tempo humano. Trata-se de evitar que o homem, nesse processo de transformação, se perca nas mudanças de seu mundo e de si mesmo e de, justamente, encontrar-se no “tratamento” das mudanças experimentadas (sofridas) do mundo e de si próprio. A consciência histórica é, pois, guiada pela intenção de dominar o tempo que é experimentado pelo homem como ameaça de perder-se na transformação do mundo e dele mesmo. O pensamento histórico é, por conseguinte, ganho de tempo, e o conhecimento histórico é tempo ganho. (RÜSEN, 2001, p.60)

É do esforço humano de orientar suas ações em meio à mudança temporal que se elabora a “consciência histórica”. Rüsén compreende a narrativa histórica, nessa perspectiva, como “[...] o resultado intelectual mediante o qual e no qual a consciência

histórica se forma e, por conseguinte, fundamenta decisivamente todo pensamento-histórico e todo conhecimento histórico científico” (RÜSEN, 2001, p.61). A narrativa recorre à experiência do tempo, às “lembranças” do passado, articulando-as em uma *representação de continuidade* que vincula o passado ao presente de modo a orientar a ação humana com relação ao futuro e, nessa relação de continuidade entre passado, presente e futuro, produz uma *identidade* reconhecível por seus interlocutores, extrapolando por meio de um tempo humano a contingência do tempo natural (RÜSEN, 2001, p.62-67).

O que entra em ação no processo de representação da continuidade mediante a narrativa histórica como elemento unificador da relação entre passado, presente e futuro? Do que se trata, afinal, na constituição da consciência histórica, quando se afirma que se deve realizar, nela, a unidade interna das três dimensões temporais? [...] na constituição de sentido sobre a experiência do tempo mediante a narrativa histórica, se trata afinal de contas da *identidade* daqueles que têm de produzir esse sentido da narrativa (histórica), a fim de poderem orientar-se no tempo. Toda narrativa (histórica) está marcada pela intenção básica do narrador e de seu público de não se perderem nas mudanças de si mesmos e de seu mundo, mas de manterem-se seguros e firmes no fluxo do tempo. A experiência do tempo é sempre uma experiência da perda iminente da identidade do homem (também aqui a experiência mais radical é a da morte). [...] A resistência dos homens à perda de si e seu esforço de auto-afirmação constituem-se como identidade mediante representações de continuidade, com as quais relacionam as experiências do tempo com as intenções no tempo [...]. A narrativa histórica é um meio de constituição da identidade humana. (RÜSEN, 2001, p.65-66, grifos do autor)

A auto-localização humana no tempo configura-se, assim, por meio da constituição de uma identidade que permanece ao longo do tempo. A narrativa histórica é o meio pelo qual os seres humanos elaboram identidades que sejam capazes de dar apoio à intencionalidade de suas ações no tempo, sejam estas no sentido da inovação com relação ao passado, ou no da renovação das experiências passadas. Segundo Ricoeur, a narrativa é capaz de reintegrar a contingência, transformando aquilo que de outro modo seria ocasional e inesperado em algo necessário ou provável:

O paradoxo da disposição em intriga é que ela inverte o efeito de contingência, no sentido daquilo que poderia ocorrer de outro modo ou não ocorrer de todo, ao incorporá-la de alguma maneira ao efeito de necessidade ou de probabilidade, exercido pelo ato configurante. A inversão do efeito de contingência em efeito de necessidade se produz no núcleo mesmo do evento: enquanto simples ocorrência, este último se limita a pôr em falta as expectativas criadas pelo curso anterior dos eventos; ele é simplesmente o inesperado, o surpreendente, ele só se torna parte integrante da história quando compreendido após tudo, uma vez transfigurado pela necessidade de alguma forma retrógrada que procede da totalidade temporal conduzida a seu termo. Ora, essa necessidade é uma necessidade narrativa da qual o efeito de sentido procede do ato configurante enquanto tal; é essa necessidade narrativa que transforma a contingência física, oposta à necessidade física,

em contingência narrativa, implicada na necessidade narrativa. [Tradução nossa].¹

O ato configurante da tessitura de intriga reúne assim ocorrências díspares, experimentadas como eventuais e desconexas, em uma totalidade temporal narrativa, na qual perdem seu caráter contingencial e ocasional e são apresentadas como prováveis ou até mesmo como necessárias. É importante ressaltar que para Ricoeur essa articulação permite a constituição de uma *identidade narrativa*, em que os sujeitos da narrativa (personagens ou “quase” personagens) se encontram integrados a suas ações e a suas contingências. Nessa integração permanecem ativas tanto a identidade de um “mesmo” que perdura sem se tornar um “outro”, quanto uma identidade que se altera ao longo do tempo, que age e sofre, e que no entanto permanece reconhecível em si (RICOEUR, 1990, p.167-180). Na tessitura de intriga narrativa, sujeitos com suas intencionalidades e circunstâncias, ações e suas conseqüências esperadas e inesperadas, e eventos episódicos e contingenciais só podem ser articulados de um modo encadeado e diacrônico, ganhando assim um sentido que, retroativamente, apresenta-os como se tivessem sido necessários, na refiguração da experiência humana.

Podemos agrupar, então, três características que nos interessará avaliar nas narrativas históricas de Manoel Bomfim e Oliveira Vianna, em seu esforço de oferecerem uma ressignificação do passado brasileiro. Chamemos a primeira o *sentido* de suas narrativas. Na medida em que a experiência do passado brasileiro foi articulada narrativamente pelos dois autores, que sentidos atribuíram eles à formação histórica da sociedade brasileira? Como cada um agrupou elementos discordantes da experiência vivida em uma totalidade diacrônica, conferindo um encadeamento novo às transformações históricas brasileiras? Ou, em outras palavras, de que modo Oliveira Vianna e Manoel Bomfim escolheram configurar o passado brasileiro de forma a possibilitar uma refiguração de seus significados?

¹ No original : “Le paradoxe de la mise en intrigue est qu’elle inverse l’effet de contingence, au sens de ce qui aurait pu arriver autrement ou ne pas arriver du tout, en l’incorporant en quelque façon à l’effet de nécessité ou de probabilité, exercé par l’acte configurant. L’inversion de l’effet de contingence en effet de nécessité se produit au coeur même de l’événement : en tant que simple occurrence, ce dernier se borne à mettre en défaut les attentes créées par le cours antérieur des événements ; il est simplement l’inattendu, le surprenant, il ne devient partie intégrante de l’histoire que compris après coup, une fois transfiguré par la nécessité en quelque sorte rétrograde que procède de la totalité temporelle menée à son terme. Or cette nécessité est une nécessité narrative dont l’effet de sens procède de l’acte configurant en tant que tel ; c’est cette nécessité narrative que transmue la contingence physique, adverse de la nécessité physique, en contingence narrative, impliquée dans la nécessité narrative.” RICOEUR, 1990, p.169-170.

A segunda característica a ser observada em suas obras será a do *tempo histórico* expresso nas mesmas. Como Manoel Bomfim e Oliveira Vianna relacionaram, cada um, passado, presente e futuro? No que diz respeito ao campo de experiência brasileiro, que permanências e que rupturas vêm no presente com relação ao passado? Quais são os “momentos” por eles selecionados para a compreensão de como a realidade passada se vincula a (ou se distancia da) realidade que lhes foi presente? E que expectativas alimentavam com relação ao futuro? Quais eram os temores que viam no horizonte de expectativa brasileiro que os inquietavam? E que desejos projetavam como realizáveis no futuro? Como tais desejos se vinculavam ao presente e ao passado? Propunham Bomfim e Vianna inovações ou renovações do passado brasileiro?

A terceira característica de suas narrativas históricas que nos interessará é a da *identidade* por elas elaborada. Quais são os sujeitos históricos brasileiros em suas narrativas? Quais são os atores e as forças sociais que atuam na transformação histórica brasileira, de acordo com Oliveira Vianna e Manoel Bomfim? Se esses autores propõem ações para o futuro, quais deveriam ser os agentes das mesmas? A quem se dirigem os discursos de suas narrativas históricas? Quais são as identidades brasileiras que os autores defendem e quais eles rejeitam na orientação da vida social brasileira?

Uma vez que tais características de suas narrativas históricas estejam destacadas, colocaremos então em diálogo as obras dos dois autores. O que as distancia e o que as aproxima em cada conjunto de problemas acima elencado? Os sentidos de suas narrativas podem se recobrir em determinados momentos, ou suas configurações da experiência passada brasileira são inteiramente discordantes? Seus temores e desejos com relação ao futuro brasileiro provavelmente não eram os mesmos, mas como isso influenciou nas diferenças com que articularam o tempo histórico brasileiro? Haveria algo de comum no modo pelo qual Vianna e Bomfim estruturaram a temporalidade brasileira, ou as leituras que fizeram de seu momento histórico eram discordantes? Seus projetos para o futuro brasileiro eram conciliáveis ou antagônicos? E atribuíam eles os mesmos papéis para os mesmos sujeitos na formação histórica brasileira? As narrativas históricas de Manoel Bomfim e Oliveira Vianna se dirigiam aos mesmos atores sociais? Avaliavam da mesma forma as transformações do passado? No confronto entre suas narrativas, as identidades que buscavam elaborar para a orientação da vida social no Brasil poderiam se aliar de alguma forma, ou seriam inimigas, negando-se mutuamente? É esse conjunto de problemas que orientará nossa reflexão adiante sobre esses dois autores.

1. O “PROBLEMA BRASILEIRO” E SUA SOLUÇÃO AUTORITÁRIA: A CIÊNCIA DE OLIVEIRA VIANNA PROCURA O ESTADO ADEQUADO PARA O BRASIL

Neste capítulo abordaremos a representação do passado brasileiro elaborada por Oliveira Vianna. Sua obra é demasiadamente extensa, abrangendo vários livros e inúmeros artigos. Por esse motivo, e por não termos a pretensão nem condições de apresentar seu pensamento em sua totalidade, optamos por nos concentrar no primeiro volume de *Populações Meridionais do Brasil*, em *Evolução do Povo Brasileiro* e no primeiro volume de *Instituições Políticas Brasileiras*. A escolha dessas obras deve-se ao fato das mesmas apresentarem de maneira sintética e concentrada a visão de Oliveira Vianna sobre a história brasileira. Além disso, os dois primeiros livros são contemporâneos à produção de Manoel Bomfim, enquanto o último é considerado por seus comentadores como uma síntese de fim de vida, representativa de todo seu pensamento. Nosso objetivo aqui é destacar a identidade brasileira construída pela interpretação histórica de Oliveira Vianna, ressaltando alguns aspectos a serem relacionados à obra de Manoel Bomfim.

1.1. Oliveira Vianna e o Estado autoritário brasileiro

Francisco José de Oliveira Vianna nasceu em 20 de junho de 1883, em Palmital do Saquarema, no estado do Rio de Janeiro, filho de Francisco José de Oliveira Vianna e Balbina Rosa de Azeredo Vianna. Seu local de nascimento é considerado o “berço dos grandes chefes conservadores fluminenses” (RODRIGUES, 1988, p.1). José Carlos Reis lembra que “Saquarema tornou-se sinônimo de conservador porque perto daquela cidade fluminense ficava a fazenda de um dos chefes eminentes do Partido Conservador do Império, Joaquim José Rodrigues Torres, o visconde do Itaboraí” (REIS, 2006, p.123). Além disso, nessa região fluminense também nascera Alberto Torres (1865-

1917), cuja obra exerceu considerável influência no pensamento de Oliveira Vianna e na corrente de pensamento com a qual ambos podem ser associados (CARVALHO, in BASTOS e MORAES, 1993, p.18).

Vianna era mulato, filho de fazendeiros abastados (REIS, 2006, p.123; RODRIGUES, 1988, p.1), e sua obra é marcada pela valorização da sociedade rural latifundiária brasileira e pela polêmica antropologia racial que utilizou em boa parte de sua produção intelectual. Foi educado no Colégio Carlos Alberto, em Niterói, e se formou pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1906. Iniciou sua carreira lecionando Direito Criminal na mesma faculdade em 1916, tornando-se depois diretor de Fomento Agrícola do Estado do Rio de Janeiro, em 1926, e membro do Conselho Consultivo do Estado do Rio de Janeiro em 1931. Em 1932, começou a atuar como consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, destacando-se “como principal formulador da política sindical e social do governo Vargas, instituindo a Justiça do Trabalho e implementando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)” (REIS, 2006, p.123). Vencido pelo *lobby* empresarial da FIESP nos debates sobre a lei de sindicalização de 1939, afastou-se do Ministério em 1940, quando se tornou ministro do Tribunal de Contas da União, ao qual permaneceu ligado até sua morte, em 1951 (RODRIGUES, 1988, p.1; REIS, 2006, p.123; GOMES, in BASTOS e MORAES, 1993, p.47). Durante sua vida foi sócio-benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde manteve reuniões informais – aparentemente por ser avesso aos discursos – com Max Fleiuss e Augusto Tavares de Lyra. De acordo com José Honório Rodrigues, nessas reuniões, “Oliveira Vianna era o intérprete, aquele que buscava compreender os motivos, descobrir as conexões, fazer, enfim, uma filosofia da História” (RODRIGUES, 1988, p.2). Vianna foi também membro da Academia Brasileira de Letras, eleito por 19 votos em 1937 para a vaga de Alberto de Oliveira, só tomando posse, porém, em 20 de julho de 1940.¹ Sua residência em Niterói foi transformada em museu pelo Estado do Rio de Janeiro em 1956, posteriormente em fundação e em seguida na atual Casa de Oliveira Vianna, “onde se pode visitar sua biblioteca, examinar sua correspondência, ver a mobília e sentir o ambiente em que viveu” (REIS, 2006, p.123).

¹ Cf. RODRIGUES, 1998, p.1, que considera a demora de três anos para Oliveira Vianna tomar posse de sua vaga na ABL como “um sinal de timidez”, sem considerar a coincidência do ano com sua saída do Ministério do Trabalho.

Quanto à sua personalidade, Rodrigues o retratou como um “mulato róseo, muito limpo, muito calmo, sereno, que defendia suas teses com lucidez, argúcia e calma” (RODRIGUES, 1988, p.2). Caracterizou-o ainda como “tímido, reservado, discreto, austero, grave, e não revelava nenhum sinal aparente pela enorme contradição de, sendo um mulato, defender o arianismo [...] e desprezar negros, índios e mestiços” (RODRIGUES, 1988, p.2). José Murilo de Carvalho também o retratou como um intelectual “de hábitos quase monásticos, fugia do brilho das exposições públicas, não aceitava convites para conferências, recusava empregos, como o de juiz do Supremo Tribunal, não freqüentava rodas literárias ou antecâmaras de palácios” (CARVALHO, in BASTOS e MORAES, 1993, p.15). Por outro lado, mantinha uma ativa rede de sociabilidade por meio da correspondência e da troca de livros, o que levou Reis a considerar uma possível dificuldade de Oliveira Vianna em lidar com ambientes sociais, preferindo o auto-isolamento (REIS, 2006, p.124).¹ A esse auto-afastamento de ambientes sociais se somava uma integridade ética com relação ao poder e à coisa pública: “Tão perto do poder por tanto tempo, e do poder arbitrário, nunca disto tirei proveito em benefício pessoal” (CARVALHO, in BASTOS e MORAES, 1993, p.15). Sua personalidade, portanto, parece apresentar uma coerência com sua defesa do autoritarismo – já que não via, nem na prática e tampouco intelectualmente, o poder autocrático como sinônimo de arbítrio pessoal.

Excetuando-se a atuação de Oliveira Vianna no Ministério do Trabalho, seus cargos de prestígio político e intelectual são relegados a segundo plano diante da vastidão e amplitude de suas obras, que abrangem diversos livros e artigos sobre variados temas: antropologia, história e sociologia políticas, psicologia social e direito (REIS, 2006, p.124). Sua obra inaugural é o primeiro volume de *Populações Meridionais do Brasil*, publicado em 1920, no qual Vianna expôs algumas das principais idéias centrais que desenvolveria posteriormente em seu pensamento, além das referências teórico-metodológicas que jamais deixariam de exercer uma influência considerável em suas reflexões posteriores (RODRIGUES, 1988, p.4). Foi uma obra de aceitação quase unânime, e abriu o caminho para seu sucesso intelectual (CARVALHO, in BASTOS e MORAES, 1993, p.13). À *Populações...* seguiram-se *Pequenos Estudos de Psicologia Social* (1921), *Evolução do Povo Brasileiro* (1923) – obra em que apresenta uma síntese diacrônica da história brasileira –, *O Ocaso do Império* (1925) –

¹ Cf. também VENÂNCIO, 2001.

trabalho considerado explicitamente historiográfico –, *O Idealismo da Constituição* (1927), *Problemas de Política Objetiva* (1930), *Raça e Assimilação* (1932), *Problemas de Direito Corporativo* (1938), *Instituições Políticas Brasileiras* (1949) – obra considerada como a síntese mais conclusiva de suas idéias –, *Direito do Trabalho e Democracia Social* (1951). Postumamente foram publicados ainda *Problemas de Organização e Problemas de Direção* (1952), *Introdução à História Social da Economia Pré-Capitalista no Brasil* (1958), *História Social da Economia Capitalista no Brasil* (1988) e *Ensaios Inéditos* (1991) (REIS, 2006, p.124-125; IGLESIAS, in BASTOS e MORAES, 1993, p.313-347).

Ao nos debruçarmos sobre a obra de Oliveira Vianna deparamo-nos, portanto, com a produção de um intelectual brasileiro “bem sucedido”. Apoiando-se em teses sociológicas então largamente difundidas e aceitas a respeito da influência do meio geográfico e do caráter racial na formação histórica dos povos, Vianna elaborou uma interpretação nova da sociedade brasileira, a qual foi bem recebida entre os intelectuais brasileiros e influente na esfera política. Conforme salientaram Ângela de Castro Gomes (in BASTOS e MORAES, 1993, p.43-61) e Boris Fausto (2001), o sucesso político de suas idéias não foi completo a ponto de podermos considerar a política sindical varguista como obra inteiramente sua. José Murilo de Carvalho considerou injusto o modo pelo qual a associação de Vianna com o autoritarismo varguista foi posteriormente criticada, já que vários outros intelectuais que colaboraram com Vargas e o Estado Novo não foram “condenados” como Vianna por sua proximidade ao poder nesse período (CARVALHO, in BASTOS e MORAES, 1993, p.13-42). Entretanto, Oliveira Vianna foi um defensor teórico do autoritarismo no Brasil, desde antes do período de radicalismos políticos dos anos 1920 até o período posterior à redemocratização de 1945. Por isso sua vinculação, não apenas ao Estado Novo, mas a uma corrente de pensamento brasileira autoritária, não pode ser facilmente esquecida.

Diferentemente de Dante Moreira Leite e José Honório Rodrigues, não concordamos que a obra de Vianna deva ser completamente esquecida. Para eles, o sucesso da obra de Vianna só pode ser explicado pela sua filiação política às elites brasileiras. Suas teorias seriam contraditórias e infundadas, metodologicamente mal formuladas, e sem base documental de comprovação, inspiradas nos piores e mais ultrapassados sociólogos franceses. Na opinião desses autores as conclusões de Vianna a respeito da sociedade brasileira seriam completamente fantasiosas, elaboradas unicamente a partir de seus valores elitistas, conservadores, autoritários e racistas. Suas

proposições políticas serviriam apenas para fundamentar regimes como os de 1937 e 1964, e sua obra se prestaria à análise crítica somente para se comprovar o absurdo e a incoerência de suas teses, devendo no mais ser abandonada por completo (LEITE, 1983, p.241-254; RODRIGUES, 1988). Concordamos com Rodrigues a respeito da carência de fundamentação empírica para muitas de suas afirmações sobre a história brasileira – notadamente em sua idealização dos bandeirantes paulistas e o simplismo com que ignora as revoltas nativistas coloniais. Vianna generaliza demasiadamente, o que o leva a afirmar equívocos, mas isso não invalida, acreditamos, sua interpretação histórica. A sociologia francesa sobre a qual fundamenta sua reflexão não se encontrava totalmente “ultrapassada”, por mais antiga que fosse, conforme afirma Rodrigues. Ainda que ao longo da primeira metade do século XX o papel desempenhado pelas considerações raciais e geográficas tenha progressivamente declinado na sociologia, os determinismos ou condicionantes raciais e geográficos ainda eram aceitos o suficiente, pelo menos no Brasil, para permitir que as idéias de Vianna fossem seriamente discutidas. Rodrigues e Leite têm razão, por outro lado, em associar as idéias de Oliveira Vianna às ditaduras de 1937 e 1964. Ainda que esses regimes não tenham sido por ele idealizados ou se apoiado, pelo menos explicitamente, sobre as teses de Vianna, compartilharam com esse autor a concepção de um necessário Estado autoritário em que a centralização do poder é considerada imprescindível para a condução da política brasileira.

O fato de ser um autor representativo de uma corrente de pensamento autoritária no Brasil é um dos motivos que nos leva considerar relevante a obra de Oliveira Vianna. Boris Fausto o destacou, ao lado de Azevedo Amaral e Francisco Campos, como um dos principais formuladores do “pensamento nacionalista autoritário”, um conjunto de idéias políticas antiliberais da direita brasileira, mas também distintas do pensamento totalitário. Alguns dos traços comuns entre os autores dessa corrente de pensamento seriam a desconfiança na mobilização política das massas, a defesa de um Estado central forte, capaz de reorganizar a sociedade, e a presença do determinismo racial na análise da sociedade brasileira. Para Fausto, a política do Estado Novo não poderia ser totalmente enquadrada dentro das premissas desse pensamento, especialmente no final do regime, com o queremismo e a aproximação de Getúlio com o PCB. Mesmo se opondo politicamente ao pensamento autoritário, Fausto considera relevantes as críticas desses autores ao liberalismo político brasileiro, quando apontam as diversas limitações da implantação meramente formal do liberalismo democrático no Brasil (FAUSTO, 2001). A questão do “formalismo democrático” na sociedade brasileira, é traduzida por

Fausto em termos atuais do problema da “democracia sem cidadania”, ou seja, o da existência de um regime democrático que constitucionalmente assegura à população a garantia de seus direitos civis e políticos, incluindo a liberdade de expressão e de livre associação, mas que, ao mesmo tempo, mantém na prática grande parcela da população marginalizada, sem acesso a seus direitos civis e sociais mais básicos (FAUSTO, 2001, p.71). Era essa contradição que os nacionalistas autoritários pretendiam solucionar, estabelecendo como prioritária a garantia dos direitos civis em lugar da representação política. Sob esse prisma, a obra de Oliveira Vianna é importante por pertencer a um campo teórico cujos argumentos procuram desacreditar a viabilidade do regime democrático no Brasil. Ao ressaltar os pontos frágeis da democracia brasileira, o pensamento autoritário esclarece também em que pontos ela precisaria ser fortalecida, exatamente para que se consolide como prática política efetiva, e não apenas um formalismo constitucional. A interpretação histórica de Oliveira Vianna sobre o Brasil pode contribuir, portanto, para o esclarecimento a respeito das dificuldades históricas para a consolidação do regime democrático brasileiro.

Não consideramos Oliveira Vianna representativo apenas de um posicionamento político, mas principalmente de uma corrente de pensamento brasileira. José Murilo de Carvalho, ao visitar Vianna no “inferno” ao qual foi relegado por seus críticos, reconhece que há boas razões para se condená-lo: sua obra pode ser realmente considerada racista, refletia um apoio real do autor à ditadura e serviu de justificativa teórica para o Estado Novo, do qual participou. Mas Carvalho pensa também nas atenuantes a essas críticas: quase toda a elite de sua época era racista e outros intelectuais aceitaram posições no governo autoritário, não tendo sido tão criticados quanto Oliveira Vianna. Carvalho lembra, ainda, que sua época foi marcada por um forte sentimento antiliberal, e que o autoritarismo pairava tanto na direita quanto na esquerda. Para Carvalho, Oliveira Vianna valeria a pena ser revisitado com menos hostilidade, pela sua repercussão e influência nas principais obras de sociologia política do Brasil: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Nestor Duarte, Nelson Werneck Sodré, Victor Nunes Leal, Guerreiro Ramos, Raymundo Faoro e Caio Prado sendo os mais conhecidos. O autor considera Oliveira Vianna herdeiro da tradição intelectual brasileira iniciada pelo visconde de Uruguai (Paulino José Soares de Souza), e continuada por Sílvio Romero e Alberto Torres. Carvalho também reconhece uma influência católica no pensamento de Oliveira Vianna, concluindo que seu pensamento teria uma inspiração iberista, ao negar valores capitalistas liberais em favor de um modelo social

baseado no interesse coletivo e organizado em uma hierarquia corporativista e patriarcal. Dessa influência teria vindo seu elogio ao mundo rural patriarcal brasileiro e sua defesa de um Estado autoritário, mas preocupado em assegurar os direitos civis e sociais da população, o que seria, para Vianna, mais importante do que assegurar seus direitos políticos (CARVALHO, in BASTOS e MORAES, 1993, p.13-35).

Carvalho ressalta, portanto, que a relevância da obra de Oliveira Vianna não deveria ser buscada exclusivamente na pertinência de suas proposições sobre o Brasil, seja com relação à base empírica de sua interpretação histórica ou às suas propostas político-sociais. Oliveira Vianna encontra-se inserido na tradição intelectual brasileira, e em sua obra há elementos tanto de reflexões que lhe foram anteriores quanto de outras que eram ou ainda seriam formuladas. Alienar do estudo do pensamento social brasileiro a obra de Vianna seria, conseqüentemente, amputar do mesmo uma discussão imprescindível para sua adequada compreensão. Do ponto de vista historiográfico, Francisco Iglésias considera importante a contribuição da obra de Oliveira Vianna para a historiografia brasileira, ainda que o reconheça como fundamentalmente mais sociólogo do que historiador. Mesmo tendo sido mais um intérprete de processos históricos do que um pesquisador de fontes primárias, Vianna teria produzido uma análise sociológica do Brasil permeada de historiografia, e parte de sua obra era puramente historiográfica. Para Iglesias, a obra de Oliveira Vianna seria um caminho possível para se fazer “um balanço da ciência social brasileira”, mais especificamente da década de 1920, ainda que sua produção tenha se estendido para além desse período (IGLESIAS, in BASTOS e MORAES, 1993, p.313). Iglesias indica, portanto, o aspecto da obra de Oliveira Vianna que julgamos ser crucial para sua relevância: a partir dela, temos acesso a uma interpretação histórica consolidada sobre o Brasil, cuja repercussão se fez sentir em uma vasta produção intelectual posterior, como ressaltou Carvalho.

José Carlos Reis também considera Oliveira Vianna um autor “fundamental e incontornável”, dada a importância de sua obra na intelectualidade brasileira. Para Reis, a obra de Vianna representa o pensamento autoritário brasileiro e é crucial na discussão a respeito das identidades brasileiras. A reflexão de Vianna apresentaria a imagem que as elites fazem de si mesmas e do Brasil, formulando um modelo político através do qual elas poderiam agir e se perpetuar no poder. Reis levanta também um importante problema para aqueles que se dedicam a analisar a obra de Vianna: é possível compreendê-la sem “juízos de valor democráticos” ou é preciso “combater” suas teses? Mesmo se opondo ao projeto autoritário de organização nacional proposto por Vianna, o

qual considera “trágico”, Reis reconhece como pertinentes algumas de suas preocupações relacionadas à instabilidade das instituições políticas brasileiras e à atuação política regionalista e antinacional das elites. Essas características da sociedade brasileira são ameaçadoras para o sucesso de qualquer projeto nacional e foi tentando superá-las que Oliveira Vianna formulou seu modelo político para o país, por mais temerário que ele seja (REIS, 2006, p.123-179).

Encontramo-nos então diante de um autor polêmico e, por isso mesmo, extremamente relevante para a compreensão do debate sobre a formação histórica da sociedade brasileira, sobre a própria identidade dessa sociedade. À justa preocupação de Reis sobre os “juízos de valor democráticos”, só podemos dizer que, ao menos de nossa parte, eles seriam inevitáveis. Isso não significa que temos necessariamente a intenção de “combater” as teses de Vianna com o objetivo de sepultá-las definitivamente, como quiseram Rodrigues e Leite, pois uma leitura “democrática” da obra de Vianna deveria procurar, ao menos, respeitar o autor, ouvir e tentar compreender o que ele tem a nos dizer, sabendo reconhecer não só os riscos políticos de suas propostas mas também a pertinência de sua representação do passado brasileiro. Consideramos uma presunção ingênua tentar compreender o autor apenas “objetivamente”, apresentado uma conclusão definitiva sobre seu pensamento como se outras não fossem possíveis. Por isso preferimos, primeiramente, dar voz à sua interpretação histórica do Brasil, para em seguida colocá-la em diálogo com outra interpretação que lhe foi contemporânea e tão diferente em suas considerações.

1.2. Delineando cientificamente o “problema brasileiro”: o Brasil como uma sociedade antidemocrática

Com o primeiro volume de *Populações Meridionais do Brasil* (1ª. ed. 1920) Oliveira Vianna deu início a suas reflexões sobre a formação da sociedade brasileira. O livro foi dividido pelo autor em quatro partes: “formação histórica”, “formação social”, “formação política” e “psicologia política”. Entretanto, como fica claro ao longo da obra, a questão principal em torno da qual gravitam as considerações de Vianna é a das disposições psicológicas da população brasileira para a vida política. Buscando compreendê-las, o autor se volta para o passado brasileiro e reorganiza-o de modo a

esclarecer o que considera serem as estruturas psicológicas características da vida política brasileira.

O livro se inicia com o autor afirmando ter se voltado para o passado a partir de uma experiência pessoal, “numa aldeia no interior do Estado do Rio”, onde, após um “conflito sangrento entre duas facções locais”, teria ouvido “que um dos grupos ia apelar ‘para o governo da Bahia’”. Para Vianna isso seria uma clara permanência do passado na psique da população – que era desprovida de erudição, o que ressaltaria o quanto o passado permanecia vivo e influente no presente, em especial na “psique nacional” de um povo de história recente, de poucos séculos, que ainda sofreria os efeitos de seus períodos iniciais “na sua organização social e na sua mentalidade coletiva”. Considera ainda que seria possível se investigar o passado cientificamente, com vários métodos auxiliares à exegese histórica dos documentos. Em sua opinião, as ciências da natureza e, principalmente, as ciências sociais, teriam dado à ciência histórica um novo rigor e capacidade de interpretação. E menciona as “ciências novas” que teriam orientado seus estudos: a “antropogeografia” de Ratzel; a “antropossociologia” de Gobineau, Lapouge e Ammon; a “psicofisiologia” de Ribot, Sergi, Lange e James; a “psicologia coletiva” de Le Bon, Sighele e Tarde; a “ciência social” de Le Play, Henri de Tourville, Demolins, Poinard, Descamps, Rousiers e Préville (VIANNA, 2002, p.923-924).

Seu estudo seria um esforço de aplicar esses novos métodos à história brasileira, querendo ressaltar sua “formação particular e original”. Não pretendeu se ater a fontes informativas, que julgava insuficientes e por isso, adverte, será breve com relação a fatores “mesológicos” e “antropológicos” (na verdade “raciais”), se detendo mais “na pesquisa dos fatores sociais e políticos da nossa formação coletiva”. A primeira tese que Oliveira Vianna já apresenta sobre a formação brasileira é a da não-uniformidade da população, considerando um erro a idéia de uma homogeneidade brasileira, dada a variedade de ambientes que por séculos atuaram sobre as populações, a variedade de miscigenações étnicas e a diferença de pressões históricas e sociais. Para Vianna, inclusive, só os fatores sociais e históricos já seriam suficientes para distinguir pelo menos três histórias diferentes, demarcando três diferentes sociedades, cada qual com seu “tipo específico”: a dos sertões do norte habitados pelo sertanejo, a das matas do centro-sul habitadas pelo matuto, a dos pampas do extremo-sul habitados pelo gaúcho. Daí sua opção por abandonar uma síntese da formação nacional em favor de dividir o trabalho, um para as populações meridionais e outro para as setentrionais. Vianna alega

ter decidido iniciar seus estudos a partir do “matuto” do centro-sul por dois motivos: primeiro, porque a sua formação agrícola teria dado “o peso específico da massa social do país”, que não poderia ser encontrada nos gaúchos e sertanejos, tipicamente pastoris; segundo, porque o centro político nacional e sua direção se fixaram no centro-sul desde a Independência até seu presente momento. Essas populações rurais do interior são definidas pelo autor como seu objeto de estudo, pois elas seriam a base da formação social e política da sociedade brasileira, e não as populações urbanas, que prefere ignorar. Além disso, restringe os estudos desse livro até o fim do período imperial, por julgar que a Abolição em 1888 marcaria uma desorganização e um desvio das características que teriam presidido a formação da sociedade brasileira. Uma ruptura, portanto, que exigiria a separação do período republicano – a seu ver marcado por incertezas – em um estudo à parte (VIANNA, 2002, p.924-928).

Em sua opinião, a “louvável” obra dos estadistas coloniais para a formação do Brasil teria sido abandonada desde a Independência, quando o país teria passado a ser dirigido sob a influência de idéias estranhas à realidade nacional. Oliveira Vianna critica os liberais e os “fantasistas” de um Brasil ideal, e considera que sem um esforço de reeducação dos dirigentes o país seria inevitavelmente presa da vontade de “povos práticos” que impunham sua soberania pelo mundo. É contra este futuro que Vianna pretendia lutar ao oferecer seus estudos.

Os métodos objetivos e práticos de administração e legislação desses estadistas coloniais foram inteiramente abandonados pelos que têm dirigido o país depois da sua independência. O grande movimento democrático da revolução francesa; as agitações parlamentares inglesas; o espírito liberal das instituições que regem a República Americana, tudo isto exerceu e exerce sobre os nossos dirigentes, estadistas, legisladores, publicistas, uma fascinação magnética, que lhes daltoniza completamente a visão *nacional* dos nossos problemas. Sob esse fascínio inelutável, perdem a noção objetiva do Brasil real e criam para uso deles um Brasil artificial [...]. Há um século estamos sendo como os fumadores de ópio, no meio de raças ativas, audazes e progressivas. Há um século estamos vivendo de sonhos e ficções, no meio de povos práticos e objetivos. Há um século estamos cultivando a política do devaneio e da ilusão diante de homens de ação e de preia, que, por toda a parte, em todas as regiões do globo, vão plantando, pela paz ou pela força, os padrões da sua soberania. (VIANNA, 2002, p.929-930, grifos do autor)

O autor inicia sua reavaliação da formação histórica brasileira se referindo à existência de uma aristocracia cortesã em Pernambuco, ostentando riqueza e costumes fidalgos no período colonial. Seu argumento é de que a mesma estirpe aristocrática teria habitado São Paulo desde o século XVI. Menciona ainda que essa herança aristocrática teria marcado sua presença nas Minas Gerais do século XVIII. Em sua visão, toda essa

aristocracia colonial teria sido mais opulenta e fidalga do que a própria aristocracia metropolitana.

Pela elevação dos sentimentos, pela hombridade, pela altivez, pela dignidade, mesmo pelo fausto e fortuna que ostentam, esses aristocratas, paulistas ou pernambucanos, mostram-se muito superiores à nobreza da própria metrópole. Não são eles somente homens de cabedais, com hábitos de sociabilidade e de luxo; são também espíritos do melhor quilate intelectual e da melhor cultura. (VIANNA, 2002, p.936)

Segundo Oliveira Vianna, dois motivos explicariam esse luxo em meio à colonização americana: a ascendência nobre desses colonizadores e o apogeu da sociedade palaciana de corte na Europa, inclusive em Portugal desde o reinado de D. João II. Essa tradição aristocrática teria fundamentado então o estabelecimento de uma “aristocracia rural” na colônia. Ainda que os costumes cortesãos sejam associados a uma vida palaciana e citadina, sua tese é que essa tendência “centrípeta” em direção às cidades, na formação da sociedade colonial, teria coexistido em tensão e finalmente se submetido a uma tendência “centrífuga” para o meio rural. Isso porque nas cidades coloniais essa aristocracia não poderia sustentar seus interesses latifundiários, internando-se para tal nos sertões da colônia. Essa é a primeira característica social específica da colônia que o autor aponta como distinta da sociedade ibérica, acostumada à alta densidade demográfica. Outros elementos teriam ainda contribuído para o “centrifugismo” colonial: o apresamento de índios, a expansão pastoril e a conquista das minas – e os próprios núcleos mineradores, afirma, se esvaziavam após o esgotamento de sua extração. Para Oliveira Vianna, a precariedade dos centros urbanos observada por viajantes estrangeiros no século XIX atestaria a imersão completa da aristocracia à vida rural – que passou a apreciá-la não mais apenas por interesses materiais, mas mesmo como um sinal de distinção. Esse tipo aristocrático rural brasileiro só teria vindo se expor à vida pública para a condução do país após a Independência (VIANNA, 2002, p.933-947).

De acordo com Oliveira Vianna, no início do século XIX, a “aristocracia brasileira do sul”, ainda que ocupando cargos públicos importantes, encontrava-se inteiramente afastada do governo geral e da gestão das capitânicas, monopólios administrativos dos representantes da Coroa. Essa situação teria sido alterada pelo “acidente histórico” da transferência da corte portuguesa. Com o estabelecimento da corte no Rio, Vianna vê três classes se confrontando para se aproximarem da Coroa: os “nobres da terra”, proprietários latifundiários; os “mercadores” que enriqueciam com a abertura dos portos; e os “lusos transmigrados”, herdeiros da fidalguia peninsular. Nesse

confronto a nobreza da terra teria se saído vitoriosa antes mesmo da Independência. A motivação desses grupos sociais é sumarizada por Oliveira Vianna. A nobreza da terra ainda resguardava traços de fidalguia, ansiava por adquirir honras diante da Coroa – costume fidalgo que nunca teria sido abandonado durante a colonização – e seria mesmo dotada de grau de instrução relativamente elevado. Os mercadores haviam se transformado em uma “nova nobreza urbana” de burgueses que se sobressaíram e se aristocratizaram a partir de sua riqueza. Já a terceira classe nessa tensão palaciana era a dos “fidalgos e parasitas lusos” que viviam à custa da burocracia do Estado. Apesar da vantagem inicial dos imigrados lusos diante da Coroa, a não-aceitação de uma posição subalterna por parte da nobreza da terra teria levado esta a se organizar de modo que em 10 anos tornou-se a maior força palaciana. Em 1822, segundo o autor, os fidalgos lusos já haviam sido derrotados e se retirado gradativamente, deixando isolados os mercadores, que aspiravam pelos mesmos encargos burocráticos. Esse processo explicaria a vitória da Independência: teria sido a completa derrota dos estrangeiros diante da classe latifundiária, que melhor expressou a autoridade genuinamente nacional (VIANNA, 2002, p.947-953).

Síntese: derrota do elemento estrangeiro, representado no fidalgo adventício ou no luso comerciante; triunfo completo do elemento nacional, representado principalmente na alta nobreza fazendeira. Este triunfo é, aliás, perfeitamente lógico. É essa massa de grandes proprietários rurais que forma a única classe realmente superior do país, aquela em que se concentra a maior soma de autoridade social. Os próprios elementos intelectuais existentes, representados nas altas profissões liberais, vinculam-se estreitamente a ela, ou dela provêm diretamente. Emancipado o país; expulso o elemento forasteiro; repelida a burguesia comercial; nada mais lógico que a essa aristocracia territorial caiba o supremo encargo da organização e da direção geral da nacionalidade. (VIANNA, 2002, p.953, grifos do autor)

Com a Independência, o autor afirma ter se completado a grande obra de elaboração nacional pela aristocracia rural do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Para Oliveira Vianna, foram esses latifundiários os grandes sujeitos da identidade nacional. Na busca de identificar o “caráter” nacional, levando em consideração o papel histórico desses latifundiários, é apresentada uma análise do “caráter” dessa classe. Segundo o autor, ela melhor representaria o elemento nacional, guardando uma essencialidade até mesmo “ariana” que teria herdado da península. Esse “caráter” racial das altas classes lusas se transforma na colônia, mas ainda assim teria mantido sua pureza, em contraste com o que teria ocorrido com “plebeus” que se misturaram aos “sangues bárbaros”. Para Vianna, essa essência aristocrática de origem ibérica teria se mantido intimamente inalterada pelo menos até 1888 (VIANNA, 2002, p.954-956).

O meio rural foi o ambiente no qual essa classe se formou com suas heranças ibéricas na colônia. Diferentemente das cidades, aponta o autor, o meio rural estabiliza e fixa as relações sociais pela hereditariedade da terra. Mas, enquanto os ibéricos estavam acostumados a uma comunidade rural vicinal de aldeia, fruto da alta densidade demográfica e da pequena propriedade, na América passaram a viver no latifúndio de extensas proporções, e a vida doméstica, com seus valores e costumes, passou a absorver todas as relações sociais.

Não é, porém, indiferente, para essa atuação do meio rural, que a sociedade, que nele vive, se assente sobre a base da pequena propriedade ou da grande propriedade. Rural é o luso: mas, o luso não conhece a grande propriedade, formada na imensidão territorial do Novo Mundo. É o homem do pequeno domínio, filho de uma sociedade densa, concentrada, compacta, que pratica a solidariedade vicinal e urbaniza a aldeia. Nós somos o latifúndio. Ora, o latifúndio isola o homem; o dissemina, o absorve; é essencialmente antiurbano. Nesse insulamento que ele impõe aos grupos humanos, a solidariedade vicinal se estiola e morre. Em compensação, a vida da família se reforça progressivamente e absorve toda a vida social em derredor. O grande senhor rural faz da sua casa solarenga o seu mundo. Dentro dele passa a existência como dentro de um microcosmo ideal: e tudo é como se não existisse a sociedade. (VIANNA, 2002, p.956-957)

Essa organização social e familiar da nobreza da terra consolidou a autoridade de um “pater-familias” de tipo romano, disciplinando moralmente a vida de seus agregados. Nas famílias rurais plebéias, por outro lado, essa autoridade teria se dissolvido, e a conseqüente instabilidade familiar resultou em uma instabilidade moral. Oliveira Vianna aponta quatro qualidades da nobreza latifundiária que teriam influenciado a organização nacional durante o período imperial: “fidelidade à palavra dada”, “probidade”, “respeitabilidade” e “independência moral” (VIANNA, 2002, p.956-958).

Fidelidade à palavra: resultaria do reconhecimento mútuo entre “compatriotas sociais”. A fixidez das relações sociais rurais teria impedido essa aristocracia a faltar com a palavra, pois seu nome ficaria permanentemente manchado diante de seus pares. Os grandes latifundiários não podem abandonar suas terras em busca de um novo ambiente, como os “plebeus”, e daí seu respeito aos compromissos firmados pela palavra, prescindindo de contratos formais. Essa característica explicaria inclusive a coesão dos partidos brasileiros no período imperial (VIANNA, 2002, p.959).

Probidade: em transações econômicas baseadas na palavra, os “matutos” do meio rural consolidaram sua honestidade com relação a dinheiro, e os latifundiários arruinariam seus negócios se assim não houvessem procedido. Essa qualidade explicaria a honestidade da administração pública imperial (VIANNA, 2002, p.960).

Respeitabilidade: necessária para a lida com grande número de agregados e empregados da aristocracia rural. Também teria se imposto como distinção diante do comportamento vulgar da “plebe” e se reforçado ainda mais com as honrarias imperiais (VIANNA, 2002, p.960-961).

Independência moral: os “matutos” aristocratas rurais, uma vez acostumados a mandar e a serem obedecidos, teriam desenvolvido uma hombridade inconciliável com o servilismo cortesão. Essa “independência moral” teria marcado mesmo suas relações com os monarcas do século XIX e por vezes se aproximado da rebeldia explícita, como ocorria com caudilhos paulistas dos séculos XVII e XVIII (VIANNA, 2002, p.962).

Para Oliveira Vianna, o poder que a aristocracia da terra gozava nos séculos XVI e XVII, mesmo diante de representantes da Coroa, não teria sua origem em nenhuma ascendência ou tradição metropolitana, mas apenas de seu domínio rural. Como a grande propriedade era a única ocupação de prestígio para a aristocracia rural, o domínio agrícola teria se tornado a base dessa sociedade colonial.

Essa sociedade em formação, dispersa, incoerente, revolta, gira realmente em torno do domínio rural. O domínio rural é o centro de gravitação do mundo colonial. Na disseminação geral da população, lembra um pequeno núcleo solar com as suas leis e sua autonomia organizada. Dele é que parte a determinação dos valores sociais. Nele é que se traçam as esferas de influência. Da sociedade colonial – abstraídos os aparelhos administrativos, que se lhe ajustam, estranhos e inassimiláveis – resta apenas, como elemento celular, o domínio rural. Sobre ele a figura do senhor de engenhos se alteia, prestigiosa, dominante, fascinadora. Nenhuma desprende de si, em torno, para as outras classes, fluidos mais intensos de sedução magnética e ascendência moral. Ser senhor de engenhos ou de currais é um título de superioridade. (VIANNA, 2002, p.966)

Oliveira Vianna destaca que o regime de distribuição de extensas sesmarias ocorrido na colônia inviabilizou a existência de pequenas e médias propriedades rurais. Na região de São Vicente – eixo da expansão colonizadora – a função original dos latifúndios era pastoril, o que segundo autor tornava imprópria uma divisão diferente das terras. Ainda se referindo a São Vicente, Oliveira Vianna destaca como outro pilar de sustentação da aristocracia rural a posse de escravos indígenas para trabalharem nas terras. Isso porque, segundo afirma, o número de trabalhadores livres e o volume do tráfico negreiro teriam sido insignificantes e insuficientes para a região antes do século XVIII (VIANNA, 2002, p.965-972).

Dadas essas condições, a sociedade de São Vicente se estruturou a partir das grandes propriedades, mais importantes e populosas que os próprios vilarejos vizinhos. Vianna divide essas populações em três classes sociais e étnicas inseridas no latifúndio:

a *família senhorial*, seus *agregados* (estas duas classes predominantemente brancas) e seus *escravos*, primeiramente indígenas, mas depois negros em sua grande maioria. Todas essas classes coexistiram sob o “solar” de uma mesma grande família, ainda que separadas pelos “preconceitos de raça”. Dentre os agregados Oliveira Vianna insere os foreiros e rendeiros oriundos da plebe peninsular, sem terra própria e sem trabalho a desempenharem em uma sociedade latifundiária e escravocrata. Teriam sido a princípio brancos, mas aos poucos foram se miscigenando. Esses mestiços que foram surgindo na sociedade colonial teriam repellido sua ascendência bastarda, procurando se classificar socialmente rejeitando negros ou índios. O mameluco tornou-se conseqüentemente o principal preador dos sertões, e o mulato o capitão-do-mato. Quando forros, rejeitavam o trabalho rural, mas ao mesmo tempo eram repellidos pela aristocracia branca. O resultado dessa posição social instável se traduziria, segundo o autor, em uma instabilidade moral e psicológica desses mestiços, incentivando sua rebeldia. Não conseguindo se fixar na sociedade, esses contingentes mestiços teriam se tornado “nômades”, e foram aproveitados pelos senhores rurais na defesa e na expansão de seus territórios (VIANNA, 2002, p.972-978).

Os latifúndios, continua Oliveira Vianna, precisavam contar com uma organização militar própria para se defenderem dos constantes contra-ataques indígenas. E nessa luta o povoamento avançou pelo interior. Sem esses mestiços, portanto, a colonização teria se reduzido à faixa litorânea do território. Mas, na medida em que a ameaça da presença indígena foi sendo afastada para o interior, esses capangas dos senhores rurais tornaram-se guerreiros ociosos, um elemento instável na sociedade de São Vicente. É nesse processo que Vianna identifica o surgimento do “clã fazendeiro” que passou a impor a autoridade dos senhores rurais. Em São Vicente, a instabilidade oriunda dessa situação social só teria declinado com a descoberta das minas, que absorveram essas agitações. Essa estrutura peculiar formada na sociedade colonial teria sido a que se expandiu pelo interior brasileiro a partir da ação dos bandeirantes (VIANNA, 2002, p.978-981).

Com esse triunfo do sertanismo, a vida do domínio sofre uma transformação capital. Os sertanistas acabam espavorindo o índio. Distanciado para o coração da floresta o inimigo, agora só alcançável pelas bandeiras desses intrépidos caçadores de homens, o perigo dos assaltos se torna cada vez mais remoto. O serviço de defesa dos engenhos perde, aos poucos, a sua razão de ser. O corpo de mamelucos entra numa madraçaria perigosa. Decaindo progressivamente da sua bela função de vigilância e proteção, torna-se um fator de turbulência social dos mais virulentos. O soldado das “entradas” sertanistas, o guardião intrépido dos currais, cessada a sua bela função tutelar, transforma-se em capanga temível do potentado; a milícia rural se faz um

corpo de sicários e matadores. É então que surge, na história do sul, o clã fazendeiro, o clã vicentista do II século, de feição anárquica e revolucionária. Apoiados na sua tropa de sequazes, os potentados rurais invadem as cidades, assaltam câmaras, expulsam autoridades e impõem aos representantes dos poderes públicos a sua vontade e o seu arbítrio. (VIANNA, 2002, p.980)

Para Oliveira Vianna as bandeiras foram uma continuidade dos latifúndios de São Vicente, agrupando ao seu redor toda a comunidade de um latifúndio. Por isso não teriam ocorrido no norte, onde a expansão deteve-se na faixa litorânea. A busca das minas é vista pelo autor como uma continuidade da caça a índios e uma expressão da sociedade latifundiária específica formada na região. O chefe latifundiário que conduzia as bandeiras é considerado por Vianna o herdeiro das qualidades “eugênicas” dos grandes colonizadores que derrotaram índios e desbravaram o território. Esses chefes teriam se mantidos puros racialmente e moralmente, selecionados em nome da Coroa pelo mérito de suas realizações e conquistas para ocuparem os novos territórios. A seu ver, a motivação do bandeirantismo não teria sido exclusivamente ligada à mineração, mas também, e talvez principalmente, ao excesso de plebe mestiça livre e sem ocupação. Eram dois os tipos de bandeiras: as de guerra e as de colonização, o segundo tipo sucedendo-se ao primeiro. O chefe encarregado da bandeira representava todo o poder do Estado e decidia como autoridade máxima a resolução de todos os assuntos. O sucesso das bandeiras teria sido resultado tanto da liderança desses chefes “aristocráticos” quanto à geografia dos planaltos e pampas brasileiros com acesso facilitado pelos grandes rios e ao regime pastoril que iniciava qualquer povoamento e ia assim abrindo caminho à civilização e estimulando a mobilidade dos bandeirantes (VIANNA, 2002, p.982-991).

Com relação à “etnologia das classes rurais”, Oliveira Vianna considera que as bandeiras eram compostas por grupos étnicos variados. Enquanto os “elementos inferiores” das bandeiras, “mestiços” e “mamelucos”, abriam os caminhos afastando os indígenas, seus “elementos etnicamente superiores” só migravam efetivamente nas bandeiras de povoamento. Nas regiões ocupadas, por fatores étnicos, econômicos, morais e sociais de “seleção”, esses “elementos superiores” se tornam os latifundiários que passam a compor a aristocracia rural. Os que se tornam assim senhores de terras seriam os herdeiros dos costumes fidalgos e aristocráticos. Mesmo nas minas tornaram-se uma oligarquia, controlando as câmaras e limitando a influência política de comerciantes lusos que habitavam as cidades. Com os seus preconceitos, mantiveram as terras e a oligarquia política em uma “pureza” étnica e aristocrática. Com a decadência

do ouro de aluvião, segundo Vianna, os emboabas encontravam-se melhor preparados para a mineração bruta, e vencendo a guerra contra os paulistas e com o apoio da Coroa, inseriram-se na aristocracia colonial. Para o autor, a presença dos emboabas teria reforçado ainda mais a “pureza” moral e étnica da aristocracia com elementos arianos vindos da península. A decadência moral da região mineradora teria se restringido, portanto, às “classes inferiores” (VIANNA, 2002, p.997-1004).

Os elementos mestiços, por sua vez, só podiam ocupar uma posição subalterna na sociedade que se formava – restrição imposta pelos preconceitos de cor que lhes privou da política, das terras, dos cargos e lhes atribuiu lugares diferenciados no exército e na justiça. Para Oliveira Vianna os “mestiços superiores” rebelavam-se contra essa posição subalterna, dando origem a lutas que por vezes teriam tomado um caráter nativista. Os “mestiços” (leia-se aqui “mulatos”) são divididos por Vianna em “superiores” e “inferiores”, decorrentes da variedade étnica africana. Nessa variedade, o autor considera existirem alguns negros “superiores”, “dóceis”, próximos das expectativas européias, e uma massa de “inferiores”, que seriam refratários à civilização e aos valores europeus. Dessa variedade resultaram, na miscigenação, mulatos “superiores” ou “eugênicos”, “arianizados” na aparência e nos costumes, e os “inferiores”, incapazes de progredirem socialmente. Vianna considera que os primeiros ascendem ao ponto de se misturarem com as classes superiores, arianizando-se por completo ou colaborando com os desígnios dos brancos. Os outros mestiços, para o autor, teriam permanecido “inferiores”, barrados socialmente pela aristocracia. Para a separação entre “superiores” e “inferiores” atuariam atavismos provenientes da mestiçagem – uma inconsistência moral, psicológica e física que caracterizaria “mulatos” e “mamelucos”. Oliveira Vianna considera uma tendência geral das descendências mestiças sua degeneração social, permanecendo como párias na sociedade, ou mesmo biológica, interrompendo a sucessão das gerações. Já os “mestiços superiores” que alcançam a classificação social, arianizariam-se por fim, chegando mesmo a branquearem-se dentro de algumas gerações, enquanto a grande massa dos “mestiços inferiores” tenderia a perder sua fecundidade biológica e mesmo sua resistência física. Daí Vianna concluir que as populações iriam branquear-se progressivamente e definitivamente, consolidando uma correspondência entre os tipos étnicos e suas respectivas classes sociais (VIANNA, 2002, p.1004-1012).

Na sociedade colonial, o desejo de enriquecer, de ascender, de melhorar, de gozar os finos prazeres da civilização só pode realmente existir no homem de raça branca. O negro, o índio, os mestiços de um e outro esses [sic], na sua

generalidade, não sentem, senão excepcionalmente, nos seus exemplares mais elevados, a vontade de alcançar essas situações sociais, cujo gozo e importância só o homem de raça ariana com a sensibilidade refinada pelo trabalho de uma lenta evolução, sabe apreciar devidamente. Daí operar-se uma modificação incessante, de caráter étnico, no seio da plebe rural. Pela ação das seleções étnicas e dos golpes de atavismos, em colaboração com os preconceitos sociais, os elementos arianos que entram na sua composição, bem como os mestiços que se aproximam, pelo físico e pelo caráter, do tipo ariano tendem a ascender; de modo que só lhe ficam, como resíduos, os elementos vermelhos e negros, com os seus mestiços correspondentes. Sorte de mediador plástico, colocado entre a massa escrava e a nobreza territorial, torna-se a plebe rural, destarte, pela força desses processos seletivos, o lugar social dos elementos inferiores da nacionalidade, daqueles em que predominam na cor, no caráter, na inteligência, os sangues abastardados. [...] Parte desses mestiços, sob a influência regressiva dos atavismos étnicos, é, com efeito, eliminada pela degenerescência ou pela morte, pela miséria moral ou pela miséria física. Uma outra parte, porém, minoria diminuta, é sujeita, em virtude de seleções favoráveis, a “apuramentos” sucessivos e, depois da quarta ou quinta geração, perde os seus sangues bárbaros – e clarifica-se. Esse processo de clarificação é, porém, recentíssimo. No passado, durante os séculos de servidão, o afluxo incessante de negros e índios ao seio da massa mestiça neutraliza, de todo em todo, a poderosa ação arianizante das seleções étnicas. (VIANNA, 2002, p.1011-1012)

Para Oliveira Vianna o destino das nações seria feito de acordo com suas preponderâncias étnicas. No Brasil a aristocracia teria se mantido puramente ariana, recebendo os impulsos da civilização européia, e os mestiços que ascenderam socialmente só o teriam feito porque se arianizaram. Os mestiços, afirma, não poderiam organizar a sociedade como os brancos, enquanto estes dirigiriam as outras raças para que se adequassem aos valores arianos (VIANNA, 2002, p.1013-1014).

Ao abordar a formação social brasileira, Oliveira Vianna parte da “função simplificadora do grande domínio rural”. A vida rural brasileira, afirma, concentrou-se no interior das fazendas, praticamente não existindo locais de sociabilidade entre os extensos latifúndios. Até o século XIX, esses latifúndios foram quase auto-suficientes em termos de gêneros e produtos, desfrutando de uma independência econômica que lhes permitia transportarem seus bens comerciais até pontos distantes de troca.

Esta onímoda capacidade produtora do grande domínio rural [...] atinge, no passado, extremos, que hoje nos encham de surpresa e dúvida. Da olaria tira a fazenda os materiais da sua construção e reparação, bem como da carpintaria e da serraria. Dá-lhe a carpintaria, além disso, o mobiliário completo da casa e todas as peças, apetrechos e aparelhos de madeira necessários aos engenhos existentes. Dá-lhe a oficina de ferreiro os utensílios e armas de ferro, aço e cobre, precisos para labor das roças e das fábricas: enxadas, machados, foices, objetos de serralheria, arcos de tanoagem e peças de reparação. Há ainda oficinas, que fazem sapatos e alpercatas; outras, que cosem as bolsas de couro e fabricam utilidades de sirgueiria, indispensáveis ao arreamento das tropas e dos cavalos; outras, em que se armam e arqueiam as dornas, as tinas, os tonéis, os barris e demais vasilhame para aguardente e açúcar. (VIANNA, 2002, p.1019)

Essa situação teria impedido a formação de classes comerciais e industriais urbanas, e mesmo as cidades de importância mais destacada nunca teriam tido a organização política dos latifúndios, dos quais aquelas dependiam para sua sobrevivência. Os laços entre os latifundiários e os trabalhadores livres, segundo Vianna, são frouxos no Brasil, pois os primeiros contam principalmente com seus escravos e os últimos podem garantir sua sobrevivência sem dificuldades em uma terra fértil e extensa suficiente para lhes garantir grande mobilidade (VIANNA, 2002, p.1015-1026). Esse ambiente seria contrário à prosperidade do pequeno proprietário, o que teria inviabilizado a consolidação de uma classe média no Brasil. As culturas aqui praticadas e suas técnicas de cultivo eram pouco rentáveis em pequena escala, e os centros comerciais do interior, pouco desenvolvidos, ofereciam um péssimo mercado para essas propriedades (VIANNA, 2002, p.1028-1032).

A influência dessas características econômicas sobre as relações sociais leva Oliveira Vianna a traçar a “gênese dos clãs e do espírito de clã”. Em torno da aristocracia rural, afirma, os núcleos sociais brasileiros se estruturaram como clãs patriarcais de caráter defensivo. Defesa essa necessária contra o que denomina “anarquia branca”. Ou seja, o que o autor ressalta é que o sistema de justiça legalmente instituído no Brasil não se tornou confiável. Os juízes eram eleitos por chefes locais e atuavam de modo faccioso, enquanto o sistema de apelações foi sempre ineficiente e o mandonismo local passou a ter a última palavra.

Essas circunstâncias levam ao nosso povo, principalmente às suas classes inferiores, a descrença no poder reparador da justiça, na sua força, no prestígio da sua autoridade. Nessa situação de permanente desamparo legal, em que vivem, sob esse regime histórico de mandonismo, de favoritismo, de caudilhismo judiciário, todos os desprotegidos, todos os fracos, todos os pobres e inermes tendem a abrigar-se, por um impulso natural de defesa, à sombra dos poderosos, para que os protejam e defendam dos juízes corruptos, das “devassas” monstruosas, das “residências” infamantes, das vinditas implacáveis. Faz-se, assim, a magistratura colonial, pela parcialidade e corrupção dos seus juízes locais, um dos agentes mais poderosos da formação dos clãs rurais, uma das forças mais eficazes da intensificação da tendência gregária das nossas classes inferiores. (VIANNA, 2002, p.1038-1039)

A população teria passado a se arvorar sob o poder dos chefes locais pelo fato da justiça não poder proteger-lhe dos arbítrios de outros poderosos, já que a corrupção teria se institucionalizado na esfera jurídica. As câmaras municipais também se encontravam nas mãos da “nobreza rural”, reforçando as arbitrariedades jurídicas (VIANNA, 2002, p.1033-1041). Como inexistiam instituições que pudessem proteger as classes baixas, estas se reuniram em torno dessa “nobreza rural” provida de armas e privilégios em

busca de proteção. As relações econômicas coloniais e o meio geográfico teriam desfavorecido assim a consolidação de qualquer solidariedade entre essas classes baixas, solidificando sua dependência política diante dos chefes rurais. Estes, em troca, podiam contar com todo o auxílio dessa população para seus clãs, incluindo seus votos e sua fidelidade diante da justiça formal. O brasileiro livre e pobre, conclui Vianna, nunca pôde contar com nenhum amparo legal ou social, e por isso duvida de sua ação individual. Sua certeza é a de que precisa de um chefe poderoso o suficiente para lhe proteger, e ao qual obedece fielmente. O autor ressalta ainda que essa seria uma tendência racial, reforçada pela sociedade colonial: seria um indivíduo incapaz de deliberar e de conduzir-se por conta própria (VIANNA, 2002, p.1044-1049).

Já na própria raça superior, de que em parte provém, esta tendência é sensível. Sobre esse fundo moral da raça, sobre essa tendência gregária hereditária, acentuando-a, reforçando-a vigorosamente, um complexo de agentes históricos e sociais, já agora particulares à nossa evolução e ao nosso meio, atua, desde o primeiro século, com energia, continuidade, eficácia. [...] O nosso homem do povo, o nosso campônio é essencialmente o homem de clã, o homem da caravana, o homem que procura um chefe, e sofre-se sempre uma como que vaga angústia secreta todas as vezes que, por falta de um condutor ou de um guia, tem necessidade de agir por si, autonomicamente. [...] O ter de conduzir-se por sua própria inspiração, o ter de deliberar por si mesmo, sem orientação estranha, sem sugestão de um superior reconhecido e aceito, constitui para ele uma grave e dolorosa preocupação, um motivo íntimo de angústia, de inquietação, de tortura interior. Dessa tortura moral só se liberta impondo-se às ordens de um chefe, e obedecendo mansamente à sua sugestão, ao seu império. É essa certeza íntima de que alguém pensa por ele e, no momento oportuno, lhe dará o santo e a senha de ação; é essa certeza íntima que o acalma, o assegura, o tranquiliza, o refrigera. Do nosso campônio, do nosso homem do povo, o fundo da sua mentalidade é este. Esta é a base da sua consciência social. Este o temperamento do seu caráter. Toda a sua psicologia política está nisto. (VIANNA, 2002, p.1049)

Essas características da sociedade brasileira seriam reforçadas, segundo o autor, pela ausência de tradições de organização comunitária. A população rural agrícola só teria demonstrado união em ocasiões esporádicas e de modo desorganizado, mas em geral une-se apenas nas disputas entre facções. Isso porque, alega Vianna, não teria existido na formação social brasileira qualquer pressão que organizasse qualquer uma de suas classes sociais. As classes baixas não se organizaram contra a aristocracia rural porque foram desde cedo absorvidas sob seu poder. Essa aristocracia, por sua vez, se indispôs contra funcionários reais, mas nunca propriamente contra a Coroa – e por isso também não instituiu qualquer forma de solidariedade entre seus membros para além do clã rural. No Brasil a população teria desconhecido ameaças significativas para sua comunidade, e por isso os indivíduos teriam permanecido restritos a uma sociabilidade familiar. Os domínios rurais sob os quais essa sociabilidade se formou, autônomos,

prescindiram de qualquer espécie de solidariedade alheia. A partir dessa constatação, o autor conclui que os brasileiros teriam se tornado incapazes de se organizar para finalidades comuns. Suas associações são fracas e pouco duradouras, e sem um estímulo deliberado, no Brasil, as pessoas se manteriam na “solidariedade de clã”. Em resumo, o que Oliveira Vianna afirma é que ao absorver toda forma de sociabilidade local das comunidades rurais, os clãs familiares da aristocracia rural – segregados entre si pela sua autonomia e suas disputas locais – impediram a formação de instituições sociais públicas que reunissem interesses comuns por classe, atividade ou segurança (VIANNA, 2002, p.1050-1059).

Chega-se assim à “função política da plebe rural” em meio ao ambiente instável da sociedade colonial cindida pela “anarquia branca” que opunha os clãs rurais uns contra os outros. O excesso de desocupados gerado pelo regime escravista compôs os capangas arregimentados pelos clãs rurais e que foram imprescindíveis para a expansão sertanista. Para Oliveira Vianna, a torpeza dos capangas dos clãs teria sido um aproveitamento, por parte dos chefes rurais, da instabilidade moral dos “mestiços inferiores” que de outra forma seriam incapazes de viver de forma disciplinada e organizada. A instabilidade desses grupos sociais poderia ter se constituído em uma ameaça para a sociedade brasileira, caso fosse organizada por um chefe de propósitos escusos, mas fragmentada e subjugada pela aristocracia rural, essa plebe teria desempenhado um importante papel histórico na formação dos clãs rurais e em sua expansão pelo interior (VIANNA, 2002, p.1060-1068).

Consciente de uma missão histórica qualquer e unida sob um chefe possante, essa plebe, assim formada, teria sido um perigo formidável. Dispersa, desagregada, instável, inconsciente de si mesma pela ação simplificadora dos grandes domínios, só vale quando utilizada pelos grandes caudilhos territoriais. Estes a subordinam inteiramente, e a contêm nas suas impulsões instintivas, e a disciplinam nas suas rebeldias, e a aproveitam nas suas capacidades agressivas, ao organizarem os seus clãs fazendeiros, as suas hostes sertanistas, as suas bandeiras exploradoras, os seus poderosos exércitos de preia e de conquista. Cada cabra, cada mameluco, cada cafuso é para eles como que uma granada de alto explosivo, que arremessam contra o gentio, contra o quilombola, contra o potentado vizinho e, mesmo, contra o poder colonial. (VIANNA, 2002, p.1067-1068)

Diante das demonstrações de poder dos chefes rurais coloniais armados com seus exércitos particulares de capangas, afirma Vianna, as autoridades coloniais nada podiam fazer. A autoridade pública, em sua visão, podia apenas exercer um papel mediador para acalmar os ânimos, normalmente através da distribuição de privilégios. Mesmo as autoridades metropolitanas não possuíam meios de submeter os potentados

rurais à lei, o que os tornou efetivamente no único poder reconhecido pelas populações meridionais do Brasil, especialmente no interior. Nos centros urbanos das regiões mineradoras, Oliveira Vianna considera que a situação teria sido ainda mais caótica, pois o meio urbano teria afastado os valores “fidalgos” da aristocracia, que se tornou mais violenta nessas áreas e teria se imposto como única autoridade efetiva dos distritos mineradores – é o que se observaria no levante dos emboabas, em que os caudilhos ignoraram as autoridades instituídas. Essa incapacidade do poder público de submeter à lei os chefes rurais teria sido resultante de sua incapacidade de se expandir na mesma velocidade com que o povoamento ocupou o interior do território – a “anarquia branca” consolidou-se pela vasta extensão territorial antes que as autoridades legais pudessem abranger, sob sua organização, as diversas regiões, e por isso seu poder permaneceu sempre atrasado em comparação à autoridade prática dos chefes locais (VIANNA, 2002, p.1069-1080).

Mas essa situação anárquica consolidada no período colonial não teria se perpetuado indefinidamente na história brasileira. Oliveira Vianna vê, a partir do século XVIII, uma mudança de atitude por parte da administração colonial que, após a descoberta das minas e do levante emboaba, sente a necessidade de garantir uma fiscalização adequada de seus proventos. Como resposta, a metrópole fragmentou progressivamente as capitanias meridionais, interiorizando no território o poder das autoridades instituídas e subjugando assim os caudilhos de Minas Gerais e São Paulo ao ponto destes, no século XIX, venerarem respeitosamente o rei e seus representantes (VIANNA, 2002, p.1081-1084). A administração pública foi imposta burocraticamente por todo o interior da colônia, fragmentando-se de maneira hierárquica e compondo um corpo de autoridades vigilantes (VIANNA, 2002, p.1086-1087).

Vianna considera que esse movimento de progressiva centralização do poder só teria sido perturbado na década de 1830 pela influência política liberal do período regencial, desestruturando a organização da autoridade pública elaborada no século XVIII e entregando novamente nas mãos dos chefes rurais a administração pública de suas localidades. Em resposta a essa desestruturação, o Ato Adicional de 1834 teria reforçado o poder das autoridades provinciais sobre os clãs parentais hegemônicos nas municipalidades, impondo o poder público ao poder pessoal dos clãs. Por outro lado, considera o autor, a centralização do poder nas Assembléias Provinciais deu origem a oligarquias regionais irremovíveis do poder pela autoridade nacional, situação revertida apenas na década de 1840 com as reformas legais que possibilitaram a centralização do

poder novamente nas mãos da corte, encerrando o ciclo de autonomia municipal e provincial e as revoltas locais do período. Oliveira Vianna conclui então que no segundo reinado o poder nacional centralizado teria consolidado a “pax brasilica”, garantindo o respeito ao direito e à ordem pública em todo o território nacional (VIANNA, 2002, p.1087-1095).

É ao longo desse processo que o autor localiza a “desintegração dos clãs rurais ao sul”, a diminuição progressiva do poder da única força política que, no Brasil, é capaz de resistir ao poder central – o senhor de terras, contra o qual teria atuado a metrópole no século XVIII e as províncias e o poder central no século XIX. Para a realização da desintegração desse poder no século XIX, Oliveira Vianna considera ter sido necessário atuar diretamente sobre os capangas dos chefes rurais, punindo-os com o rigor da lei ou absorvendo-os no recrutamento do exército. A expansão econômica da agricultura sobre o pastoreio também teria servido de fator pacificador da instabilidade desses “elementos inferiores”, ao afastar para as regiões mais inacessíveis uma atividade que estimularia a vadiagem, a rebeldia e o nomadismo. A diminuição das zonas de expansão também teria tido grande papel nesse processo, pois impediu que a aristocracia rural do século XIX gozasse de latifúndios tão extensos quanto os dos séculos XVI e XVII, fragmentando-os progressivamente através da partilha familiar das terras. Todos esses fatores, argumenta Vianna, contribuíram para a diminuição do poder econômico da aristocracia rural no século XIX, impedindo-a de sustentar um número de capangas extenso como o que se via nos latifúndios do período colonial (VIANNA, 2002, p.1096-1102).

Mas a centralização do poder no Brasil não é considerada por Oliveira Vianna o fruto da conjugação de fatores casuais. Pelo contrário, a Coroa teria exercido um papel fundamental nesse processo. Até a Independência, adverte o autor, não havia no país sentimento nacional, e cada província agia segundo seu interesse. As manifestações separatistas do início do século XIX só não teriam angariado apoio popular, segundo Vianna, pela fidelidade das populações à figura real. Sem a presença desta, a hegemonia fluminense não teria então se consolidado sobre o país, e um regime republicano no século XIX teria resultado em um inevitável desmembramento do território nacional. Por isso o autor considera a presença real portuguesa no Brasil do século XIX um “acidente feliz”, o qual teria permitido a subjugação dos caudilhos provinciais de forma “incruenta” e “pacífica” (VIANNA, 2002, p.1103-1107).

O desmembramento geral do país, como se vê, não se opera, depois de feita a Independência, simplesmente devido a um acidente feliz – o acidente da presença, no Rio, de um Rei. Outro fora o sistema aqui organizado pelos fundadores – e a hegemonia fluminense não se daria. [...] Costumam os republicanos perguntar por que não fundamos logo a república em 22 ou em 31, com a Independência ou depois da Abdicação. Entretanto, sem a monarquia, sem a presença imponente do Rei na sede do governo, essa unidade nacional do poder não se teria constituído. Logo depois da nossa emancipação colonial, seria impossível, no meio de um separatismo provincial tão intenso e de um caudilhismo local tão vivace, a instituição de um grande poder central, de caráter republicano, único, estável, localizado num ponto da costa, imperando soberanamente sobre toda a nação. [...] Sem o Rei, seria somente pelas armas, com o sangue e o fratricídio das guerras civis, que o caudilhismo provincial poderia ser, no IV século, debelado. [...] *O êxito pacífico e seguro da consolidação do poder nacional, no IV século, deve-se sobretudo ao prestígio imperial, à majestade e à inviolabilidade do Rei.* (VIANNA, 2002, p.1106-1107, grifos do autor)

Para Vianna as oligarquias dos clãs regionais teriam sido definitivamente submetidas ao poder central da nação no segundo reinado, graças ao sistema político estabelecido pelo imperador, que podia determinar os gabinetes e os presidentes provinciais e assim garantir a vitória eleitoral de um ou outro partido. O Senado e o Conselho de Estado, por sua vez, eram compostos vitaliciamente por representantes da influência real, e assim minavam o liberalismo da Câmara. E liberalismo, observa Vianna, representaria no Brasil sempre algum caudilhismo local ou provincial. A monarquia liberal, seguindo o modelo inglês, seria impraticável no Brasil, pois entregaria o poder e a administração públicos nas mãos do caudilho que obtivesse maioria na Câmara. A política conservadora seria, dessa forma, a mais apropriada para a realidade brasileira, permitindo ao rei governar e administrar a nação. Esse teria sido, na visão do autor, o “parlamentarismo brasileiro” adequado ao país: o absolutismo de D. Pedro II com aparências parlamentares, garantindo ao imperador a nomeação dos gabinetes e mesmo a dissolução das Câmaras para alterar a situação política, impedir a perpetuação no poder de uma facção específica e manter sobretudo a hegemonia da Coroa. A insatisfação liberal com esse sistema resultaria da incompreensão de que a atuação do imperador era impessoal e atendia às necessidades nacionais. Oliveira Vianna considera mesmo que esse sistema era fruto da sagacidade política de D. Pedro II, acostumado desde sua formação com as ameaças separatistas e facciosas. Ele teria agido apenas de acordo com a realidade brasileira e suas necessidades futuras, impondo uma “ditadura da moralidade” – na verdade, um liberal que reconheceu ser inviável no Brasil um liberalismo do tipo inglês (VIANNA, 2002, p.1107-1114).

Os políticos da escola liberal, todos educados nas doutrinas dos tratadistas ingleses, vêem nessa preponderância da vontade da Coroa uma derrogação do próprio regime parlamentar, a sua corrupção mais completa – e realmente o é,

considerada do ponto de vista britânico [...]. Mas, o que essa fórmula salutaríssima funda não é o parlamentarismo inglês, mas o parlamentarismo brasileiro, isto é, o absolutismo imperial de D. Pedro II. Ela equivale uma adaptação genial do instituto europeu ao nosso clima partidário, a melhor garantia da liberdade política num povo, em que, do município à província, da província à Nação, domina exclusivamente a política de clã, a política de facções, organizadas em “partidos” (VIANNA, 2002, p.1110).

Para ressaltar a inviabilidade do regime político liberal no Brasil, Oliveira Vianna discorre sobre a formação dos municípios brasileiros. Segundo ele, ao contrário do ocidente europeu, o latifúndio brasileiro impediu a formação da solidariedade política e cívica nos centros urbanos. Enquanto as comunidades saxãs, por exemplo, foram compostas por pequenos proprietários que se autonomizaram em defesa de seus interesses comuns, no Brasil as municipalidades sempre foram dependentes ou dos latifúndios ou de um poder público externo. Por isso sempre teriam sido fundadas por ordens de um poder exterior, com todas as suas instituições municipais já prontas, sem refletirem uma organização espontânea dos interesses locais – diferentemente das comunas medievais, que surgiram espontaneamente em populações que zelavam a proteção de suas instituições locais contra interferências externas. Vianna denomina *self-government* essa capacidade, que seria tipicamente saxã e germânica, de uma população local elaborar por conta própria suas instituições solidárias que zelam pelo seu interesse público – fenômeno substituído no Brasil pelo poder geral que organiza as instituições locais (VIANNA, 2002, p.1115-1119). A origem dessa diferença, como o autor anteriormente já havia procurado demonstrar, se encontraria na diferente densidade demográfica, elevada na Europa, mas esparsa pelos extensos latifúndios brasileiros (VIANNA, 2002, p.1121-1122). Por essa razão, conclui, o liberalismo que propõe a autonomia das municipalidades só seria aplicável à realidade européia, e não à brasileira, onde a emancipação dos núcleos locais só reforçaria o “centrifugismo” dos interesses particulares que disputariam o controle dos poderes locais – e é contra essa situação que a centralização do poder no Brasil sempre teria lutado (VIANNA, 2002, p.1126-1128).

Ao avaliar a “formação da idéia de Estado” no Brasil entre os séculos XVIII e XIX, Oliveira Vianna considera que, no extremo sul do país, a necessidade de resistir à presença constante dos platinos teria levado o Estado a ser organizado nessa região em defesa da comunidade – situação diferente do centro-sul, em que a maior força militar seria a dos clãs rurais diante da ausência de inimigos externos efetivamente ameaçadores. No centro-sul brasileiro, conseqüentemente, o Estado organizado pela

metrópole não atendia às necessidades da sociedade, mas aos interesses da Coroa, procurando limitar a ação dos latifúndios com seu aparato policial e fiscal. Assim, a atuação do Estado nessa região se fez sentir como opressora e extorsiva, com sua administração direta das regiões mineradoras, as interdições de culturas, os monopólios reais e os impedimentos a novas estradas. O que o autor ressalta nesse aspecto é a disparidade entre o poder público e a sociedade, pois as instituições públicas não teriam evoluído de acordo com as necessidades sociais. A transmigração da corte, por exemplo, trouxe ao Brasil uma série de instituições portuguesas desnecessárias para o novo ambiente. Essa discrepância teria marcado psicologicamente as populações rurais do centro-sul, que demonstrariam temor e respeito ao poder central e seus representantes, mas ao mesmo tempo rejeitariam as autoridades locais que nascem de um aparelho burocrático estranho às suas necessidades e que conferem poder a seus vizinhos imediatos. Para Oliveira Vianna, ainda não teria se operado no Brasil a distinção intelectual entre o poder público e seus representantes, e o poder continuou a ser visto por uma perspectiva pessoal. Nessas condições, a substituição das autoridades enfraqueceria o poder, e o parlamentarismo teria levado o Estado a ruir se não contasse com a presença do poder pessoal do imperador. A nação seria apenas um ideal importado da Europa para o Brasil, mantendo-se nas camadas superiores, mas não difundida entre a população (VIANNA, 2002, p.1129-1143).

Continuando sua reflexão sobre a “psicologia política” da população, Oliveira Vianna ressalta a índole pacífica dos brasileiros. A Independência não foi conquistada pela força das armas e os brasileiros jamais teriam conhecido a opressão de uma tirania violenta, cruel e espoliadora. O poder central teria sempre atuado apenas no sentido de limitar a ação dos chefes territoriais, e estes compunham uma aristocracia por sua riqueza, e não por um sistema segregador de castas. Mesmo os escravos foram absorvidos pelo ambiente familiar de seus proprietários. Todas as liberdades brasileiras, portanto, não foram obtidas por meio da luta. Situação diferente, observa o autor, da formação social dos anglo-saxões, que precisaram se organizar para garantir suas liberdades sociais contra opressões externas. No Brasil, ao contrário, as tiranias seriam sempre provocadas por chefes locais. Por isso, afirma Vianna, as garantias políticas do liberalismo fariam sentido na Inglaterra, e não no Brasil, onde a população não precisaria se resguardar contra possíveis opressões do governo. Essa característica seria parte da índole dos brasileiros, avessos a crueldades semelhantes às observadas nas tiranias hispano-americanas. Em sua opinião, essa índole pacífica e ordeira

compensaria, em termos de contribuição para a ordem social brasileira, a falta de capacidade política e a fragilidade da ordem instituída (VIANNA, 2002, p.1145-1151).

Por outro lado, o poder central, o grande opressor das liberdades locais e individuais nos povos europeus, exerce aqui uma função inteiramente oposta. Em vez de atacá-las, é ele quem defende essas mesmas liberdades contra os caudilhos territoriais, que as agridem. Estes é que, de posse do poder local, ou apenas com a sua capangagem, ameaçam as cidades, as aldeias, as famílias, com as suas brutesas, as suas vinditas, os seus cercos, os seus saqueios, os seus massacres. O poder central sempre intervém para garantir aos cidadãos na integridade dos seus direitos, no gozo das suas liberdades, na inviolabilidade do seu domicílio ou da sua pessoa. Os que pleiteiam, aqui, o fortalecimento dos centros locais e provinciais, à maneira saxônia, para melhor garantia das liberdades do cidadão contra o poder central, fazem uma aplicação inconsciente do conceito inglês deste poder – conceito justificável entre ingleses, porque entre eles o poder central sempre foi o grande inimigo das liberdades individuais e das franquias locais. *Entre nós, o poder central desempenha, ao contrário, uma função equivalente à da realeza no continente europeu, quando se alia ao povo para desoprimi-lo da compressão da nobreza feudal.* (VIANNA, 2002, p.1146-1147)

A índole pacífica da população brasileira teria sido um elemento limitador, segundo Oliveira Vianna, das revoltas populares. O autor considera que o Brasil não apresentaria as condições que julga necessárias para as revoluções sociais: consciência de direito violado, exemplo de resistência às autoridades, presença de uma classe de prestígio de onde possa sair um comando militar, agressividade e persistência na busca de um ideal político, capacidade racial adequada e particularidades geográficas favoráveis. Enquanto os gaúchos dos pampas e os sertanejos da caatinga demonstrariam grande combatividade, os matutos do centro-sul, após a ação do Estado a partir do século XVIII, teriam arrefecido sua capacidade combativa para a organização de levantes. Além disso, essas populações do centro-sul não teriam uma sensibilidade cívica perceptível, atendo-se às questões da honra pessoal e familiar. Por esse motivo, seriam inaptas às paixões políticas, mantendo uma indignação apenas superficial e realizando revoltas de duração breve. As revoltas liberais são consideradas por Vianna como fruto de um idealismo intelectual importador de idéias distantes da realidade brasileira, limitando-se em geral a debates oratórios e parlamentares, alcançando no máximo breves e limitadas revoltas, por não corresponderem a nenhum senso brasileiro de liberdade. O regime colonial imposto no século XVIII teria também semeado entre as populações centro-meridionais um temor vago e instintivo da autoridade governamental, e assim, teriam se habituado a não reagir contra o governo que não lhes agradasse, mantendo sempre a esperança de que um herói reformador pudesse chegar ao poder para regenerar o governo. Consequentemente, o sentimento de revolta dessas populações teria se mantido sempre no nível verbal, uma vez que também nunca

possuíram a prática da associação solidária para se organizarem contra o poder instituído. Quando suas revoltas chegam a eclodir, ocorreriam sempre no meio urbano, encaminhadas por baderneiros, e encontrando pouca adesão por parte da população, ainda que esta possa moralmente apoiá-las. Oliveira Vianna afirma então que, no centro-sul brasileiro, as “revoluções” seriam sempre doutrinárias e originárias de idéias exóticas, não contando com efetivo apoio popular. O povo mesmo teria pouca capacidade combativa, não compreendo as razões e as finalidades das revoltas e temendo o governo como uma instituição onipotente. A minoria intelectual que dá início a essas revoltas, por isso, sempre recorreria aos arruaceiros urbanos ou aos quartéis, mas em geral tem sua ação restrita ao campo da oratória (VIANNA, 2002, p.1152-1164).

A conclusão final de Oliveira Vianna em seu livro sobre as populações centro-meridionais do Brasil é a de que elas teriam desempenhado um imprescindível papel político na formação da nacionalidade brasileira. Enquanto na Europa a questão da autoridade dos Estados havia sido resolvida em um período anterior à questão da garantia das liberdades individuais diante de possíveis tiranias desse mesmo Estado, na América Ibérica o processo de formação das nacionalidades foi diferenciado, ressalta o autor. Aqui, as nacionalidades hispano-americanas teriam procurado resolver a questão das liberdades individuais antes da consolidação da autoridade do Estado, e por isso receberam a ascensão de um poder central – exatamente o elemento necessário, segundo Vianna, para a garantia da ordem legal e da integração nacional diante do caudilhismo separatista. A fragilidade da autoridade e unidade nacionais, afirma, também era um problema para a sociedade brasileira no momento de sua Independência, e o Estado precisava ainda conferir uma consciência comum a um conjunto de núcleos sociais dispersos e garantir o respeito destes a sua autoridade e lei. Essa obra teria sido realizada pelos estadistas conservadores e moderados do Império, que conseguiram organizar um governo monárquico centralizador, unitário e semi-aristocrático em um momento em que o ambiente intelectual simpatizava com ideais europeus liberais, democráticos, parlamentaristas e federalistas.

Problema, como se vê, de estruturação e ossificação da nacionalidade: trata-se de dar, ao nosso agregado nacional, massa, forma, fibra, nervo, ossatura, caráter. Problema, pois, de condensação, de concentração, de unificação, de síntese. Problema, portanto, cuja solução só seria possível pela ação consciente da força organizada. Quer dizer: *pela instituição de um Estado centralizado, com um governo nacional poderoso, dominador, unitário, incontestável, provido de capacidades bastantes para realizar, na sua plenitude, os seus dois grandes objetivos capitais: - a consolidação da*

nacionalidade e a organização da sua ordem legal. (VIANNA, 2002, p.1167-1168)

Assim, conclui Oliveira Vianna, a “função política” das populações brasileiras do centro-sul teria sido a de oferecer à sede deste governo um ambiente pacífico, ordeiro e conservador, enquanto as revoltas do norte e do extremo sul eram inibidas. Se a sede do governo imperial houvesse se estabelecido em uma destas outras regiões, pondera, o Império teria sido fortemente ameaçado pelos radicalismos liberais, o que poderia ter resultado nos conflitos civis, carnificinas, violências e tumultos sanguinários do ambiente político caudilhesco da América Hispânica (VIANNA, 2002, p.1165-1171).

Mais do que às circunstâncias históricas e políticas, que cercam o berço da nossa independência e nos envolvem a existência durante a nossa adolescência sob o Império, é a essas virtudes pacíficas, a essa têmpera branda e cordata, a esse espírito conservador e prudente, a esse inato desamor às brutalidades da luta armada, que devemos o termos podido ser, aos olhos das velhas dinastias e das grandes democracias européias, o exemplo radioso e solitário da ordem, da estabilidade e da paz, nesta parte do mundo, tão freqüentemente sacudida pelo abalo das revoluções. (VIANNA, 2002, p.1171)

O modo como Oliveira Vianna estrutura a experiência histórica brasileira em *Populações Meridionais do Brasil*, como se verá, é reafirmado em obras posteriores do autor. Nessa sua primeira narrativa histórica sobre o Brasil, Vianna deixa clara sua pretensão de delinear “cientificamente” as características psicológicas da sociedade brasileira, de modo a fornecer elementos para a adoção de um modelo político adequado à sociedade. Sua argumentação se desenvolve considerando que as características psicológicas essenciais para a formação da sociedade brasileira teriam sido determinadas pelas relações sociais hierárquicas e personalistas dos grandes latifúndios, os “clãs rurais”. Estes, por sua vez, estariam envolvidos em constantes conflitos particulares em busca de mais poder, influência e privilégios. Essas constantes disputas só não teriam fragmentado a nação devido ao poder centralizador do regime monárquico, consolidando um Estado brasileiro capaz de se impor sobre a atuação personalista dos chefes latifundiários. Por isso, conclui, as instituições liberais e o princípio da representatividade política seriam inadequados para o Brasil, pois o liberalismo teria significado sempre o fortalecimento dos chefes latifundiários e seus “clãs”, e nunca a representação dos interesses da população – sempre dependente e consequentemente manipulada pela “aristocracia rural”.

Essa concepção de um Brasil profundamente antidemocrático apóia-se em uma compreensão cientificista da sociedade, que procura inserir na narrativa histórica um acentuado determinismo racial característico das teorias sociais evolucionistas difundidas entre a intelectualidade brasileira do início do século XX. Oliveira Vianna se preocupa em demonstrar que a sociedade brasileira teria sido construída por uma elite branca que conservaria todos os supostos traços psicológicos europeus, mantendo sob seu controle negros, índios e mestiços, considerados como moralmente inferiores e instáveis. O lugar social ocupado por cada segmento étnico da sociedade não é resultante, em sua narrativa, de condições históricas ou econômicas, mas das capacidades diferenciadas que cada “raça” possuiria. O fator “raça” contribui, dessa forma, para a formação de uma sociedade inapta para uma política liberal representativa, pois seria responsável pela constituição de uma população dependente, que precisaria ser conduzida por uma elite branca dirigente. Esta, contudo, ao se manter fragmentada em seus conflitos pessoais, também não teria se mostrado capaz de conferir à nação um sentido de unidade, o que só pôde ser feito por um poder centralizador que teria se mantido acima das disputas pessoais pelo poder.

A interpretação histórica de *Populações Meridionais do Brasil* representa de modo imutável os elementos antidemocráticos da sociedade brasileira. O racismo que marcou a formação da sociedade é reproduzido em sua versão cientificista, negando à população miscigenada, indígena e negra, qualquer participação na condução da sociedade. Oliveira Vianna já estabelece como pressuposto a continuidade do lugar social subalterno conferido historicamente a essa população, que se justificaria por sua “inferioridade racial”. Às elites latifundiárias brancas a democracia só seria interessante para aumentar seu poder, o que a torna desnecessária e até mesmo perigosa, ameaçando a estabilidade do Estado. O que essa leitura racista da sociedade brasileira se recusa a admitir é a possibilidade da democracia ser talvez o único meio pelo qual as relações hierárquicas e autocráticas que marcaram a formação do Brasil sejam de fato rompidas, minimizando a atuação do poder personalista sobre a esfera pública.

1.3. O passado explica o futuro: identificando as tendências inevitáveis do Brasil

Em *Evolução do Povo Brasileiro* (1ª. ed. 1923)¹, livro primeiramente publicado pelo governo federal como prefácio aos dados levantados pelo censo de 1920, Oliveira Vianna procura traçar a formação e o desenvolvimento históricos da sociedade brasileira do período colonial ao republicano. O livro foi estruturado em uma introdução teórico-metodológica e três partes dedicadas à análise das três “tendências” principais que o autor observa na evolução brasileira: (1) tendência social de colonização dos chapadões centrais do Brasil, (2) evolução étnica “arianizante” das populações mestiças e (3) movimento político de centralização e ascendência do poder central no Brasil.

Em sua introdução teórico-metodológica, Oliveira Vianna expõe a chave conceitual de sua obra: o conceito de “evolução social”. Defende que este teria sido uma contribuição fundamental para as ciências sociais, desenvolvido a partir das obras de Spencer, Darwin e Haeckel. Ainda assim, considera que as primeiras teorias evolucionistas eram limitadas e se utilizavam de generalizações forçadas, o que chama de “evolucionismo unilinear” – um evolucionismo determinista que considera que sociedades diferentes partem de um início comum e atravessam, mesmo que em ritmos diversos, as mesmas etapas da evolução social. A esse evolucionismo unilinear Oliveira Vianna contrapõe a contribuição de Gabriel Tarde para a teoria evolucionista, com o conceito de “pluralidade das linhas de evolução”. Com esse conceito, não se negaria à ciência a capacidade de encontrar leis gerais que regessem a evolução social, mas apenas se rejeitaria o “uniformismo”, o “unilateralismo” e o “fatalismo” da evolução. As ciências sociais deveriam buscar, portanto, fórmulas mais flexíveis de evolução social, que fossem capazes de abarcar diferentes formas de vida social em suas diferentes especificidades (VIANNA, 1933, p.11-19).

Tal heterogeneidade entre os povos seria explicada pela existência de diversos fatores determinantes na formação e desenvolvimento das sociedades: históricos, étnicos, econômicos, geográficos, climáticos, etc. Uma sociedade seria “moldada” pela

¹ Cf. VIANNA, 1933.

atuação conjunta desses elementos sobre os homens. Dentre esses elementos, o meio geográfico seria o fator mais forte. Não em uma perspectiva fatalista como a que afirma ser de Ratzel, mas na perspectiva “possibilista” de La Blache, onde o homem reagiria de maneira não-automática ao meio físico no qual se encontra, mas ainda assim sem se libertar totalmente de suas influências. Para Oliveira Vianna, estudar a especificidade brasileira dentro desse “moderno conceito de evolução social” teria, essencialmente, duas utilidades básicas: a preparação de elementos e dados para uma futura síntese geral da evolução social humana – uma contribuição para o esforço científico – e o conhecimento das leis que presidiram a formação brasileira, útil para uma ação política orgânica que estivesse de acordo com as condições específicas do Brasil. O Brasil deveria, para tal, ser estudado a partir de suas características próprias, sem a preocupação de enquadrá-lo dentro das teorias evolucionistas mais gerais (como, de acordo com Oliveira Vianna, teria sido feito por Sílvio Romero, Fausto Cardoso e pelos “positivistas sistemáticos”) (VIANNA, 1933, p.19-32).

Faríamos com isto um trabalho de dupla utilidade. Prepararíamos, por um lado, elementos para a futura síntese geral, concorrendo assim com o nosso esforço para a obra comum da ciência; e, por outro lado, com o conhecimento integral das leis que presidem a nossa formação, prepararíamos as bases de uma política objetiva e experimental, de uma política orgânica, induzida das condições específicas da nossa estrutura social e da nossa mentalidade coletiva. (VIANNA, 1933, p.30)

De acordo com Oliveira Vianna, a história teria um papel fundamental para se estudar o Brasil, na medida em que permitiria comparar as diversas fases evolutivas de cada sociedade, possibilitando um “diagnóstico” da sociedade, apontando seus próprios “males” e seu “remédio” particular. O Brasil viria sendo analisado através de leituras errôneas que o colocam em pé de igualdade com a civilização européia e, apesar das heranças européias presentes no Brasil, seria necessário compreender que há elementos determinantes próprios da evolução brasileira que são irredutíveis. São esses elementos que conferem a especificidade brasileira dentro do quadro geral da civilização. Essa é a justificativa científica que Oliveira Vianna dá ao estudo empreendido no livro. Define-o como um “estudo de antropogeografia econômica e política”, onde o objetivo principal é “mostrar as correlações existentes entre os *indivíduos* e o *território*”, tentando abordar como as particularidades geográficas condicionaram a ocupação brasileira, quais são os aspectos antropológicos da formação racial brasileira e quais reações os fatores geográficos teriam exercido sobre as instituições políticas brasileiras (VIANNA, 1933, p.32-44).

No volume das *Populações meridionais*, o meu principal objetivo foi discriminar e ressaltar a trama das vinculações que prendem os *indivíduos* aos *grupos regionais*, a que pertencem: é, por isso, um ensaio de sociologia histórica e psicologia social. Neste volume, porém, que agora sai, o meu objetivo principal é mostrar as correlações existentes entre os *indivíduos* e o *território*, em que habitam: é, pois, um estudo de antropogeografia econômica e política. Retomando as considerações feitas nas *Populações meridionais* sobre a formidável função colonizadora dos paulistas antigos, faço neste volume de agora uma discriminação mais justa e minuciosa das causas econômicas, sociais e etnográficas do bandeirismo. Mostro como as particularidades do nosso relevo geográfico, da nossa estrutura geológica e das nossas condições fitográficas explicam e condicionam todas as modalidades e diretrizes daquela maravilhosa irradiação. (VIANNA, 1933, p.37, grifos do autor)

Na primeira parte da obra, “Evolução da Sociedade”, Oliveira Vianna se dedica ao tema da ocupação do território brasileiro pelos portugueses. Integra, em sua narrativa, o movimento de colonização do interior brasileiro e o desenvolvimento das características básicas da sociedade que aqui se forma. São essas características iniciais, consolidadas ainda no período colonial, que teriam marcado de maneira profunda nossa sociedade – seriam a essência da civilização brasileira descrita por Oliveira Vianna. Sua sobrevalorização do período colonial ante os períodos posteriores da história brasileira é mais uma vez reafirmada. A realidade urbana é, para o autor, um episódio recente e de menor expressão na história brasileira. O Brasil é essencialmente rural, e as origens de sua sociedade estão na colônia agrícola e em seu caráter basicamente latifundiário.

Retomando suas considerações já desenvolvidas em *Populações...*, a primeira característica encontrada por Oliveira Vianna nessa civilização tropical é sua natureza agrícola. Tendo chegado a uma terra sem riquezas a serem exploradas, os portugueses só poderiam aproveitá-la transformando-a em uma região de cultivo. A exploração agrícola, por sua vez, só poderia ter sido realizada por meio de vastos latifúndios, resultado da política de concessão de sesmarias adotada pelos portugueses. Estas, concedidas apenas a indivíduos de posses descendentes da fidalguia lusitana, estendiam-se por várias léguas, impossibilitando a formação da pequena propriedade. O mundo colonial brasileiro gravitava, portanto, em torno dessa aristocracia rural de hábitos fidalgos, senhores de vastos latifúndios. Essa sociedade colonial, essencialmente rural, dividia-se em dois tipos de latifúndio: o latifúndio agrícola, inicialmente restrito à faixa litorânea e dedicado à produção do açúcar, e o latifúndio de pastoreio, criados pelos “desbravadores do interior” ansiosos por fazer fortuna, que se espalharam pelos sertões brasileiros (VIANNA, 1933, p.51-68).

Oliveira Vianna sistematiza novamente a estrutura social dessa sociedade latifundiária em três classes distintas. A classe senhorial, dos grandes proprietários de terra – a aristocracia rural na qual se concentram os homens brancos; a classe dos homens livres, composta por homens brancos pobres e pela população mestiça; a classe escrava, na qual se encontrava a população negra. Os latifúndios se constituíram como “oniprodutivos”, ou seja, capazes de produzir todos os artigos que sua massa de trabalhadores precisasse para sobreviver, eram independentes e autônomos, e não precisavam recorrer a nenhum contato externo para se sustentarem. Dessa forma, a classe senhorial era soberana em suas terras, gerando uma estrutura social praticamente “feudal”. As classes inferiores estavam ligadas aos seus senhores por vínculos de fidelidade e obediência, em troca de proteção e sustento fornecidos por seus senhores. Aqui, Oliveira Vianna retoma sua caracterização dessa estrutura social formada nos latifúndios a que denomina de “clã fazendeiro”, associação que julga característica do mundo rural brasileiro, cuja influência teria sido dominante por todo o período colonial (VIANNA, 1933, p.69-79).

Dada a sua extrema independência econômica, derivada, como vimos, do seu regime oniprodutivo, e dada a extraordinária extensão da sua base geográfica, essas pequenas sociedades rurais vivem quase sem nenhuma relação com as outras vizinhas, pois entre umas e outras medeiam distâncias de muitas léguas. De maneira que formam verdadeiros núcleos autônomos, tendo a sua economia própria, a sua vida própria, a sua organização própria: e dão à sociedade colonial um aspecto ganglionar e dispersivo, de extrema rarefação. (VIANNA, 1933, p.72)

Como a posse da terra teria sido o único meio de classificação social na colônia, Vianna considera que as constantes correntes migratórias de portugueses que para o Brasil vinham traziam elementos dotados de “eugenismo”, ou seja, homens brancos desejosos e capazes de ascender socialmente, que tinham na obtenção de sesmarias o único meio de consegui-lo. A partir daí teria se originado a “tendência centrífuga” na ocupação do território brasileiro, levando os colonizadores a se afastarem dos centros urbanos litorâneos em direção ao interior não-explorado, em busca de terras para seus latifúndios. É possível perceber em *Evolução do Povo Brasileiro* que Oliveira Vianna ressalta ainda mais o papel dessa “tendência centrífuga” na formação da sociedade brasileira, presente na ação dos colonizadores em suas bandeiras desbravadoras dos sertões, expandindo a colônia pelos chapadões centrais do Brasil, vencendo os índios e o inimigo hispânico, e deixando atrás de si vastos latifúndios de pastoreio. Essa ocupação acelerada do interior brasileiro, que teria atingido seu auge entre meados do século XVII e meados do século XVIII, vai dar à sociedade colonial sua forte

característica dispersiva, “espalhando” por um imenso território uma pequena população, separada entre si por grandes distâncias, dada a extensão desses latifúndios. Oliveira Vianna caracteriza essa sociedade como “ganglionar”, i.e., dividida em pequenos “nódulos sociais” distantes entre si por vastas áreas despovoadas e com pouco ou nenhum contato, uma vez que essas ocupações seriam “oniprodutivas” (VIANNA, 1933, p.80-101).

Dissemos [...] que o regime oniprodutivo, que regula a vida desses grandes domínios no período colonial, torna-os verdadeiros organismos autônomos, sem nenhuma ou quase nenhuma relação de interdependência uns com os outros. O modo por que se realiza a expansão e a conquista do interior pelos povoadores do norte e do sul, isto é, por meio de bandos instáveis, de grande capacidade de deslocação e penetração, agrava, como se vê, ainda mais esta situação de independência e isolamento – porque dá causa a que esses latifúndios se localizem de uma maneira dispersiva, intervalados por grandes extensões de deserto. Daí este estado de rarefação que caracteriza a massa da nossa população no período colonial, subdividida em miríades de pequenos “nódulos sociais”, espalhados disseminadamente por toda a imensa superfície desvendada pela audácia dos conquistadores sertanistas. *Este fato vai ter sobre a organização dos poderes públicos e sobre a evolução das instituições políticas, no período colonial, uma influência poderosíssima, como veremos [...].* (VIANNA, 1933, p.100-101, grifos do autor)

Uma vez dispersa essa estrutura social por toda colônia, a partir de meados do século XVIII e durante o século XIX, o autor chama a atenção para a diminuição do ritmo dessa expansão. Durante o período imperial, a expansão teria diminuído e os grupos móveis se sedentarizado, fixando essa estrutura social “clânica” ou “feudal”. A aristocracia rural se fortalece mais ainda com a cultura do café, a qual, de acordo com Oliveira Vianna, assim como a cultura da cana-de-açúcar, seria uma eficaz selecionadora de tipos sociais aptos para dirigir a sociedade. Novamente essa aristocracia rural é apresentada como quem teria consolidado o país durante o regime imperial (VIANNA, 1933, p.101-104).

Já no final do século XIX, durante o período republicano, Oliveira Vianna aponta o surgimento de um movimento populacional de tendência centrípeta, resultado da Abolição de 1888. Apesar de restrito à influência dos centros urbanos de maior importância (como São Paulo, Rio de Janeiro e mais tarde Belo Horizonte), essa tendência leva um contingente da população rural em direção às cidades, em um sentido oposto à tendência observada ao longo dos séculos anteriores. A outra tendência, centrífuga, continua, e Oliveira Vianna a aponta como ainda sendo a principal tendência do movimento populacional brasileiro, mesmo no período republicano, tendo em vista a constante expansão dos latifúndios cafeeiros, o contínuo deslocamento de caboclos do

nordeste para a região amazônica e a progressiva colonização das planícies do sul por imigrantes europeus (VIANNA, 1933, p.105-119).

Desmornada essa velha e soberba edificação, que é a nossa aristocracia territorial, parte dos seus elementos entram a viver, na solidão dos seus vastos domínios, agora incultos, a vida vegetativa dos decaídos: de modo que hoje não raro encontramos, quando percorremos o nosso interior agrícola, descendentes de grandes e antigas famílias aristocráticas nivelados com os elementos mais obscuros da nossa plebe rural. Outra parte, porém, fugindo à decadência no seu próprio meio, emigra para as capitais mais importantes, em busca de uma nova situação nas indústrias, nas profissões liberais ou na burocracia. *Daí a rápida formação de grandes centros urbanos durante o trintênio republicano.* [...] Este moderno deslocamento das nossas populações rurais para os centros urbanos, acelerado, aliás, pela nossa política de proteção industrial, não abrange a totalidade da massa nacional: circunscreve-se mais propriamente àquelas populações sujeitas, pelo fato da proximidade geográfica ou pelas facilidades dos meios de circulação, à *influência centrípeta das grandes cidades industrializadas*, isto é, à influência do Rio, de S. Paulo, de Belo Horizonte, de Recife ou da Bahia. Fora daí, as forças que movimentam o grosso da população nacional são de outra natureza e imprimem-lhe diretrizes inteiramente opostas às do centripetismo urbano assinalado. (VIANNA, 1933, p.107-108, grifos do autor)

Na segunda parte da obra, “evolução da raça”, Oliveira Vianna se detém sobre a composição étnica da população brasileira. A dedicação de uma das três partes do livro para esse assunto demonstra que, entre *Populações...* e *Evolução do Povo Brasileiro*, o tema, que já era considerado antes pelo autor como um elemento determinante da formação social, era merecedor de um destaque ainda maior. No prefácio à 2ª edição do livro, em 1933, Vianna afirma ter sido essa a parte menos compreendida de seu trabalho, mas ainda assim considerava válidas suas observações (VIANNA, 1933, p.1-4). Ele ressalta, no início dessa segunda parte, que o tipo étnico brasileiro surgiu a partir da miscigenação de três raças, e afirma ser sua intenção determinar quais as influências que essas três raças e seus tipos distintos tiveram na formação do povo nos “caracteres somáticos e psicológicos” dos “tipos nacionais” brasileiros.

Vasto campo de fusão de raças, o nosso país se faz, nos primeiros séculos da sua formação, o centro de convergência de três raças distintíssimas, duas das quais exóticas. Em nenhum povo a origem étnica há provindo da mistura de raças tão radicalmente diferentes. Os caldeamentos étnicos têm aqui uma intensidade, uma generalidade e uma complexidade que os nossos irmãos latinos do continente não conhecem. [...] Entre nós, ao contrário, o negro, o índio e o branco caldeiam-se profundamente, cruzam-se e recruzam-se em todos os sentidos, dois a dois, três a três, em todos os pontos do território e, como cada um desses elementos traz uma estrutura antropológica específica, compreende-se como é árduo o problema da determinação da influência que cada um deles tem na formação do nosso povo e na constituição dos caracteres somáticos e psicológicos dos nossos tipos nacionais. Esta dificuldade aumenta ainda mais quando consideramos que, mesmo dentro de cada uma dessas raças originárias, os seus representantes não possuem todos a mesma unidade morfológica, nem a mesma mentalidade; ao contrário, variam mais ou menos sensivelmente num e noutro sentido, apresentando, às vezes, como nas duas raças bárbaras, a negra e a vermelha, tipos de tão

acentuada diversidade somática e psicológica que dir-se-iam provindos de raças inteiramente distintas e inconfundíveis. (VIANNA, 1933, p.123-124)

Na caracterização étnica dos portugueses, Oliveira Vianna os divide em dois grupos distintos: os dólicos-louros, identificados com o *Homo Europeanus* de Lapouge, e os brunóides celtibéricos. Aos dólicos-louros Oliveira Vianna atribui a expansão ultramarina portuguesa, dado seu ímpeto conquistador e expansionista, e sua ânsia por fazer fortuna. Teriam sido os grandes desbravadores do território brasileiro, responsáveis pelas bandeiras e pela criação dos grandes latifúndios. Para o autor, esses dólicos-louros, de natureza aristocrática e dominadora, constituíram a aristocracia rural dominante no Brasil. Já os portugueses celtibéricos, do tipo bruno, não possuiriam o mesmo ímpeto conquistador e guerreiro, migrando para o novo território apenas depois desse ter sido pacificado. Teriam se originado da plebe camponesa lusitana, de natureza sedentária, e posteriormente se tornado a “plebe rural” brasileira (VIANNA, 1933, p.124-135).

Vianna considera os índios como mais difíceis de serem caracterizados, dada sua diversidade étnica, que variaria de acordo com cada tribo. O autor ressalta que essa diversidade teria sido repassada para o tipo antropológico e racial nacional na sociedade colonial, na medida em que os índios teriam se inserido nesta “puros” ou miscigenados com os tipos étnicos brancos (VIANNA, 1933, p.135-138).

Entre esses aborígenes alguns possuem temperamento pacífico e dócil, como os guayanazes de Piratininga, e, em geral, os que habitam o vale amazônico; outros, porém, são guerreiros intratáveis, como os aymorés, por exemplo, cuja ferocidade enche de pavor os primeiros colonizadores brancos. Em alguns as qualidades intelectuais são mais acentuadas – o que se revela pela posse de uma civilização superior e por certo gosto artístico na elaboração dos seus artefatos. Outros nem sequer haviam evoluído até a organização social das aldeias, que não conhecem. Estes são inteiramente nômades e caçadores: aqueles já praticam uma agricultura rudimentar e têm uma vida sedentária mais ou menos organizada. Em tudo isto se pressente a enorme diversidade de atributos de ordem moral, que essas várias tribos vão trazer à formação étnica do nosso povo, quando, ou puros ou cruzados com os dominadores brancos, se incorporam à sociedade colonial, como elementos de trabalho ou como força guerreira. (VIANNA, 1933, p.136-137)

Os negros, para Oliveira Vianna, teriam contribuído para uma variedade ainda maior de tipos diferenciados na formação étnica brasileira. A miscigenação intensa entre os diferentes tipos brancos e os inúmeros tipos negros teria dado origem aos mais variados tipos possíveis de “mulatos”. A continuação da miscigenação entre a própria população mestiça teria, segundo o autor, misturado ainda mais essa composição étnica, gerando na sociedade brasileira uma intensa diversificação na hereditariedade genética (VIANNA, 1933, p.138-141). É a passagem na obra de Vianna em que seus

pressupostos racialistas e racistas são expostos de maneira mais explícita, demonstrando como as teorias raciais que orientavam o autor caracterizavam psicologicamente e moralmente a população negra.

São, porém, os tipos africanos os que vão trazer a esse caos o contingente maior de confusão e discordância. [...] Só a enumeração das tribos ou “nações” aqui entradas forma um rosário interminável [...]. Os negros da tribo yebú, por exemplo, ou os da tribo cassange, ou haussá, embora reforçados e entroncados, têm *a fealdade repulsiva dos tipos negros puros*. Os da nação mina, ou fula, ou achanti, ou felanin, são tipos, ao contrário, de grande beleza pela proporcionalidade das formas, pela suavidade dos traços, pela esbelteza da estatura, *pela cor mais clara e pelos cabelos menos encarapinhados* do que os das outras nações. [...] Em relação à beleza plástica, nenhum deles sobreleva os jolofos e os sêreres [sic], cuja soberba compleição tem *a pureza, a graça e a nobreza do tipo europeu*. Essa diversidade de caracteres morfológicos se acompanha de igual diversidade de atributos mentais. Os grupos negros diferem muito pelo temperamento, pela moralidade, pela inteligência, pela atividade. Há tribos de negros indolentes, como os gêngis e os angolas, como os há de negros laboriosos, como os timinis, os minas, os dahomeyanos. Os minas, os yorubas, os egbas, os krumanos, os felanins possuem *temperamento dócil e civilizável, são negros pacíficos, afeitos à obediência e à humildade*; já os haussás, os efans, os gallas mostram qualidades de altivez, rebeldia e mesmo ferocidade, que os fazem pouco apreciados pelos senhores ou insuscetíveis de cativo. O grau de moralidade também varia muito de tribo a tribo e, se há negros de costumes honestos, como os yorubás, os egbas, os haussás, há-os de caráter pouco resistente e facilmente corrompíveis, como os gêgis e os angolas. Estes últimos são, porém, superiormente dotados no ponto de vista intelectual, ao passo que outros, como os gêgis, os krumanos, os cabindas, revelam *a inferioridade mental, própria aos tipos mais baixos da raça negra*. Essas várias “nações” se fundem com os colonizadores brancos [...] e os seus mestiços, os “mulatos”, ostentam, como é fácil de compreender, uma variedade indescritível de tipos, tanto na sua psicologia, como na sua caracterização antropológica. (VIANNA, 1933, p.138-140, grifos nossos)

Essas três raças fundamentais, em si já tão diferentes e diversificadas, teriam então se mesclado em diferentes dosagens pela extensão do território brasileiro. Em certas regiões predominaram os elementos indígenas, em outras os negros e em outras os brancos. Devido a essa diversidade na distribuição geográfica, seria impossível, para Vianna, encontrar no Brasil um “tipo único e nacional”. De acordo com a descrição do autor, os brancos se encontrariam concentrados com menor miscigenação no vale amazônico, nas zonas metalíferas, no extremo-sul e nas cidades costeiras. Os índios e seus mestiços se concentrariam nas regiões extrativistas e de pastoreio – a concentração do elemento indígena aumentaria do litoral para os sertões e do sul para o norte, atingindo seu máximo na floresta amazônica. Os negros e mulatos teriam se distribuído pelo país ocupando as regiões de onde os índios foram expulsos, ou seja, as regiões agrícolas e mineradoras, em dois movimentos, um de concentração na faixa agrícola litorânea, e outro de transmigração, através das zonas auríferas. Sua preponderância

étnica se encontraria na faixa costeira que vai do Maranhão a São Vicente e em todos os centros agrícolas e mineradores do interior, tanto no planalto meridional quanto no sertão do norte. Sua presença seria atenuada para o norte do Maranhão e para o sul de São Vicente (VIANNA, 1933, p.141-150).

Além da distribuição geográfica das três raças, Oliveira Vianna se preocupa em fazer uma descrição de sua distribuição social, ou seja, qual papel social coube a cada raça na formação da sociedade brasileira. De acordo com o autor, os brancos teriam sabido distinguir com clareza as aptidões dos elementos das “raças inferiores”, distribuindo-os de acordo com suas capacidades. Os negros foram ocupados no trabalho braçal, seja na cidade ou no campo, enquanto os índios teriam sido empregados em trabalhos que exigissem menos esforço continuado, possibilitassem maiores folgas, e possuíssem um caráter menos acentuado de servilidade, normalmente como canoieiros e curraleiros. Junto com mestiços mamelucos e cafuzos, teriam sido aproveitados também pelos sertanistas e bandeirantes nos seus exércitos expansionistas. Já os negros “mais inteligentes” e os mulatos foram utilizados em ofícios menos arriscados nos latifúndios, direcionados para todo tipo de trabalho manual e artesanal, assim como aos serviços domésticos. Os mulatos apresentariam uma tendência a sair para a “classe livre dos moradores”, especialmente os mais claros, filhos de pais brancos que os alforriavam. Esses mulatos libertos formariam o grosso da “plebe rural”, segundo Vianna, ao lado dos brancos que não ascenderam socialmente. Os brancos teriam se distribuído entre essa “plebe rural”, pela peonagem branca, e a aristocracia rural, para a qual inevitavelmente tenderiam a ascender os seus tipos “superiores”. Nessa aristocracia rural teriam se concentrado exclusivamente os homens brancos, assim como em todos os cargos públicos, civis ou militares – privilégio dos brancos (VIANNA, 1933, p.150-154).

Cada raça se distribui pelas diversas classes sociais, conforme as suas aptidões específicas, e já vimos como os brancos sabem distinguir essas aptidões e orientar a distribuição e a fixação das duas raças inferiores no sentido do seu melhor aproveitamento. Os negros se fazem, por isso, na zona rural os principais instrumentos do trabalho agrícola, os grandes manejadores do machado, da foice e da enxada. Nas cidades, os senhores os empregam nos serviços mais rudes e que exigem menos inteligência, como o de carregadores de trapiches e trabalhadores braçais. Os índios são progressivamente acantoados naqueles serviços rurais que exigem menos esforço continuado, permitem folgas maiores e não possuem um caráter muito acentuado de servilidade. [...] São eles também e os seus mestiços “mamelucos” e “cafusos”, os que, pela sua maior rusticidade e humor guerreiro, são aproveitados pelos sertanistas e bandeirantes para formarem, de preferência, o corpo dos seus exércitos de preia e de conquista. Os negros mais inteligentes e os seus mestiços “mulatos” ficam nos latifúndios,

aplicados em outros ofícios menos arriscados [...]. Das diversas tribos negras aquelas mais bem dotadas de inteligência e de sentimentos são utilizadas nas profissões, em que esses dotes se fazem mais necessários: [...] dominam principalmente entre os oficiais de ofício manual, como pedreiros, carpinteiros, tanoeiros, ferreiros, calafates. Nos serviços domésticos, as negras “minas”, dóceis, afetuosas e possuindo uma inata habilidade culinária, são preferidas como mucamas e cozinheiras. Elas e s da raça fula, porque são mais belas, elevam-se mesmo, às vezes, à condição de “donas de casa” ou “caseiras” [...]. Os mulatos, em regra, mais inteligentes do que os negros puros, mais vivazes e destros, mais ladinos, aplicam-nos os senhores em ofícios mais finos, como sapateiros, sirigueiros, marceneiros e alfaiates, em que se revelam habilíssimos. Os mais claros e esbeltos são preferidos para o serviço de pajens: entre os paulistas antigos é mesmo uma das grandes vaidades o poder ostentar um corpo de pajens da melhor aparência ariana. [...] Esses mulatos, assim tão bem aquinhoados antropológicamente, originam-se naturalmente do cruzamento de brancos com negras “fulas” ou “felanins”, que são as que mais se aproximam do tipo branco. (VIANNA, 1933, p.150-152)

Para Oliveira Vianna, o índice de “eugenismo” das raças poderia ser medido na sociedade colonial através da posse de terras – elemento único de ascensão social. O índio seria, portanto, incapaz de fornecer elementos eugênicos devido à sua incapacidade de possuir terras. O negro chegaria a fornecer alguns elementos desejosos de terra, os quais, com esforço, chegam eventualmente a conquistar alguma. Mas mesmo seus elementos eugênicos estariam tão distantes das exigências “superiores” que constituiriam a mentalidade dos homens brancos que Vianna não hesita em afirmar que os negros em nada teriam contribuído para a obra civilizatória.

O homem branco cultiva, com efeito, certas aspirações, move-se segundo certas predileções e visa certos objetivos superiores, que de modo algum serão capazes de constituir motivos determinantes da atividade social do homem negro. Esses objetivos, que são a causa íntima da incomparável aptidão ascensional das sociedades arianas, deixam indiferentes os homens da raça negra, na sua quase totalidade incapazes de se elevarem, quando transportados para um meio civilizado, acima das aspirações limitadas da sua civilização originária. O poder ascensional dos negros em nosso povo e em nossa história, se é, pois, muito reduzido, apesar da sua formidável maioria, não o é apenas pela pequena capacidade eugenística da raça negra, não o é apenas pela ação compressiva dos preconceitos sociais, mas principalmente pela insensibilidade do homem negro a essas solicitações superiores que constituem as forças dominantes da mentalidade do homem branco. Quando sujeitos à disciplina das senzalas, os senhores os mantêm dentro de certos costumes de moralidade e sociabilidade, que os assimilam, tanto quanto possível, à raça superior: desde o momento, porém, em que, abolida a escravidão, são entregues, em massa, à sua própria direção, decaem e chegam progressivamente à situação abastardada, em que os vemos hoje. (VIANNA, 1933, p.157-158)

Para ele, foi o homem branco, exclusivamente, quem moldou a civilização sobre a massa de índios e negros que habitam o território brasileiro. A dificuldade ou problema que haveria em civilizar as duas raças “inferiores” poderia ser solucionado através da miscigenação com a raça branca – que, de acordo com Oliveira Vianna,

poderia dar origem a mestiços “superiores” com tendência à ascensão social (VIANNA, 1933, p.154-164).

Oliveira Vianna acaba concluindo pela impossibilidade de caracterização de um tipo étnico nacional único, mas afirma que o grosso da população brasileira é composto de brancos e mestiços, enquanto os índios e negros tenderiam a diminuir “visivelmente” em seu contingente numérico e proporcional. Ressalta também que a dificuldade de caracterização do tipo nacional deve-se ao incompleto processo de fusão das três raças e à existência de ainda numerosos contingentes de elementos puros das “raças bárbaras”. Mas, apesar disso, acredita na existência de uma tendência étnica que considerava cada vez mais forte: a da “arianização” progressiva dos grupos regionais, elevando o coeficiente da raça branca na população brasileira – para a qual apresenta uma série de dados estatísticos mostrando a fecundidade dos grupos brancos e a alta mortalidade dos grupos negros e indígenas. Oliveira Vianna vê na miscigenação um lento processo de depuração étnica, através do qual as populações mestiças do Brasil estariam se “arianizando” progressivamente, graças à imigração constante de europeus para nosso território (VIANNA, 1933, p.164-194). Nesse processo de “branqueamento” que autor vê na população brasileira, não é ocultado seu desejo de eliminação da presença negra no Brasil, lamentando mesmo o fim das senzalas e das crueldades da escravidão que elevavam a taxa de mortalidade da população negra brasileira:

O tipo antropológico do brasileiro só poderá, pois, surgir com a sua definitiva caracterização depois de uma lenta elaboração histórica, quando o trabalho de fusão das três raças originárias se tiver completado e as seleções étnicas e naturais tiverem ultimado a sua obra simplificadora e unificadora. Por enquanto, os tipos cruzados estão ainda muito próximos das suas origens. Demais, das duas raças bárbaras ainda se conservam, no seio da massa nacional, grandes contingentes, que ainda não se fundiram inteiramente e guardam intacta a sua pureza primitiva. Ora, a absorção desses contingentes bárbaros pela massa mestiça obedece a um processo seletivo de lenta e laboriosa realização. Entretanto, podemos já assinalar, nos movimentos desse caos em elaboração, uma tendência que cada vez mais se precisa e define: a tendência para a arianização progressiva dos nossos grupos regionais. Isto é, *o coeficiente da raça branca eleva-se cada vez mais em nossa população.* (VIANNA, 1933, p.171-172, grifos do autor)

Estudando, por exemplo, há um século passado, a população do Maranhão, PEREIRA LAGO, de que já falamos várias vezes, constata esse duplo fato, também observado na mesma época entre as populações do sul: *a redução do grupo africano e a fecundidade do grupo ariano.* Dizendo que a população branca tem aumentado sensivelmente, atribui este fato à imigração, mas observa que, sendo os imigrantes, em regra, homens moços, a sua capacidade procriadora é maior: daí, o aumento da população da raça branca. Os negros, ao contrário, têm, ao seu ver, diminuído em número [...]. Reconhece que, para este efeito destruidor do *H. afer* em nosso meio, colaboram três causas: miséria, vício e castigo. Quer dizer: uma seleção social, uma seleção patológica e uma seleção econômica; ou, mais expressivamente: o açoite, o

álcool e a má alimentação. [...] como na plebe dos campos, os elementos étnicos dominantes pertencem aos tipos inferiores (negros, caboclos, mulatos, mamelucos), são certamente os descendentes destes os, de preferência, eliminados. (VIANNA, 1933, p.180-181, grifos do autor)

Em suma, com uma mortalidade incomparavelmente superior à sua natalidade, a população escrava estava condenada, logo nos primeiros séculos coloniais, a uma rápida desapareição, se não fora continuamente renovada, até 1850, por um largo afluxo imigratório, vindo da África. Sob este aspecto, pode-se dizer que *a lei da abolição, de 1888, concorre para retardar a eliminação do H. afer em nosso país* – porque, não há dúvida que, conservado em escravidão, ele teria desaparecido mais rapidamente. (VIANNA, 1933, p.183-184, grifos do autor)

Na terceira parte da obra, “evolução das instituições políticas”, Oliveira Vianna se dedica à formação e desenvolvimento das instituições políticas brasileiras em suas três fases (colonial, imperial e republicana) e em sua relação com o meio natural e social que teriam lhes influenciado.

Durante o período colonial, o que Oliveira Vianna ressalta é a ação dispersiva do ambiente geográfico, que teria fragmentado a administração da colônia cada vez mais, apesar da tentativa dos portugueses de instituir uma administração unitária. Essa tentativa teria fracassado devido à vasta extensão territorial da colônia, que obrigou os estadistas coloniais, preocupados com a defesa do território e com a fiscalização da colônia mais do que com sua integração, a fragmentarem sua administração sucessivamente. Dada a distância que separa as diversas regiões e as dificuldades de comunicação da época, a colônia teria se consolidado sobre “um máximo absoluto de base física com um mínimo absoluto de circulação social e política”. Ou seja, os estadistas coloniais teriam sido transigentes com a ação dispersiva do território brasileiro (VIANNA, 1933, p.197-218).

A ação dispersiva do território não teria apenas fragmentado a administração colonial. Seu efeito também teria recaído sobre as próprias instituições públicas, *pulverizando* o poder, na medida em que este estava fragmentado em diversas localidades autônomas, nas quais os poderes locais permaneciam intocados, distantes do raio de ação dos capitães gerais. Para além desse efeito pulverizador, Oliveira Vianna aponta como outra consequência da ação geográfica dispersiva a própria *dissolução* do poder, uma vez que a sociedade estava dividida em pequenos nódulos sociais, separados por vastos latifúndios e “desertos populacionais”. A dificuldade dos poderes públicos de chegarem a esses lugares é o que teria permitido que os senhores latifundiários reinassem em suas localidades de maneira soberana, intocados por qualquer outro poder (VIANNA, 1933, p.218-223).

Esse governo fragmentado, pulverizado, dissolvido, é bem, realmente, uma adaptação da organização política à sociedade colonial. Esta não é um todo complexo e coeso, distribuindo-se, em soluções ou intermitências, pela superfície colonizada: é, ao contrário, um vastíssimo conjunto de nódulos sociais, de pequeninos grupos humanos, vivendo a sua vida isolada, dispersos pelos litorais imensos, perdidos nas solidões do vastíssimo *hinterland*; cidades florescentes na costa; nos sertões, aldeias informes e mortças, arraiais e povoados insignificantes, pousos de tropeiros, núcleos mineradores, vivazes, congestos, densos, mas instáveis e transitórios; e, principalmente, em torno desses rudimentares centros urbanos ou urbanizantes, uma inumerável malha larguíssima de latifúndios, agrícolas e pastoris, estendendo-se até as zonas mais profundas do interior, todos autônomos e quase sem o menor contato econômico e social entre si. Sobre essa sociedade, assim ganglionar, o aparelho político dos governos gerais, ao se ajustar a ela, estala, parte-se, fragmenta-se e se faz, pela necessidade mesma de adaptação, também ganglionar. [...] Em suma, durante a fase colonial, o meio geográfico não pulveriza e ganglionar unicamente a sociedade: pulveriza e ganglionar também o poder político, e o subordina progressivamente à sua inexorável fatalidade dispersiva. *Resignar-se e acomodar-se cada vez mais a essa fatalidade – eis o sentido íntimo da atividade política dos estadistas do período colonial.* (VIANNA, 1933, p.222-223, grifos do autor)

Outro resultado da ação dispersiva do meio geográfico teria sido a diversificação e a complexificação dos diversos nódulos sociais. Uma vez que a extensão territorial da colônia comportava diferentes ambientes geográficos e econômicos, a consolidação das instituições públicas ocorreu de modo diferenciado em cada região, sendo adaptada para assegurar seu melhor funcionamento. Assim, pelo território colonial, as mesmas instituições, por mais que resguardassem os mesmos nomes e as mesmas funções atribuídas, teriam ganhado relevância e força distintas em cada região, adaptando-se às necessidades locais. Por isso não teria sido raro a criação instituições e cargos públicos específicos para determinadas localidades – prova da transigência e adaptabilidade dos estadistas coloniais ao meio geográfico. Também a organização militar da colônia teria sido afetada pela ação geográfica. Uma vez que os conflitos durante o período colonial foram poucos, episódicos e localizados, não foi organizado um exército de proporção nacional. Cada capitania contava com seus próprios regimentos e, dada a extensão das fronteiras da colônia, a pressão externa se fazia sentir de modo diferente em cada região, o que conseqüentemente teria dado à sua organização militar relevância e aspectos próprios dentro da superestrutura político-administrativa da qual fazia parte (VIANNA, 1933, p.223-247).

Durante o período imperial, essa política adotada pelos estadistas coloniais teria criado enormes dificuldades para os estadistas do Império. Enquanto para aqueles importava apenas o controle fiscal da colônia, adaptando a administração ao meio geográfico, para estes se impôs como prioridade a consolidação da unidade nacional.

Três séculos de poder fragmentado e diluído pelo vasto território consolidaram a autonomia excessiva das diversas regiões, completamente desprovidas de sentimento nacional. Todo o período imperial, segundo Vianna, foi uma luta constante contra esse regionalismo gerado pela administração colonial, em busca da afirmação de um poder unitário que se impusesse de maneira eficaz sobre o vasto território brasileiro. A grande dificuldade que os estadistas imperiais tiveram de superar, segundo o autor, foi a de estabelecer a unidade de governo sem os meios eficazes de circulação política, ou seja, eles se deparam com a mesma condição com que se depararam os estadistas coloniais: “um máximo de base física com um mínimo de circulação”, mas, ao contrário destes, os estadistas do Império não poderiam ter transigido com a ação dispersiva do meio geográfico (VIANNA, 1933, p.249-257).

Os políticos coloniais praticam o método da transação crescente com a ação dispersiva dos agentes geográficos. Os políticos do Império têm, como ponto supremo da sua política construtora, justamente a reação sistemática contra essa ação dispersiva e pulverizadora dos agentes geográficos. [...] Proclamada a independência da colônia, o pensamento dos homens, a que ia caber a formidável incumbência de organizar o governo nacional, já não podia ser o mesmo: *a necessidade de manter a unidade política do país toma o primeiro lugar no plano das suas cogitações construtoras*. Eles não têm diante de si uma vasta colônia a explorar, segundo os preceitos do fiscalismo; mas, uma pátria a organizar, uma nação a construir, um povo a governar e dirigir. (VIANNA, 1933, p.250-251, grifos do autor)

Para realizar tal tarefa, os estadistas imperiais contavam com a peça que Oliveira Vianna considera fundamental no período: a presença da figura real no Brasil. A figura do Imperador teria sido capaz de manter uma ação centrípeta durante todo o período imperial, vencendo a ação dispersiva e centrífuga dos localismos regionais. Ao redor da figura imperial, os estadistas souberam elaborar um sistema centralizador perfeito, uma instituição unitária que realçava a figura do Imperador e lhe concedia poderes excepcionais. O aparelho centralizador montado no Império ao redor da figura real teria sido capaz de reforçar a ação centrípeta deste de tal modo que sua ação se fazia sentir em todos os pormenores da vida pública por toda a extensão territorial (VIANNA, 1933, p.257-279).

Realmente, criando o Poder Moderador, enfeixado na pessoa real, os estadistas do antigo regime armam o soberano de faculdades excepcionais. Como poder moderador, ele age sobre o Poder Legislativo pelo direito de dissolução da Câmara, pelo direito de adiamento e de convocação, pelo direito de escolha, na lista tríplice, dos senadores. Ele atua sobre o Poder Judiciário pelo direito de suspender os magistrados. Ele influi sobre o Poder Executivo pelo direito de escolher livremente os seus ministros de estado e livremente demiti-los. Ele influi sobre a autonomia das províncias pelo direito de suspender as resoluções das Assembléias provinciais. E, como chefe do poder executivo, que o exerce por meio dos seus ministros, dirige,

por sua vez, todo o mecanismo administrativo do país. (VIANNA, 1933, p.270)

Ainda assim, a figura real teria sido uma solução apenas artificial para a consolidação de um poder unitário e nacional no país. Sua ação centrípeta, amplificada pelo aparelho centralizador do Império, não solucionou o problema da falta de circulação social e política. Segundo Oliveira Vianna a organização nacional só poderia ocorrer, racionalmente, em um máximo de base física com um máximo de circulação, resultando em um máximo de unidade política. A todo custo os estadistas imperiais tentaram manter a figura real protegida, mas sua queda teria sido inevitável em 1889, quando esta já havia perdido o apoio da aristocracia latifundiária e do exército. Uma vez destronado o Imperador e, junto com ele, sua ação centrípeta, os fatores geográficos mais uma vez teriam se tornado livres para exercerem seus efeitos (VIANNA, 1933, p.279-287).

Isso explica, para Vianna, a adoção do regime federativo na República: foi a única maneira encontrada pelos estadistas republicanos para não destruírem de vez o poder central. Este perdera toda a onipotência que possuía no regime imperial, e só não teria deixado de existir porque foi transigente com os poderes locais. Sua capacidade de intervenção foi completamente cerceada pela nova constituição, perdendo completamente sua capacidade de agir sobre os poderes locais (VIANNA, 1933, p.289-297).

Oliveira Vianna considera que o longo período de centralização excessiva do regime imperial havia impossibilitado a formação de elites locais aptas para a administração pública e o direcionamento político, já que estas eram fornecidas pelo centro fluminense. Instituído o regime federativo, cada Estado passara a ter um desenvolvimento distinto, e aqueles providos de elites locais aptas para a administração pública desenvolveram-se com mais velocidade do que os Estados menos afortunados. O poder central encontrava-se completamente a mercê dos Estados, pois precisava do apoio do Congresso Nacional para agir politicamente, e este era o resultado das situações dominantes politicamente em vinte Estados – o que conseqüentemente reforçava a subserviência do poder central aos poderes locais, em busca de um Congresso favorável (VIANNA, 1933, p.297-304).

Entendendo que seria impossível a organização de um poder central forte em um país de base física vasta, com baixa densidade demográfica e de circulação rudimentar, os estadistas republicanos teriam dado início a uma política de integração nacional. Na

opinião de Oliveira Vianna, a República estruturava, com uma velocidade muito maior que o Império, meios de comunicação e circulação eficientes, ao lado de políticas públicas de desenvolvimento. Conclui Oliveira Vianna que, apesar da fragmentação política, os estadistas republicanos estariam acertadamente consolidando o único meio seguro de afirmação do poder central no Brasil (VIANNA, 1933, p.304-321).

Este prestígio crescente da União é lógico. Como já dissemos [...], na sua maioria, os Estados não estavam preparados para a autonomia plena, que lhes deu o regime federativo. Não havia em muitos deles elites locais, capazes de governá-los sabiamente, muitos deles não possuíam ainda uma base econômica suficiente para que sobre ela se pudesse assentar um regime tributário à altura das novas responsabilidades econômicas. De tudo isto resultou a mesquinhez e a insuficiência da ação administrativa dos poderes locais. Os grandes serviços públicos, especialmente a viação, o ensino, o fomento rural, não puderam ser empreendidos. Daí a necessidade crescente da ação supletória da União. Daí, conseqüentemente, com raríssimas exceções, o sentimento cada vez mais generalizado da incapacidade das administrações estaduais. Por toda a parte se difunde e radica o sentimento contrário: *o sentimento da superioridade do poder federal como força incomparável de organização, coordenação e administração*. [...] Tudo parece, pois, assegurar ao poder central, no futuro, sobre as forças centrífugas do provincialismo e do localismo, o triunfo definitivo. (VIANNA, 1933, p.320-321)

Em *Evolução do Povo Brasileiro* Oliveira Vianna aprofundou sua avaliação “científica” dos fatores que teriam sido determinantes para a formação da sociedade brasileira. Utilizando-se de dados do censo, Vianna na verdade se baseou neles para reforçar sua interpretação histórica do Brasil já elaborada em *Populações...*, destacando agora o papel das determinações geográficas da sociedade, e indo ainda mais além em suas considerações a respeito das características raciais da população brasileira. Ao reforçar a presença desses elementos deterministas em sua narrativa histórica, Vianna torna ainda mais inalteráveis as características que considera essenciais na sociedade. Toda sua reflexão teórica inicial sobre as diferentes linhas de evolução das sociedades nada mais faz que reforçar a impossibilidade de uma alteração nas estruturas sociais brasileiras, advertindo que não se poderia esperar que elas viessem um dia se assimilar às européias.

As “tendências evolutivas” cumprem então em sua narrativa o papel de definirem qual o único tipo de evolução possível para o Brasil. A tendência “dispersiva” da ocupação geográfica torna-se um meio do autor reforçar sua opção pela caracterização da sociedade brasileira a partir das relações tipicamente rurais. Diante do crescimento dos centros urbanos brasileiros no início do século XX, Vianna prefere considerá-lo irrelevante para a compreensão da sociedade, como resultado do “desvio” da evolução normal da sociedade trazido pela Abolição e pela República. Esse

posicionamento do autor só reflete o peso excessivo que atribuía ao passado, que em sua narrativa é capaz de sedimentar estruturas inabaláveis na sociedade.

A tendência do progressivo “branqueamento” da população só retoma suas preocupações racistas de *Populações...* Por meio do conceito de “eugenismo”, Vianna mais uma vez solidifica a “hierarquia racial” dos latifúndios coloniais, assegurando à elite branca a condução da sociedade. Fica claro, na segunda parte do livro, a inversão que o autor faz entre as relações raciais e sociais: não é o domínio político e econômico dos brancos que submeteu o restante da população a uma posição subalterna, mas antes é a falta de “eugenismo” das outras “raças” que lhes teria impedido de ascenderem socialmente. Oliveira Vianna se preocupa ainda em demonstrar estatisticamente o “branqueamento” da população brasileira, o que só demonstra a importância que o tema tinha em sua compreensão da evolução histórica da sociedade brasileira. Mais uma vez, a Abolição é considerada um “desvio” da tendência evolutiva “natural” da sociedade, retardando seu processo de “branqueamento”.

Ao conjugar essas determinações com a evolução das instituições políticas da sociedade, Oliveira Vianna demonstra o quanto acreditava ser o Estado um resultado dos determinismos geográficos e raciais. Diferentemente das outras duas “tendências evolutivas”, a tendência à centralização do poder não é apresentada como um elemento determinante para a formação da sociedade, que a seu ver teria caráter dispersivo. É, ao invés disso, uma resposta do Estado brasileiro iniciada com a monarquia para garantir a unidade da nação. Nesse ponto ele ainda demonstra algum moderado otimismo com a República, não com o seu modelo político liberal, mas por acreditar que os dirigentes políticos estariam progressivamente preparando o caminho para uma nova centralização do poder ao intensificarem a circulação entre as regiões brasileiras. Ou seja, seu otimismo com a República era o de que ela poderia vir a preparar o fim de seu próprio modelo político liberal.

O que mais uma vez Oliveira Vianna procura demonstrar em *Evolução do Povo Brasileiro* é o caráter inescapável das características que atribui como essenciais à sociedade brasileira. Ao transformá-las em “tendências evolutivas”, Vianna confere um sentido pré-determinado e incontornável à história brasileira: o de uma sociedade eminentemente rural, racista e somente governável por um forte poder centralizador. O caráter “científico” do conhecimento histórico que produz identificaria elementos na sociedade brasileira que não poderiam ser evitados, devendo orientar a ação política para que esta se conformasse às características históricas do Brasil.

1.4. A formação da cultura autoritária brasileira

No primeiro volume de *Instituições Políticas Brasileiras* (1ª ed. 1949), Oliveira Vianna retomou o tema da formação histórica da sociedade brasileira. Como se poderá observar, suas proposições centrais acerca das características estruturais da sociedade não se modificaram significativamente ao longo do tempo. Sua abordagem, porém, apresenta alguma modificação na medida em que passa a insistir um pouco menos no papel das condições geográficas e raciais para a caracterização da sociedade, procurando, ao invés disso, compreender as especificidades que teriam presidido a formação da cultura brasileira.

No prefácio ao livro, Oliveira Vianna parte da observação de que existiria no Brasil distâncias e incompatibilidades entre o direito criado pelas massas populares, o *costume*, e o criado pelas elites políticas e intelectuais, a *lei*. Nas práticas desportivas, por exemplo, os direitos surgidos dos costumes populares são obedecidos fielmente pela população e mantidos por instituições sociais emanadas diretamente do povo. Os anteprojetos da legislação trabalhista incorporados à CLT – que tiveram o autor como um de seus elaboradores – teriam buscado sistematizar em forma jurídica os direitos costumeiros de diferentes setores de trabalho, não sendo uma legislação “copiada”, mas tentando se adequar aos costumes já praticados na sociedade. Com essas observações, Vianna argumenta que, no Brasil, o direito público, nascido e praticado espontaneamente no seio da massa populacional das vastas áreas rurais brasileiras, sempre teria resistido ao direito imposto pelas elites por meio da Constituição. Assim, apresenta os três temas do livro: este direito elaborado pelas elites, seu antagonismo ao direito público costumeiro e popular que sempre prevaleceria afinal, e as dificuldades surgidas dessa tensão. Para abordar esses temas, Vianna afirma realizar uma “culturologia do Estado” no Brasil. Na verdade o autor considera que essa relação entre Estado e cultura sempre teria sido o tema central de seus livros, ainda que anteriormente se utilizasse de outras expressões para tentar se referir ao que agora reconhecia como sendo “cultura” (VIANNA, 2000, p.15-23).

Quando comecei o estudo das populações brasileiras, a palavra “cultura” não estava ainda na voga, que só agora possui, através da sociologia americana e

dos seus expositores. [...] O fenômeno sociológico, hoje compendiado e expresso na palavra *cultura*, era já conhecido do mundo latino, através da escola de sociologia francesa, chefiada por Emilio Durkheim. Era, porém, indicado por outros nomes, rotulado com outras insígnias, conforme as escolas ou os mestres seguidos: ora o “meio social”; ora “antecedentes históricos”; ora “condições etnográficas”; ora “representações coletivas”, etc. Descrevê-lo para o Brasil, nos seus aspectos jurídico-políticos, foi justamente o objetivo de *Populações Meridionais*. (VIANNA, 2002, p.21-22, grifos do autor)

E é a partir dessa reflexão sobre a cultura que Oliveira Vianna inicia a primeira parte do livro, considerando que os juristas brasileiros mantiveram-se por muito tempo restritos à exegese dos textos legais como único método de estudo do direito público e da ciência política. Por isso, argumenta o autor, ignoraram a experiência fracassada de modelos legais que foram continuamente renovados, atribuindo suas deficiências aos estadistas como se a substituição desses pudesse resolver todos os problemas legais. Para Vianna, a jurisprudência estaria progressivamente se tornando uma ciência objetiva, ao se aproximar dos estudos culturais das ciências sociais para a elaboração de leis. O estudo do direito, a seu ver, não poderia então se restringir à compreensão técnica das leis, mas antes se constituir em uma verdadeira ciência social. E, para isso, a compreensão do direito público deveria ser feita a partir do comportamento social que dá origem ao direito costumeiro da sociedade (VIANNA, 2000, p.25-30).

A grande questão cultural a respeito da qual Oliveira Vianna sente a necessidade de se posicionar é a do reconhecimento ou não de uma teoria da cultura como fator explicativo para a evolução das sociedades (o que implicaria no abandono das explicações derivadas do “meio físico” e da “raça”) (VIANNA, 2000, p.31-32). O que o autor considera relevante ressaltar é que o estudo da cultura das sociedades estaria cada vez mais admitindo a importância de se estudar os modos de execução das normas sociais em uma determinada sociedade para compreender sua cultura, reconhecendo que esta resultaria não apenas de suas normas ideais, mas também dos comportamentos mais ou menos diferenciados dos indivíduos com relação às mesmas (VIANNA, 2000, p.40-42). Essa diferenciação entre o comportamento social e a norma social seria ainda mais proeminente nas situações de conflito entre culturas, ou seja, quando determinados grupos dominados oferecem resistência em seguir as normas que lhes são impostas. Para Vianna, essa seria a situação das populações nativo-americanas, africanas e asiáticas diante dos europeus. Segundo o autor, porém, essa dificuldade de adaptação e integração entre culturas diferentes não poderia ser explicada somente a partir de confrontos e assimilações culturais, mas seria preciso também considerar a “capacidade

assimilativa” dos indivíduos, resultante de temperamentos biologicamente determinados que por fim atuam sobre toda a adaptabilidade ou não de um “grupo bárbaro” à cultura européia. Assim, Oliveira Vianna rejeita o que considera o “pan-culturalismo” da antropologia norte-americana, ou seja, a compreensão da formação e evolução das sociedades a partir exclusivamente de elementos culturais. Para ele, seria imprescindível a consideração a respeito dos fatores biológicos dos indivíduos e da hereditariedade racial dos grupos sociais. Assume, por fim, a posição de que os trabalhos culturalistas apresentariam principalmente a adoção de uma nova terminologia que permitiria ir além da exclusividade das categorias mesológica e racial – a expressão *cultura* seria “cômoda” ao sintetizar diferentes categorias de observação antropológica, mas ainda incapaz de compreender totalmente um sistema social. Vianna afirma só rejeitar totalmente dois postulados dos estudos culturais de Franz Boas: o da unidade fundamental da espécie humana e, conseqüentemente, o da igualdade psíquica de todas as raças (VIANNA, 2000, p.44-50).

O meu ponto de divergência com os antropologistas americanos da escola culturalista, Boas e seus seguidores, é que eles consideram a “cultura” como um sistema social que encontra explicação em si mesmo, ao passo que eu, embora aceite a concepção central da etnologia americana – do regionalismo das “áreas de cultura” – contudo, não aceito o *pan-culturalismo* desta escola, que quer tudo explicar em termos de “cultura”, até os fenômenos fisiológicos, e se recusa a fazer intervir, na formação e evolução das sociedades e da civilização, os fatores biológicos, negando qualquer influência ao indivíduo ou à raça e à sua poderosa hereditariedade. (VIANNA, 2000, p.47)

Compreendendo nesses termos o papel da cultura na formação das sociedades, Oliveira Vianna considera então que o “complexo cultural” de uma determinada sociedade se compõe tanto de elementos materiais, externos aos indivíduos, quanto de elementos psicológicos, imanentes aos indivíduos. A perpetuidade ao longo de gerações de um determinado complexo cultural não se restringiria a seus elementos materiais somente, mas também a seus hábitos, costumes e valores compartilhados. As tentativas de transformações sociais realizadas a partir de determinações específicas – como as alterações legais – teriam sempre se mostrado fracassadas, pois não levaram em consideração os elementos psicológicos desses complexos culturais. Por isso, o que interessa ao autor é se deter sobre os complexos culturais das instituições políticas brasileiras surgidas de seu efetivo direito público para melhor compreender os resultados insatisfatórios de cópias e imitações de modelos político-sociais estrangeiros (VIANNA, 2000, p.61-65). Segundo Vianna, entre as sociedades latino-americanas seria comum a importação de normas estrangeiras incapazes de serem seguidas por suas

populações. Logo o desvio à norma legal estabelecida seria muito mais comum entre essas populações – um fenômeno que entre as populações ocidentais seria pontual e individual é na América Latina um fator comum e social, resultando na instabilidade política dessas sociedades. As instituições democráticas e parlamentares, para o autor, só seriam típicas dos povos anglo-saxões, nascidas dos direitos costumeiros desses povos, resultando em pouca contradição entre seus costumes e suas normas legais. Enquanto os anglo-saxões possuiriam como característica a rejeição a modelos e fórmulas legais estrangeiras, os latino-americanos possuiriam um complexo cultural afeito a cópias de fórmulas legais distantes de suas realidades, e por isso sempre mal-sucedidas. Esse persistente erro latino-americano teria ainda, segundo Vianna, alimentado uma crença equivocada de que a “capacidade política” entre diferentes povos seria a mesma, ignorando o que considera ser a variação dessa capacidade de acordo com a “estrutura morfológica” de um grupo social e o grau de solidariedade entre seus membros (VIANNA, 2000, p.67-73).

O motivo principal deste grande equívoco, já secular, cometido pelas elites destes países [...] não exprime apenas ignorância das leis culturológicas, que presidem a formação e determinação da conduta humana. Deriva também de um outro equívoco, igualmente secular: *a crença de que a capacidade política, tal como se revela entre os anglo-saxões, é coisa ou atributo ao alcance de qualquer povo.* [...] Ora, a verdade é inteiramente outra. Longe desta igualdade, os povos [...] variam imensamente de capacidade política. Esta capacidade esta na dependência inteira e íntima, de um lado, da estrutura morfológica do grupo e, de outro, do grau de consciência da solidariedade social entre os membros da comunidade. (VIANNA, 2000, p.71-72, grifos do autor)

No mundo europeu, argumenta Oliveira Viana, as estruturas estatais teriam surgido a partir das necessidades materiais das comunidades aldeãs. As pequenas comunidades européias, ou “arianas”, teriam espontaneamente se organizado em pequenos regimes democráticos locais, mantidos pelos seus direitos costumeiros. Formaram-se e sobreviveram de modo independente e autônomo com relação a governos centrais. Por isso teria se consolidado, desde tempos pré-históricos, um “espírito público” ou “sentimento coletivo” nas populações européias, a um nível incompreensível pelos brasileiros. O direito escrito que surgiu posteriormente nessas comunidades, para Vianna, não se distanciou de seus direitos costumeiros, pois teriam sido apenas o reconhecimento escrito daquilo que já era praticado. Uma democracia organizada sobre essas bases formaria, na visão do autor, um complexo cultural estável em que as populações exercem seus direitos pelo seu costume, independentemente de textos constitucionais e de obrigações cívicas. Dessa forma de “Estado-aldeia”

emergiram posteriormente, em um segundo estágio, as cidades – agremiação complexa de diferentes aldeias agrícolas em torno de um centro comum, como a *pólis* grega. Apenas em um terceiro estágio na evolução das sociedades européias teria surgido então o “Estado-Império”, a partir da subjugação praticada por um povo sobre outros, reunindo-os sob um único governo central. Nessas circunstâncias impõe-se sobre as populações um regime aristocrático em que uma corte detém exclusividade sobre os cargos e administrações do Estado. As populações locais passam a ser governadas por um governo central que lhes é estranho. Segundo Vianna essa teria sido a forma política do absolutismo europeu, se refletindo no Brasil em seu período colonial. O último estágio de evolução dos estados seria então o “Estado-Nação”, reconhecendo a soberania popular típica do “Estado-aldeia”, mas preservando a complexidade necessária para a manutenção de uma extensão territorial característica do “Estado-Império”. Esse modelo de organização social, que Vianna considera ter surgido com a Revolução Francesa, ainda que possa abranger diferentes variações, teria manifestado seus tipos perfeitos na França e nos Estados Unidos (VIANNA, 2000, p.75-92).

Retomando sua visão da sociedade colonial brasileira, Oliveira Vianna novamente ressalta a tendência populacional de se dispersar pelos territórios. Vilas e povoações não teriam surgido espontaneamente no período colonial, mas apenas a partir da imposição do governo metropolitano, excetuando-se as cidades costeiras e mineradoras. O modo de distribuição das sesmarias é mais uma vez apontado pelo autor como a principal causa para a dispersão da população colonial, isolando os latifúndios entre extensos desertos populacionais que ainda podiam ser encontrados no meio rural brasileiro (VIANNA, 2000, p.93-101). Esse isolamento das populações teria indisposto o homem colonial à vida urbana, e permitiu sua absorção pelos latifúndios autônomos, impedindo que as aldeias coloniais – surgidas por determinação metropolitana, e não por necessidades coletivas – desempenhassem o papel das aldeias agrárias européias. Como resultado desse processo, não se formaram no Brasil tradições comunitárias ou solidárias institucionalizadas pelo costume. Ao invés disso, segundo Vianna, teria se consolidado na psique dos brasileiros um absoluto individualismo. O autor não chega a negar a existência de um modo de vida material similar ao das aldeias agrárias européias no Brasil, mas afirma que estas teriam existido dentro dos latifúndios, absorvidas por uma estrutura social patriarcal, hierárquica, aristocrática e antidemocrática – sem nenhuma das características das européias, portanto (VIANNA, 2000, p.105-112).

No Brasil, só o indivíduo vale e, o que é pior, vale sem precisar da sociedade – da *comunidade*. Estude-se a história da nossa formação social e econômica e ver-se-á como tudo concorre para dispersar o homem, isolar o homem, desenvolver, no homem, o *indivíduo*. O homem socializado, o homem solidarista, o homem *dependente de grupo ou colaborando com o grupo* não teve, aqui, clima para surgir, nem temperatura para desenvolver-se [...]. Esta a formação social e econômica do nosso povo. Como se vê, *ela se processou dentro do mais extremado individualismo familiar*. É claro que de tudo isto outra coisa não se poderia esperar senão este traço cultural tão nosso, caracterizado pela despreocupação do interesse coletivo, pela ausência de espírito público, de espírito do bem comum, de sentimento de solidariedade comunal e coletiva e pela carência de instituições corporativas em prol do interesse do “lugar”, da “vila”, da “cidade”. (VIANNA, 2000, p.110, grifos do autor)

As câmaras municipais que existiam nos municípios brasileiros do período colonial não são consideradas por Oliveira Vianna como organizações democráticas, mas antes corporações oligárquicas e aristocratizadas sem expressão popular. Os “homens bons” que assumiam a administração das cidades coloniais teriam sido todos aristocráticos, nobres por sua ascendência, pelo cargo que assumiam ou pelas riquezas que acumulavam. Além disso, não eram efetivamente habitantes das cidades, vivendo a maior parte do tempo em seus domínios rurais. O “povo-massa”, assim, não possuía qualquer participação nos poderes municipais, nem como representantes elegíveis, nem como eleitores a serem representados. Para qualquer participação política era exigido o reconhecimento legal da inserção do indivíduo em meio à aristocracia local (VIANNA, 2000, p.113-120). O aparato legal dos municípios, por consequência, não procurava atender às necessidades da população local, sendo usado como uma arma a mais nas mãos dos senhores latifundiários para a defesa de seus interesses particulares.

Na verdade, estas corporações municipais, com os grande poderes administrativos legislativos, judiciais e mesmo militares que possuíam, serviam apenas aos grandes senhores de engenhos e grossas escravarias (a chamada “nobreza da terra”, que figurava nos pelouros), não propriamente para administrarem o interesse coletivo local; mas, para fazerem a sua política *personalista* de potentados. Como demonstrarei adiante, eles haviam organizado os seus *clãs feudais e parentais*, que eram criações ecológicas, impostas pelo meio: - e as câmaras municipais, com os seus cargos eletivos, os seus postos remunerados e o seu poder executivo, legislativo, tributário e repressivo, eram uma arma a mais – e formidável (porque tocada da mística da onipotência da lei) – que a Coroa de Portugal [...] lhes havia posto imprudentemente nas mãos. Representavam as câmaras um acréscimo de força para eles, que, aliás, já se achavam tremendamente armados, por sua iniciativa própria, de índios frecheiros, de negros de trabalho, de arcabuzes, bacamartes, espingardas de boca de sino, espadas e facões – e toda uma copiosa multidão de homens “moradores”, prontos a agirem ao primeiro chamado. (VIANNA, 2000, p.128-129, grifos do autor)

A autonomia dos latifúndios teria tornado desnecessárias, portanto, as câmaras municipais, que não surgiram espontaneamente no Brasil, tendo sido transplantadas de

um modelo administrativo estranho à realidade brasileira colonial. Por essa ausência de instituições democráticas, argumenta Vianna, apenas os grandes senhores rurais foram seduzidos pelos princípios liberais a partir da Independência, manipulando o “povo-massa” nas revoltas e nas eleições para continuar resguardando seus interesses. O Império, conclui o autor, teria tentado criar no Brasil um “Estado-Nação” de tipo democrático em uma sociedade que não poderia comportar tal estrutura político-social, pois se encontrava ainda fragmentada entre múltiplos “feudos” autônomos (VIANNA, 2000, p.128-136).

Oliveira Vianna considera que o Estado, portanto, precisa assumir uma forma correspondente à cultura de sua sociedade. Os europeus, após a Revolução Francesa, passaram a reformular seu modelo de “Estado-Império” para um “Estado-Nação” de base democrática, e sua primeira dificuldade teria sido reorganizar, a partir do “povo-massa”, as estruturas político-administrativas anteriormente organizadas pelos representantes da realeza: os poderes públicos locais semelhantes aos do direito costumeiro, os poderes públicos provinciais e a estrutura dos poderes públicos nacionais. Apenas os anglo-saxões, segundo o autor, possuiriam um sentimento essencialmente nacional de pertencimento a uma coletividade em seus costumes. Mesmo nos outros povos europeus, o ideal constitucional democrático, não encontrando respaldo nos costumes da população, acabaria se submetendo aos interesses dos detentores do poder. A ausência do complexo cultural adequado nas sociedades, portanto, inviabilizaria o estabelecimento efetivo do regime político democrático (VIANNA, 2000, p.137-143).

A sociedade brasileira, assim, também teria dado origem a “tipos sociais” que lhes são específicos, com funções precisas na sociedade, bem como diversas instituições sociais respeitadas pelo direito costumeiro como se fossem normas legais – como a “solidariedade da família senhorial” traduzida no “clã parental”, a “responsabilidade coletiva familiar” do talião de sangue, o nepotismo, o “banditismo coletivo” e o “fanatismo religioso”. A vida política brasileira, segundo Vianna, permitiria a observação de usos e costumes apropriados a essas instituições sociais arraigadas pelo direito costumeiro. Isso porque esses costumes teriam penetrado na vida social brasileira de modo muito mais eficaz do que o direito-lei elaborado nas constituições. Por isso, no século XIX, a modificação no regime político-administrativo permitiu o surgimento de novas instituições sociais apenas em acordo com aquelas já consolidadas pelos costumes, dando origem ao “partido” pessoal do chefe municipal local, ao

“coronel” e aos “clãs eleitorais” que se disseminaram pelos municípios brasileiros (VIANNA, 2000, p.151-160).

Entre esses *usos* e *costumes* da nossa vida pública, a maior parte deles são, entretanto, gerais e pertencem à essência mesma da nossa política de clã, com as suas agitações de campanário. É o caso do costume das *atas falsas*. É o caso da tradição das *urnas quebradas* e dos *tumultos eleitorais*. É o caso – na esfera estadual – da tradição da *polícia civil como cargo de confiança do partido dominante*, tradição que nos dá o tipo do “delegado nosso”. É o caso do costume do *inquérito abafado*, consequência da mesma tradição da *polícia função partidária* – e não social. É ainda o caso de outros costumes nascidos na nossa mentalidade clânica, que a definem e especificam – como o *sinecurismo parlamentar*; o *burocracismo orçamentívoro*, que cria o tipo dos extranumerários “encostados” e sem função; as *derrubadas* dos adversários dos “cargos de confiança”; o *incondicionalismo* e as famosas *injunções partidárias*, que têm levado os nossos políticos, mesmo os de graduação, a muita falta de coerência, de decência e mesmo de vergonha [...]. [...] estes *usos*, estes *costumes*, estes *tipos*, estas *instituições*, formando o complexo da nossa culturologia política, “penetram” [...] a psique dos nossos “cidadãos”, principalmente nos campos, e constituem-se em motivos determinantes da sua conduta quotidiana na vida pública, não só no povo-massa, como mesmo nas elites superiores. Não são criações improvisadas e individualizadas, saídas da cabeça de alguns homens, ou sábios, ou corrompidos. Formaram-se lentamente, sob a ação dos séculos, têm uma história social e coletiva, uma gênese cientificamente determinável e, na sua maioria, buscam a sua origem num passado remoto: muitos deles vêm de período colonial; mesmo alguns têm uma existência assinalável desde o I século, desde a época dos Donatários. (VIANNA, 2000, p.155-157, grifos do autor)

Para Oliveira Vianna, a sociedade brasileira colonial se organizou em um “complexo do feudo” em que os grupos sociais se diferenciavam em hierarquia, status e função de acordo com sua relação com a terra e a propriedade rural latifundiária – uma pirâmide de agregados sob o domínio de um senhor latifundiário e de sua família. Esses militarizados “clãs feudais” teriam surgido a partir da necessidade de defesa contra os ataques indígenas, ganhando posteriormente força e autonomia para se expandirem pelo sertão brasileiro. Abandonaram, assim, sua característica originalmente defensiva e mantiveram a população colonial em um constante estado bélico até o século XVIII, nos confrontos dos exércitos particulares dos senhores rurais que constantemente buscavam ampliar suas posses, terras, poder e influência. Esses senhores rurais teriam usufruído por séculos, graças a sua autonomia, de uma imunidade perante os poderes públicos, estendida a seus protegidos, e que Vianna considera ter persistido até o fim da escravidão no Brasil, atuando na consolidação dos “clãs eleitorais” do século XIX (VIANNA, 2000, p.163-177). O “clã”, rural ou “feudal”, teria sido então a única forma de solidariedade em que o “povo-massa” brasileiro foi organizado (VIANNA, 2000, p.181-182).

Inseridos nesses “clãs feudais” brasileiros encontrar-se-iam os “clãs parentais”, no “complexo da família senhorial”, formados não apenas pelos laços consanguíneos, mas por todos aqueles que viviam no interior da fazenda ou casa grande e eram criados pela família senhorial. Para que a estrutura da família senhorial não se dissolvesse, argumenta Vianna, era imprescindível a tradição da indivisibilidade territorial e da contigüidade das fazendas da família, garantindo ao primogênito como herança o comando e a centralização de seu “clã”, como novo chefe rural. Esses “clãs parentais”, formados sobre uma grande extensão territorial, também teriam sido gerados pela necessidade de defesa dessas famílias senhoriais, primeiramente contra ataques de indígenas e quilombolas, mas posteriormente como uma solidariedade defensiva contra a ação de outros senhores territoriais vizinhos. Com a expansão da colonização pelo interior brasileiro abrangendo novas áreas de povoamento, famílias inteiras teriam migrado para ocuparem novas terras, e por isso conseguiram reunir municípios ou regiões inteiras sob o domínio de um mesmo “clã parental” (VIANNA, 2000, p.184-198). Oliveira Vianna ressalta ainda que esse “complexo cultural”, acompanhado de suas relações sociais específicas, teria perdurado ao longo do tempo não só pela contigüidade das terras de uma mesma família, mas também pela prática da endogamia entre seus membros, impedindo a dissolução familiar, e do compadrio religioso, que na sociedade colonial era reconhecido como laço indissolúvel, reforçando a unidade familiar. Esses “clãs” senhoriais teriam dado origem às sólidas oligarquias parentais capazes de mobilizar verdadeiros exércitos e revoluções, impondo-se às autoridades públicas, que não raro encontravam-se vinculadas a esses mesmos “clãs”. O “povo-massa” teria sido muitas vezes mobilizado por essas famílias, e lutavam em defesa dos interesses destas, e não pelos princípios políticos propagandeados por essas elites senhoriais. Daí a impropriedade, conclui Vianna, de uma organização social democrática para uma população sujeita ao domínio desses “clãs”. Para o autor, essa instituição social do “clã parental” surgida no período colonial foi transmitida intacta para a nova organização política do Império, e ainda poderia ser observada nas regiões brasileiras mais afastadas dos maiores centros urbanos. Essa situação reforçaria a incompatibilidade entre a organização política adotada oficialmente e a estrutura e cultura políticas da sociedade (VIANNA, 2000, p.201-215).

Com a Independência no século XIX, Oliveira Vianna avalia o modo como essas estruturas sociais se adaptaram ao “regime democrático” que passou a reconhecer o voto popular para a composição das autoridades instituídas. A partir desse momento, os “clãs

parentais” teriam passado a se reorganizar de modo que, em meados do século, encontravam-se agrupados em dois grandes blocos, liberais e conservadores. Com o surgimento dos cargos eleitorais, Vianna alega que os partidos municipais buscavam o apoio do governador de sua província, ele mesmo uma autoridade regional representando, porém, o partido que havia obtido do Imperador o predomínio na corte. Nesse processo, os potentados rurais foram sendo disciplinados por seus governadores em troca do apoio destes, e os partidos municipais tornaram-se assim seções dos partidos nacionais. Por outro lado, os governadores precisavam indicar, em troca, esses chefes locais que se agremiavam em seus partidos para as posições de prestígio a serem nomeadas pela corte – esta se tornava então um centro influente e ao mesmo tempo influenciado pela ramificação dos partidos nacionais em seus níveis provincial e municipal. Outra inovação do período que Oliveira Vianna considera ter contribuído para a consolidação desses “clãs eleitorais” teria sido a Guarda Nacional, a qual contribuiu para agregar os senhores rurais próximos de uma mesma municipalidade em torno de um único chefe mais poderoso, o “coronel”. Mas isso não significava que toda a população passasse a se abrigar sob um único partido, pois sua fidelidade era mantida a seus “clãs” de origem, e estes muitas vezes permaneciam opositores, porque ainda que estivessem derrotados, a alternância de poder lhes permitia esperar pelo momento em que os papéis seriam invertidos. Quando um “clã eleitoral” alcançava o poder, seu chefe e seus correligionários detinham nas mãos todo o aparato público para se protegerem, se beneficiarem e atacarem seus rivais (VIANNA, 2000, p.219-227).

O que Vianna ressalta nesse período da história brasileira é a necessidade criada, pela entrada na cena política do peso numérico dos votos do “povo-massa”, da organização de instituições estranhas às localidades em que a população se dividia: um governo provincial e um governo nacional. Isso porque esse regime fundamentava-se em idéias européias que não se coadunavam com a realidade social brasileira. Para a organização dessas instituições a corte se utilizou dos governadores e estes dos potentados locais que detinham sob seu poder aristocrático o voto do “povo-massa”. Os “clãs eleitorais”, portanto, só teriam surgido pela introdução do voto popular na sociedade brasileira, como um modo da aristocracia rural garantir seus privilégios. Por isso, conclui Vianna, os primeiros partidos não se organizaram tanto em torno de proposições políticas, mas antes em torno do apoio ou oposição ao governador do momento. Isso explicaria também, segundo o autor, a freqüência dos levantes armados do primeiro reinado e da Regência, pois só a partir da década de 1830 o poder das

províncias teria passado a ser reforçado diante do poder dos municípios (VIANNA, 2000, p.227-231).

Com a entrada, porém, do povo-massa com voz decisiva nos pleitos – por ser a maioria – cada senhor de engenho ou fazenda foi obrigado a reunir o seu *clã feudal* – expressão organizada do povo-massa – ao seu *clã parental*, que era uma organização aristocrática, até então com o privilégio da vida política. Deu-se assim – na composição do clã eleitoral – junção do velho elemento *aristocrático* com o novo elemento *democrático*; e a classe dos senhores territoriais só não ficou dependente do povo-massa porque este – pela organização feudal dominante – continuou sob a dependência deles. O princípio ou força de agregação era a autoridade do senhor de engenho – o que equivale dizer que o clã eleitoral não tinha nenhuma origem democrática, não provinha da vontade do povo; derivava, sim, da *propriedade da terra* – do direito feudal da *sesmaria* ou do *latifúndio*. (VIANNA, 2000, p.229, grifos do autor)

Oliveira Vianna estabelece, portanto, uma distinção no comportamento político das eleições do período colonial para composição das câmaras municipais e as eleições do período imperial. Enquanto aquelas restringiam sua participação às elites aristocráticas, estas garantiram o sufrágio ao “povo-massa”, culturalmente dependente e obediente aos senhores rurais, e sem condições de fornecer um conjunto de cidadãos conscientes de sua soberania. Por essa razão, as eleições teriam se tornado apenas mais um campo público de confronto entre os potentados rurais, mobilizando seus “partidos” locais, ou “clãs eleitorais”. O “povo-massa” não poderia, segundo Vianna, ter começado a utilizar o voto para a defesa de seus interesses, uma vez que sempre se manteve sob a autoridade dos senhores rurais e não possuía nenhuma tradição democrática de organização coletiva. A alteração política da Independência, por isso, teria sido apenas superficial, mantendo a estrutura política e cultural do período colonial inalterada – os “clãs eleitorais” que surgiram no Império apenas perpetuaram sob novas formas as práticas políticas já consolidadas pelos “clãs” locais (VIANNA, 2000, p.233-249).

[...] o princípio agremiativo – que operou a concentração dos clãs locais (*feudais e parentais*) e que os fez passarem da pura condição feudal ou parental, em que estavam (e em que os surpreendeu o advento brusco do regime democrático), para a condição de clãs eleitorais (*partidos*) – não representava, como se vê, qualquer imposição ou pressão *local* de interesses coletivos, que porventura se impusessem a eles, deles exigindo uma cooperação organizada para melhor administração destes interesses [...]. Estes interesses coletivos, bem o provamos, nunca tiveram, no ganglionarismo da nossa estrutura colonial, ocasião de formar-se: - e o princípio agremiativo, que levou estes clãs a se unirem em agrupamentos chamados “partidos”, foi o puro interesse pessoal dos chefes de clãs, objetivado e resumido exclusivamente na conquista do poder municipal. Poder que era disputado, não para que realizassem qualquer interesse geral e público das localidades (municípios); mas, apenas como meio de prestígio, de orgulho, de realce pessoal, ou de defesa contra os adversários locais. (VIANNA, 2000, p.247, grifos do autor)

Com relação à “psicologia política” da população brasileira, Oliveira Vianna afirma que, mesmo considerando metodologicamente as estruturas culturais da sociedade, chegou às mesmas conclusões que havia chegado em *Populações Meridionais do Brasil*, ou seja, que entre as elites mais expressivas e influentes do país, as populações do “centro-sul”, inexistiriam condições para uma vida política efetivamente democrática. Para ele, a população que a partir de 1824 passou a compor o eleitorado brasileiro era desprovida de experiência democrática e, tanto entre os cidadãos, quanto entre os governantes e seus partidos, nunca existiram motivações coletivas que estimulasse essa vivência democrática. Os princípios políticos liberais aplicados nas constituições brasileiras desde a Independência nunca seriam capazes, por si só, de educar essa população para a vida democrática, pois para isso seria necessário uma experiência calcada nos costumes da sociedade, os quais, por sua vez, sempre se restringiram ao autoritarismo dos senhores rurais (VIANNA, 2000, p.252-257).

[...] com a Constituição de 24, penetrou *ex-abrupto*, na nossa vida pública, o povo-massa [...]. Dada a condição fundamentalmente rural da população do país na época, esse contingente dos domínios passou a constituir a porção mais numerosa do eleitorado nacional – numa proporção que o tornaria dominante. Equivaleria, pelo seu peso numérico, à vontade do país: - e os eleitos deveriam ser a expressão mesma do seu critério seletivo. Ora, esta massa rural – assim feita, de acordo com a ideologia democrática, árbitra suprema dos destinos do País – entrava, entretanto, no campo eleitoral inteiramente despreparada para esta nova e inesperada função. Não carecia apenas de independência de ação e de pensamento em face das classes superiores [...]. Era a sua despreparação ainda mais acentuada – porque não tinha o menor conhecimento *prático* de qualquer *instituição democrática*, nenhuma experiência *eletiva*: - nada que lhe desse a mais leve noção do interesse público e do bem comum, que ela passara a ter a incumbência de gerir. *Nada, realmente, na sua história e na sua cultura a havia preparado para tamanha função e tão graves deveres.* (VIANNA, 2000, p.255-256, grifos do autor)

O modelo ideal de cidadania democrática, segundo Vianna, seria o encontrado na Inglaterra, em seus *citizens* e em sua *gentry*. Os *citizens* ingleses, afirma, já possuem arraigada em sua cultura a preocupação com sua coletividade e o hábito da deliberação democrática – heranças sociais do regime das propriedades fundiárias de proporções mais modestas. Já a *gentry* inglesa não tem a necessidade de se utilizar da atividade política como um meio de sustento. A aristocracia rural brasileira, ainda que tivesse condições materiais de se constituir em uma verdadeira *gentry*, não contou em sua formação com motivações coletivas suficientes para que agissem coletivamente. Enquanto isso, o “povo-massa” brasileiro, como Vianna sempre afirmou, só teve uma formação cívica no sentido da obediência à autoridade de seus chefes, agindo em conjunto somente sob o comando e interesses destes (VIANNA, 2000, p.261-264).

No Brasil, o regime eleitoral só teria transferido os interesses pessoais dos chefes rurais para o espaço público, fenômeno que repercutiu nos partidos políticos, que se constituíram como “clãs eleitorais”, uma vez que a estrutura social não se alterou a ponto de impulsionar os chefes rurais a agirem coletivamente em defesa de interesses comuns que não fossem o do ganho estritamente pessoal. Essa, segundo Oliveira Vianna, seria a maior diferença entre a democracia brasileira e o regime inglês: enquanto na Inglaterra o “bem comum” é sentido como uma realidade concreta e prática que orienta a vida pública, no Brasil seu conteúdo é abstrato e utilizado a serviço dos interesses pessoais dos “clãs eleitorais”. O próprio Estado, no Brasil, é visto como um instrumento de poder nas mãos dos interesses pessoais de seus ocupantes (VIANNA, 2000, p.264-270). Vianna conclui que, por isso, as estruturas políticas parlamentares provinciais e nacionais tiveram uma composição apenas teoricamente democrática, uma vez que na prática teriam sido sempre constituídas a partir da ação carismática do Imperador e de seus governadores. O regime democrático brasileiro teria surgido então em uma simulação, as representações nacionais e provinciais foram efetivamente formadas a partir da ação da corte sobre os partidos. As constituições brasileiras teriam falhado, por esse motivo, repetidas vezes: tentaram impor princípios políticos estrangeiros em uma população que persistiria em manter um comportamento político herdado dos tempos coloniais, ao invés de tentar traduzir em seu regime legal escrito os valores já consolidados em seus costumes (VIANNA, 2000, p.272-281).

Oliveira Vianna não considera, portanto, que da Independência tenha surgido efetivamente uma “Nação”, uma vez que no Brasil não existiria uma “mística nacional”, um sentimento orgulhoso de pertencimento a uma comunidade superior, típico dos povos imperialistas. No lugar desse sentimento, o que existiria no Brasil seria uma idéia abstrata de nação e um forte sentimento de pertencimento à comunidade local, que teria sido nítido nas revoltas separatistas do início do Império (VIANNA, 2000, p.284-288).

Um recuo ao passado, uma excursão retrospectiva pelos séculos da nossa história nos mostrará – independentemente de qualquer análise sociológica ou culturoológica – que o sentimento da “comunidade *Nação*”, o “complexo democrático do Estado *Nacional*”, não se formou em nosso povo-massa, nem se poderia formar. [...] Isto importa em indagar se, ao proclamar a sua independência e realizar a sua organização constitucional, possuía o Brasil uma *consciência nacional* e, como consequência, uma *política nacional*: quer dizer: uma política que fosse a expressão das aspirações *íntimas* do povo, concretização dos *ideais coletivos*, que este povo houvesse elaborado. Cada Nação, verdadeiramente constituída e consciente do seu papel na história, tem um destino, uma finalidade, um programa, objetivado numa *política nacional*, que ela realiza por meio dos órgãos do Estado e com os vários

recursos que a sua organização de poderes públicos põe nas mãos dos homens das elites dirigentes. Teve o povo brasileiro – durante os seus cento e tantos anos de independência – a consciência clara deste destino? deu ele aos seus homens públicos mais bem intencionados, mais cheios de abnegação e patriotismo, essa inspiração necessária? deu-lhes essas diretrizes do governo – de uma política *nacional* que fosse *sua*? Infelizmente, a resposta só pode ser negativa. [...] Por quê? *Porque ao povo brasileiro sempre faltou uma consciência nacional, um sentimento consciente e profundo da sua finalidade histórica do seu destino como povo.* (VIANNA, 2000, p.284-285, grifos do autor)

A ausência desses sentimentos coletivos poderia ter resultado em uma “anarquia geral”, segundo Vianna, no momento da implementação do regime constitucional de 1824. Isso porque as estruturas político-sociais exigidas pelo novo regime, segundo o autor, encontravam-se ausentes da realidade brasileira, sob três aspectos. Primeiro, o regime colonial não poderia ter formado democraticamente as estruturas provinciais e nacionais que o regime imperial reconhecia. Segundo, inexistia na cultura brasileira um “complexo democrático” consolidado pelos costumes. E terceiro, a “psicologia social” da população brasileira não abrigava qualquer espécie de “consciência provincial” e menos ainda “nacional”, a não ser como idéias abstratas. Oliveira Vianna considera então que o Império só não teria fracassado, no Brasil, por causa do “poder centrípeto” e da “autoridade carismática” do rei e da elite que o cercava diretamente (VIANNA, 2000, p.291-293).

Vianna afirma terem surgido no Império grandes lideranças nacionais, defensoras dos interesses coletivos. Essas lideranças não teriam sido inspiradas pelos anseios do “povo-massa”, despolitizado, mas geradas a partir de combinações eugênicas “superiores” e aproveitadas pelo “mecanismo seletivo” organizado pelo Império. Segundo o autor as combinações genéticas de “raça” e linhagem possibilitariam ocasionalmente o nascimento de indivíduos naturalmente carismáticos e abnegados. O surgimento de tais indivíduos não seria um fenômeno cultural, mas biológico, o que permitiu que em uma sociedade brasileira dominada por uma cultura personalista surgissem ainda grandes lideranças públicas. Graças ao método de seleção imperial, esses indivíduos naturalmente esclarecidos teriam sido identificados e devidamente dispostos na elite dirigente do país.

É claro que esta “vacuidade”, que já assinalamos na nossa vida pública – onde não se encontra, como vimos, nenhum traço de “motivações coletivas” e, sim, puras sugestões do “personalismo” e do “privatismo” – não podia gerar, nem alimentar a formação destes tipos superiores. Que eles, entretanto, surgiram; que prestaram serviços imensos ao país e superiormente o governaram; que administraram os negócios com o sentimento e o conhecimento dos seus verdadeiros interesses, não há dúvida: - e aí está a história com o seu testemunho. [...] Estas preocupações, este exaltado

patriotismo, esta abnegação e absorção pelo serviço da Nação não as recolherem eles, porém, como uma inspiração vinda do povo ou que o povo lhes fornecesse pelos seus órgãos elaboradores da opinião popular [...]. Nada disto: o nosso povo-massa [...] *não lhes podia fornecer nenhuma sugestão nesse sentido* – porque carecia, ele mesmo, de uma atmosfera nacional de vida pública. Como surgiram então eles, homens desta dimensão e deste tipo, neste meio social assim rarefeito, tênue e apolítico, nesta atmosfera assim vazia de sentimento público, de espírito coletivo, de interesses *nacionais*? [...] Duas causas permitiram a formação desta elite admirável: 1.^a – a gestação no seio do povo – por força de hereditariedades eugênicas combinadas – de *individualidades superiores*, dotadas organicamente, constitucionalmente de espírito público e de “espírito de serviço”. 2.^a – o *mecanismo seletivo* que o Império organizou, permitindo a fixação destes homens superiores no serviço permanente do país. (VIANNA, 2000, p.296-297, grifos do autor)

O Imperador, através de seu poder pessoal, criou tal elite a partir de suas indicações para os serviços provinciais, aproveitando-as nos ministérios, no Conselho de Estado e no Senado, onde finalmente se fixavam de maneira vitalícia. Por isso essa elite dirigente, segundo Vianna, jamais teria representado os interesses personalistas do “povo-massa”, agindo antes sob a inspiração do Imperador. Este não dispunha então somente do Poder Moderador, mas foi também o responsável pela composição do centro nacional de poder. Esse sistema de nomeações imperiais teria garantido a permanência no poder de uma elite superior capacitada para condução da nação. Essa é a conclusão final de Oliveira Vianna sobre a formação das elites políticas brasileiras: o regime republicano, ao encerrar os cargos vitalícios e estimular a sucessão de indivíduos no poder, eliminou as condições de existência dessa classe de dirigentes que sustentara o Império. Os estadistas e líderes nacionais da República teriam demonstrado serem incapazes de pensar nacionalmente, orientando-se segundo os interesses localistas arraigados na população (VIANNA, 2000, p.296-304).

Em *Instituições Políticas Brasileiras*, as determinações raciais e geográficas que orientaram a interpretação histórica de Oliveira Vianna nos outros livros são conjugadas com o elemento cultural da sociedade brasileira. Mais uma vez, contudo, o autor apenas reafirma suas conclusões dos livros anteriores: a sociedade brasileira não demonstraria capacidade para ser eficientemente regida por um sistema democrático representativo. Para além das condições psicológicas, raciais e geográficas, conclui Vianna, a sociedade brasileira teria consolidado um “complexo cultural” hierárquico, personalista e autocrático em torno dos chefes latifundiários. Dessa forma, a vida cultural, tanto das elites quanto da população em geral, se mostraria inadequada para uma experiência política liberal.

Ainda que Vianna leve em consideração o elemento cultural na formação das sociedades nesse livro de fim de vida, acaba reiterando todos os pressupostos racistas e deterministas presentes em suas outras obras. O autor demonstra-o explicitamente ao rejeitar a tese da igualdade universal da condição psíquica e da capacidade política humanas. Populações racialmente distintas seriam dotadas de capacidades distintas para a organização política, o que exigia para o Brasil uma condução política diferente da adotada pelas nações da Europa ocidental e pelos Estados Unidos.

Aqui, porém, Oliveira Vianna procura responder a uma pergunta que não se fez nos outros dois livros. Se o regime monárquico havia sido definitivamente encerrado, mas ainda assim o Brasil necessitava de um poder central forte o suficiente para conter a ação das elites latifundiárias sobre o Estado, que grupo social poderia construir esse novo Estado? Obviamente Vianna não contava com a população, que agia segundo os interesses dos chefes de seus “clãs”. Sua resposta se encontra na “seleção” do grupo dirigente durante o período imperial da história brasileira, por meio das indicações pessoais promovidas pelo Imperador. Ou seja, Vianna considerava salutar uma estrutura política que possibilitasse a identificação e seleção de administradores públicos que se mostrassem distantes dos conflitos personalistas dos “clãs” brasileiros. Indivíduos para os quais a nação não seria uma abstração artificial, mas que fossem capazes de se orientar segundo os interesses coletivos nacionais. Mas, de onde surgiriam tais indivíduos abnegados? Não da cultura brasileira, marcada pelo personalismo das elites latifundiárias. A resposta de Oliveira Vianna a essa questão conclui a circularidade com que o determinismo racial influenciava sua interpretação histórica: esses indivíduos excepcionais surgiriam por motivos biológicos em meio à elite “aristocrática” brasileira, cabendo à organização do Estado elaborar os meios adequados para sua correta identificação e distanciamento dos interesses personalistas da sociedade.

Instituições Políticas Brasileiras reafirma então a força com que as teorias sociais em voga no início do século XX permaneceram no pensamento de Oliveira Vianna até seus últimos anos de vida. Uma concepção racista e elitista da sociedade brasileira, preocupada em encontrar o caminho por meio do qual o Estado poderia se impor à sociedade e conduzi-la segundo o que considerava ser o interesse nacional.

1.5. A sedimentação do passado e a imutabilidade da cultura brasileira

Nessas três reconstruções do passado brasileiro produzidas por Oliveira Vianna podemos observar a reiteração de uma série de características comuns por ele atribuídas à sociedade brasileira como oriundas de sua formação histórica. Ainda que a ênfase do autor sobre determinados temas possa ter variado entre os livros, a verdade é que Oliveira Vianna em nenhum momento abandonou suas teses centrais sobre a sociedade brasileira, presentes já desde sua primeira obra. Em *Populações Meridionais do Brasil*, Vianna demonstra ter iniciado sua preocupação com a compreensão da formação da sociedade brasileira a partir de uma experiência por ele vivenciada em um ambiente rural, e que demonstraria o forte “peso” que o passado teria sobre a sociedade brasileira, na “psique” de sua população. Essa intensa permanência do passado no presente acabou por se tornar uma característica marcante do pensamento de Oliveira Vianna, e o foco em torno do qual gravitou sua obra, sempre buscando compreender os elementos determinantes e as condições que teriam atuado e ainda continuariam a atuar sobre a sociedade.

Entretanto, é também no início de *Populações...* que Vianna apresenta pela primeira vez a Abolição de 1888 como uma “desestruturação” da sociedade brasileira, abrindo o que seria um período de “incertezas” da República. Encontram-se aí, já no início de sua obra, os outros dois elementos que também se tornariam constantes em seu pensamento. Primeiramente, que o Brasil republicano havia vivenciado alguma espécie de ruptura brusca ou radical com seu passado – ruptura que de algum modo lançara uma “perturbação” na história da sociedade brasileira. E, em segundo lugar – como consequência dessa primeira tese – que a República teria dado início a um período de “incertezas”, sendo um regime político inadequado à sociedade brasileira ou, de algum modo, com uma capacidade aquém da necessária para lidar com a realidade do país.

Entretanto, por mais significativo que Vianna considere ter sido o impacto dessa ruptura, a forte permanência do passado no presente continua a ser um traço marcante de sua obra. Em *Evolução do Povo Brasileiro*, por exemplo, uma de suas conclusões é a de que a tendência “centrífuga” de expansão da ocupação territorial pelo interior brasileiro continuaria a ser predominante na sociedade brasileira. A tendência

“centrípeta”, gerada pela própria ruptura que teria representado a Abolição, seria de uma importância menor e não se traduziria em uma transformação da sociedade. Os ambientes urbanos, que aumentavam progressivamente sua população no período republicano, são desconsiderados por Oliveira Vianna como significativos para a compreensão da realidade brasileira. Assim, constrói-se em seu texto uma tensão entre a permanência quase inalterada do passado e as inegáveis rupturas trazidas com a Abolição e a República.

Em *Instituições Políticas Brasileiras*, essa tensão acaba por se transformar no assunto central do livro, passando a estruturar o modo pelo qual o autor analisa a formação da sociedade brasileira. Ela se encontra expressa no antagonismo destacado por Vianna entre o *direito-lei*, conjunto das normas sociais codificadas no corpo escrito da constituição, e o *direito-costume*, composto pelas normas sociais culturalmente consolidadas pela prática social e espontaneamente respeitadas pela sociedade. Enquanto o direito-costume é considerado uma herança viva do passado no presente, o direito-lei, na sociedade brasileira, é associado a reformas políticas e jurídicas que buscam uma inovação social, uma transformação ou ruptura, sem entretanto se adequarem à realidade herdada do passado. Como jurista, Oliveira Vianna não se opõe a reformas político-constitucionais. Antes o contrário – é a busca por uma legislação político-social adequada à realidade brasileira que orienta a preocupação de seu livro. Trata-se de resolver o problema da incompatibilidade entre as normas legais e as práticas sociais ou, em outras palavras, de garantir o respeito às leis instituídas. Para isso, seria necessário que o estudo do direito se voltasse para as ciências sociais a fim de compreender quais seriam as normas sociais já praticadas pela população e adequar a legislação às mesmas. E é nessa busca que o jurista recorre ao passado, à história.

O passado brasileiro colonial surge na obra de Oliveira Vianna então como uma *essência* da sociedade brasileira, formada a partir da conjunção de fatores históricos, étnicos, culturais, materiais e geográficos. Essência essa que, por ser definidora da especificidade da sociedade brasileira, não deveria ser desconsiderada e também não poderia ser abandonada. A essência que Oliveira Vianna vê na sociedade brasileira teria surgido ainda no período colonial, a partir do momento que os colonizadores proprietários de terra se internaram no território brasileiro e se afastaram dos centros urbanos, dando origem a um novo meio de vida, distinto do europeu. Esse movimento de internação dos “fidalgos” lusos – aqueles que recebiam da Coroa portuguesa as sesmarias para povoarem-nas – é que dá origem ao que Vianna chama de “aristocracia

rural”, a elite econômica desse Brasil colonial. Ao mesmo tempo em que a elite econômica brasileira teria começado a ser gestada, Vianna vê também a manifestação da “tendência centrífuga” na sociedade brasileira, se afastando dos centros urbanos em direção aos sertões desocupados do interior.

A distribuição das extensas sesmarias entre essa aristocracia rural e a necessidade da produção agrícola em larga escala teriam transformado o latifúndio na base econômica da sociedade colonial. E teria sido em torno dessa base econômica, na verdade em seu interior, que as classes sociais brasileiras foram primeiramente organizadas, de acordo tanto com sua relação econômica com os latifúndios quanto com sua etnia. Esse modelo de sociedade latifundiária teria se expandido através do território brasileiro a partir da ação dos bandeirantes paulistas, e por isso Vianna afirma ser possível detectar suas características sociais e econômicas em praticamente todo o ambiente rural brasileiro.

Assim teria se consolidado no Brasil a dispersão da sociedade entre os latifúndios economicamente autônomos, “oniprodutivos”, e sua rede de relações sociais específicas, o “clã” rural familiar, sob o comando pessoal de seu chefe. É o modo através do qual Oliveira Vianna vê as especificidades econômicas da sociedade colonial brasileira se refletirem em suas relações sociais e culturais: se a base da economia era o latifúndio, e este, por sua autonomia econômica, prescindia de se relacionar com as pequenas municipalidades do interior, conseqüentemente, a quase totalidade das relações sociais ocorria em função do latifúndio. O latifúndio teria absorvido para seu interior personalista e familiar as relações sociais da colônia, e a dependência que gerava sobre a população pobre tornou-o a instituição social mais poderosa dessa sociedade.

Diante de latifúndios dispersos em regiões isoladas e capazes de reunir sob seu comando um exército de agregados e dependentes, o Estado pouco pôde fazer para impor o respeito às normas legais a essas populações. Na verdade, Vianna ressalta que a preocupação maior da metrópole portuguesa era o de garantir seus proventos coloniais, pouco se importando em assegurar a legalidade das relações sociais entre os colonos. Assim as instituições públicas transplantadas à colônia pelos portugueses não refletiam as necessidades reais da sociedade colonial brasileira, distinta da portuguesa. Por isso os poderes públicos instituídos pela Coroa portuguesa no Brasil teriam sido sentidos pelas populações locais sempre como uma presença estranha, um poder arbitrário que serviria apenas para explorar e para inevitavelmente reforçar o poder de um vizinho já poderoso.

Em um ambiente fragmentado em pequenas comunidades dominadas por poderosos latifundiários armados de verdadeiros exércitos imunes à ação do Estado, as populações pobres inevitavelmente precisaram se proteger sob a tutela do latifundiário mais próximo, de modo que este pudesse impedir a ação arbitrária de outro potentado rural. Assim teriam se formado os “clãs” rurais e esse estado de “anarquia branca” em que a aristocracia rural comandava seus agregados em guerras particulares pela expansão de seu poder e domínios. Completa-se o círculo da formação da sociedade brasileira segundo Oliveira Vianna: dispersão pelo território em latifúndios autônomos, ausência do poder do Estado, absorção das relações sociais pelos “clãs” em conflito.

Que conclusão tira o autor com relação a essa sociedade colonial brasileira? Que as relações sociais se formaram, por força de variadas condições, no interior das relações hierárquicas e da dependência econômica geradas pelos latifúndios autônomos. A inviabilidade das pequenas e médias propriedades nesse contexto impediu a formação de uma classe média livre dessa dependência econômica. E, como consequência, a população brasileira não teria dado origem a instituições de defesa de interesses comuns. Os pobres não possuíam força para resistir aos chefes latifundiários, e estes se rivalizavam continuamente entre si. Ainda que em *Populações...* Vianna afirme que a administração colonial teria conseguido se impor sobre os chefes latifundiários no século XVIII, prevalece a autonomia do latifúndio como característica estrutural da sociedade brasileira.

E é nesse contexto social que se realiza a Independência e a construção do Estado: em meio a rivalidades localistas e à completa inexistência de instituições capazes de agrupar interesses coletivos, tanto locais quanto nacionais. Oliveira Vianna faz uma dupla leitura do regime imperial brasileiro: por um lado, condena a adoção do modelo político representativo mas, por outro, considera que o Estado imperial teria sido bem sucedido em garantir um regime legal adequado à realidade brasileira. As eleições representativas para composição de câmaras e assembleias são consideradas por Oliveira Vianna como inadequadas para a sociedade brasileira porque as relações sociais coloniais não eram democráticas. Assim, a população não teria a formação política necessária para defender seus interesses em um sistema representativo. A consequência da implementação de tal regime político em uma sociedade estruturada em relações hierárquicas personalistas teria sido responsável pela deturpação do sistema eleitoral, absorvido pelos conflitos dos chefes latifundiários que passaram a organizar seus “clãs eleitorais”, reforçando ainda mais seu poder na medida em que possuíam

controle sobre os votos necessários para a composição das assembleias, provinciais ou nacional. Na verdade, não se trataria tanto de uma deturpação do sistema eleitoral, mas uma adaptação ou acomodação deste à realidade das relações sociais que já se encontravam consolidadas no Brasil.

Apesar disso, Oliveira Vianna considera que o Império brasileiro teria sido, afinal, bem sucedido em controlar a “anarquia branca” disseminada pelo país e consolidar assim a nação. Isso porque, na ânsia de oferecerem os votos de seus “clãs” para em troca obterem as vantagens políticas dos governadores de província, os chefes rurais agremiaram-se em torno dos partidos emanados da corte, e representados regionalmente pelos governadores indicados pelo Imperador. Vianna não considera que esses partidos tenham se formado em torno da defesa de ideais políticos, mas apenas através de laços personalistas e em defesa de interesses pessoais. A ausência da prática política democrática na formação da sociedade brasileira teria levado a essa personalização do poder político. Por isso os ideais liberais, no Brasil, só seduziriam as elites intelectuais – copadoras das idéias estrangeiras – e as elites político-econômicas localistas, que se aparelham do Estado liberal com sua influência local para aumentar seu poder. A população pobre, a massa eleitoral propriamente dita, não teria nenhum motivo para exigir instituições representativas, uma vez que não possui capacidade para organização política e se habituou a viver em um regime social hierárquico.

Levando em consideração todos esses fatores, fica óbvio porque Vianna considera a representatividade do regime imperial uma artificialidade que só teria beneficiado os latifundiários locais. Apesar disso, a nação foi construída e não se fragmentou. O único motivo para o sucesso do Império teria sido o próprio Imperador, que atuou como uma força política centralizadora acima dos interesses regionalistas e localistas. Oliveira Vianna não mede elogios para a centralização do poder no período imperial, especialmente no segundo reinado. D. Pedro II, segundo ele, soube equilibrar os conflitos regionalistas, além de agrupar em torno de si, nos mais altos postos de condução do governo imperial, as poucas lideranças abnegadas capazes de dirigir o Estado de acordo com os interesses maiores da nação, e não a partir de seus interesses pessoais. O segundo reinado, para Oliveira Vianna, teria sido o momento em que se expressou o regime político mais adequado à realidade brasileira: um parlamentarismo de aparência capaz de seduzir os senhores latifundiários dispersos pelo território, a centralização do poder nas mãos de um chefe superior distante dos conflitos personalistas, um sistema de seleção e de fixação de lideranças políticas abnegadas

também rapidamente afastadas dos conflitos políticos pessoais. A ruína desse sistema não teria sido causada por contradições internas, mas pela crescente influência dos ideais liberais sobre as elites intelectuais, culminando na Abolição – a grande desestruturação social brasileira – e na República.

A República é representada por Oliveira Vianna como a vitória dos interesses pessoais localistas e regionalistas sobre a centralização do poder. O regime federativo estimulava novamente a dissolução do poder, fortalecendo a autoridade dos chefes e oligarquias locais. Na medida em que o autor volta a se referir à sua época e às possibilidades quanto ao futuro, a tensão entre a ruptura e a continuidade é exacerbada. Por um lado, Vianna insiste em uma continuidade, do ponto de vista social, das características culturais da sociedade colonial ainda no período republicano: a dispersão da população em núcleos sociais autônomos sob o poder de “clãs” personalistas. Por outro, atribui como maior problema para a atuação do Estado no Brasil republicano a ruptura com a centralização de poder do segundo reinado, adotando um liberalismo político não respaldado pela prática política da sociedade. Uma vez que considera a essência da sociedade brasileira inalterável, seria preciso adequar o Estado às características da sociedade brasileira – o que justificaria todas as suas reflexões sobre o Brasil. Seu maior temor era o de que o Estado brasileiro se desintegrasse definitivamente caso esse trabalho não fosse realizado.

Assim, diante do confronto entre permanências e mudanças na história, podemos concluir que Oliveira Vianna fez uma opção clara pela continuidade das permanências que caracterizariam a sociedade brasileira. Por mais que considere as estruturas hierárquicas da sociedade latifundiária como responsáveis pela inviabilidade da democracia no Brasil e por todas as dificuldades para a construção de um Estado nacional, Vianna em nenhum momento deseja alterá-las. Optou, ao invés disso, por defender sua manutenção integral, opondo-se radicalmente à tentativa republicana de criar instituições representativas no Brasil. O passado, em sua narrativa histórica, assume um papel determinista, estabelecendo de uma maneira imutável estruturas sociais que deveriam ser respeitadas.

1.6. Uma nação para as elites: quando o Estado precisa conservar o passado

Não é nosso objetivo aqui avaliar a pertinência empírica das reflexões historiográficas de Oliveira Vianna – ainda que o contraste entre muitas das afirmações de Vianna sobre a história brasileira e as considerações de outros historiadores apoiados em pesquisa documental sobre temas por ele abordados sejam freqüentemente gritantes. Como exemplos maiores desse contraste podemos citar a caracterização que Vianna fez da aristocracia rural paulista e o modo pelo qual compreende as diferentes revoltas ao longo da história brasileira. Rodrigues (1988) avaliou com profundidade essas carências empíricas da obra de Vianna, ressaltando como Capistrano de Abreu e Alcântara Machado comprovaram a pobreza e a ascendência mestiça desses “aristocratas” responsáveis pela expansão territorial da colônia, bem como o simplismo de Vianna em considerar as revoltas brasileiras como conflitos surgidos ou da “instabilidade” da população mestiça ou da defesa de interesses locais particulares e imediatos. Se a presença de tais afirmações em sua obra (e essas não seriam as únicas) compromete a sustentação empírica de sua interpretação histórica do passado brasileiro, ela não elimina o fato, entretanto, da obra de Oliveira Vianna ter tido uma enorme expressividade e impacto entre a intelectualidade brasileira, se desdobrando inclusive em prática política. Sua interpretação histórica, portanto, não poderia ser avaliada exclusivamente pelo critério empírico. Ao invés disso, é necessário levar em consideração que sua ampla repercussão já lhe confere relevância suficiente para não ser completamente esquecida. E se, além disso, ela forneceu uma concepção de identidade brasileira capaz de angariar o apoio por parte daqueles que nela se reconheceram, é porque ela ofereceu a seus leitores uma identidade reconhecível – ou seja, congruente com sua experiência vivida a ponto de orientar a ação de diferentes sujeitos em suas relações sociais. As “leis” de evolução social que Oliveira Vianna utiliza em suas obras para fundamentar sua história da sociedade brasileira são, como observou Rodrigues (RODRIGUES, 1988, p.33), muito mais pressupostos a serem ou não aceitos pelo leitor do que conclusões advindas de uma pesquisa social empírica. Mas é exatamente pelo fato de terem sido aceitas por muitos que sua obra merece ser visitada, e não abandonada.

Maria Stella Martins Bresciani, assim como José Murilo de Carvalho, também fez uma visita “desarmada” ao pensamento de Oliveira Vianna. Se Carvalho ressaltou o fato de outros intelectuais contemporâneos de Vianna não terem sido tão condenados quanto este pela participação no Estado Novo, Bresciani lembra, contudo, que Vianna manteve-se fiel a suas proposições políticas autoritárias até o fim de sua vida, mesmo após o fim do Estado Novo – o que pode ter contribuído para a posterior condenação de sua obra a um nível muito maior do que aconteceria com outros intelectuais que colaboraram com o regime varguista (BRESCIANI, 2005, p.28-29). Segundo a autora, o constantemente retomado tema da identidade nacional recobriria um misto de argumentos racionais acrescidos de figuras de linguagem de forte apelo emocional na constituição de um *lugar-comum* na reflexão intelectual. Por *lugar-comum* Bresciani não se refere a meros clichês banalizados e reiterados, mas a um fundo compartilhado de idéias e concepções através das quais o tema da identidade – como distinção de um grupo perante outros e como permanência de um grupo ao longo do tempo – seria continuamente retomado e reformulado por meio de diferentes posicionamentos políticos e propostas sociais (BRESCIANI, 2005, p.39-44). Assim, Oliveira Vianna teria contribuído, como tantos outros, para a construção desse *lugar-comum* da identidade nacional brasileira: a de um país desencontrado de si mesmo, padecendo de alguma espécie de incompatibilidade intrínseca e contraditória entre as expectativas geradas por um modelo político liberal-democrático e uma formação cultural histórica mais ibérica do que moderna ou ocidental – *lugar-comum* também presente na obra de autores renomados como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda (BRESCIANI, 2005, p.47-48).

Desse *lugar-comum* presente nas reflexões sobre a identidade brasileira, Bresciani aponta surgir outro, que marcaria o “estilo” adotado por Oliveira Vianna em suas obras: o da necessidade de se conhecer “objetivamente” a realidade social brasileira, como único meio possível de superação para essas contradições apontadas na formação da identidade nacional (BRESCIANI, 2005, p.151-152). Assim, a pretensa objetividade científica neutra de Oliveira Vianna se constituiria em um estilo retórico que vincula suas observações “científicas” sobre a formação da sociedade brasileira às proposições políticas por ele apresentadas. Proposições estas apresentadas pelo autor como uma conclusão lógica e racional para uma solução do problema da identidade nacional capaz de superar a contradição posta pela incompatibilidade entre realidade social e fórmula política. Para Bresciani, Vianna se utiliza de uma figura de linguagem

metafórica para tentar resolver racionalmente o problema de uma identidade nacional fragmentada, ao formular uma concepção de identidade nacional especificamente brasileira – distinta – capaz de recobrir uma heterogeneidade expressa em termos de uma “sociedade ganglionar” (BRESCIANI, 2005, p.462-463).

O que Bresciani destaca na obra de Oliveira Vianna, portanto, é o modo pelo qual temas recorrentes da reflexão sobre a identidade brasileira encontram-se recobertos por um estilo argumentativo cientificista carregado de figuras de linguagem de apelo emocional. Esse entrecruzamento entre uma argumentação racionalista e elementos de retórica compõem, de modo inextrincável, a interpretação histórica que Vianna faz do passado brasileiro. Retomando uma tradição intelectual, Vianna reformula sua representação do passado em um estilo narrativo “científico” e “objetivo”. A insistência do autor na suposta neutralidade de sua reconstrução da formação social brasileira só intensifica a força retórica com que procura conduzir o leitor a seu próprio posicionamento político – orientado em função das circunstâncias que vivenciava em sua época, porém projetados como conclusão lógica e inevitável de uma reconstrução “objetiva” da história brasileira.

Maria Regina Soares de Lima e Eli Diniz Cerqueira ressaltaram do pensamento de Oliveira Vianna justamente o seu projeto político para o Brasil. A base deste estaria em sua tese de que a população brasileira, dada a formação histórica de sua sociedade, era incapaz de auto-organização política, e por isso ele se opunha ao liberalismo político no Brasil. Caberia a um Estado central de forte autoridade a organização da nação em um modelo corporativista, obrigando as “classes produtivas” a se organizarem de maneira que “aprendessem” a defender seus interesses comuns. Apenas um diálogo vertical direto entre o Estado e as organizações de classe – eliminando o parlamento legislativo, que para Vianna não era representativo das necessidades sociais do Brasil – poderia estabelecer como prioritários os direitos civis e sociais da população, ainda que esta estivesse privada de exercer a liberdade política (LIMA e CERQUEIRA, 1971). A influência desse projeto político no Estado Novo, entretanto, foi reavaliada por Angela de Castro Gomes, que ressaltou a atuação de Oliveira Vianna como consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Gomes também relativiza o caráter considerado “fascista” do modelo jurídico de Vianna, destacando a influência teórica da chamada “nova escola sociológica norte-americana” e do *New Deal* dos EUA em suas propostas jurídicas corporativistas (GOMES, in BASTOS e MORAES, 1993, p.43-57).

Essa atuação de Oliveira Vianna junto ao Estado Novo nos traz novamente à tensão em seu pensamento entre permanência e ruptura mencionada anteriormente. Transparece na obra de Vianna um elogio integral à sociedade rural brasileira latifundiária formada no período colonial, elogio que se soma à profunda admiração com que retrata o regime imperial, considerado o modelo político mais adequado a essa realidade social brasileira. Conforme Rodrigues observou acertadamente, Oliveira Vianna dá a seu leitor a sensação de que, se fosse possível, defenderia o retorno a esse passado perdido. Perdido, porém não esquecido – essa essencialidade latifundiária que atribui à sociedade brasileira permanece sempre atuante em sua obra, uma continuidade cultural que se constitui na própria especificidade brasileira segundo Oliveira Vianna. Apesar disso, Vianna não pode negar a incontornável ruptura representada pelo par Abolição/República, ruptura que consolida em sua interpretação histórica o distanciamento entre a realidade social e os modelos políticos adotados pelo Estado. Mesmo que, acompanhando Vianna, concordássemos com essa incongruência representada pela República liberal, restariam ainda duas perspectivas possíveis de superação para essa situação instável – a adequação do modelo político às heranças culturais do passado ou um aprofundamento da ruptura com o passado levando a adequação das práticas sociais ao modelo político considerado desejável. A clara opção de Vianna pela primeira solução – considerando a segunda uma impossibilidade, conforme todos os tipos de determinações históricas reveladas por sua “ciência” social – é que impulsiona a formulação de seu modelo político autoritário. Vianna deseja, sobretudo, *conservar* esse passado cultural colonial, e para isso propõe a ruptura com o Estado liberal da República. Toda sua elaboração de um Estado centralizador corporativista e “orgânico” não passa então de uma tentativa de *regresso* a esse passado perdido.

Talvez seja a presença na obra de Oliveira Vianna desse potencial aparentemente transformador do modelo político brasileiro que tenha levado João Quartim de Moraes a ver, nas proposições políticas de Vianna, um projeto de “democratização pelo alto”. Moraes considera “original” a concepção de democracia de Oliveira Vianna, que exige como sustentáculos tanto uma prática de autogoverno (*selfgovernment*) já arraigada na ancestralidade de uma população quanto um “complexo cultural” especificamente democrático já cristalizado em sua cultura (MORAES, in BASTOS e MORAES, 1993, p.88-89). Segundo Moraes, *Instituições Políticas Brasileiras* marcaria um afastamento, por parte de Vianna, do determinismo racial presente em obras anteriores e de sua

solução “arianizante” para o Brasil. Nesse livro, Vianna teria se restringido à solução autoritária – do Estado centralizador capaz de organizar as “classes produtivas” – como caminho político adequado à realidade social brasileira para a superação dessa contradição entre fórmulas e práticas políticas. A diferença apontada por Moraes é que em *Instituições...* a concepção de democracia utilizada por Oliveira Vianna não resultaria mais exclusivamente de determinismos raciais em que só anglo-saxões, escandinavos e germânicos seriam capazes de organizar suas sociedades de modo efetivamente democrático. Moraes ressalta então o papel desempenhado nessa obra pelo “complexo cultural”, que torna as práticas culturais menos um determinismo irrevogável do que a condensação de costumes sociais estabelecidos historicamente ao longo de gerações. Esse condicionamento cultural não resultante de fatores exclusivamente deterministas é um elemento novo detectado por Moraes no pensamento de Oliveira Vianna. A necessidade de adequação do modelo político às práticas culturais persistiria como um “determinismo sociológico” no raciocínio de Oliveira Vianna, uma vez que a cultura ainda é a definidora, de antemão, do modelo político mais adequado para a constituição de um Estado. Apesar disso, esse elemento cultural não teria sido abordado como inalterável por Oliveira Vianna, não só por ele se formar historicamente, mas também porque com sua proposta política Vianna crê ser possível integrar efetivamente a nação, conferindo as diferentes “classes” formas de organização e sociabilidade novas em defesa de seus interesses coletivos, rompendo com o predomínio dos interesses personalistas dos “clãs” e de seus chefes locais. Daí conclui Moraes que, ainda que o determinismo racial não pudesse ser alterado, haveria em seu livro uma relação recíproca entre cultura e instituições políticas, em que práticas culturais determinam a eficiência de modelos políticos, mas uma adequação dos modelos políticos pode vir a alterar as práticas culturais (MORAES, in BASTOS e MORAES, 1993, p.98-102).

Ou seja, segundo Moraes, Oliveira Vianna defendia a via autoritária como a mais adequada para a sociedade brasileira, mas ainda assim considerava o Estado liberal vivenciado por anglo-saxões como uma forma política superior e desejável. Ao defender a integração nacional via a construção de uma sociabilidade organizada em que a população passasse a adotar práticas de organização política não personalistas, Vianna teria então defendido a construção, por uma via autoritária, das bases sociais e culturais que seriam necessárias para a efetivação prática de um Estado liberal, “democrático”, no Brasil (MORAES, in BASTOS e MORAES, 1993, p.121). Achamos, contudo, que

Moraes exagera um pouco o afastamento de Oliveira Vianna do determinismo racial em *Instituições...*, especialmente se levarmos em consideração que nesse livro do final de sua vida o surgimento de uma elite abnegada capaz de conduzir a nação durante o Império é apresentado por Vianna como um aproveitamento político de personalidades “superiores” formadas pela sua genética, e não por condições sociais, culturais ou históricas específicas. Mas o que Moraes falha em perceber, e que é ainda mais importante, é que uma “democratização pelo alto” conduzida pela proposta autoritária de Vianna não poderia ser capaz de criar o “complexo cultural” que ele julgava necessário para o estabelecimento de uma efetiva democracia. Se esse “complexo cultural” teria como aspecto central e indispensável a capacidade de *selfgovernment*, esta não poderia ser imputada à sociedade a partir da verticalização autoritária e centralizadora da representação política. Instituições de representação coletiva gestadas exclusivamente pelo Estado – sem respaldo nas práticas e necessidades sociais, conforme considera Vianna – também seriam artificiais e, por isso mesmo, incapazes de gerar na sociedade a capacidade de auto-organização política, que pressupõe a capacidade de iniciativa política coletiva, sequestrada pela ação do Estado autoritário de Vianna. A política sindical do Estado Novo, de cuja elaboração participou Oliveira Vianna, demonstraria que associações coletivas criadas pelo Estado tendem a levar a seus representados os interesses da política oficial do Estado mais do que defender perante este os interesses daqueles. O projeto político de Vianna talvez seja adequado, então, a limitar os interesses personalistas em favor de uma maior integração entre a sociedade e o Estado nacional sim, mas afirmar que essa integração resultaria em uma prática social democrática é no mínimo duvidoso. O curioso é que Moraes identifica como Vianna idealiza as elites políticas brasileiras da primeira República, ao retratá-las como “idealistas utópicas” diante dos modelos políticos liberais estrangeiros e não perceber a instrumentalização que as mesmas fizeram do discurso liberal para sustentar seus interesses políticos particulares (MORAES, in BASTOS e MORAES, 1993, p.118-120). Nada impede, portanto, que Vianna tenha novamente idealizado o papel das elites políticas brasileiras ao acreditar que seu modelo político autoritário não seria igualmente instrumentalizado.

Retomando as considerações de Fausto (2001) ao incluir a obra de Oliveira Vianna no “pensamento nacionalista autoritário”, é preciso pensar que Vianna legou-nos uma contribuição importante sobre o problema do “formalismo democrático” brasileiro, o da “democracia sem cidadania”. Mesmo uma leitura “democrática” da

interpretação histórica de Vianna seria obrigada a concordar com o autor que a fórmula representativa democrática no Brasil fracassou diversas vezes em garantir à população o acesso à cidadania – especialmente levando em consideração a República que Vianna conheceu. Mas, podemos realmente acreditar que sua “democracia autoritária” teria sido capaz de eliminar a forte desigualdade social e a exploração econômica da sociedade brasileira? Ou esse Estado corporativo não se resumiria, por fim, a solucionar “tecnicamente” (superficialmente) as tensões mais explosivas entre interesses sociais conflitantes de modo a assegurar a ordem e finalmente a continuidade “pacífica” das mesmas relações sociais?

Reis (2006) também ressaltou a validade da preocupação de Oliveira Vianna com a estabilidade das instituições políticas brasileiras, freqüentemente vitimada pela política regionalista e antinacional das elites ao longo da história. Nas considerações de Reis encontramos sintetizadas, lado a lado, o que há de melhor e o que há de pior na obra de Oliveira Vianna. O que há de melhor: um diagnóstico da ação particularista das elites brasileiras, demonstrando a falta de ação cooperativa em defesa dos interesses nacionais, e as deficiências para o estabelecimento de uma sociedade efetivamente democrática no Brasil advindas do domínio em que as elites mantêm a população brasileira – além de nos oferecer um caminho para compreensão da identidade através da qual as elites autoritárias e conservadoras vêem seu papel no país. O que há de pior: uma profunda descrença na capacidade política da população brasileira, ancorando-se em um racismo explícito e condenando a sociedade a um autoritarismo completo em que o Estado terminaria por absorver todas as instituições sociais.

Dizer que Oliveira Vianna denuncia a ação particularista das elites políticas brasileiras ao mesmo tempo que lhes oferece um senso de identidade adequado a seus interesses na representação do passado brasileiro é apenas uma aparente contradição. A interpretação histórica de Vianna tece uma concepção de identidade brasileira mais complexa do que pode parecer à primeira vista, pois sua concepção da sociedade brasileira não é homogênea, recobrando uma heterogeneidade histórica, social e geográfica reafirmada ao longo de sua obra. Oliveira Vianna inicia seu primeiro livro, *Populações...*, afirmando essa heterogeneidade geográfica, para em seguida optar por se referir exclusivamente a um dos grupos sociais que constituem a sociedade brasileira – os “matutos” do centro-sul. Além dessa heterogeneidade geográfica, Vianna reafirma constantemente a heterogeneidade social presente na sociedade latifundiária formada no Brasil. No interior do latifúndio Vianna identifica a hierarquia piramidal da sociedade

brasileira como um todo – os senhores latifundiários, seus agregados livres e seus escravos. Hierarquia que recobre, por sua vez, a heterogeneidade étnica, em que a cada grupo racial é atribuída uma função social específica: a direção da sociedade nas mãos dos brancos, a realização das ações que exigem mais energia (como a expansão territorial) pela atuação dos mestiços e o trabalho braçal “delegado” aos índios e principalmente aos negros. Essa miscelânea de grupos sociais diferenciados também geograficamente apresentaria uma enorme dificuldade para a composição de uma identidade nacional, se não tivessem sido cuidadosamente dispostos de modo organizado pelo autor em sua representação do passado.

Partindo dessa heterogeneidade, Vianna homogeneíza a identidade histórica brasileira de três formas. Historicamente, resume a sociedade brasileira ao predomínio dos latifúndios rurais, desconsiderando como irrelevantes ou pouco influentes a presença de outras experiências sociais – notadamente as concentrações urbanas. Nesse movimento, opta por identificar a história do Brasil com a história do latifúndio brasileiro e suas relações sociais e econômicas. Geograficamente, Vianna seleciona as populações (rurais) do centro-sul como “modelares” da sociedade brasileira, dado seu predomínio político nacional a partir da Independência. Mais uma vez, então, seleciona um único grupo – restrito agora não apenas socialmente, mas também geograficamente – como o exemplar para compreensão da realidade brasileira. Sua história passa a se confundir com a própria história do Brasil. Socialmente e racialmente, uma vez que as relações sociais e raciais se recobrem continuamente na obra de Vianna, os diferentes grupos sociais são compreendidos tão somente nas relações hierárquicas estabelecidas pelo latifúndio escravocrata. As pequenas propriedades de homens livres e forros, as comunidades quilombolas e indígenas que coexistiram ao longo de gerações ao lado desses latifúndios, as missões jesuíticas autônomas, para não falar das já desconsideradas relações sociais urbanas, são sumariamente excluídas de suas considerações sobre a formação histórica do Brasil, também vistas como exceções ou não influentes. A história brasileira transforma-se então totalmente na história dos latifúndios escravocratas do centro-sul brasileiro, sob o comando de seus senhores brancos.

Como se vê, em momento algum Oliveira Vianna nega a heterogeneidade da sociedade brasileira, mas opta por elaborar uma história dessa elite específica, generalizando as relações sociais estabelecidas no interior de seus latifúndios como as relações sociais brasileiras em um sentido mais amplo. No segundo volume de

Instituições..., ao avaliar o pensamento de Alberto Torres, Vianna diz ter se distinguido daquele por ter partido da observação dos elementos característicos particulares da sociedade para chegar a uma caracterização geral da sociedade, enquanto Torres teria feito o caminho inverso, partindo de observações gerais para compreender as características particulares (VIANNA, 1987, p.64-65). Mas Vianna não empreendeu um vasto estudo empírico ou mesmo documental sobre a formação da sociedade brasileira em seu conjunto, partindo antes de uma realidade específica e confundindo hegemonia política – construída historicamente por fatores diversos – com predomínio de determinadas relações sociais específicas. E assim a história do latifúndio brasileiro centro-meridional se transforma na história do Brasil.

A hierarquização das relações sociais latifundiárias, por extensão as relações sociais brasileiras, se transforma no pilar de sua representação histórica, pois é ela que teria inviabilizado a formação de práticas sociais democráticas no Brasil e seu “complexo cultural” permaneceria atuante, como uma determinação irremovível da sociedade brasileira ao qual o Estado precisaria necessariamente se adequar. Essa generalização das relações sociais latifundiárias exclui, em primeiro lugar, a possibilidade da formação de uma classe média autônoma no Brasil. E, realmente, em uma história do Brasil que desconsidera qualquer importância aos centros urbanos – mesmo após a ruptura de 1888/89 – a classe média brasileira lentamente gestada em suas cidades não pode possuir qualquer papel relevante. Assim, o Brasil encontra-se cindido em sua representação histórica entre a elite “aristocrática” rural e seus dependentes, agregados e escravos. Dentro da estrutura social familiar do latifúndio, a palavra de seu chefe maior impõe-se como lei perante seus subalternos, e por isso os chefes latifundiários transformam-se nos únicos sujeitos construtores da nacionalidade brasileira. É seu comando quem determina a expansão da colonização. São seus interesses particulares que se refletem nas disputas políticas eleitorais do Império e da República. É de seu seio que surgem as elites imperiais abnegadas em torno do Imperador. Essa identificação total entre a nação brasileira e suas elites latifundiárias se exprime de modo mais explícito em *Populações...*, quando Vianna atribui ao regime político imperial uma série de virtudes morais supostamente nascidas nas relações sociais estabelecidas pelos chefes latifundiários entre si e com seus dependentes. O chefe latifundiário é o condutor da sociedade brasileira, e ele é “aristocrático”, “racialmente puro”, “ariano”, “moralmente estável” e “virtuoso”.

A “plebe rural” compõe o lado oposto desse par que constitui a sociedade brasileira representada por Oliveira Vianna. É composta pelos brancos de “menor eugenia”, menos disposto e menos capazes de se classificar socialmente pela posse da terra. Tornam-se dependentes do poder político e econômico dos senhores latifundiários. Esse vínculo de dependência entre a “plebe” e a “aristocracia” apresenta um caráter circular: os pobres precisam que um chefe latifundiário lhes dê ocupação e proteção contra outros potentados rurais, e estes, por sua vez, reforçam seu poder por contarem com um exército de dependentes sob seu comando. Esses homens livres pobres se misturam a índios e negros e dão origem aos variados tipos mestiços, “moralmente instáveis”, incapazes de auto-organização, “indisciplinados”, “cruéis” e “sanguinários”. Só colaboraram para a construção da nação quando devidamente orientados pelos senhores brancos, expandindo seus territórios pelo sertão. Quanto à massa de escravos indígenas e negros, Vianna não compreende mesmo como eles poderiam participar da sociedade brasileira: são absorvidos pelos brancos, não só economicamente e politicamente, mas também culturalmente pela absorção de seus costumes e racialmente, pela sua progressiva eliminação e mestiçagem – eliminação que alia ao mesmo tempo o genocídio explícito e as brutais condições de vida impostas pela escravidão.

É através desses traços que podemos notar na obra de Oliveira Vianna a construção de uma identidade nacional elitista para o Brasil. É claro que essa sociedade, gestada inteiramente pela ação das elites latifundiárias, apresenta também seus problemas. A própria ação particularista dos chefes rurais e regionais é vista por Vianna como prejudicial para a integridade da nação – problema temporariamente resolvido pela centralização personalista do poder imperial. Aparentemente, Vianna propõe uma nova centralização autoritária do Estado como meio de superar a falta de senso de coletividade nacional das elites regionais, mas será esse o caso? Não faz ele o elogio dessa relação social hierárquica e do poder dos chefes latifundiários que teriam construído a nação? Não desejaria ele, se fosse possível, o retorno às relações sociais anteriores à Abolição? Sua ruptura, como vimos, não indica apenas um regresso a esse passado rompido pela República liberal urbana? Acreditamos não ser necessário especularmos sobre as conseqüências da implementação de suas propostas políticas no Brasil, porque elas já fazem parte da história política brasileira. Se nos atermos apenas a uma avaliação dos regimes centralizadores que pôde elogiar, o Império e o Estado Novo, encontraríamos neles uma “democratização pelo alto”? A representação eleitoral

do Império, como o próprio Vianna avalia com pertinência, foi artificial e refletia o jogo partidário manipulado pelo Imperador. E o Estado Novo, que consolidou no Brasil um aparato de policiamento político que continuou a existir muito após o fim do regime, que práticas de sociabilidade democrática ajudou a criar? Ainda que esses regimes tenham, supostamente, limitado a “anarquia branca”, a perturbação institucional criada pelas disputas entre os chefes regionais, que benefício essa estabilidade trouxe à nação brasileira em seu conjunto? As relações de poder locais não continuaram a ser personalistas? O predomínio econômico e político dessas elites regionais sobre a população pobre, com todas as suas arbitrariedades, teria sido de fato contido, ou apenas sua influência sobre o Estado central?

Por todos esses elementos, consideramos que Oliveira Vianna nos oferece uma história brasileira definitivamente voltada para as elites, retratando a história de suas ações e do papel que representaram na formação da sociedade brasileira. O problema da integração nacional e da estabilidade das instituições políticas só é resolvido por Vianna de modo a garantir a estabilidade das relações hierárquicas estabelecidas por essas elites. Não se trata apenas de um juízo de valor democrático: Oliveira Vianna é explicitamente descrente da operacionalidade da democracia no Brasil e oferece às elites brasileiras uma identidade histórica pertinente na medida em que é capaz de orientar sua ação social. A história do latifúndio brasileiro, com suas dificuldades e prognósticos, encontra-se pronta. Cabe ao leitor decidir se a história dessas elites, tal como acreditava Vianna, resume em si mesma a história da sociedade brasileira.

2. MANOEL BOMFIM E O RESGATE DA “VERDADEIRA” HISTÓRIA DO BRASIL

Neste capítulo abordaremos a narrativa histórica de Manoel Bomfim sobre o Brasil. Nosso foco se concentrará sobre as obras *A América Latina: males de origem*, *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* e *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Bomfim produziu outros livros, voltados para a área da pedagogia, além de inúmeros artigos, que jamais foram reunidos em uma coletânea. Entretanto, selecionamos essas obras por terem como objeto de estudo a formação histórica da sociedade brasileira (ainda que inserida no contexto ibero-americano, no caso de *A América Latina*). Assim, acreditamos poder resgatar a ressignificação do passado brasileiro produzida por Bomfim, apresentada de modo mais sintético e conclusivo nesses livros selecionados. Destacaremos o modo pelo qual essas obras, em conjunto, rearticularam o espaço de experiência e o horizonte de expectativa brasileiros, estruturando um tempo histórico de modo a orientar a ação humana no tempo, constituindo identidades históricas reconhecíveis por seus leitores. Buscaremos, nesse processo, os aspectos de sua representação do passado que serão colocados em diálogo com a obra de Oliveira Vianna.

2.1. Manoel Bomfim, pedagogo da revolução

Manoel José do Bomfim nasceu em 8 de agosto de 1868, em Aracaju, no estado de Sergipe, filho de Paulino José do Bomfim e Maria Joaquina do Bomfim. Seu pai era um vaqueiro pobre do interior de Sergipe que, com os recursos da viúva que esposara, soube aproveitar o crescimento da nova capital da província (a transferência havia ocorrido em 1855) para criar um grande patrimônio imobiliário e comercial: a loja “Casa Bomfim & Cia.”, que comercializava todo tipo de utensílios, e a construção de

várias casas residenciais em Aracaju, que eram posteriormente alugadas ou vendidas (em 1903 a família possuía 18 casas na cidade). A habilidade comercial de Paulino Bomfim, em um momento de crise açucareira em Sergipe, lhe permitiu também adquirir um pequeno engenho em 1867, próximo a Aracaju.¹ Manoel Bomfim, portanto, é filho de um humilde vaqueiro do sertão nordestino que, sabendo aproveitar as oportunidades que lhe apareceram, se tornou um comerciante de sucesso e ascendeu socialmente. Não é por acaso que Bomfim tenha se tornado posteriormente um intelectual defensor das camadas populares do país e confiante quanto à capacidade destas de contribuírem para o progresso da nação.

Entre onze e doze anos de idade, em 1880, Manoel Bomfim foi enviado por seu pai para o Engenho Bomfim, para prepará-lo como futuro administrador dos negócios familiares. Teria sido uma experiência importante para ele, pois foi lá que conheceu o ambiente rural brasileiro. Apesar disso, e contrariando a vontade do pai, Bomfim retornou para Aracaju em 1885, com a intenção de fazer os testes preparatórios para o curso de medicina, ingressando em 1886 na Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1888 transferiu seus estudos para o Rio de Janeiro, onde passaria a conviver com jovens intelectuais liberais e republicanos, concluindo o curso de medicina em 1890. Em 1891 foi nomeado médico da Secretaria de Polícia do Rio de Janeiro, participando, nessa função, de uma expedição pelo rio Doce para o estudo da situação dos índios botocudos – outra vivência importante, que lhe permitiu um contato direto com uma população indígena e sua precária condição social, casando-se em seu retorno com Natividade Aurora de Oliveira. Em 1892 foi promovido a tenente-cirurgião da brigada militar e começou a escrever seus primeiros artigos para a imprensa, atividade à qual se dedicaria pelo restante de sua vida. Entre 1893-94 viveu com sua família em Mococa, no interior do estado de São Paulo, temendo ser preso pelo seu posicionamento contrário ao governo de Floriano Peixoto, onde sua filha Maria morreu durante uma epidemia de tifo. A impossibilidade de salvar a filha levou Bomfim a abandonar a medicina, passando a se dedicar à atividade pedagógica quando retornou ao Rio de Janeiro.²

Como pedagogo, Manoel Bomfim teve uma prestigiosa carreira. Em 1896 foi nomeado subdiretor do Pedagogium, tornando-se diretor-geral da mesma instituição no ano seguinte e professor de instrução moral e cívica na Escola Normal do Rio de

¹ Cf. AGUIAR, 2000.

² Cf. AGUIAR, 2000; LAJOLO, in BILAC e BOMFIM, 2000.

Janeiro. Em 1897 começou a manifestar interesse pelo tema da formação histórica das sociedades latino-americanas, se oferecendo como relator do concurso promovido pelo Conselho Superior de Instrução Pública para seleção do livro de história da América a ser adotado na formação de professores (o único livro apresentado, do qual foi parecerista, foi a *História da América* de Rocha Pombo). Entre 1898 e 1900 foi diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro, bem como diretor da Escola Normal. Nesse período organizou cursos de aperfeiçoamento para professores, fundou periódicos pedagógicos e começou a publicar livros didáticos em parceria com Olavo Bilac. Em 1902 recebeu bolsa do governo brasileiro para estudar psicologia em Paris, retornando no ano seguinte com a redação parcial de *A América Latina: males de origem*, produzida em resposta à visão negativa dos europeus com relação aos países latino-americanos. Nos anos seguintes, publicou obras de psicologia, zoologia e botânica, criou a Universidade Popular, de duração efêmera, voltou a ser diretor da Instrução Pública e fundou a revista infantil de sucesso *O Tico-Tico*. Em 1905 foi publicada *A América Latina*, obra de interpretação histórica da formação das sociedades latino-americanas, em que denunciava a falsa ciência e o aspecto ideológico das teorias raciais então em voga, e propunha a educação popular como alavanca para o progresso das nações do continente. Seu livro foi duramente criticado por Sílvio Romero no ano seguinte, que publicou um livro inteiro dedicado a refutar as teses de *A América Latina*, não perdendo a oportunidade de criticar pessoalmente seu autor – prática comum de Romero. Em 1907 foi eleito deputado federal por Sergipe, militando politicamente pela intervenção da União na instrução pública. Não conseguindo se reeleger no ano seguinte, Bomfim abandonou sua recém-iniciada carreira política.¹

Após sua experiência política, Manoel Bomfim continuou a se dedicar à pedagogia, publicando em 1910 o bem sucedido *Através do Brasil*, outra parceria com Olavo Bilac, e também vários outros livros didáticos, pedagógicos e de psicologia ao longo dos anos seguintes, reassumindo a direção do *Pedagogium* entre 1911-19. Continuou a produzir livros nessas áreas pelo restante de sua vida, que começou a se complicar em função de um câncer diagnosticado em 1928. A partir desse ano passaria mais tempo no hospital do que em casa, mas continuou a produzir intensamente, voltando-se inclusive a suas reflexões históricas iniciadas em *A América Latina*, continuando-as na elaboração de uma “trilogia” sobre a formação histórica da sociedade

¹ Cf. AGUIAR, 2000; LAJOLO, in BILAC e BOMFIM, 2000.

brasileira: *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929), *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930) e *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira* (1931). Neste último livro Bomfim radicalizou ainda mais sua posição política, reconhecendo que os dirigentes políticos brasileiros jamais promoveriam a educação popular que defendera ao longo de sua vida, e propondo a revolução popular como o único caminho para a construção da democracia no Brasil. Reuniu forças ainda para ditar sua última obra, *Cultura e Educação do Povo Brasileiro*, publicada postumamente em 1932 e premiada pela Academia Brasileira de Letras em 1933. Morreu em 21 de abril de 1932, extenuado pelo câncer e pelas quatorze cirurgias a que se submetera nos últimos anos de vida.¹

Após a morte de Manoel Bomfim, *A América Latina* foi reeditada em 1933 e, em 1935, Carlos Maul publicou pela Coleção Brasileira *O Brasil*, coletânea de trechos da trilogia de Bomfim sobre a história brasileira. Após esse período, contudo, o silêncio sobre a contribuição de Manoel Bomfim para o pensamento social brasileiro manteve-o esquecido por décadas. Ao silêncio sobre Manoel Bomfim foram dadas mais de uma interpretação. Para Dante Moreira Leite (1976), Bomfim teria sido esquecido pela inovação de seu pensamento que, segundo o autor, estaria muito “adiantado com relação aos intelectuais do seu tempo”, com uma perspectiva teórica “para a qual esses intelectuais não estavam preparados”. De acordo com Leite, Bomfim teria sido socialista quando a intelectualidade brasileira admirava o regime de Mussolini na Itália e era otimista quanto ao “caráter nacional” do Brasil e de sua população, em uma época em que os intelectuais temiam a influência dos mestiços brasileiros sobre o futuro do país. E, além disso, desacreditava e criticava abertamente a teoria da desigualdade inata das raças, denunciando sua a-cientificidade, no momento em que essa mesma teoria era o centro e a base do pensamento social no Brasil. Até em suas propostas políticas Bomfim estaria “a frente de seu tempo”, ao defender a educação popular massiva como caminho para superação das desigualdades sociais brasileiras.

A idéia de que Manoel Bomfim estivesse “a frente de seu tempo”, ou que fosse “avançado” demais em sua época para ter suas idéias compreendidas por seus contemporâneos nos parece dizer mais sobre o modo como Bomfim foi relido posteriormente do que sobre o processo que teria relegado seu pensamento à margem da intelectualidade brasileira. Para Aluizio Alves Filho (1979), mais do que esquecido,

¹ Cf. AGUIAR, 2000; LAJOLO, in BILAC e BOMFIM, 2000.

Bomfim foi silenciado pelo “incômodo” causado pelo seu discurso. A obra de Bomfim teria sido alvo de um processo ideológico que procurava resgatar teses autoritárias de intelectuais da Primeira República (como Oliveira Vianna), ao mesmo tempo em que propunha a relativização ou até mesmo o esquecimento do posicionamento racista dessa mesma intelectualidade. Já o discurso de Bomfim criticava teoricamente o racismo científico na época em que este se encontrava em seu auge no Brasil. Assim, seria um “incômodo” para aqueles que alegam ser o racismo científico uma característica do pensamento brasileiro do início do século XX, passível de ser ignorada para a consideração de outras teses dos mesmos autores. O pensamento de Bomfim só pôde ser aceito, portanto, como “avançado” ou “a frente de seu tempo” – e não como uma posição crítica distinta, ainda que elaborada no mesmo contexto intelectual.

Diferentemente de Leite, Alves Filho destaca na obra de Bomfim o *modo* pelo qual ela se insere plenamente no debate intelectual de seu tempo: apontando as dificuldades teóricas das teses racialistas, utilizando um repertório de referências perfeitamente acessíveis a outros intelectuais.

Com relação a Bomfim, vimos que ele rejeitava as teorias racistas. *Isto era possível não porque estivesse “na frente” do contexto, mas porque as próprias contradições existentes neste, tornavam possível a elaboração de um instrumental teórico que se contrapunha ao “colonialismo arianizante”.* Se não vejamos como Bomfim, contrapunha-se aos adoradores de Lapouge e Gobineau? [...] Combatia um por um os argumentos dos ideólogos racistas. Denunciava-lhes os objetivos, esfacelava-os em suas contradições internas, questionava suas bases empíricas, utilizando a biologia e a antropologia de sua época. Apoiava-se, por exemplo, nas teorias de Topinard e Zaborowski para destruir concepções arianistas. [...] Situava o debate teórico no local de onde ele provinha: na Europa. Sabia mesmo colocar um Darwin contra o darwinismo social. (ALVES FILHO, 1979, p.59-60, grifos do autor)

Para o autor, o “esquecimento” de Manoel Bomfim indicaria uma espécie de interesse em silenciar suas idéias, interesse esse mais claramente percebido na medida em que as idéias raciais de determinados autores foram posteriormente consideradas características de época não comprometedoras de suas outras teses (ALVES FILHO, 1979, p.61-64). Claro está que Alves Filho reconheceu apropriadamente o diálogo de Bomfim com sua época. E o posicionamento antagônico de suas idéias com relação a intelectuais de prestígio de seu tempo (Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, por exemplo) esclarece muito do “silêncio” sobre sua obra. Atribuir a esse “silêncio” um interesse quase calculado por parte de atores sociais não identificados nos parece, porém, um pouco precipitado.

Com Manoel Bomfim, então, nos encontramos diante de um autor cujas idéias se opunham frontalmente às da grande maioria dos intelectuais que lhe eram contemporâneos. Com Oliveira Vianna, conhecemos uma interpretação histórica do Brasil que reafirmava as principais chaves interpretativas das teorias evolucionistas que grassavam no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX. A interpretação histórica de Bomfim sobre o Brasil dialogou com essas teorias em um sentido oposto, negando sua validade científica. Acompanhemos, então, como sua narrativa histórica procurou reinterpretar o Brasil por novos meios.

2.2. O parasitismo social: a verdadeira origem dos males

Em *A América Latina: males de origem* (1905), Manoel Bomfim elaborou sua primeira representação do passado brasileiro, sob um estudo geral da formação histórica dos povos ibero-americanos.¹ O livro procura responder a uma visão negativa das populações ibero-americanas difundida na sociologia de sua época. A partir do conceito de “parasitismo social”, Bomfim procurou demonstrar de que modo as dificuldades enfrentadas pela América Ibérica originavam-se do regime colonial português e espanhol, e não de uma suposta inferioridade de suas populações. Posteriormente, em sua trilogia, Manoel Bomfim deu continuidade a sua representação do passado brasileiro estruturada em torno do conceito de “parasitismo social” apresentada em *A América Latina*. Nesse sentido, ainda que ao final de sua trilogia sobre o Brasil sua proposta para o futuro brasileiro tenha se alterado em direção a uma radicalização política, seus livros finais prosseguem o desenvolvimento de uma representação histórica iniciada em *A América Latina*.

A divisão em cinco partes feita por Manoel Bomfim sobre o texto de *A América Latina* separa os diferentes momentos de sua narrativa histórica do livro (o que ainda

¹ Manoel Bomfim utiliza a expressão “América Latina” em suas obras sem um sentido rígido, várias vezes substituindo-a por “América do Sul”, como se as duas expressões fossem sinônimas no seu entendimento. Em *O Brasil na América* (BOMFIM, 1997, p.32) o autor afirma compreender com tal designação apenas uma denominação geográfica, surgida da distinção entre uma “América Latina” e uma “América inglesa”. A leitura de sua obra, entretanto, deixa claro que Bomfim se refere à “América Latina” como o conjunto das nacionalidades americanas surgidas da colonização portuguesa e espanhola. Seu livro *A América Latina*, de fato, trata das conseqüências da colonização ibérica na América. Para evitar maiores ambigüidades e explicitar o sentido em que o autor utiliza o termo, adotaremos a expressão mais precisa “América Ibérica”.

assim não impediu o autor de se repetir diversas vezes ao longo do livro – traço comum a suas outras obras também). Na primeira parte, “A América Latina: estudo de parasitismo social”, Bomfim expõe o problema maior que orienta seu estudo: a visão negativa dos europeus com relação à América Ibérica, apoiada sobre uma representação inferiorizante de suas populações.

No entanto, se a Europa ignora o que é este pedaço de Ocidente, nem por isso esquece que ele existe; e, nos últimos tempos, lhe tem dedicado, mesmo, uma atenção especial. [...] Cada incidente, ainda sem grande relevo, encontra repercussão na imprensa européia. Não aparecem, é verdade, nenhuns [sic] desses longos estudos, circunstanciados e sábios, onde os mestres em assuntos internacionais dizem o que sabem sobre a história política, social e econômica do país de que se ocupam, para daí deduzirem os seus juízos. Não; como de costume, sempre que se trata das *repúblicas latino-americanas*, os doutores e publicistas da política mundial se limitam a lavar sentenças – invariáveis e condenatórias. A ouvi-los, não há salvação possível para tais nacionalidades. É, esta, uma opinião profundamente, absolutamente arraigada no ânimo dos governos, sociólogos e economistas europeus. Como variantes a essas sentenças [sic], eles se limitam a ditar, de tempos em tempos, uns tantos conselhos axiomáticos; mas os ditam da ponta dos lábios, no tom em que o mestre-escola repete ao aluno indisciplinado e relapso: “Se você me ouvisse, se não fosse um malandro, faria isto e mais isto e isto...; mas você não presta para nada!... Nunca fará nada! Nunca saberá nada! Nunca será nada!...” (BOMFIM, 2005, p.42, grifos do autor)

O problema, por si só, parece pertencer ao campo das representações discursivas. Mas o que preocupa Bomfim e move sua reflexão são as duas relações que observa entre essa representação inferiorizante e campo efetivo das interações políticas e sociais. Podem ser observadas em seu texto ao menos duas “repercussões” dessa representação inferiorizante na realidade social. Uma delas é o fato de que, uma vez considerando a Europa Ocidental e os Estados Unidos da América como modelos superiores de organização política, econômica e social, a América Ibérica encontraria-se nesse caso em uma posição inferiorizada de fato. Diante da “civilização ocidental”, Bomfim admite que as nações ibero-americanas poderiam ser adequadamente consideradas como “semi-bárbaras”. Problema que a seu ver agravava-se pelo contato íntimo que mantinham – tanto em sua formação histórica quanto em seu presente – com a “civilização”. Para Bomfim a América Ibérica encontrava-se irremediavelmente vinculada à “civilização ocidental”, mas em uma posição ambígua: compartilhava de todos os seus encargos sem porém usufruir de seus benefícios, daí sua posição inferiorizada representada no discurso europeu.

Efetivamente, os povos sul-americanos se apresentam, hoje, num estado que mal lhes dá direito a ser considerados povos civilizados. Em quase todos eles, em muitos pontos do Brasil inclusive, a situação é verdadeiramente lastimável. Nações novas deveriam progredir como 100, enquanto as antigas e cultas progredem como 50; só assim lograriam alcançá-las e gozar todos os

benefícios que se ligam às civilizações adiantadas. No entanto, marcham lentamente, como 10, isto é, retardam-se, distanciam-se cada vez mais da civilização moderna. [...] participando diretamente da civilização ocidental, pertencendo a ela, relacionados diretamente, intimamente a todos os outros povos cultos, e sendo ao mesmo tempo dos mais atrasados, e por conseguinte dos mais fracos, somos forçosamente infelizes. Sofremos todos os males, desvantagens e ônus fatais às sociedades cultas, sem fruirmos quase nenhum dos benefícios com que o progresso tem suavizado a vida humana. Da civilização, só possuímos os encargos: nem paz, nem ordem, nem garantias políticas; nem justiça, nem ciência, nem conforto, nem higiene; nem cultura, nem instrução, nem gozos estéticos, nem riqueza; nem trabalho organizado, nem hábito de trabalho livre, muita vez, nem mesmo possibilidade de trabalhar; nem atividade social, nem instituições de verdadeira solidariedade e cooperação; nem ideais, nem glórias, nem beleza... São sociedades novas, inegavelmente vigorosas, prontas a agir, mas, nas quais, toda a ação se resume na luta pela terra pelo poder – na política, no que ela tem de mais mesquinho e torpe. Fora daí, é a estagnação: miséria, dores, ignorância, tirania, pobreza. (BOMFIM, 2005, p.53-54)

Essa inferioridade ibero-americana – que para o autor não é então estritamente discursiva – se complementa a um problema potencial na esfera das relações internacionais, embasado pela representação inferiorizante das nações ibero-americanas. Manoel Bomfim denuncia o progressivo desrespeito, por parte das nações européias, da soberania das nações ibero-americanas. Desrespeito esse que considera já implícito na Doutrina Monroe dos Estados Unidos e no tratamento conferido às nações ibero-americanas em fóruns internacionais. Para Bomfim, a suposta proteção que a Doutrina Monroe concedia aos ibero-americanos diante das nações européias encobria a sujeição de suas soberanias ao protetorado estadunidense. Em um contexto mundial de imperialismo, o autor temia que as riquezas naturais da América Ibérica viessem a se tornar objeto de cobiça das grandes potências, que poderiam vir a se traduzir em intervenções diretas mais agressivas.

[...] se se mantém esse estado de espírito a nosso respeito, cedo ou tarde seremos atacados, brutalmente ou insidiosamente, nas nossas soberanias de povo independente [...]. A menos que a Europa não se converta a sentimentos de uma relativa eqüidade [...] – a menos que um tal milagre não se faça, a América do Sul, as populações latino-americanas, terão sorte igual à da Índia, Indochina, África, Filipinas etc. [...] Por ora, preserva-nos a teoria de Monroe por detrás do poder e riqueza dos Estados Unidos [...]. A perspectiva de um ataque nem por isto desaparece; nada nos garante que a grande República queira manter, para sempre, esse papel de salvaguarda e defesa das nações sul-americanas. É preciso notar [...] que os políticos americanos nos consideram também: *ingovernáveis, imprestáveis* quase. [...] A soberania de um povo está anulada do momento em que ele se tem de acolher à proteção de outro. Defendendo-nos, a América do Norte irá, fatalmente, absorvendo-nos. [...] De fato, parte da nossa soberania nacional já desapareceu; para a Europa, já existe o protetorado dos Estados Unidos sobre a América Latina. Por ocasião da Convenção da Paz, em Haia, lembram-se todos, as nações sul-americanas não foram convidadas – por entenderem os governos europeus que elas não eram suficientemente soberanas, e que os interesses e opiniões dos povos americanos estavam perfeitamente representados e garantidos

pelos Estados Unidos [...]. É só nestas condições que a Europa reconhece a teoria de Monroe. (BOMFIM, 2005, p.48-50, grifos do autor)

A representação inferiorizante das nações ibero-americanas é considerada então por Manoel Bomfim um problema crucial para a história dessas nacionalidades, pois se embasaria parcialmente em uma situação concreta e potencializaria riscos indesejáveis. Além disso, o autor lamenta que dirigentes políticos ibero-americanos não raro se reconhecessem nesse discurso europeu, procurando seguir recomendações estrangeiras em busca da superação das dificuldades ao “progresso” de suas nações. Para Bomfim a representação européia da América Ibérica jamais poderia orientar adequadamente as ações dos ibero-americanos. Primeiro porque seria ignorante das particularidades dessas sociedades, e segundo porque assumiria a inferioridade ibero-americana como um dado pressuposto, e não como uma circunstância superável (BOMFIM, 2005, p.47-48).

É a partir desse contexto ibero-americano que Manoel Bomfim elabora sua representação histórica do Brasil – considerando necessário conhecer as verdadeiras causas do “atraso” ibero-americano diante do “progresso” da “civilização ocidental”, de modo que seja possível a construção de um discurso efetivamente orientador da ação social na América Ibérica. É em busca desses “males de origem” comuns à região que Bomfim estrutura sua primeira representação da formação histórica brasileira (BOMFIM, 2005, p.54).

A segunda parte do livro, “Parasitismo e degeneração”, é dedicada à primeira reflexão de Manoel Bomfim sobre o “parasitismo social”. Para isso o autor se baseia em um paralelismo entre organismos biológicos e “organismos sociais”, porém rejeitando os exageros que, segundo ele, na verdade, consideravam os organismos sociais como idênticos a organismos biológicos (BOMFIM, 2005, p.57). Partindo dessa relação metafórica entre biologia e sociologia, o médico-historiador Bomfim se coloca diante das nações ibero-americanas como diante de organismos deficientes, adoentados, conforme a situação em que se apresentam no contexto da “civilização ocidental”. Para o autor, esses organismos sociais, que apresentavam dificuldades comuns de desenvolvimento, possuíam entretanto um “meio propício” a seu progresso, circunstância que demonstraria alguma espécie de “anomalia”. Outro “sintoma” detectado por Bomfim é o fato de essas nacionalidades possuírem uma origem histórica comum, a colonização ibérica (BOMFIM, 2005, p.59-60).

Como podemos perceber, Bomfim estabelece como objetivo retornar ao passado em busca da origem dos problemas presentes. Apenas encontrando uma interpretação

explicativa adequada da experiência passada seria possível se delinear o tratamento pertinente das dificuldades que precisavam ser superadas. Voltando-se por sua vez para Portugal e Espanha, o autor observa que com relação ao restante da Europa essas duas nações apresentavam as mesmas dificuldades ibero-americanas em acompanhar o progresso da “civilização ocidental” – isso após já terem sido, no passado, a “vanguarda do progresso” europeu.

Ao fazer este exame necessário da vida e do caráter das nações colonizadoras da América do Sul, um fato impõe-se logo à nossa atenção: é que elas padecem, com naturais modificações de meio – os mesmos males que as nações da América Latina. Nas duas – Espanha e Portugal, que, no caso, figuram como uma unidade – o mesmo atraso geral [...]. Isto é muito para notar, principalmente porque essas nações foram, em tempos relativamente bem próximos, excepcionalmente poderosas, ricas e adiantadas. Houve um momento, há pouco mais de três séculos, em que a Espanha dominou a Europa e avassalou o mundo, quase inteiro. Nessa época, os povos ibéricos estiveram efetivamente na *vanguarda do progresso*; a civilização da península foi das mais brilhantes e fecundas, nesse momento efêmero. Arrancando-se a um domínio estrangeiro, aqueles povos se constituíram em nacionalidades, perfeitas para a sua época, vigorosas, ativas, brilhantes; o seu poder era incontrastável em terra, e absoluto nos mares; as suas energias ofuscaram, então, a história dos outros povos... (BOMFIM, 2005, p.60, grifos do autor)

Manoel Bomfim elenca assim uma série de “sintomas” para se compreender o “mal” ibero-americano: organismos sociais/nacionalidades que partilham de deficiências comuns e de origens comuns, condições “propícias” a um desenvolvimento “saudável” que entretanto não são aproveitadas, nações colonizadoras de origem “decaídas” após perderem o “vigor” demonstrado no passado. Com tal quadro apresentado, Bomfim apresenta ao leitor o “parasitismo social” como causa explicativa dessa “degeneração” das nações ibéricas. Em biologia, observa, os organismos que passam a viver parasitariamente de outros involuem, *i. e.*, perdem sua complexidade de organismos completos ao passarem a sobreviver às custas das funções básicas de outro organismo (alimentação, digestão, locomoção, defesa) (BOMFIM, 2005, p.64).

Do mesmo modo, para o autor os organismos sociais que passam a sobreviver exclusivamente do trabalho alheio se degradariam gradativamente, tornando-se cada vez mais incapazes de sobreviver pelo esforço próprio, tal como os parasitas biológicos.

Se a marcha do progresso e da evolução é a mesma nos organismos biológicos e nos sociais, é fatal que as circunstâncias capazes de entrar esse progresso nos primeiros há de forçosamente produzir os mesmos efeitos nos segundos. Demais, o simples exame do fato em si é bastante para mostrar que um grupo, um organismo social, vivendo parasitariamente sobre outro, há de fatalmente degenerar, decair, degradar-se, evoluir [sic], em suma. Em que consiste, em última análise, o progresso social? No desenvolvimento da inteligência, pelo esforço contínuo para aproveitar do melhor modo possível os recursos havidos da natureza [...]. Ora, uma sociedade que viva

parasitariamente sobre outra perde o hábito de lutar contra a natureza; não sente necessidade de apurar os seus processos, nem de pôr em contribuição a inteligência, porque não é da natureza diretamente que ela tira a subsistência, e sim do trabalho de outro grupo; com o fruto desse trabalho ela pode ter tudo. [...] Em tais condições, é lógico que a inteligência não poderá progredir, decairá. (BOMFIM, 2005, p.66-67)

Com essa proposta de análise apresentada, Manoel Bomfim expõe na terceira parte do livro, “As nações colonizadoras da América do Sul”, as três fases históricas em que compreende o desenvolvimento de Portugal e Espanha. Na primeira fase da formação histórica dessas nacionalidades, Bomfim destaca a característica belicosa que predominou na península ibérica por séculos sucessivos: lutas entre cartagineses e romanos, entre romanos e visigodos, entre visigodos e árabes, entre árabes e cristãos. Destaca, como consequência dessa formação, a consolidação de uma “educação guerreira e depredadora” na sociedade ibérica, em que a atividade bélica predominou na sociedade em detrimento do trabalho normal e pacífico, e em que a principal fonte de riqueza e sustento teria se tornado o saque de populações inimigas (BOMFIM, 2005, p.83).

A segunda fase que Bomfim identifica na história das nações ibéricas é a do “parasitismo heróico”. Vencidos os muçulmanos na península, portugueses e espanhóis, segundo o autor, não poderiam passar a viver do trabalho pacífico, pois sua educação social deixara-lhes acostumados a pilhar as riquezas alheias. Tal ambição, aliada a um sentimento de fé guerreira, teria direcionado os esforços ibéricos para a conquista ultramarina (BOMFIM, 2005, p.91-92). Os portugueses, sempre em busca das riquezas das Índias, teriam demonstrado, para o autor, grande disciplina, esforço e cálculo na progressiva exploração da costa africana (BOMFIM, 2005, p.94-95). Manoel Bomfim destaca como as verdadeiras intenções portuguesas, sempre revestidas pela fé cristã, se revelaram plenamente e violentamente quando finalmente aportaram na Índia – não teriam se preocupado sequer em dominar e subjugar os povos que encontraram no oriente, entregando-se sem pudores ao saque e à pirataria.

Um homem prático – Francisco de Almeida, quis normalizar a exploração, arranjando a coisa de forma que a vítima fosse ordenhada, mas conservada viva e presa. Não propunha nada de novo ou de original, senão alijar os árabes, e fazer o mesmo que eles faziam [...]. Foi impossível; o português tinha o seu *pensamento encoberto*, elaborado à *lei da natureza*: para que perder tempo em desatarrachar os brincos das mulheres, quando é tão simples cortar-lhes as orelhas?... Para que regularizar tributos, monopolizar o comércio, coisas para amanhã, quando se pode arrasar a cidade e levar logo todo o ouro, de uma vez, para bordo?... (BOMFIM, 2005, p.101, grifos do autor)

Os espanhóis teriam procedido na América do mesmo modo – o que para o autor comprovaria a unidade desse “pensamento ibérico” – destruindo completamente as civilizações encontradas no Novo Mundo até que todas as suas riquezas acumuladas houvessem sido saqueadas por inteiro.

Causas comuns produzem efeitos comuns. Na América, os espanhóis procedem como os portugueses na Índia. Toda a diferença está em que as riquezas acumuladas no Novo Mundo eram em muito menor quantidade que as do Oriente, e que a Espanha tem um estômago mais vasto que o de Portugal. Este não chegou a devorar, a consumir a presa inteiramente [...]. A Espanha depara com uma presa que ela devorou na primeira investida. Não foram só as riquezas, foi tudo: povos, civilização, monumentos históricos. A violência da sua voracidade tudo consumiu. Os portugueses cortavam os pés e as mãos das mulheres para arrancar-lhes os brincos e braceletes – os espanhóis arrasaram um mundo para colher alguns sacos de ouro. Trinta anos depois de pisarem os espanhóis o continente americano, ninguém que visitasse as paragens do México ou do Peru seria capaz de desconfiar, sequer, que ali existiram dois impérios adiantados, fortes, populosos, encerrando um mundo de tradições. Tudo desaparecera. [...] ninguém cumprira, jamais, façanha igual: eliminar duas civilizações, de tal forma que até as tradições se perderam, desaparecendo as próprias cinzas; e isto, há quatro séculos! Reconstitui-se hoje com mais facilidade a história de Nínive, ou do Egito das primeiras dinastias – de povos e civilizações – sobre os quais passaram mais de vinte conquistadores – do que a do México e Peru, onde ainda se encontram certamente descendentes diretos dos primeiros invasores. (BOMFIM, 2005, p.106-107, grifos do autor)

O terceiro momento histórico das nações ibéricas apontado por Bomfim é o do “parasitismo sedentário”. Uma vez destruídas as civilizações do Novo Mundo, os espanhóis se estabelecem na América sobre a base do trabalho indígena para explorarem o ouro e a prata que restavam no solo conquistado. Sedentarizam-se no território conquistado, sobrevivendo do trabalho alheio (BOMFIM, 2005, p.113). Os portugueses, para o autor, teriam entrado em decadência ainda antes dos espanhóis, não conseguindo manter a presa do Oriente. Mas passaram também a se sustentar do parasitismo sobre o trabalho escravo no Brasil e o tráfico de escravos africanos (BOMFIM, 2005, p.114-115).

A partir daí Portugal e Espanha teriam passado a viver exclusivamente dos lucros garantidos pelos trabalhos forçados e exclusivos comerciais na América. Segundo Bomfim suas sociedades teriam se degenerado progressivamente, pois trocaram o trabalho produtivo pela ociosidade e pelo luxo estéril, sustentados pelas receitas de um aparelho estatal que parasitava as colônias. Enquanto o resto da Europa progredia, explica o autor, as sociedades das duas nações ibéricas teriam se contentado em conservar as coisas tais como se encontravam: o lucro fácil, sem esforço; o trabalho

escravo; um Estado centralizador cujos aparelhos tributários projetavam-se sobre as colônias para sustentar a ociosidade das metrópoles.

Desde o início da colonização, o Estado só tem um objetivo: garantir o máximo de tributos e extorsões. Concedem-se as terras aos representantes das classes dominantes, e estes, aqui – pois não vêm para trabalhar – escravizam o índio para cavar a mina ou lavrar a terra. Quando ele recalcitra ou se extingue, fazem vir negros africanos, e estabelece-se a forma de parasitismo social mais completa [...]. Do ouro tira-se o quinto da metrópole; tributa-se o açúcar, monopoliza-se o comércio; e corre para a mãe-pátria um caudal de riqueza. [...] Quem não tem ainda função ativa entre os exploradores, não trata de outra coisa senão de *colocar-se*. Nas metrópoles, as cortes se desenvolvem, crescem, proliferam, alastram, até abranger todas as classes aristocráticas; multiplicam-se os cargos e prebendas hereditárias; há uma pensão para cada nobre. [...] todo o mundo se desgosta das profissões modestas e laboriosas, e quem não pode *montar casa*, só busca agregar-se a um *grande solar* qualquer, onde, sem trabalhar, possa alcançar um meio de vida e uma situação. [...] Os campos são abandonados; os poucos proprietários que ainda fazem trabalhar as suas terras mantêm os domínios numa semi-servidão; as populações rurais vivem numa ignorância absoluta, agitadas pelas superstições mais grosseiras. Todo o mundo corre para as cidades, e a cidade é o parasitismo, pois que não há indústria, não há trabalho. Os conventos se enchem, a Igreja abrange todo o resto da nação que não está agregado ao Estado. Este, porém, vasto como é, não representa nenhum serviço de utilidade pública. Compreende apenas: a força pública – para manter a máquina de exações; a justiça – para condenar; a *corte* e os empregados do fisco. Todo o pensamento político se resume em conservar as coisas como estão, em manter a presa. Para isto, fecham-se as colônias completamente, absolutamente, ao resto do mundo; toda sua produção tem de passar pela metrópole, que deve tirar a sua parte. Não há na sociedade da metrópole uma classe, um órgão, que não participe dessa vida parasitária a que se entregou a nação. Ela apresenta o todo perfeito de um organismo social preso a outro, sugando-o. E o pior é que parte deste organismo degenerado transborda necessariamente sobre a colônia, e vai viver lá: são os agentes da administração, os representantes dos monopólios, e os próprios colonos em grande parte. Quer na lavoura agrícola, quer na mineração, o regime adotado é exclusivamente a exploração do trabalho escravo. [...] Muitos dos senhores colonos [...] passam grande parte do tempo na metrópole, ou lá residem normalmente, e lá esbanjam a riqueza que arrancam ao escravo, à força de chicote e maus tratos. [...] a Igreja estende a sua trama sobre a nova sociedade que se vai formando; escraviza os espíritos, assegura a obediência das populações, semeia superstições, de modo a tornar quase impossível qualquer tentativa de reforma e progresso social. (BOMFIM, 2005, p.128-130, grifos do autor)

Observa-se assim a consolidação do parasitismo como meio de vida das sociedades ibéricas: a função do Estado passa a ser a de mantê-lo, e os diversos setores da sociedade passam a sustentar-se dele. Nesse processo, as sociedades ibéricas “decaem” e “degeneram”, pois, tal como os animais parasitas, tornam-se incapazes de sobreviverem, de produzirem algo, contado apenas com suas próprias forças. Após traçar as origens históricas do parasitismo ibérico, Manoel Bomfim passa a avaliar, na quarta parte do livro, os “efeitos do parasitismo sobre as novas sociedades”. Tais efeitos são divididos pelo autor entre os “gerais” – reflexos diretos da própria situação

parasitária e que seriam comuns a todas as formas de parasitismo – e os “especiais” – conseqüências específicas do parasitismo ibérico na América, tendo em vista que as nações ibero-americanas formaram-se historicamente dentro do regime parasitário, e não anteriormente ao mesmo (BOMFIM, 2005, p.135 e p.172).

Bomfim apresenta então as manifestações desses efeitos gerais do parasitismo em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e morais nos novos “organismos sociais” que se formam nas colônias ibero-americanas. As conseqüências econômicas iniciam-se com o próprio saque das riquezas acumuladas já encontradas na América, acompanhado do extermínio das populações nativas e de seus conhecimentos sobre a terra (BOMFIM, 2005, p.145). O trabalho escravo, posteriormente, constitui-se na base da economia colonial, o que teria mantido o trabalho em um regime grosseiro, desprovido de preocupações com relação à eficiência e a inovações técnicas.

É esta síntese da vida econômica das novas nacionalidades por todo o tempo de colônia: o *senhor* extorquindo o trabalho ao escravo, o negociante, o padre, o fisco e a chusma dos subparasitas, extorquindo ao colono o que ele roubara ao índio e ao negro. *Trabalhar, produzir*, só o escravo o fazia. Não havia indústria, não havia pequena lavoura. [...] Tiravam-se ao escravo quatorze, dezesseis horas de trabalho por dia; mas esse trabalho se fazia segundo processos tão grosseiros e primitivos que não produzia o que se poderia produzir em três ou quatro horas de trabalho inteligente. Que importava isto ao colono? Ele via as coisas em grosso; o provérbio português – *antes pilado a pilão que comprado a tostão* – era a sua divisa. O essencial era que a receita lhe viesse exonerada de qualquer despesa. Àquelas inteligências sumárias, este fato se afigurava como a garantia absoluta do bom negócio – *tudo é lucro! Ideal!...* (BOMFIM, 2005, p.147, grifos do autor)

Além disso, denuncia Bomfim, a escravidão incompatibilizou as populações para o trabalho manual e agrícola, marcado pela humilhação da escravidão.

[...] com isto resultou que o trabalho foi considerado, cada vez mais, como coisa vil, infame. O ideal para todos era viver sem nada fazer [...]. Com um tal sistema de produção, e com os espíritos assim envilecidos pela ambição de riquezas, era natural que o escravo fosse considerado como uma máquina, apenas. Os *senhores* não pensavam senão em tirar deles o máximo de trabalho – a tarefa medida a varas, o chicote na ponta do eito para cortar o imprudente que levantasse a cabeça da enxada. Comprado ou vendido, o negro ou o índio era um capital: o chicote, o meio de crescer-lhe o juro [...]. Não havia nada de humano nas relações de *senhor* e escravo. [...] Em tais condições, jamais se poderia formar uma população agrícola rural, ativa, vigorosa, laboriosa, educada e fortalecida pelo trabalho, filiada ao solo, interessada na produção. O trabalho consumia, devorava o trabalhador, em vez de o educar. [...] Era do trabalho agrícola ou mineiro que viviam todos; e para que ele pudesse bastar a tantos parasitas, era preciso que o trabalhador produzisse como dez e consumisse como zero. (BOMFIM, 2005, p.148-150, grifos do autor)

A escravidão foi complementada, segundo Bomfim, pelo regime econômico imposto às colônias e que impossibilitou seu desenvolvimento econômico autônomo:

monopólios comerciais, tributos excessivos, proibição de manufaturas. A absorção do comércio colonial pelos representantes das metrópoles teria garantido o escoamento de toda riqueza produzida para fora da América. Esse escoamento constante e sistemático explica, para o autor, a nulidade econômica e a ausência de infraestrutura em que se encontraram as nações ibero-americanas após sua independência.

Estes intermediários e comerciantes, quando não são representantes diretos do fisco, detentores de *régias* e *realengos*, são indivíduos que vieram com o fim exclusivo de juntar fortuna e voltar. O que lhes cai nas mãos vai-se embora; nem um por cento se fixa na colônia. [...] Assim se fez que o comércio se tornou, ao mesmo tempo, uma coisa de ultramar... [...] Esses intermediários são os drenos por onde se escoam para lá toda a riqueza produzida. É por isso que as nações da América Latina, depois de três séculos de produção, depois de ter visto sair de seu solo riquezas fantásticas [...], se achava tão pobre no dia da independência como se dezenas de gerações de milhões de índios e negros não houvessem morrido a trabalhar, sobre um solo fertilíssimo, semeado de minas preciosíssimas. [...] Bastava que se houvesse fixado na América do Sul um décimo da riqueza arrancada ao trabalho do escravo para que ela não precisasse andar hoje, pelo estrangeiro, a mendigar empréstimos que mais a empobrecem. (BOMFIM, 2005, p.155-157, grifos do autor)

Politicamente, para Manoel Bomfim, o regime colonial ibérico transplantou para a América um Estado incompatível com as novas sociedades. O aparelho estatal não teria existido, nas colônias, para atender às necessidades específicas das novas sociedades, mas antes para garantir os proventos das metrópoles e de seus representantes. Sua função teria sido exclusivamente fiscal e policial, conclui Bomfim. Em sua visão o Estado constituiu-se, na América Ibérica, como inimigo espoliador e tirânico das populações, que lhes extorquia as riquezas sem oferecer nenhuma espécie de serviço em retorno.

O Estado tem por função, apenas, *cobrar* e coagir e punir aqueles que se neguem a pagar ao governo centralizador, absolutista, monopolizador. A justiça aparece para *condenar* os que se rebelam contra o Estado ou contra os parasitas criados e patrocinados por ele. [...] Fora disto, não há mais nada: nem polícia, nem higiene, nem proteção ao fraco, nem garantias, nem escolas, nem obras de interesse público... nada que represente a ação benéfica e pacífica dos poderes públicos. [...] As autoridades não têm nenhuma afinidade com as populações naturais, são-lhes inimigas, se bem que as conheçam mal; não se cuida de privar com os povos, nem de estudar as suas tendências e necessidades. [...] Aqui e ali, as novas populações, ressuscitando as tradições democratas das *cúrias* e municípios ibéricos, ensaiavam um regime comunal – *câmaras municipais* e *ajuntamentos*; mas esta vida política autônoma é, geralmente, perturbada [...] pelo poder absorvente, centralizador, [...] dos agentes da metrópole. Destarte, se estabelece por toda a parte um regime político-administrativo [...] ativamente infenso aos interesses das colônias... (BOMFIM, 2005, p.160-161, grifos do autor)

Do ponto de vista social, as colônias teriam sido marcadas pela hostilidade entre grupos sociais – os colonos são hostilizados por indígenas e escravos que são

explorados, os representantes das metrópoles e os comerciantes de fora hostilizados pelos colonos que perdem tudo para o fisco e para os monopólios comerciais. É no seio dessa hostilidade, contudo, que as primeiras manifestações próprias das novas sociedades teriam surgido, opondo-se ao regime que lhes é imposto (BOMFIM, 2005, p.162-163).

A essas hostilidades sociais Manoel Bomfim acrescenta a formação moral de populações habituadas às violências e perversidades da escravidão, à resistência indígena às invasões das populações brancas, às sucessivas invasões de estrangeiros, às revoltas de escravos e a outros conflitos armados entre diferentes setores sociais. Todos esses fatores conjugados, conclui Bomfim, contribuíram para a formação de sociedades avessas à ordem e desconfiadas das autoridades (BOMFIM, 2005, p.164-169).

Com relação aos efeitos “especiais” do parasitismo na América Ibérica, Manoel Bomfim destaca como característica geral a tensão entre os costumes herdados pelas nações ibero-americanas de suas respectivas metrópoles e a repulsa a esses mesmos costumes pela opressão e espoliação que representavam. Essa tensão, para o autor, dever-se-ia ao fato das novas nacionalidades terem se formado sob o regime do parasitismo, não possuindo características próprias que houvessem se definido antes do mesmo. Tensão que Bomfim considerava não superada e que se manifestava em três categorias de efeito: “herança”, “educação” e “reação” (BOMFIM, 2005, p.172).

Ao se referir à “hereditariedade social” Manoel Bomfim faz nova aproximação entre a sociologia e a biologia em seu texto, porém sem o sentido metafórico com que se refere a “organismos sociais” e “parasitismo”. O autor chega mesmo a afirmar ser inegável a herança psicológica transmitida entre gerações, mas considera-a indistinguível, na prática, das influências fornecidas pelo meio social na formação dos indivíduos – a educação em um sentido amplo.

É incontestável que o homem herda dos seus progenitores os caracteres psicológicos da classe, da ordem e da espécie; e, herdando os caracteres da espécie, herda também os caracteres individuais dos pais. [...] Se a hereditariedade existe para as qualidades que caracterizam a espécie, e para as qualidades individuais dos progenitores, não pode deixar de existir para os traços psicológicos, típicos, da raça ou do grupo. [...] Infelizmente, essa psicologia etnográfica não existe ainda, e é quase impossível discriminar, nos móveis de conduta de um povo, a parte devida exclusivamente à hereditariedade e a que é efeito da educação e imitação. [...] Pode-se dizer que as tendências e as inclinações, a aptidão e o vigor, isto nós herdamos; e que a educação – no sentido mais extenso do termo – completa a formação do caráter, no sentido da tradição e da adaptação. Por tudo isto, estudando as qualidades de caráter dos povos sul-americanos, não há lugar para separar o que seja devido somente à herança e o que seja efeito da educação. (BOMFIM, 2005, p.173-175)

Considerando essa dupla influência da “hereditariedade” e da “educação”, Bomfim destaca como qualidade ibero-americana marcante, transmitida pelos ibéricos, um “conservantismo essencial, mais afetivo que intelectual” (BOMFIM, 2005, p.177), particularmente pronunciado nas classes dirigentes e em oposição a quaisquer transformações significativas na sociedade. Esse conservantismo, para o autor, explica-se pelo temor das classes privilegiadas em perderem seus privilégios, o que fundamenta sua política conservadora de resistência às mudanças (BOMFIM, 2005, p.180).

Mas Bomfim ressalta também que o alcance desse conservantismo vai muito além dos programas dos políticos conservadores, atuando mesmo sobre os supostos revolucionários que, uma vez alçados ao poder, tudo passam a fazer para garantir o apoio das elites conservadoras – conseqüentemente abandonando seus propósitos iniciais e servindo aos interesses conservadores (BOMFIM, 2005, p.182-183). Tal conservantismo seria complementado ainda por uma carência de observação prática da realidade e pelo apego a idéias generalizantes e fórmulas não raro estrangeiras – características que o autor considera marcantes entre dirigentes políticos e intelectuais ibero-americanos (BOMFIM, 2005, p.186-205). Ou seja, para Bomfim, o conservadorismo que considera característico na América Ibérica se apoiaria em uma compreensão superficial da realidade social, adotando fórmulas legais e econômicas abstratas e distantes das necessidades sociais. Como conseqüência dessa “tradição” política legada pelos ibéricos à América, Manoel Bomfim considera que o Estado, nas novas nacionalidades, manteve os vícios do período colonial – uma instituição distante dos interesses da sociedade, não raro em oposição a eles, sustentando-se sobre os tributos impostos às populações.

O Estado é, ainda hoje, nos países da América Latina, o que era nos tempos coloniais, salvo modificações de forma, inerentes aos novos regimes políticos. [...] o Estado formava um corpo alheio à nacionalidade, vivendo à custa da colônia, e alimentando toda a metrópole. [...] Eis o Estado: uma realidade à parte, em vez de ser um aparelho nascido da própria nacionalidade, fazendo corpo com ela, refletindo as suas tendências e interesses. (BOMFIM, 2005, p.209-210)

Mesmo após as independências, o Estado teria conservado na América Ibérica, segundo Bomfim, sua estrutura colonial, não alterando seu distanciamento com relação às necessidades sociais que deveria atender (BOMFIM, 2005, p.212-213). Processo que o autor considera ter se perpetuado sobre as repúblicas ibero-americanas. O regime republicano não teria significado então, para essas nações, o surgimento de um Estado

preocupado em assegurar à sociedade as bases de seu desenvolvimento econômico e social.

[...] este fato não impressiona a nenhum político, porque não há, deles, ninguém que julgue dever – o cogitar da felicidade real das populações. Populações!... Elas existem para pagar... [...] não há político convencido de que é tão imperioso o dever de instruir o povo e estimular a produção, como o de defender a nação contra um ataque estrangeiro, e como o de ter um parlamento. Se algum, timidamente, reclama tais serviços, logo intervêm as fórmulas – “... *seria o Estado providência... seria fazer o Estado industrial...*” – com que se mascara o abandono dos verdadeiros interesses e necessidades sociais. (BOMFIM, 2005, p.218-219, grifos do autor)

O papel hostil do Estado colonial contra os interesses dos ibero-americanos teria dado origem, para Manoel Bomfim, às hostilidades contra o “Estado-metrópole”. À hostilidade sempre presente de indígenas e africanos contra seus opressores teria se somado a dos colonos que, aos poucos, foram se fixando na terra, e cujos rendimentos iam escoados para a metrópole. Segundo Bomfim, as revoltas que surgiram nas colônias seriam mostras de um elemento social novo, distinto dos representantes da metrópole (BOMFIM, 2005, p.229-230).

A última característica apontada por Manoel Bomfim como especificamente resultante do parasitismo ibérico na América é a permanência de “resíduos” ou “remanescentes da metrópole” nas colônias, mesmo após suas independências. Tais remanescentes seriam os setores sociais que, nas colônias, gozavam dos privilégios assegurados pelo parasitismo, e por isso representavam e defendiam os interesses das metrópoles. A permanência dessas elites coloniais privilegiadas nas nações recém-independentes teria marcado de modo decisivo a vida política posterior dessas sociedades (BOMFIM, 2005, p.235-236).

São esses grupos, segundo Bomfim, que teriam se oposto aos movimentos de independência, defendendo a manutenção de seus privilégios garantidos pelo regime colonial. Diante da inevitabilidade da independência, contudo, Bomfim aponta que teriam passado a “transigir” com a mudança política, aderindo aos movimentos de independência.

Esses remanescentes e realistas, se defendiam o regime colonial, é porque a este regime estavam ligados os privilégios, as posições que desfrutavam; eis a razão por que, ao primeiro gesto de independência, acudiram todos a combatê-la [...]. Fora impossível, não obstante o valor do elemento reacionário, fazer voltar a colônia à situação anterior, e eles – os realistas – não tardaram em reconhecer esta verdade [...]. Entraram então a transigir com os rebeldes, ou melhor, “a transigir com as formas”. Assim, repassando-se os fatos e a história da independência nas colônias latinas da América, se vê que ela se divide bem em dois períodos: 1) *resistência* violenta dos refratários à idéia emancipadora; 2) *transigência* dos mesmos, sua adesão aos movimentos. Em nenhum país estas duas fases se acusam melhor do que no

Brasil. Em 1789-92 esqueteja-se a *Conjuração mineira*; em 1817, os independentes de Pernambuco são combatidos, vencidos e executados implacavelmente; em 1822, a independência é proclamada pelo próprio “futuro rei de Portugal”. É característico. (BOMFIM, 2005, p.241-242, grifos do autor)

O processo de independência brasileiro seria então um caso exemplar – por ser o mais explícito – da América Ibérica: o rompimento com Portugal coroou, paradoxalmente, o maior representante da corte portuguesa no Brasil, mantendo intocados os privilégios desses “remanescentes”.

Fez-se a independência da colônia exclusivamente para os refratários. No momento, toda a separação se reduziu a substituir o título do chefe do governo – não é mais *rei*, é *imperador*; a nação passa a ter uma Constituição sua, copiada da antiga, copiada pelo próprio imperante, eterno distribuidor de constituições; deram-lhe um parlamento seu, que o monarca dissolveu quando quis; e fez-se tornar a Portugal alguns centos de soldados. Tudo mais aqui fica [...]. A mesma máquina administrativa, com os mesmos processos, e privilégios, e parasitas; os mesmos costumes, e até a mesma freguesia financeira – a Inglaterra. [...] As camadas de *resíduos* e *remanescentes* ali se deixaram ficar [...]. Estavam em casa, continuaram a crescer e a frutificar; até hoje, a sua ação perdura, opondo-se ao progresso, defendendo todas as revivências do regime arcaico, que lhes criou uma situação privilegiada e monopolizou em suas mãos a riqueza e o comércio, conferindo-lhes, assim, uma influência decisiva na vida econômica e, conseqüentemente, na vida política e social da nação. (BOMFIM, 2005, p.252-253, grifos do autor)

São essas então as heranças deixadas pelo parasitismo na América Ibérica apontadas por Manoel Bomfim: uma economia pouco produtiva cujos lucros foram inteiramente transferidos às metrópoles; a formação de aparelhos estatais meramente fiscais e policiais que não representam os anseios sociais; a consolidação de uma hostilidade entre os diferentes grupos sociais, complementada por uma formação moral violenta; um forte conservadorismo que se opõe às mudanças sociais; uma política de Estado que não oferece às populações os serviços sociais de que necessitam; a desconfiança social com relação ao papel exercido pelo Estado; o estabelecimento de grupos privilegiados que cerceiam e pervertem os movimentos de transformação política.

Além dessas conseqüências ou “efeitos” do parasitismo, Manoel Bomfim apresenta, na última parte de *A América Latina*, outras características específicas da América Ibérica resultantes de sua formação histórica, mas que não seriam resultantes do parasitismo ibérico. Nessa perspectiva, a primeira reflexão a que o autor se atém é a do “caráter” ou “influência” das “raças colonizadoras” e de seu “cruzamento”, ou seja, a mestiçagem. Dos ibéricos Bomfim destaca uma “hombridade patriótica” marcada pela “intransigência” e pelo “heroísmo”, acompanhada de uma grande capacidade de

“assimilação social”, como característica marcante (BOMFIM, 2005, p.257-258). O poder de assimilação dos ibéricos, a seu ver, foi transmitido às populações da América, que por isso teriam se tornado mais homogêneas que as populações européias (BOMFIM, 2005, p.260).

A influência de indígenas e negros na formação das novas sociedades é considerada como menos destacada por Manoel Bomfim. Isso porque os ibéricos teriam exercido uma influência “diretriz” na América, direcionando de modo geral as novas sociedades, enquanto os outros povos, sendo assimilados em uma posição subjugada, teriam exercido uma influência “renovadora” sobre as características ibéricas já consolidadas (BOMFIM, 2005, p.260-262). Mas ainda assim o autor considera que as influências indígena e negra não deveriam ser ignoradas para a compreensão das sociedades ibero-americanas. Os negros, apesar de todos os defeitos que lhes eram imputados, teriam legado aos ibero-americanos uma “afetividade passiva” particular, uma “dedicação morna”. Seus supostos defeitos seriam frutos de séculos de escravidão, segundo Bomfim, como deixaria claro sua capacidade de organização nas revoltas das Antilhas e em Palmares. Outra prova de suas virtudes, para o autor, seria o fato de trezentos anos de cativeiro não terem transformado os negros em verdadeiros “monstros”.

Reduzida, porém, como é, não se pode desconhecer a influência dos selvagens – pretos e índios. Pelo que vem dos africanos, ela se exprime por uma certa afetividade passiva, uma dedicação morna, doce e instintiva, sem ruídos e sem expansões. [...] De par com estas qualidades, citam-se os clássicos defeitos dos negros: submissão incondicional, frouxidão de vontade, docilidade servil... Tais qualidades são antes o efeito da situação em que os colocaram. Pensem na mísera condição desses desgraçados [...]. Heróicos foram eles de resistir como resistiram. A história das revoltas dos negros nas Antilhas, a história de Palmares e dos *quilombos* ali estão para mostrar que não faltava, aos africanos e seus descendentes, nem bravura, nem vigor na resistência, nem amor à liberdade pessoal. Se, hoje, depois de 300 anos de cativeiro (do cativeiro que aqui existia!), esses homens não são verdadeiros monstros sociais e intelectuais, é porque possuíam virtudes notáveis. (BOMFIM, 2005, p.262-263, grifos do autor)

Já o caráter do indígena americano é apontado por Manoel Bomfim como marcado pelo amor à liberdade, pela “coragem física” e pela “instabilidade de espírito”. Por todas essas características o autor considera que teria sido impossível sua escravização completa. Devidamente orientados – sem serem tratados como animais de carga – os índios deram grandes mostras de disciplina e trabalho organizado nas missões jesuíticas.

O indígena americano, quanto a qualidades positivas, se caracteriza por um amor violento à liberdade, uma coragem física verdadeiramente notável e

uma grande instabilidade intelectual, direi mesmo uma grande instabilidade de espírito. [...] Por mais forte que fosse a *boa vontade* dos colonos, não conseguiram nunca reduzir o indígena a um *cativo regular*, isto é, a esse cativo que é a cessação absoluta da liberdade. [...] E nos aldeamentos dos frades, nas *missões e reduções*? Como é que, aí, foi possível conservá-lo e fazê-lo até progredir, desenvolver-se em extensão, e, de uma certa forma, em cultura?... Isto prova tão-somente que o índio não é uma raça refratária à disciplina social, incapaz de aceitar uma direção, e de dobrar os seus instintos e tendências, segundo as exigências de um meio social mais adiantado. [...] O índio podia viver ali, e progredia, porque não lhe seqüestravam toda a liberdade, como nas senzalas dos colonos senhores. (BOMFIM, 2005, p.263, grifos do autor)

Os defeitos dos quais eram acusados são considerados por Bomfim injustificados, pois com uma educação adequada os índios se mostrariam laboriosos e disciplinados. Tampouco Bomfim aceita a caracterização dos indígenas como cruéis – já que apenas pagaram aos colonos na mesma moeda com que foram tratados, e seriam incapazes de desenvolver a crueldade calculada que os europeus ofereceram ao mundo.

Os outros traços característicos da raça são os que acusam as qualidades negativas: desinteresse, indolência etc., apontadas como defeitos imperdoáveis por todos esses que desejariam ver o caboclo a devorar-se na labuta, para enriquecer... o país, quer dizer: o intermediário parasita, o senhor de engenho, o dono da mina... [...] Ensinem-lhe a trabalhar, inspirem-lhe desejos novos, mostrem-lhe que há gozos superiores – a conquistar pelo trabalho, convençam-no, e, principalmente, saibam dar as garantias de que, trabalhando, eles vêm trabalhar para si... e o caboclo aceitará, e se habituará a trabalhar. [...] Acusam-nos ainda de perfídias, crimes sanguinários... Pérfidos – porque havendo recebido como crianças descuidosas os primeiros aventureiros, estes lhes pagaram a hospedagem arvorando-se em senhores; empunhando um calabrote e *tocando* os desgraçados: que trabalhem, dia e noite, para eles colonos; e, se relutam, o relho, a palmatória, o tronco, a corrente, o jejum, ali estão para amansar-lhes as resistências. [...] o indígena, quando percebeu as doçuras do regime que lhe ofereciam, quando sentiu a crueldade, respondeu no mesmo tom. [...] São cruéis os índios?!... Ainda que eles o quisessem, não chegariam nunca às sublimidades de crueldade com que os brancos – as gentes da Europa civilizada – têm horrorizado o mundo. [...] Falta-lhes a cultura da inteligência, a riqueza de imaginação para achar os requintes de atrocidade que os europeus sabem inventar. (BOMFIM, 2005, p.265-266, grifos do autor)

Nesse ponto Manoel Bomfim sente necessário refletir sobre a tese da “inferioridade das raças”. O autor considera que o importante no questionamento sobre o valor inato dos grupos étnicos é sua capacidade de serem “civilizáveis”, e afirma que a teoria da inferioridade racial inata não passaria de uma pretensão revestida de caráter científico, encobrendo a exploração histórica dos fracos pelos fortes.

Ao examinar a influência de cada uma das raças sobre as novas sociedades, importa pouco o estudo das qualidades positivas dos selvagens e dos negros; o essencial é saber qual o valor absoluto dessas raças, em si – a sua capacidade progressista: se são civilizáveis ou não. Tanto vale discutir logo toda a célebre teoria das *raças inferiores*. Que vem a ser esta teoria? Como nasceu ela? A resposta a estas questões nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência

barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes. (BOMFIM, 2005, p.267-268, grifos do autor)

Historicamente, argumenta Bomfim, não é possível afirmar uma relação de superioridade ou inferioridade definitiva entre povos diferentes, visto que suas relações de força alteram-se ao longo do tempo e estão sujeitas a diversas condições históricas – e não apenas ao dado étnico (BOMFIM, 2005, p.270-271). Com relação à aplicação específica de tais teorias raciais à América Ibérica o autor rebate os argumentos de que os indígenas seriam inferiores por terem sido progressivamente eliminados pelos brancos e por serem “atrasados” com relação à civilização ocidental. Para Bomfim essas concepções se baseiam em uma deturpação da obra de Darwin, que nunca teria pretendido aplicar a teoria da “luta pela vida” – que significaria mais capacidade da adaptação do que conflito violento – às relações sociais humanas. O autor destaca ainda que para Darwin a adaptação superior da espécie humana teria sido o resultado do esforço cooperado socialmente, e não da competição e subjugação entre os membros da mesma espécie (BOMFIM, 2005, p.273-276). Além disso, Bomfim alega que considerar as civilizações ameríndias destruídas pelos espanhóis como inferiores porque derrotadas significaria não refletir adequadamente a respeito das diferentes condições históricas entre os povos (BOMFIM, 2005, p.277). Com relação à suposta inferioridade dos negros, Manoel Bomfim considera que sua escravização demonstra a imoralidade de tais teorias e de sua concepção de progresso humano (BOMFIM, 2005, p.279-282).

Bomfim também ressalta que tais teorias raciais acusavam a mestiçagem de gerar populações inferiores e instáveis se comparadas a suas raças progenitoras. Para o autor essas afirmações não teriam base científica, pois baseavam-se em fenômenos zoológicos de hibridismo entre espécies diferentes que não se observavam na espécie humana, já que a mestiçagem étnica não apresenta nenhuma espécie de deformação fisiológica e menos ainda psicológica ou moral.

Amparando-se a certos fatos observados em zoologia, pretendem alguns sociólogos que as nações sul-americanas padecerão, ainda, de uma inferioridade especial, devida aos cruzamentos em si. [...] As opiniões neste sentido se baseiam numa analogia que se quer estabelecer entre a mestiçagem no homem e os cruzamentos de espécies animais diferentes, cruzamentos que fazem aparecer alguns caracteres considerados como ancestrais e regressivos. Ora, é bem de ver que a analogia não procede; tais caracteres ancestrais só aparecem no caso em que as espécies cruzadas são tão diferentes que só dão produtos híbridos [...]. Para concluir, destes fatos, que o cruzamento de raças humanas diferentes deva, forçosamente, provocar o aparecimento das qualidades morais grosseiras dos antepassados longínquos da espécie, será preciso que se verifique, pelo menos, o aparecimento simultâneo dos caracteres ancestrais de ordem morfológica – e tal não se dá. Não se vê, nos mestiços, nenhum traço fisionômico especial, novo, nenhuma modificação

orgânica particular, que possa ser considerada como uma regressão ancestral. Como, então, admitir que deva haver forçosamente uma regressão moral e intelectual – quando, no entanto, o cruzamento se faz, não entre espécies diferentes, mas entre raças diversas, e quando, mesmo no caso dos animais (onde há esta regressão física), não existe a regressão intelectual?... (BOMFIM, 2005, p.286-287)

Concluindo seu posicionamento com relação ao assunto, as condenações morais feitas às populações mestiças da América Ibérica são refutadas por Bomfim que vê na educação social na qual essas populações se formaram a origem de suas dificuldades. Portanto, ainda que tenha anteriormente afirmado a impossibilidade de se distinguir em uma população suas características “herdadas” das advindas de sua “educação”, em seu texto são as últimas que pesam mais em suas considerações. Manoel Bomfim em momento algum refuta, mas antes reafirma a tese da hereditariedade de características sociais. Porém, ao avaliar a influência de indígenas, negros e mestiços na constituição da sociedade, recusa-se a admitir que suas características supostamente inferiores – perante a sociologia de sua época – sejam heranças sociais de “raças inferiores”. Ao invés disso Bomfim inverte o raciocínio, procurando demonstrar como as limitações de que os mestiços eram acusados eram resultado da educação social a que as populações não-brancas sempre foram submetidas na América, ou seja, resultantes do lugar social a elas relegado por parte dos colonizadores brancos. Talvez por isso tenha considerado importante ressaltar, tanto com relação aos indígenas quanto com relação aos negros, as experiências históricas em que essas populações demonstraram capacidade de se organizarem com eficiência disciplinada. E uma outra educação, a seu ver, permanecia aberta como possibilidade de superação das limitações dessas populações.

Acusam-nos, ainda, de indolentes, indisciplinados, imprevidentes, preguiçosos, defeitos que não são exclusivos dos mestiços, e pertencem ao geral das populações latinas da América. São defeitos mais de educação, devidos à ignorância em que vivem, ao abandono a que as condenam. [...] Um *cabra* do sertão do Norte vive tão fora da civilização, vive tão parcamente, satisfaz-se com tão pouco, que não sente necessidade de morrer de fadiga. Para que esbofar-se, da manhã à noite, tangendo uma enxada de dois quilos, num massapé rebelde, se ele pode viver sem isto, se não saberia, sequer, o que fazer do preço desse trabalho? Como ter amor ao trabalho, quem não vê outra perspectiva senão a enxada, o machado, a foice, de sol a sol, pelo salário miserável de 800 ou 1\$000 réis? [...] Agora, instruem-no, abram-lhe o espírito, façam-lhe nascer vontades novas, necessidades superiores, ele terá estímulo para trabalhar, e irá exercer inteligentemente a sua atividade, não brutalmente – fazendo as vezes do boi e do cavalo, substituindo a charrua e o arado pela enxada. (BOMFIM, 2005, p.292-293, grifos do autor)

Voltando-se depois para outra especificidade histórica da América Ibérica, Manoel Bomfim refere-se à dificuldade encontrada pelas novas nacionalidades em

superarem seu passado colonial e se reorganizarem em direção ao “progresso”. Para o autor essa dificuldade se impôs pela continuidade dos conflitos coloniais na vida das nações independentes – a começar pelos próprios processos de independência, que preservaram os privilégios das elites coloniais (BOMFIM, 2005, p.295). No Brasil Bomfim aponta as reiteradas frustrações dos movimentos políticos mobilizados contra os privilégios das elites – a Independência preservou a monarquia portuguesa traindo finalmente seus apoiadores, a abdicação de D. Pedro I resultou em uma apropriação da esfera política por partidos oligárquicos que minaram o potencial transformador do momento, a República terminou por absorver as elites políticas monárquicas (BOMFIM, 2005, p.302-305). Daí a conclusão do autor da continuidade das lutas coloniais, pois o passado dos privilégios coloniais continuava a existir no parasitismo praticado pelas elites privilegiadas que conservavam o Estado como refratário às necessárias mudanças sociais para o “progresso” da totalidade da nação (BOMFIM, 2005, p.306).

Após todas essas considerações sobre a formação histórica da América Ibérica, Manoel Bomfim retorna a sua preocupação inicial, ou seja, a do perigo da continuidade dessa situação de atraso diante do imperialismo europeu (BOMFIM, 2005, p.315-316). Entretanto considera, quase em um tom de advertência, que uma hipotética invasão estrangeira no continente resultaria em uma interminável resistência por parte dessas populações “belicosas” e acostumadas a uma vida difícil, que passariam a existir então em um regime de completa barbárie (BOMFIM, 2005, p.319). Nesse caso o autor avalia que um desastre a esse nível não seria prejudicial só à região, mas aos próprios interesses europeus, que teriam muito mais a ganhar mantendo os ibero-americanos como consumidores viáveis (BOMFIM, 2005, p.322).

Para concluir o livro Manoel Bomfim faz um apelo aos ibero-americanos para que não se deixem desanimar pelo desprezo europeu e pela pretensa ciência que denomina-os inferiores – pois sua única inferioridade de fato é a ignorância na qual se mantêm suas populações, e a educação o único caminho para superá-la.

[...] reconheçamos que é triste a condição em que nos achamos. É triste, é vergonhoso, quase, que, após 400 anos de existência, ao fim de um século de vida autônoma, a civilização não seja para os americanos do Sul mais que um fardo a esmagá-lo [sic], fonte de dores e de lutas sangrentas [...]. Daí, pretende a sociologia da cobiça que somos *incapazes*, essencialmente inferiores, refratários ao verdadeiro progresso. Estes conceitos só nos devem impressionar pela ameaça que contêm, e não pelo seu mérito científico, nem para que duvidemos do futuro e de nós mesmos. [...] Sofremos, neste momento, uma inferioridade, é verdade, relativamente aos povos cultos. É a IGNORÂNCIA, é a falta de preparo e de educação para o progresso – eis a

inferioridade efetiva; mas ela é curável, facilmente curável. O remédio está indicado. Eis a conclusão última desta longa demonstração: a necessidade imprescritível de atender-se à instrução popular, se a América Latina se quer salvar. (BOMFIM, 2005, p.359-360, grifos do autor)

O autor adverte que apenas uma educação popular, levando à população uma instrução adequada e instigante, poderia pavimentar o caminho para a livre atividade produtiva e a ciência necessárias para se alcançar o sonhado progresso material (BOMFIM, 2005, p.364 e p.366-367). Por isso Bomfim imputa a instrução popular como dever às elites dirigentes ibero-americanas, às lideranças sinceramente comprometidas com os ideais de progresso e liberdade, irrealizáveis em sociedades imersas na ignorância (BOMFIM, 2005, p.367-369 e p.373). O alto grau de instrução das nações mais prósperas atestaria a premência desse dever, que para o autor deveria tornar-se uma campanha política e social (BOMFIM, 2005, p.373-376 e p.379). Aos brasileiros, Bomfim conclama que reconheçam na República a oportunidade e exigência de se garantir essa instrução popular em um ensino leigo-científico, rompendo com o dogmatismo católico (BOMFIM, 2005, p.378). Esse seria o caminho para a realização de sua “utopia”, que sonha para o Brasil e o restante da América Ibérica. Em *A América Latina*, Manoel Bomfim consegue reestruturar o passado de forma a demonstrar que os problemas a serem enfrentados não tinham como origem uma inescapável inferioridade hereditária, e que as sociedades ibero-americanas dispunham em suas mãos dos meios necessários para se refazerem-se em novos termos.

Utopia... Utopia... repetirá a sensatez rasteira. Utopia, sim; sejamos utopistas, bem utopistas; contanto que não esterilizemos o nosso ideal, esperando a sua realização de qualquer força imanente à própria utopia; sejamos utopistas, contanto que trabalhemos. [...] Deixemos às gentes *conservadoras* e *refletidas* o condenar e desprezar a utopia – Marthas, absorvidas na banalidade comum, que o uso já mecanizou; queiramos o que será a glória de amanhã: uma América feliz, na clemência de seu clima, no esplendor deste céu, inteligente, laboriosa e pacífica na comunhão social, meiga e fraternal na expansão natural da instintiva cordialidade, apartada dos egoísmos ferozes que aviltam outras civilizações. Que “os mortos enterrem os seus mortos”; voltemo-nos para a ação fecunda, demos à vida toda a nossa atividade, e ela nos levará para o progresso e para a vitória, como leva a árvore para o alto e para a luz. (BOMFIM, 2005, p.382-383, grifos do autor)

Em *A América Latina* Manoel Bomfim apresenta sua interpretação histórica da colonização ibérica, baseada em sua metáfora-conceito de “parasitismo social”. Assim como outros intelectuais de sua época e Oliveira Vianna, Bomfim também atribuía à colonização ibérica a origem da especificidade brasileira (como do restante dos países ibero-americanos) que tornava a sociedade “atrasada” com relação ao “progresso” ocidental. Sua grande diferença com relação aos outros autores encontra-se no fato de

rejeitar a caracterização dessa distinção ibérica como uma essência inalterável herdada do passado. Considerava inválidos os mesmos determinismos evolucionistas nos quais se apoiou Oliveira Vianna, substituindo-os pelo papel desempenhado pela educação – em seu sentido mais amplo – na formação das sociedades, segundo seus processos históricos específicos.

Essa diferença leva Bomfim a procurar demonstrar como todos os empecilhos ao progresso seriam resultantes da exploração colonial ibérica no Novo Mundo e da educação resultante dessa situação para a formação das sociedades ibero-americanas. Na narrativa de Manoel Bomfim as sociedades ibero-americanas são “organismos sociais” novos, porém “contaminados” pela “infecção” do parasitismo, que se reproduziu em suas elites privilegiadas e na relação do Estado com a sociedade. Assim, se a população brasileira mantinha-se apática com relação ao progresso, e a República demonstrava ser ineficiente para realizá-lo, tais problemas deviam-se muito mais à ignorância relegada aos trabalhadores e à defesa conservadora de privilégios particulares por parte das elites dirigentes do que ao “caráter” da sociedade brasileira e de sua população – sua “psicologia social”, como diria Oliveira Vianna.

A interpretação histórica de Manoel Bomfim, por isso, defende sempre a capacidade de mudança da sociedade, uma vez que não via esta como formada por estruturas inalteráveis herdadas do passado, mas por processos históricos específicos de ordem política e econômica. Os problemas herdados do passado poderiam assim ser devidamente superados através da educação adequada da população, estimulando-a para o trabalho produtivo e para sua inserção política na República, que se mantinha inacessível ao conjunto da sociedade. Sua narrativa estrutura-se então em uma posição antagônica à de Vianna. Enquanto este buscava nas estruturas psicológicas, raciais e culturais as características que inviabilizariam um Estado democrático no Brasil, Bomfim já havia procurado demonstrar como as heranças nocivas do passado eram históricas, e não essenciais, podendo e devendo, por isso, serem superadas.

2.3. A “Idade Heróica” brasileira: formulando uma essência idealizada do Brasil

O primeiro livro da trilogia de Manoel Bomfim, *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929), é dedicado à primeira formação da sociedade brasileira, ainda no período colonial. Para ele, o Brasil viveu, no início de sua formação, uma “idade heróica”, quando a nacionalidade brasileira se consolidou, se afirmando em uma tradição nacional distinta e criativa, própria, anterior aos graves problemas que afligiriam posteriormente o país. No tom decepcionado com a República que conheceu desde o início, Bomfim procura demonstrar que os problemas presentes não seriam característicos da sociedade brasileira, mas uma “deturpação” de sua evolução. Seria necessário, então, resgatar a história da formação dessa sociedade, observando seus motivos e suas características, para que servissem de inspiração para a necessária superação dos “males” do presente (BOMFIM, 1997, p.28). Sua narrativa histórica, nesse livro, se divide em duas partes: “Origens” e “O primeiro Brasil”. Na primeira parte, Bomfim se dedica a decompor os elementos formadores da nacionalidade brasileira, e que teriam lhe imprimido seu primeiro caráter. Na segunda, o objeto de sua narrativa é a própria manifestação dessa nacionalidade, em suas primeiras expressões.

Antes de caracterizar a sociedade brasileira, Bomfim sente necessidade de caracterizar os primeiros colonos que para cá vieram, os portugueses do século XVI, e para isso traça a “definição” histórica das populações ibéricas. Estas teriam sido marcadas, desde a antiguidade, por um caráter autonomista, resguardando suas diferenciações diante de todos os dominadores estrangeiros da península. No caso dos portugueses, Bomfim destaca ainda o que seria um forte senso de nacionalidade, de pertencimento a um povo comum, distinto do espanhol. Dessa capacidade de Portugal, de se organizar sob uma liderança única acima da aristocracia, não só foram os portugueses capazes de se diferenciar dos espanhóis, como também foram capazes de elaborar seu próprio Estado nacional, o mais precoce da Europa moderna.

A formação de Portugal se caracteriza por uma precocidade política tal, que o pequeno reino nos aparece como a primeira nação completa, na Europa do

século XIV. Tudo mais ainda está em turbações e dificuldades de gestação, quando o Avis já conduzia o Estado de uma nação inteiramente organizada na sua vida política. [...] tão depressa domina os fados dispersivos da Ibéria, parte Portugal para outros destinos: dominar o oceano, que ainda isola os núcleos humanos, e integralizar a humanidade na posse do planeta. Com isto, o povo português patenteou – vitalidade, gênio político e capacidade de socialização, acima de qualquer das outras nações do momento [...]. Despeitos patrióticos procuraram deixar tudo isto no silêncio e [...] quase esquecemos que rompemos para a vida nos restos da ação com que Portugal abriu a era da *Renascença*. (BOMFIM, 1997, p.51-52)

As páginas que Bomfim dedica à história portuguesa em *O Brasil na América* são, a princípio, das mais elogiosas – em contraste com sua abordagem da história portuguesa posterior. O Portugal dos séculos XV e XVI é, para ele, o “Portugal heróico”, primeira nação moderna da Europa, que disciplinada e esforçadamente ganhou o Atlântico, contornou a costa africana e encontrou uma nova rota para as Índias. Do esforço da pequena população portuguesa – em uma terra tão pobre de recursos – os europeus descobriram o caminho para o restante do mundo. Mesmo a descoberta da América, para Bomfim, seria fruto do esforço português, que já havia possibilitado a navegação oceânica. Para os espanhóis, a expedição do genovês Colombo teria sido uma mera aventura, porém bem-sucedida. Para os portugueses, a navegação do Atlântico foi uma conquista árdua e gradual, que exigiu a disciplina de toda a nação. Até mesmo o nome do novo continente – América – atestaria que os verdadeiros descobridores eram os portugueses, já que Colombo morreu acreditando ainda ter alcançado as Índias orientais (BOMFIM, 1997, p.54-55 e p.66).

Teria sido esse português conquistador, disciplinado e patriótico, portanto, o primeiro colonizador do Brasil, no século XVI. A descoberta prévia da rota para as Índias pelos portugueses também teria sido um fator positivo, já que atraiu para lá os portugueses ansiosos por riquezas fáceis, por saques e metais preciosos. Para o Brasil do século XVI, onde desde cedo se verificara a necessidade do trabalho agrícola, teriam vindo apenas os portugueses dispostos a se esforçar para extrair as riquezas da terra – além dos degredados, que Bomfim argumenta não serem tantos, e nem necessariamente um mau valor humano. Mesmo atrás de riquezas, esses primeiros colonos do Brasil, entregues ao trabalho agrícola, logo teriam se afeiçoado à nova terra, considerando-a sua, precisando protegê-la e trabalhá-la para prosperarem (BOMFIM, 1997, p.83-85 e p.89).

Essa caracterização dos primeiros colonos é importante para Bomfim, pois, para ele, é já no século XVI que a nacionalidade brasileira começa a despontar. Além dessas frutíferas características que ele aponta nos primeiros colonos, outros elementos teriam

contribuído para a primeira formação da nacionalidade propriamente brasileira, em diferenciação com a portuguesa: a necessidade de defesa do litoral contra estrangeiros e as populações indígenas. A ocupação de várias partes do litoral brasileiro pelos franceses teria não apenas pressionado Portugal a efetivar de maneira mais consistente sua possessão americana, mas também forçado os colonos a se unirem contra os estrangeiros em defesa da terra que consideravam comum, estimulando neles o primeiro patriotismo – que Bomfim considera já um patriotismo essencialmente brasileiro.

A defesa da terra contra os franceses é tão importante e expressiva, na caracterização do Brasil, que deve ser tratada por partes, em capítulos diferentes. Foi uma luta que acompanhou toda a iniciação na nova pátria, e se, nos primeiros tempos, ela se faz no valor do colono, desde logo surge, entre os defensores, a energia patriótica dos crioulos brasileiros, e que é o mesmo valor dos colonos [...]. Então, à medida que os novos ânimos se afirmam, transfere-se a defesa da terra para os seus, e nos últimos feitos decisivos, já são nomes brasileiros, os dos capitães vitoriosos. [...] No decorrer dos sucessos, não há momento em que se veja a substituição formal do valor português pelo brasileiro; só se distinguem os dois termos: o português, no começo, quando só há português; o brasileiro, no fim. (BOMFIM, 1997, p.92-93)

A população indígena, por sua vez, teria sido o outro elemento crucial para a formação dessa nacionalidade brasileira. Bomfim, aqui, é simpático com os portugueses com relação ao seu trato com os índios. Considera-os mais humanos com relação aos indígenas do que os espanhóis, que os teriam excluído em uma “casta” separada da sociedade colonial, e os ingleses, que os teriam exterminado. Os portugueses, ao invés disso, teriam incluído o indígena na sociedade que aqui formaram, ainda que o tenham feito pela necessidade de mão-de-obra escrava. Em um dos poucos pontos sobre a história brasileira em que Bomfim admite concordar com Varnhagen, ele afirma várias vezes na primeira parte do livro que “o cativo não é extermínio”.¹ Além da necessidade de mão-de-obra, teria contribuído para isso a própria tradição de colonização portuguesa, já acostumada no lidar com povos que lhe eram exóticos, e que não dispunha de um grande contingente populacional em Portugal para povoar as novas terras, o que estimulava a aproximação do português com esses outros povos. Bomfim lamenta o cativo indígena, por considerar a escravidão desumana, mas considera isso um mal lamentável permitido pela moral da época, e ressalta a humanidade do português para com os índios – e também os negros, depois –, que teria desconhecido a repulsa racial comum em outros colonizadores europeus. O índio também teria sido incluído pelos portugueses na sociedade colonial por motivos de defesa do território,

¹ Cf., como exemplos, BOMFIM, 1997, p.108-109, p.116, p.124, p.134.

tarefa na qual precisavam do apoio dos líderes indígenas, sem os quais não poderiam ter defendido sua possessão americana.

Por cálculo, com a experiência de outras raças bárbaras, Portugal tratou sempre de captar o gentio por meios suasórios [...]. [...] o português reconhecia ser-lhe indispensável amparar-se no gentio, e tirar dele todo o auxílio possível. E misturava-se francamente com ele. Para isto, muito concorria a atitude despreziosa da gente portuguesa, sem as soberbias inumanas do castelhana, nem as preocupações da raça do saxônio. Desde o primeiro momento, o colono traz para as suas carícias a índia, como, depois, traz a negra; iguala-se a ela, no lar que institui, e que se generaliza. Atenuam-se as prevenções, abrandam-se os corações, em face de uma prole que não distingue os cuidados da mãe cabocla, dos apelos ao pai branco. Mas subsiste o motivo primeiro da colônia e, por ele, as dolorosas injustiças, cuja lembrança ainda nos mortifica. (BOMFIM, 1997, p.116-117)

A contribuição indígena é considerada importante por Bomfim na sociedade colonial. Sua caracterização é contrária a qualquer sinal de inferioridade. Sua sociedade é apresentada como comunal, ordeira e solidária, sem o menor grau de exploração humana. Os índios eram valentes e lutavam em suas guerras com valentia, sacrificando seus inimigos de maneira honrada nos rituais antropofágicos, onde a covardia era considerada a maior falta que um indivíduo poderia apresentar. A respeito desses rituais, Bomfim cita Montaigne para lembrar “que há mais barbaria em comer um homem vivo do que em comê-lo morto”,¹ considerando a valentia indígena mais honrosa para com seus inimigos do que as misérias da exploração social nas quais as populações européias eram obrigadas a viver. Além desse importante valor humano que se incluiu na sociedade colonial, o índio teria sido também um importante valor econômico, pois auxiliou os portugueses a se adaptarem à terra. Foi através dos índios que os portugueses desvendaram as riquezas do Brasil, as novas fontes de abastecimento alimentar, e mesmo novas técnicas de cultivo, necessárias ao ambiente brasileiro (BOMFIM, 1997, p.149-153).

Segundo testemunho unânime, os tupis tinham roças de todos esses vegetais mais usados nas nossas mesas: mandiocas, milhos, feijões, abóboras, pimentas, abacaxis, maracujás..., assim como o tabaco, algodão, urucum, anil... [...] Tudo isto significa que o gentio tupi possuía uma experiência agrícola tão adiantada e completa que pôde ser integralmente adaptada por povos dos mais civilizados de então, adaptada para fins essenciais de vida. De fato: dado que o português aqui teve que ser, desde logo, rural, agrícola, o valor humano do gentio e a sua experiência da terra foram para os colonos condições capitais e explícitas de sucesso. Os tupis já haviam atingido aquele estágio tido por todas as escolas sociológicas como essencial para a vida sedentária, e a verdadeira humanização da espécie: *já eram agricultores de enxada...* (BOMFIM, 1997, p.150-151, grifos do autor)

¹ Apud BOMFIM, 1997, p. 144.

Os primeiros brasileiros teriam surgido dessa mistura racial e cultural entre colonos e índios. A política “amistosa” que Bomfim aponta nos portugueses com relação às tribos indígenas também teria limitado a expansão da atividade jesuítica no Brasil, que nunca chegou a se constituir em uma população à parte da sociedade colonial como na América espanhola, o que poderia ter dificultado, a seu ver, a formação da nascente nacionalidade brasileira (BOMFIM, 1997, p.161-163). Bomfim também ressalta o fato de que, dentre todas as colônias portuguesas, apenas o Brasil teria dado origem a uma nacionalidade própria – o que também atestaria a importância do elemento indígena nessa nacionalidade, já que Portugal nunca dispôs de gente suficiente para povoar tamanha extensão territorial. A cultura indígena ficou indelevelmente marcada na nacionalidade brasileira, nos valores de sua gente, em sua composição racial, em seus costumes, em sua alimentação e na sua língua.

Já os negros africanos não são considerados por Bomfim tão importantes quanto os índios na formação desse “primeiro Brasil”. Primeiro porque, de acordo com ele, a grande importação de negros para o Brasil só teria ocorrido a partir do século XVIII, quando considera que a nacionalidade brasileira já estava formada. Antes disso, os contingentes africanos estariam concentrados nas lavouras da cana-de-açúcar, e não disseminados por todo o território brasileiro.

[...] a influência dos negros sobre a essência da alma brasileira, foi menos pronunciada do que parece. É inegável que, nos meados do século XVII, já o Brasil estava definido – reação nacional contra o invasor holandês, expansão nacional pelos sertões... Ora, nessa época, o número dos escravos africanos era relativamente bem pequeno. [...] A quadra decisiva, no negreirismo, foi o século de 1750 a 1850. Já existia o Brasil. Contudo, tão grande foi esse número, e tanto se misturaram os negros, que o seu influxo foi bastante para dar tons especiais na caracterização do povo. O africano refletiu muito sensivelmente as suas qualidades na população já feita, sem desviá-la, no entanto, das linhas definitivas. (BOMFIM, 1997, p.201-202)

Em segundo lugar, a condição de escravos em uma terra que lhes era estranha teria limitado a influência africana na formação da sociedade brasileira. Aqui, os negros eram obrigados a se adaptar a uma sociedade que eles já encontravam pronta, e quando prosperavam, era na medida de sua capacidade de adaptação aos valores dessa mesma sociedade. Por outro lado, Bomfim considera que foi positiva, ainda que limitada, a influência do negro, com sua “afetividade”, nas famílias coloniais (BOMFIM, 1997, p.202-203). Mais uma vez é lembrada a relativa humanidade com que os colonos tratavam seus cativos, o que teria tornado as relações sociais mais brandas no Brasil. O que Bomfim realmente lamenta, quanto à influência africana no Brasil, é a escravidão, que contribuiu negativamente para a moral da sociedade – especialmente pelo fato dela

ter se prolongado até o final do século XIX, quando sua inumanidade já era reconhecida no Brasil e no mundo.

[...] a escravidão dos negros só foi mais funesta no Brasil porque a incapacidade dos dirigentes não permitiu que a questão tivesse solução oportuna, mais cedo. Nestas condições, o trabalho escravo retardou longamente a evolução do país, além dos maus efeitos morais e políticos. Em si mesma, porém, a sorte dos cativos foi menos dolorosa aqui, do que em qualquer das outras colônias modernas, inclusive a América inglesa. [...] Muito difundidos os negros, dada a índole fácil das populações, a vida em geral se fazia com uma relativa aproximação de senhores e escravos, e havia para estes mais humanidade. [...] Se é possível apontar algumas relativas cruezas nos quadrados de senzalas dependentes dos cafezais, pelo resto do Brasil era uma inocente escravidão rural ou doméstica. *Inocente* porque, dadas as condições de cultura dos escravos, as formas de vida tinham piores efeitos para os próprios senhores, do que para aqueles humanamente tratados. (BOMFIM, 1997, p.203-204)

O contraste entre essa descrição da escravidão negra e a feita pelo autor em *América Latina* é nítido. Subsiste a tese de que os efeitos morais mais nocivos da escravidão foram sobre as famílias dos senhores, mas a crueldade do tratamento foi obviamente amenizada por Bomfim, que escrevera anos antes um retrato bem menos “humano” e “inocente” da disciplina dispensada aos escravos:

Em toda a fazenda, havia um quarto – uma prisão, aparelhado com dois ou três troncos, gargalheiras, cepos, correntes... Ali apodreciam, invariavelmente, um ou dois negros. Pela manhã, ao tempo em que se marcavam as tarefas aos outros escravos, esses que no *quarto do tronco* expiavam o crime de haver *fugido* ao trabalho devorador – esses recebiam a refeição quotidiana, de bolos ou açoites, quatro ou cinco dúzias, aplicadas com todo o requinte sobre as carnes doloridas, inflamadas, sensíveis como uma chaga muitas vezes magoada e renovada. Levantava-se o desgraçado, bumbas as pernas pela abstinência, trôpegas, atormentadas, da posição contrafeita e dolorosa no *tronco*, pisados os músculos, emaciado o rosto, apagados os olhos pelo sofrer acumulado; as mãos, inchadas, não se fecham, túrgidas, luzentes; a sãnie transuda por entre os dedos abertos; a pele rachou desde os primeiros dias; as unhas já caíam; as costas estão em carne viva... O miserável, num desvario de bruto, estende a mão ao executor. Cai o primeiro bolo, soa um grito, uivo e lamento, gemido violento de todas as dores que acordam... E os golpes se repetem: é um – *Ai!... Ai!...* contínuo, como uma vida que se esfrangalha, uma alma que se esgota. O lamento desesperado passa travando os corações, num acento de miséria que transpassa os ânimos; envenena, alucina... [...] Cai o madeiro bruto, sobre aquela mão que não suportaria sem dores intraduzíveis nem mesmo o contato brando e metucioso dos dedos amigos que a quisessem pensar, soa o bolo, reabrem-se todas as carnes rachadas, espirra o sangue negro das pontas dos dedos, centenas de salpicos vão engrossar a camada nauseabunda, que forma, na parede, uma barra contínua em torno de todo o quarto: uma faixa de sangue que tem espirrado das mãos que, diariamente, há um século, talvez, recebem ali, àquela hora, a sua refeição de bolos... Calcule-se o efeito de tais costumes sobre a moralidade dessas famílias que se formam e se desenvolvem no contato de tais misérias!... a qualidade dos sentimentos de gentes, que nasceram e se criaram, ouvindo todo o dia, à hora certa, o grito lancinante, arrancado pela palmatória, a moer as carnes já moídas, inflamadas, doloridas... Finalmente, já não se sabe o que é que resta de humano em tais seres... Em matéria de abjeção e crueza, nada lhes é desconhecido. (BOMFIM, 2005, p.164-165)

Mas o capítulo do livro em que a influência do africano no Brasil é abordada é na verdade dedicado a uma discussão sobre a miscigenação racial.¹ É onde a formação médica de Bomfim aparece de maneira mais explícita, já que o capítulo é, de acordo com o autor, a adaptação para o livro de um artigo – sem referência de data – já publicado em uma revista intitulada *Patologia Geral*.² Seu objetivo maior, nesse capítulo, é o de demonstrar, por uma perspectiva biológica, a insuficiência das teses raciais que apontavam a pureza de raça como um sinal de superioridade e uma “instabilidade” psico-social nas populações mestiças, retomando o tema já abordado em *A América Latina*. Bomfim reitera que o processo de hibridismo entre diferentes espécies animais, origem da idéia de “instabilidade” do “tipo” miscigenado, não poderia ser comparado com a miscigenação humana, que não leva à esterilidade genética. Ao invés disso, o autor considera benéfica, do ponto de vista biológico, a mistura de “tipos” genéticos diferenciados, que levaria a uma maior capacidade de adaptação, enquanto a procriação entre semelhantes genéticos tende à formação de problemas congênitos.

Além dessa questão biológica, Bomfim considera inválidas as análises sociais e históricas que têm o elemento racial como crucial para o desenvolvimento das sociedades, pelo simples fato da inexistência de raças humanas puras em qualquer sociedade. O mais importante, para ele, seria a vida social que as diferentes populações humanas elaboraram de acordo com suas necessidades, o que não teria nenhuma influência racial (BOMFIM, 1997, p.183-188 e p.190-192). O autor denuncia novamente as teorias raciais européias como meramente preconceituosas e a-científicas, servindo bem aos interesses europeus de se apropriarem das riquezas de outros povos, considerados “inferiores”. Mais grave do que isso, porém, seria o fato de intelectuais latino-americanos e brasileiros adotarem tais teorias, apontando nas populações latino-americanas uma “inferioridade racial” que condenaria esses povos a uma barbárie inescapável.

No caso do Brasil, Bomfim critica especialmente os autores – particularmente Oliveira Vianna – que vêem como negativa a miscigenação racial, propondo até mesmo o “branqueamento” da população como único futuro desejável para o país. Além das vantagens biológicas que Bomfim aponta na miscigenação, ele ressalta o aspecto cultural desse encontro entre povos diferentes (BOMFIM, 1997, p.193-200). Na

¹ Cf. “O cruzamento na formação da população brasileira”, in BOMFIM, 1997, p.167-206.

² Cf. BOMFIM, 1997, p.167, nota 1.

formação da nacionalidade brasileira, mais importante do que a composição racial original da população que aqui surgia, teria sido a origem de uma cultura nova e original. A influência mútua entre essas diferentes culturas teria permitido uma renovação das mesmas, adaptando-as ao ambiente e criando novos costumes, úteis para o desenvolvimento da sociedade.

Com isso Bomfim completa os elementos presentes na origem de nossa nacionalidade e passa a abordar suas primeiras manifestações próprias, em que a sociedade brasileira teria passado a se exprimir em seus próprios termos. E a primeira manifestação dessa nacionalidade, de acordo com ele, teria se dado na primeira luta contra os estrangeiros, na expulsão dos franceses do litoral. Bomfim ressalta o alcance da ocupação do território brasileiro por parte da França, que contava com um projeto de colonização em curso, enquanto os portugueses do reino ainda valorizavam mais as riquezas fáceis da Índia do que sua colônia americana. O que Bomfim destaca nessas lutas contra os franceses é a necessidade que os colonos tiveram de se defender por conta própria, contando com poucos auxílios de Portugal, e aliando-se a tribos indígenas. Teria se tratado, portanto, de uma luta verdadeiramente brasileira, da defesa, por parte dos “filhos da terra”, de seu território contra os estrangeiros. Luta essa que teria aproximado-os em uma solidariedade verdadeiramente nacional, na qual se sentiam iguais contra o invasor, e precisaram coordenar um esforço conjunto. A expulsão dos franceses uniu a população e o território, garantindo e resguardando o litoral, de norte a sul, para a nascente sociedade brasileira (BOMFIM, 1997, p.209-217).

Para acentuar o valor dos que fundaram o Brasil, houve que mencionar a grande dificuldade que eles encontraram e que tiveram de vencer: as investidas dos franceses, e a oposição do grande gentio seu aliado. [...] Tratava-se de uma prova decisiva, e que foi, assim, o fator político mais importante no primeiro século da colônia – de influência definitiva nos destinos e no caráter da sociedade nacional que aqui se formou. É certo que a defesa da terra contra os franceses antecede qualquer manifestação da alma brasileira; mas, tanto dura a luta, e tanto se estende, que valeu como a primeira lição de patriotismo às novas gentes, e deve ser citada explicitamente porque aí, nas peripécias dessa defesa, pronunciam-se os primeiros lances de valor já propriamente brasileiro. (BOMFIM, 1997, p.209)

As lutas contra os estrangeiros – ocupação francesa do litoral, corsários ingleses, tentativas holandesas de ocupar o Amazonas – teriam sido então fundamentais na organização da sociedade, efetivando a ocupação e estimulando a iniciativa da população. Após essas lutas, ao cabo de um século, afirma Bomfim, a nacionalidade brasileira já estava formada. No início do século XVII a sociedade já se encontrava organizada e produzia, na época, nos núcleos canavieiros do nordeste, a maior riqueza

da América. A produção do açúcar sustentava a “nobreza da terra”, que teria se igualado em opulência à nobreza da metrópole, e que estava disposta a proteger os interesses do Brasil (BOMFIM, 1997, p.248-251). Bomfim ressalta a unidade dessa sociedade, que logo gerou seu primeiro historiador, Frei Vicente de Salvador (1564-1635), que incluiu em sua narrativa histórica todo o território brasileiro, já sob o nome *Brasil*.

A idéia que um povo tem da sua existência, vale, para ele, de luzeiro, escudo e estímulo. É como a tendência lúcida a viver e a realizar-se. Pois não é de pasmar?! Com um século, apenas, de existência, o Brasil já produz um brasileiro que o compreende como um todo solidário, com história própria; um brasileiro – esse Frei Vicente do Salvador – que sente a necessidade de escrever a história da sua pátria, e em cujas páginas tantas vezes se destacam as qualidades novas e próprias do Brasil, em oposição às de Portugal. Por isso mesmo, caída em mãos do português, essa história, escondem-na, somem-na, no mesmo empenho em que procuram velar e afogar a pátria distinta que no Brasil se revela. [...] Amor ao solo, consciência de uma tradição nacional, comunidade de motivos sociais, solidariedade de destinos... de tudo isto se compõe o sentimento da pátria, em que nos exaltamos, e tudo isto ainda é vazio, se a pátria não vale para nós como objeto de pensamento, e convergência de afeto. Ora, para tanto, é mister que a pátria seja um *nome*. O fato de ser adotado um termo próprio – Brasil, para significar a qualidade nacional, dos que vinham da colonização, pressupõe a existência, neles, de qualquer coisa nova, bem própria e específica. Desde que o brasileiro se sente – *brasileiro*, assim reage, para existir nacionalmente, *brasileiramente*. (BOMFIM, 1997, p.337)

A *História do Brasil* de Frei Vicente atestaria para Bomfim a força com que o sentimento nacional brasileiro podia ser sentida no século XVII, correspondendo às vitórias contra os invasores e ao desenvolvimento econômico alcançado pela colônia. O reconhecimento do nome *Brasil* como denominador da coletividade seria apenas a expressão final desse processo de formação da nacionalidade brasileira que pode então começar a ser apropriadamente pensada e sentida, uma vez que aquilo que já era vivenciado passou a ser nomeado.

Paralelamente à formação da nacionalidade brasileira, Bomfim identifica uma progressiva crise do Estado português, caindo sob o domínio espanhol com o fim da dinastia de Avis. Teria sido o processo de “degradação” de Portugal, recuperando o autor sua interpretação histórica de *A América Latina*. Perdendo sua autonomia, Portugal já não podia mais defender suas colônias, e o invasor holandês se abateu sobre a mais rica colônia portuguesa, o Brasil, em seu pólo mais produtivo e rico, o nordeste. A luta contra os holandeses é, para Bomfim, a manifestação definitiva da primeira nacionalidade brasileira e ao mesmo tempo a prova incontestável da degradação portuguesa. Enquanto as tropas portuguesas facilmente se entregaram ao invasor e os reinóis comerciantes passaram a auxiliar os holandeses, a “gente da terra”, os brasileiros, resistiu e organizou e liderou por conta própria a insurreição que expulsaria

os holandeses do Brasil. Diferentes regiões do Brasil teriam se unido nessa luta, segundo Bomfim, e não apenas as regiões invadidas pelos holandeses, enquanto a metrópole mostrava-se disposta a entregar Pernambuco em troca do apoio holandês na luta de libertação contra os espanhóis. Os brasileiros, por sua vez, precisaram desobedecer às ordens do reino, de não hostilizarem com o invasor, para protegerem sua terra. Teria sido uma vitória legitimamente brasileira, o que seria a prova, para Bomfim, de que a colônia já vivia plenamente com seu próprio esforço, prescindindo de Portugal.¹

Há, mesmo, manifestações explícitas, da parte do Rei – de como a sua decisão efetiva era dar Pernambuco [aos holandeses] em troca de auxílios. Tal não se fez porque havia decisões mais fortalecidas do que a do Bragança; havia, nos pernambucanos, dessas energias que escalam a história, para formar destinos, e que não poderiam dobrar-se a necessidades torpes. Iam assim as coisas, quando a *primeira* dos Guararapes veio pôr em dificuldades as negociações de Amsterdam; a *segunda* obrigou o Bragança a confessar que não tinha forças para obrigar os *Insurgentes* a entregarem Pernambuco... Para conservar a preciosa aliança, daria Ceilão e o mais que os brasileiros ainda não haviam reconquistado... O holandês não tinha, também, meios de reduzir os irredutíveis pernambucanos e, pelos brasileiros, foi reconquistado para o Brasil tudo que era brasileiro. (BOMFIM, 1997, p.283)

A outra expressão da nacionalidade brasileira apontada por Bomfim se deu no bandeirantismo paulista. São Paulo e Pernambuco, de acordo com o autor, eram os dois pólos da emergente sociedade brasileira, de onde a população se irradiou para consolidar seu território. Bomfim é simpático aos bandeirantes paulistas que, ainda que motivados pela captura de índios, contavam com o auxílio destes para desbravar os sertões, e iam, assim, incluindo-os, juntamente com o interior do continente, na nova sociedade. Considera-os nacionalistas, expandindo o Brasil até seus contornos “naturais”, que iriam muito além do estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas. Por onde passaram, os bandeirantes paulistas teriam deixado a tradição brasileira no lugar, repelindo os espanhóis forasteiros e as reduções jesuítas. Teriam sido os responsáveis pela conquista do interior do Brasil e pelo domínio das vias fluviais, integrando o território. Bomfim ressalta essa característica dos bandeirantes, de se expandirem rapidamente, mas ainda assim mantendo o domínio sobre as regiões conquistadas. Caracteriza-os como solidários, sempre dispostos a se ajudarem mutuamente em sua disputa contra os estrangeiros. Quando estava ao alcance desses bandeirantes, eles moviam seus exércitos indígenas para lutar contra os espanhóis no sul e contra os

¹ Cf. “Luta contra os holandeses”, in BOMFIM, 1997, p.253-298.

holandeses no nordeste. Conclui Bomfim que não eram, portanto, lideranças particularistas, mas verdadeiros patriotas.¹

Enquanto os do Norte mostravam o Brasil já intangível, no Sul, outros, de outro modo, anunciavam a nova pátria, e a fortaleciam e distendiam dominando o gentio, incorporando-o à nacionalidade nascente, desbravando o continente, conquistando todo o seu interior, ganhando, para o Brasil que neles se fazia, o coração ainda virgem da América do Sul. Em verdade, o que os paulistas realizaram é único em toda América: nem Almagro, nem Cortés, nem o próprio Balboa... Estes são iluminados aventureiros, cuja ação não alcança além de ouro farejado. [...] Falta, à intrepidez castelhana, a indômita tenacidade, a impavidez serena ante o desconhecido. Isto, com que se caracteriza o ganhador de terras é, no entanto, o mais vulgar no valor dos brasileiros que nos deram fronteiras nos dois hemisférios, e levaram a pátria – das praias onde ficaram os portugueses às quebradas dos Andes. (BOMFIM, 1997, p.299-300)

O surgimento da nacionalidade brasileira foi precoce, de acordo com o autor. Poucas gerações teriam se passado desde a chegada dos primeiros portugueses até as primeiras manifestações legítimas da nacionalidade. Além disso, o Brasil teria sido também a primeira nacionalidade a se definir na América, ganhando vida própria, independente da situação de penúria da metrópole e dando origem a uma tradição nacional própria. Os portugueses podem ter tomado a iniciativa da colonização, mas para Bomfim foram os brasileiros aqui nascidos que realizaram a nova nação, dando-lhe seus contornos territoriais e culturais, e protegendo-a de invasores. Uma vez livre do domínio espanhol, Portugal se encontraria em uma situação de degradação irreversível. Incapaz de protegerem a si mesmos e a suas colônias, os portugueses teriam precisado se arvorar sob a “proteção” inglesa, iniciando outro momento de sua história, completamente oposto ao de sua expansão pelos oceanos. Sua única fonte de sustento teria se tornado o Brasil, que gerava uma riqueza opulenta sem a necessidade de nenhum esforço por parte dos portugueses. Nesse momento identifica Bomfim a diferenciação entre as tradições, brasileira e portuguesa, em uma oposição que marcará daí por diante a história brasileira. Quando os portugueses passaram a explorar de maneira mais sistemática e predatória, através de regulamentos, representantes do reino e impostos, a nação brasileira – que era ainda colônia portuguesa – os verdadeiros brasileiros não puderam suportar mais a espoliação de suas riquezas, e a tensão entre os dois povos surgiu. Para Bomfim, as lutas nativistas que ocorreram no Brasil colonial não eram apenas a disputa de interesses comerciais ou tributários. *Mascates*, *Emboabas* e *Inconfidentes* teriam sido expressões da tensão entre duas tradições nacionais distintas

¹ Cf. “A conquista do continente”, in BOMFIM, 1997, p.299-326.

(BOMFIM, 1997, p.331-332). O autor afirma que contra a opressão portuguesa, representada pela monarquia absolutista, pelo autoritarismo e pelo clientelismo dos reinóis, a tradição brasileira teria se definido como democrática, republicana e liberal.

No caso do Brasil, fundindo-se as raças componentes, desprezaram-se e desfizeram-se os preconceitos que, noutras colônias, criaram as castas, dando motivo às lutas de raças. A nobreza de então, que deu grande parte do heroísmo do primeiro Brasil, forma uma bela aristocracia rural, vivendo do escravo, sim, mas, tão humana, que não tem par em todos os outros países coloniais da época. [...] Singelos, quase ingênuos aristocratas, eles têm, apenas, a fidalguia de ânimo, essência que pela idade se apura. Em política, são, em grande parte, republicanos, rebeldes ao Rei, quase sempre de nojo pelo que o reino lhes envia. Liberais, em vez de reacionários, ei-los [...] perseguidos, presos, ou justicados, pelo crime de serem republicanos brasileiros. É que a República lhes parecia o meio de serem completamente brasileiros, e era isto um ideal bem explícito. Essa qualidade – brasileiro –, eles a contavam nos seus títulos de nobreza. (BOMFIM, 1997, p.335-336)

Em *O Brasil na América* Bomfim conclui sua exposição sobre a formação da nacionalidade brasileira e de sua tradição. A importância de tal exposição, para ele, estava no fato de que a tensão entre a tradição brasileira e a portuguesa nunca teria sido completamente superada, e o que era, no século XVII, degradação portuguesa no “parasitismo” de sua colônia, no Brasil transformou-se em uma “infecção”, uma “contaminação” das formas de organização política – orientadas sempre para a exploração dos trabalhadores. Os modelos políticos, no Brasil, teriam passado a recriar os “vícios” do decadente Estado português, suplantando o que seria a verdadeira tradição nacional. Mesmo na República, Bomfim afirma, a organização política do Estado continuava se dirigindo no sentido da maior exploração possível dos trabalhadores para o sustento das classes dirigentes, e a tradição brasileira permaneceu oprimida. A “Idade de Ouro” do Brasil que Bomfim narra teria sido propositadamente esquecida, e, como patriota, ele pretendeu resgatá-la.

Na pátria que assim nos ficou, fatalmente e continuamente se refaz esse Estado, perpétua miséria sobre os nossos destinos, para a realidade de uma herança má, e plena satisfação dos que, em dirigentes tais, encontram possibilidades e garantias de manter, no país que degradaram e perseguiram, privilégios efetivos, de uma permanente espoliação. Até a tradição desse Brasil primeiro, glorioso e afirmativo, até isto nos foi roubado, por escondida e abafada, sob a tradição que a história oficial, bragantina, tem colado à nação brasileira. Tivemos essa *Idade de Ouro* do século XVII; mas, na realidade política e administrativa, nós nos encontramos, hoje, no pleno regime dos *capitães-mores* do século XVIII. (BOMFIM, 1997, p.384, grifos do autor)

Distanciando-se em alguns pontos de sua interpretação histórica de *A América Latina*, em *O Brasil na América* Manoel Bomfim elabora uma essência idealizada da sociedade brasileira. Ainda que continue a rejeitar o determinismo das teorias

evolucionistas que criticava, Bomfim se preocupa em localizar, no início do período colonial, a formação de uma sociedade dotada de um “caráter” positivo, patriótica, solidária e valente diante das adversidades. Nesse momento o autor valoriza o colono português, atribuindo-lhe as maiores qualidades morais, bem como a população indígena, enaltecendo seus valores sociais e sua adaptação à terra. Se exclui os negros dessa formação, como ressaltou Reis, por outro lado não os desvaloriza nem considera negativa sua contribuição para a sociedade (REIS, 2006, p.228-229). Na construção dessa visão idealizada da sociedade brasileira, Bomfim chega mesmo a amenizar a crueldade da escravidão, tanto indígena quanto negra, que em *A América Latina* é retratada como a expressão cotidiana e a base econômica do parasitismo ibérico, deixando vícios profundos na formação moral da sociedade.

Apesar de elaborar essa “essência” positiva da sociedade brasileira, Manoel Bomfim não se afasta demasiadamente da perspectiva adotada em *A América Latina* – os valores positivos que atribui à sociedade não são considerados heranças determinadas pelo passado, mas o resultado de condições históricas específicas. O sentimento patriótico dos portugueses “heróicos”, fundido aos costumes e à valentia indígena, são como o fermento, em sua narrativa, para a formação de um sentimento nacional entre os colonos ao se depararem com os invasores estrangeiros. E assim, quase como um “milagre”, forma-se na América o que o autor considera ser a primeira nacionalidade do continente, a brasileira. A obra de Frei Vicente é uma peça essencial em sua narrativa, na medida em que lhe permite afirmar a existência de um sentimento de pertencimento, por parte dos colonos, a essa pátria que gerava todas as riquezas do reino – uma “tradição” nacional.

É outro aspecto em que Manoel Bomfim se distanciará ainda mais de Oliveira Vianna, o que altera o sentido dado por cada autor à história brasileira. Vianna, conforme reafirmou em diferentes livros, não vê na sociedade brasileira qualquer senso de coletividade que extrapole a esfera do “clã” pessoal, menos ainda um sentimento nacional, que seria apenas uma abstração no Brasil. Bomfim parece responder diretamente à interpretação histórica de Oliveira Vianna ao ressaltar constantemente a solidariedade com que os colonos teriam defendido as diferentes regiões do território contra as invasões estrangeiras. Os bandeirantes paulistas que são vistos na narrativa de Vianna organizando guerras particulares entre si e expandindo seus territórios para seus “clãs” familiares, na narrativa de Bomfim se deslocam, sempre que possível, para acudir seus patrícios do nordeste contra os holandeses. Se a visão de Bomfim com relação ao

sentimento patriótico dos bandeirantes paulistas parece idealizada, por outro lado, ao ver nos conflitos nativistas a diferenciação de interesses entre os filhos da terra e a exploração comercial portuguesa, fornece a esses conflitos um sentido mais razoável do que o simplismo com que Vianna julga-os como mera expressão de interesses particulares e da busca por classificação de “mestiços superiores”. O caráter “essencial” atribuído por Bomfim à sociedade brasileira é assim oposto ao elaborado por Oliveira Vianna. É coletivo e nacional, opondo-se progressivamente à exploração representada pela administração da metrópole sobre a colônia. É uma base social que para Manoel Bomfim deveria servir de inspiração para a sociedade brasileira, e não uma estrutura social de capacidade política inferior que deveria ser controlada pelo Estado. No restante da trilogia, veremos como Manoel Bomfim leva adiante essa linha interpretativa da história brasileira.

2.4. O conhecimento histórico e a afirmação da tradição nacional

O segundo livro da trilogia de Manoel Bomfim, *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930), é dedicado à compreensão dos motivos que levaram ao esquecimento da tradição brasileira e da “deturpação” dessa mesma tradição pela influência do Estado português no Brasil. Suas duas partes se dividem em: “deturpação das tradições”, onde elabora uma crítica historiográfica brasileira, abordando como a história brasileira teria vindo a ser deturpada para esconder nossa tradição nacional; e “trauma e infecção”, onde Bomfim expõe como o Estado português, em sua decadência, teria deliberadamente minado a nacionalidade brasileira e se instalado aqui com a Independência de 1822 para assegurar seu domínio, se reproduzindo internamente.

Para elaborar sua crítica historiográfica, Bomfim parte de sua concepção de história e de tradição nacional. Para ele os grupos sociais nos quais a humanidade se divide evoluem a partir de suas próprias energias, em contato com as necessidades que se lhes fazem presentes. Apenas utilizando suas melhores características pode um povo sobrepujar suas dificuldades e se afirmar, readaptando-se para as novas necessidades que surgirem. Essas características se encontrariam na tradição desse povo, realizada em

sua vida social e intelectual e em suas expressões culturais. Sem se animar em sua própria tradição, um povo se degeneraria, sendo subjugado por tradições mais abrangentes. À história caberia o papel de resgatar a tradição de um povo, de uma nação, instruindo-a a respeito de suas potencialidades, em diferenciação com outros povos. A história, portanto, jamais seria um conhecimento absoluto, ainda que objetivo e preocupado com a veracidade dos eventos que narra. Mas ela seria sempre “parcial” porque “egocêntrica”: o conhecimento histórico é para o autor produzido sempre a partir da perspectiva de uma nacionalidade que procura se compreender, e que valoriza a sua tradição acima das outras.

Considere-se, agora, quanto será difícil obter que historiadores e outros dissertadores de cousas humanas julguem e apreciem as situações históricas, para a hierarquia dos povos, levados por um critério objetivo – não do ponto de vista nacional, mas no da humanidade, do progresso e da justiça!... É quase impossível, pois que tudo se faz como apreciação de valores morais e mentais, para os quais não há outra medida senão o mesmo nível em que se encontra a consciência definidora, incluída necessariamente numa refração, que é a da tradição que a inspira. [...] o historiador, a definir valores, há de ficar no ponto de vista humano, na refração da tradição a que pertence. Há uma outra circunstância a que devemos atender, quanto à constante subordinação da história geral ao critério particular de cada um dos grupos nacionais: é a necessidade de conhecermo-nos, em relação com o resultado geral da vida. (BOMFIM, 1930, p.40-41)

É nesse ponto que Bomfim destaca o perigo de se confiar acriticamente às grandes narrativas históricas do mundo, difundidas pelos povos dominadores. Norte-americanos, ingleses e franceses teriam elaborado diversas “histórias” mundiais, onde seus feitos são apresentados como centrais para a evolução da humanidade, e os feitos de outros povos meramente marginais. Lado a lado, essas “histórias” apresentariam uma série de contradições, pois a revolução americana, a revolução francesa e a revolução inglesa são compreendidas a partir de diferentes pontos de vista, irreconciliáveis. “Se não fora assim”, afirma Bomfim, “nada mais fácil do que compor a história universal: bastaria justapor as histórias nacionais – e teríamos a total historificação dos povos” (BOMFIM, 1930, p.39). Essa “deturpação” da história praticada pelos povos vencedores representaria uma grande ameaça para os povos que precisam ainda afirmar suas tradições nacionais – como no caso do Brasil – já que estas são apresentadas na “história mundial” como inferiores e sem importância.

O conhecimento histórico é para Bomfim um campo de batalha, onde diferentes nacionalidades e grupos sociais procuram ressaltar suas tradições em detrimento das demais. A história se encontraria permeada de valores conflitantes, onde uns são reafirmados enquanto outros são negados. Na composição da história mundial pelos

povos vencedores, muitos valores teriam sido negados à história brasileira, diminuindo nossa tradição, e que precisariam ser resgatados. Isso teria ocorrido, em grande parte, pela desvalorização da história portuguesa praticada pelos europeus do norte, que diminuíram a importância da expansão ultramarina portuguesa para o período do renascimento europeu e o posterior imperialismo empreendido por outras nações européias.

Na própria história européia, há uma sistemática negação de valores humanos que nos interessam especialmente: é o que se refere ao papel de Portugal, no preparo do mundo moderno, para a completa socialização do planeta. Interessa-nos, já o notamos, porque o Brasil resulta diretamente dessas energias – que fizeram dos portugueses o primeiro povo ultramarino, que tudo mais é acaso, ou aproveitamento direto da experiência portuguesa. No entanto, isto não consta nas grandes histórias. [...] Ao abrir a porta para a era moderna, haverá um capítulo que se fala de – Renascença, descobertas, viagens... tudo como ocorrências sem antecedentes, quase, manifestações esporádicas, e que, por acaso, tiveram conseqüências duráveis. É uma história feita para determinadas nações; [...] quando a maior parte do movimento de que resultou o mundo moderno se fez por fora, pode-se dizer, das atuais grandes histórias nacionais [...]. (BOMFIM, 1930, p.50-51)

No caso específico da história brasileira, Bomfim se preocupa com a influência da historiografia e sociologia francesas nos nossos próprios historiadores. Alega que os franceses têm um grande gênio para elaborar teorias sociais gerais, mas que sua tradição sempre se mostrou insuficiente para a compreensão das particularidades dos diferentes povos. Sua sociologia teria sempre procurado elaborar uma teoria geral da evolução dos povos, mas, aplicada a qualquer sociedade em particular mostrar-se-ia insuficiente (BOMFIM, 1930, p.55-68). A vida social das populações indígenas brasileiras, por exemplo, não poderia ser compreendida reduzindo-a aos esquemas franceses. Outro exemplo apontado por Bomfim dessa insuficiência da sociologia francesa é o positivismo comtiano, que exerceu grande influência no Brasil, mas que apresenta uma teoria limitada da evolução humana ao pretender definir qual seria o último estágio evolutivo das sociedades (BOMFIM, 1930, p.68-70).

A deturpação da história brasileira teria então dois grupos de motivos: os exteriores, que seriam oriundos da historiografia de outros que diminuem o valor de nossa tradição nacional, limitando nosso próprio conhecimento histórico; e os interiores, surgidos do nosso próprio conhecimento histórico, que não apenas teriam diminuído o valor dessa tradição, mas também o deturpado, negando-o completamente. Isso teria ocorrido, de acordo com o autor, pela existência de uma “história oficial” no Brasil, herança do período imperial, que teria sido elaborada com o objetivo de negar a tradição

nacional brasileira (BOMFIM, 1930, p.71-73). Pode-se dizer que é contra essa “história oficial” que Bomfim teria dedicado essa sua trilogia sobre o Brasil.

[...] é indispensável refazer a história que aí está, afeiada e diminuída, onde todo o esforço tem sido para tirar luz dos negrimes que velam os verdadeiros clarões em que o nosso passado se revela. E, destorcida, apoucada, sem outro talento nos que a retocaram oficialmente senão o do apoucamento, ou o do elogio imbecil e suspeito, toda ela se resolve no olvido obrigado do que deve ser lembrado, e a ignorância intransigente do que seria conhecido, se bem conhecêssemos os nossos interesses morais e patrióticos. [...] Opacos relatos de governadores, notações de uma política logo pervertida em feroz espoliação, não poderiam contar como aqui se organizou a vida, como se fez uma nação. (BOMFIM, 1930, p.72-73)

Reavaliando a história brasileira, o primeiro ponto que Bomfim destaca é o do seu valor na história geral. O Brasil, argumenta o autor, teve um papel inegável na história do mundo: foi um modelador das Américas. Após a expansão marítima de portugueses e espanhóis, outros povos europeus decidiram se lançar na mesma empreitada, e aqueles que não souberam ou não puderam defender suas possessões inevitavelmente as perderam. Na América do Sul, a costa brasileira era a mais fácil de ser alcançada pelos europeus, e seus portos, dada a navegação da época, eram estratégicos para se alcançar o restante da América do Sul, as Antilhas, e mesmo as Índias Orientais, através do Atlântico ou do Pacífico. Teria sido por esse motivo que todo o litoral atlântico da América do Sul foi cobiçado por franceses, holandeses e ingleses. O Brasil, como Bomfim já descrevera no livro anterior, foi capaz de repelir todos esses invasores e resguardar seu território, com seus próprios recursos. Ingleses, holandeses e franceses, em diferentes momentos da expansão marítima européia, foram importantes potências econômicas e militares, e provaram seu potencial de colonização em outras regiões – muitas das quais tomadas militarmente dos espanhóis. Ainda assim o Brasil resistiu, vencendo as maiores nações da época, e a América do Sul só não permaneceu completamente ibérica porque os espanhóis não foram capazes de defender suas Guianas (BOMFIM, 1930, p.75-76).

Esse sucesso militar do Brasil nascente, que em nenhum momento perdeu seu território para essas potências, teria tido uma importante influência na história destas. Em primeiro lugar, ao se proteger dos invasores, o Brasil protegeu o interior do continente e o restante das colônias espanholas na América do Sul – salvo o caso mencionado acima. Os holandeses que tomaram Pernambuco armaram aí suas esquadras que partiram para as Antilhas, e já se preparavam para partir em direção ao Amazonas e mesmo ao Chile se a insurreição dos pernambucanos não os tivesse impedido. Em segundo lugar, caso esses invasores fossem bem sucedidos no Brasil,

especula Bomfim, como não teria sido dividido o restante da América? Se a França Antártica do século XVI houvesse prevalecido, teriam os franceses colonizado o Canadá? E, indo além, o autor ainda se pergunta: o que não teria então ocorrido com a Inglaterra ao iniciar sua expansão tardiamente, no século XVII? O Brasil, na defesa intransigente de seu território, teria acabado por influenciar o equilíbrio de poder entre as nações européias.

Seria pueril vir discorrer: se os brasileiros não houvessem repellido eficazmente os primeiros ensaios dos ingleses; se não foram as suas vitórias sobre os franceses; se os holandeses houvessem ficado por aquele norte até o S. Francisco; o Norte da América seria assim... e mais assim... Conjecturas sérias não podem ir até as formas ulteriores. Mas, com toda a segurança, pode-se afirmar que: se o Brasil tivesse ficado aos que tentaram domínio nele, e aqui se fizessem fortes populações francesas, ou holandesas, ou inglesas, os destinos da parte Norte seriam necessariamente diferentes: em vez de uma América, ao Sul, inteiramente ibérica, a par de uma, ao Norte, com absoluta predominância de neo-ingleses, teríamos aspectos inteiramente diversos. Uma coisa podemos conjecturar, concretamente, com toda a firmeza: se tivesse prevalecido aquela França Antártica, de 1550, não haveria motivos para que o Canadá devesse ficar para os que hoje dão caráter à nação que lá prevaleceu. Aos franceses que fundaram o Canadá, com energias desbravadoras mais sensíveis que as dos ingleses vizinhos, não faltariam qualidades para realizar a sonhada França. Então, quais as conseqüências sobre os destinos da Europa? Com uma forte e florescente colônia nas abençoadas terras do Brasil meridional, a França de Richilieu abateria a Casa d'Áustria bem mais eficazmente, numa política ostensivamente ultramarina, e a França de Luiz XIV não se contentaria de contar triunfos em efêmeras vantagens no Reno e na Flandres... E a Inglaterra, que novas e formidáveis dificuldades não encontraria, chegada à última hora, em 1650, para tomar conta do mundo?... Seria tudo bem diferente... (BOMFIM, 1930, p.84)

Mas essa importância da tradição brasileira não pôde ser reconhecida pelos nossos próprios historiadores, lamenta Bomfim. Sob a influência do Estado português, o Brasil apenas tardiamente veio a conhecer a vida intelectual, que se restringia aos clérigos no período colonial. Foi inclusive no seio destes que o primeiro historiador da nação surgiu, Frei Vicente de Salvador, que teria reconhecido o verdadeiro valor e importância da pátria. Sua história, entretanto, teve de ser abafada para manter a tradição brasileira subjugada por Portugal. A história do Brasil, tal como foi concebida posteriormente, sob influência da dinastia de Bragança no período imperial, teria completado o processo de deturpação da tradição nacional. Se Bomfim situa, de um lado, Frei Vicente de Salvador como o primeiro historiador da tradição brasileira, de outro, opõe Varnhagen, que, sob o título oficial de “primeiro historiador do Brasil”, teria elaborado na verdade uma história “bragantina” do Brasil, aporuguesada, antibrasileira, para atender aos interesses do Império. Sua história oficial teria feito escola no Brasil, repercutindo em outros historiadores, alguns considerados por Bomfim

como curtos de análise, medíocres, e outros propositadamente mentirosos. E assim se explicaria, para ele, o porquê de, mesmo no período republicano, os brasileiros ainda desconhecerem a história de sua tradição nacional, os heróis que construíram o país, lutando contra estrangeiros, resistindo à opressão portuguesa, muito antes da Independência de 1822.¹

[...] como a tradição é fator essencial na afirmação da nacionalidade, o esforço se dirigiu explicitamente para aí: Portugal restaurado foi, desde o primeiro momento, o inimigo implacável da tradição brasileira; e a Casa de Bragança, para quem se fez a *restauração*, foi o principal condutor da deturpação e adulteração da nossa história nacional. O mal teve extensão de verdadeira calamidade porque, tudo conseguindo – até o assenhorear-se da independência do Brasil, os Braganças lhe impuseram a voz dos seus interesses – dinásticos e portugueses, realizando, finalmente, uma história contra a verdadeira tradição brasileira. [...] Houve, até, um qual ortodoxismo histórico, em correspondência com a política imperial, ortodoxismo que consistia, justamente, em dar corpo a tudo que pudesse valer como prestígio para os que exploravam essa pátria, contrariando mesmo, explicitamente, a expressão dos seus legítimos sentimentos, velando as verdadeiras glórias da sua história. Foi assim que a *Insurreição Pernambucana* deixou de ter significação, no silêncio em que a esqueceram, ao passo que se apuravam os opacos heroísmos no Prata; assim se criou a lenda mentirosa – de que “a unidade do Brasil foi resultado da independência com a monarquia bragantina, e que, autônoma, a nação se desencadeou em desordens e facções, finalmente dominadas pela força orgânica da política monárquica...” (BOMFIM, 1930, p.110, grifos do autor)

Bomfim considerava então que a “verdadeira” história brasileira ainda estava por ser escrita – sendo seu trabalho uma contribuição nessa tarefa. Além de Frei Vicente, haveriam algumas outras poucas exceções no reconhecimento da tradição nacional. Dentre os brasileiros, ele cita nominalmente Capistrano de Abreu – a quem admite grande admiração e julgava ser capaz de ser o possível autor dessa “verdadeira história do Brasil” (BOMFIM, 1930, p.137) – e João Ribeiro, a quem admira o trabalho, mas com menos empolgação. Além desses, Bomfim menciona várias vezes o nome de Carlos Maul ao longo do livro e, principalmente, o inglês Robert Southey, o autor mais citado em toda a trilogia, cujas observações sobre o Brasil considerava de grande competência e importância.

Dentre as deturpações da história brasileira, aquela que Bomfim considera a mais grave é a tese, mencionada na citação acima, de que a unidade do território nacional foi garantida pela presença da dinastia portuguesa no Brasil, primeiramente com João VI e em seguida com Pedro I, sem o qual à independência se seguiria inevitavelmente a fragmentação política, como nas repúblicas da América espanhola.

¹ Cf. “Os que fizeram a história do Brasil” in BOMFIM, 1930, p.109-138.

Essa versão da história brasileira, segundo o autor, negaria todo o processo de elaboração de nossa nacionalidade dos séculos XVI-XVII – apresentado no livro anterior –, não reconhecendo a unidade de tradição desses primeiros brasileiros e seus esforços solidários e unidos na defesa do território, no desbravamento dos sertões e na construção da nova sociedade. Argumenta Bomfim que não só essa unidade nacional já estava realizada no século XVII como o próprio Estado português o reconheceu, ao procurar fragmentar politicamente a colônia durante o restante do período colonial para melhor explorá-la. Em sua visão é antes o contrário que teria realmente ocorrido: sob a dinastia de Bragança, Portugal sempre contribuiu para a fragmentação política do Brasil, dividindo-o o máximo possível até o final do século XVIII e, no XIX, centralizando excessivamente o poder, primeiro no trono refugiado, e depois no Império. Essa centralização do poder na Corte, a partir de 1808, teria indisposto as províncias brasileiras à submissão a qualquer poder central – que se tornara opressor. Esse mal deixado no Brasil pela dinastia de Bragança, adverte Bomfim, se estendeu até o período republicano, onde dois estados da federação se revezam no poder para controlar os demais. Toda essa política portuguesa, conclui, plantou no Brasil a semente da discórdia entre as regiões brasileiras, dificultando a solidariedade e união patrióticas dos primeiros anos da tradição brasileira (BOMFIM, 1930, p.155-156, p.160 e p.162-167).

A mentira dessas histórias é mais irritante ainda porque, de fato, a independência de 22, longe de ser benéfica à unidade nacional, foi um motivo de divisão da Nação Brasileira, ao mesmo tempo que eram suplantados os verdadeiros apóstolos da emancipação do país, na realização de um regime livre. [...] E a Independência foi, finalmente, aquele embuste que nos obrigou a refazê-la, já agora em penosas complicações internas, e nos levará de novo a refazê-la, pois o verdadeiro obstáculo contra ela é essa infecção de que ainda sofremos. Há perversão substancial em afirmar-se – que foi a Independência, com a monarquia, que criou a unidade, quando essa já existia, como expressão mesma da nacionalidade, tão explicitamente patenteada. A unidade é francamente anterior aos feitos de 22, e tanto que um dos mais veementes motivos dos Paulistas, na sua representação de fins de 21 foi o – intentarem, as cortes, *desmembrar* o Brasil. (BOMFIM, 1930, p.160, grifos do autor)

Manoel Bomfim considera importante ressaltar que o patriotismo que ele defende não é caracterizado como xenófobo ou conservador, mas como um “egoísmo socialisante” (BOMFIM, 1930, p.170). O patriotismo seria a expressão e a defesa de uma tradição nacional, que se diferencia das demais. É através dele que as nações podem desenvolver sua vida social, que lhe é particular, e criar laços de solidariedade entre os indivíduos. A nacionalidade brasileira, mais especificamente, teria se

manifestado em diferenciação própria em contato com os portugueses. O contraste entre duas tradições que assim se opunham teria criado uma tensão que logo ficou clara no período colonial, entre brasileiros e reinóis portugueses, que tinham a seu favor o aparelho político-administrativo. O antagonismo que daí teria surgido se traduziu em conflitos de interesses que eclodiram nas lutas nativistas. Teria sido um antagonismo necessário para a manifestação plena da nacionalidade brasileira (BOMFIM, 1930, p.176).

Na idéia de que as populações brasileiras seriam desordeiras e desunidas, a história oficial do Império mentiu sobre o caráter dos brasileiros, de acordo com Manoel Bomfim, a fim de preservar a ordem autoritária imposta pela Corte. A defesa de uma ordem estagnante teria se tornado a partir daí um mote comum na vida política brasileira. Os políticos que posteriormente continuaram a defender a ordem, pela suposta indisciplina da população, nada mais estariam fazendo do que repetir os conceitos do Império em seu esforço de deturpação da tradição brasileira. A “ordem” defendida por essa classe dirigente, no Brasil, seria apenas a ordem da manutenção da exploração e das misérias, em que o povo continuaria excluído, resignadamente, da liberdade política e intelectual. Foi essa “ordem”, denuncia Bomfim, que manteve a população em peso na mais abjeta ignorância por todo o século XIX até o século XX. A população brasileira nunca teria sido desordeira, desconhecendo o “caudilhismo” e a dissidência. Ao invés disso, sempre temeu pela desordem na vida pública, e várias teriam sido as vezes em que grupos políticos abriram mão de suas causas para evitar uma guerra civil. A Abolição e a República, eventos dos quais se poderia esperar uma maior turbulência social, em nada teriam alterado o cotidiano da sociedade (BOMFIM, 1930, p.231-232). Aliás, Bomfim chega a lamentar o excesso de zelo do brasileiro pela manutenção da ordem, que a política portuguesa soube explorar tão bem, prevenindo insurreições e eliminando as lideranças nativistas quando já não havia mais risco de sublevação. Em sua opinião, o progresso de uma sociedade necessita de renovação social que, se for criativa, não significa “desordem”, mas uma necessária reorganização da sociedade. A “desordem”, para ele, está na manutenção de um estado social tal que impeça todo o desenvolvimento da população, como ocorria no Brasil.

[...] como o trono se plantou contrariando as mais puras tradições nacionais, para justificar-se, teve de insistir no sistema de mentiras e calúnias com que, por longo tempo se infamou o Brasil, reduzindo-o a nação turbulenta, a desfazer-se em facções, pronta a fragmentar-se, se não fora a monarquia, que lhe deu unidade... Ora, nunca houve facciosismo, nesta pátria, nem foram tantos os movimentos armados, ligados à vida incerta dos primeiros tempos,

que dessem o espetáculo de um *país em desordem*. Apesar de toda a nefasta influência da política portuguesa, votada aos seus interesses e a perturbar profundamente a vida deste país, nunca o Brasil deixou de portar-se como explícita unidade nacional. [...] Se, em qualquer momento, ele pecou, foi no excesso de mansidão com que suportou o ludíbrio da *Independência*, conspurcada, quando já era uma realidade. (BOMFIM, 1930, p.261, grifos do autor)

Após essa reavaliação dos pontos que considera mais deturpados na história brasileira, Bomfim passa a abordar a degradação da política portuguesa e sua reprodução no Brasil. Novamente retoma a tese de que a mesma tradição nacional que levou os portugueses a conquistarem os oceanos, se realizando no comércio das Índias, se degenerou em puro interesse mercantil, particularista. A história da nação portuguesa teria sido um caso de ascensão acelerada seguida de decadência acelerada. Uma vez realizadas as conquistas ultramarinas, coube a Portugal apenas a satisfação imediata da riqueza que aí obtiveram. Quando o Estado português passou a dirigir todos os seus esforços unicamente para a exploração comercial das colônias, a própria população portuguesa, vendo no comércio o único meio possível de sustento, teria se dedicado também à mesma exploração. Para Bomfim esse momento marca o abandono de todas as outras atividades da nação portuguesa: já não havia mais produção intelectual ou artística, nem uma motivação nacional a ser realizada, mas apenas o comércio e a obtenção de lucros.

A vida nacional [portuguesa] se fazia numa economia monstruosa – a ostensiva exploração tributária das colônias, a mercancia exclusiva, em forma de rapacidade, exercida pelo Estado mesmo; um excesso de poder, do Estado rico e desmedidamente engrandecido, convertido finalmente em máquina de colher e distribuir tributos e riquezas... Que regime social e político se fazia, então, ao simples povo? Nem instrução, nem qualquer educação cívica, nem indústria, nem lavoura... E a Nação era um corpo de dirigentes abjetos, sobre uma massa ignara, reduzidos, os que se resignavam a ficar na terra, a viver das sobras – dos tributos e da rapinagem; os outros dos ganhos sórdidos, na mercancia das colônias. (BOMFIM, 1930, p.274)

O maior mal produzido pela riqueza das Índias em Portugal foi para Bomfim o efeito degenerativo que ela teria causado na Corte portuguesa. Com uma opulência sem limites, oriunda da exploração fácil das colônias e da tributação da atividade mercantil, os reis portugueses teriam perdido gradativamente seu valor, insensíveis à realização de qualquer motivo mais elevado para a nação do que o lucro. Com relação a esse lucro, o autor ressalta que o mais lamentável era a sua origem, que não exigia nenhum esforço nem por parte do Estado português nem por parte dos comerciantes, resumindo-se à diferença de preços entre compra e venda. Esse dinheiro fácil teria sido a ruína da dinastia de Avis na mão dos espanhóis, pois mesmo a fidalguia portuguesa já não se

preocupava mais com os destinos da nação conquanto seus interesses comerciais fossem preservados (BOMFIM, 1930, p.277-290).

Desviado desde cedo, no próprio surto de heroísmo, para o puro mercantilismo, Portugal aí absorveu todas as suas energias e capacidades: foi apenas *comerciante*. E, negociante, explorador de um comércio privilegiado, teve que ser um comerciante incompleto, mau por conseguinte, que só conheceu sucessos em virtude desse mesmo privilégio, por sobre forte pertinácia, e muita sordidez. [...] Com isto, o Português, que, no mundo moderno nunca chegou a ser um verdadeiro produtor, também nunca foi um bom negociante, e ainda degenerou como negociante: cristalizou-se em revendedor retalhista, na lide rudimentar – comprar o que é corrente, fixar a *marginem*, vender... (BOMFIM, 1930, p.292, grifos do autor)

A libertação de Portugal do domínio espanhol, sob a dinastia de Bragança, marcaria o agravamento de sua decadência. Após a Restauração do reino, perdida grande parte de suas colônias, logo a necessidade de explorar o máximo possível das riquezas do Brasil – que se encontrava em plena expansão – teria se tornado nítida. É quando o Estado português, aponta Bomfim, assume a condição exclusiva de parasita, criando todos os mecanismos possíveis para assegurar a exploração de sua melhor colônia, da qual necessita, para sobreviver sem nenhum esforço próprio. A colônia é fragmentada politicamente, excessivamente tributada, sujeita a monopólios comerciais impostos pelas companhias de comércio, e sua população obrigada a aceitar o domínio autoritário de representantes do reino interesseiros e comerciantes reinóis exploradores. A tensão entre brasileiros e portugueses ganha visibilidade e, quando a tradição brasileira tenta se afirmar, em diferenciação à degradação portuguesa, é violentamente reprimida e sufocada. O primeiro exemplo desse conflito, que se expressa como conflito de interesses comerciais, é a Revolta dos Mascates de 1710, no Recife. Bomfim lamenta que os historiadores brasileiros vejam no evento apenas uma disputa comercial, não compreendendo que representavam os mascates os reinóis exploradores, que pretendiam monopolizar o comércio dos brasileiros de Pernambuco. Os brasileiros teriam tentado resolver a questão de maneira honrosa, acreditando mesmo que haviam conseguido vencer os interesses dos reinóis, mas a força do Estado português prevaleceu, por fim, garantindo o sucesso dos mascates portugueses, em um flagrante desrespeito à “nobreza da terra” de Pernambuco, e perseguindo posteriormente os líderes do movimento que tentou resguardar os direitos dos brasileiros. Foi, para Bomfim, a prova da oposição entre Portugal e o Brasil, deixando na população valente de Pernambuco, que há poucas gerações havia expulsado os holandeses do Brasil, a desconfiança que a levaria a novas revoltas (BOMFIM, 1930, p.386-391).

Na mesma época, o outro centro da nacionalidade brasileira sofria também um duro golpe do Estado português. Descobrimo o ouro das minas, os paulistas atraíram a atenção do reino para o sul do Brasil, que foi rapidamente ocupado por grandes levas de forasteiros, os emboabas, motivados pela riqueza do ouro que eles não haviam descoberto. Até então eram os paulistas os senhores da riqueza das minas, mas, inferiores numericamente aos emboabas que chegavam, foram vítimas de traição semelhante à sofrida pelos pernambucanos. A guerra que eclode entre paulistas e emboabas tem um desfecho trágico em 1709, quando os paulistas, dispostos a negociar a paz, são chacinados. Mais uma vez, de acordo com Bomfim, não se tratou de mera disputa pelo ouro, mas da oposição entre brasileiros e portugueses. Assim como em Pernambuco, nas minas serão os emboabas – que a princípio desrespeitaram as leis – os vencedores, perdoados e auxiliados pelo Estado português. Do resultado desse conflito a capitania foi dividida, afastando de vez a influência dos paulistas sobre o ouro que haviam descoberto e implantando nas minas um regime administrativo montado exclusivamente para a extorsão tributária, sob controle da Coroa portuguesa. A exploração permanece ao longo do século XVIII, e tem sua vitória definitiva com a denúncia dos Inconfidentes em 1789 e o esquartejamento de Tiradentes (BOMFIM, 1930, p.406-409).

São casos, para Manoel Bomfim, em que os brasileiros tentaram defender seus interesses nacionais e foram logo sufocados por Portugal, através de uma administração corrupta e autoritária da colônia. O caso mais exemplar, para o autor, e que mais merece destaque, é a revolta de 6 de março de 1817 em Pernambuco, quando a Corte portuguesa já se encontrava aqui, com todo o poder de que dispunha então. Teria sido uma revolta plenamente brasileira, contrária aos interesses portugueses, de conotação política, republicana e anti-escravocrata. A data, para o autor, é motivo de luto nacional, muito mais importante do que a falsa Independência de 1822.

Marco iluminado do nacionalismo brasileiro, dissemos da revolução de *dezesete*. Sim; porque em vão procuraríamos na nossa história motivo de maior glória. Mesmo perdendo, os homens que se levantaram em Pernambuco, definem-se como apóstolos e heróis. [...] Na lóbrega e mentida democracia em que estamos, a sombra que o Império lançara sobre aqueles feitos se tornou mais espessa, na camada de ostensivo esquecimento em que os deixam. [...] Para os que compreendem a extensão da desgraça, *seis de março* é o dia de *luto santo*, motivo de longínqua esperança, no pensamento de que, quando um povo inclui na sua história páginas daquelas, tem o direito de esperar, mesmo quando todo o ambiente cheira à podridão. (BOMFIM, 1930, p.409-411, grifos do autor)

Manoel Bomfim considera que o erro dos revoltosos teria sido o de terem confiado, pelo zelo da possível conciliação, nos portugueses que supostamente aceitaram o levante para depois traírem os insurrectos. A resposta portuguesa foi dura: perseguição, execução e degredo dos líderes e participantes, além da humilhação que a população de Pernambuco foi obrigada a sofrer nas mãos dos soldados portugueses. Em todas essas revoltas, o autor acusa os historiadores brasileiros de curta visão, ao verem-nas apenas como disputas localistas, despreocupadas com a causa nacional. Esses historiadores estariam apenas repetindo a deturpação da tradição nacional elaborada pelos historiadores oficiais do Império.

A migração da Corte portuguesa para o Brasil marca, de acordo com o autor, a decadência completa da dinastia de Bragança, e a “infecção” completa da nação brasileira. D. João trouxe com ele, em 1808, o pior da nação portuguesa: os “parasitas” do Estado. Foi um atestado de covardia e de submissão à Inglaterra, por parte da Coroa portuguesa, e sufocou de vez a expressão da nacionalidade brasileira (BOMFIM, 1930, p.463-473). Se com a Corte aqui instalada os pernambucanos foram capazes de organizar um levante republicano, o que não teria ocorrido no Brasil do início do século XIX sem a internalização do Estado português no Brasil? Não restavam dúvidas nos portugueses de que o Brasil inevitavelmente se tornaria livre e, conscientes disso, armaram a falsa independência, através da qual pretendiam garantir o Brasil para os seus.

O processo de independência brasileiro, sob a monarquia da dinastia de Bragança, é dos mais lamentáveis para Bomfim. Teria sido um engodo que atrapalhou a nação a se realizar em sua tradição legítima. A Revolução do Porto e os subsequentes embates nas Cortes portuguesas teriam revelado a contradição explícita entre brasileiros e portugueses. Como era também inimigo das Cortes, D. Pedro soube se aproveitar da situação, atraindo para si os brasileiros na causa da independência. O “dia do fico” na verdade marcaria o dia em que Portugal *ficou* no Brasil (BOMFIM, 1930, p.501). Bomfim aponta nesse processo, também, a influência dos brasileiros traidores de sua tradição – já acostumados ao procedimento político dos portugueses. Através das cartas de D. Pedro, o autor denuncia o explícito interesse do príncipe em resguardar o Brasil para a influência de Portugal, evitando que os brasileiros realizassem por si a independência. Só não teria sido completamente bem-sucedido na tarefa pela ação de José Bonifácio, que apesar de não ser muito elogiado por Bomfim, já que era monarquista e antiliberal, agia, pelo menos, de acordo com os interesses brasileiros,

rejeitando o projeto original dos portugueses aqui instalados (BOMFIM, 1930, p.507-521).

E assim se conclui, para Bomfim, o processo de “infecção” que sofreu a nacionalidade brasileira, do qual continuou sofrendo até os dias republicanos. O primeiro governo “brasileiro”, monarquista e escravocrata, governado por um Bragança, teria sido a rejeição de toda a tradição brasileira, em favor dos portugueses para cá emigrados (BOMFIM, 1930, p.514-515). Os brasileiros ainda se levantariam contra esse governo e suas sucessivas atitudes antibrasileiras. A oposição é, desde a Independência, francamente republicana. As reivindicações abolicionistas já existiam. Pernambuco, ainda que duramente atacado em 1817, se revolta novamente em 1824. O próprio D. Pedro não resistirá no poder, se retirando em 1831. Mas, apesar disso, lamenta Bomfim, o mal já estava feito, e a “infecção”, que deveria ter sido expelida juntamente com a monarquia em 1822, encontrará novas formas de se refazer e permanecer na vida política brasileira – entravando o desenvolvimento da nação até mesmo no século XX.

Prosseguimos porque o mundo nos arrasta, mal obtendo com que nutrir a incapacidade dos dirigentes em quem se perpetua a classe aqui deixada pelo Bragança. Em verdade, conduz-nos ainda o espírito de Coimbra. Então, reconhecer esta verdade, é o primeiro lance, na obra revolucionária que desafogará a Nação Brasileira da onda que a submerge. Será a própria consciência da nossa condição como povo. (BOMFIM, 1930, p.527)

Dando continuidade à interpretação histórica de *O Brasil na América*, Bomfim demonstra em *O Brasil na História* como, a seu ver, a tradição nacional brasileira que procurara resgatar no livro anterior teria sido abafada pelo Estado deixado no Brasil pelos portugueses. O autor procura ressaltar como a opressão exercida por Portugal sobre as reivindicações nacionais dos brasileiros teria se repercutido nas narrativas históricas sobre o Brasil. A tradição nacional brasileira, formada no período colonial, teria constantemente lutado pela sua libertação de Portugal, opondo-se à monarquia, ao absolutismo e à escravidão. A Independência, porém, foi usurpada pelo maior representante dos interesses portugueses no Brasil, e a historiografia elaborada pela monarquia apagou, na história brasileira, os valores nacionais daquela tradição que Bomfim resgatara em *O Brasil na América*. Tradição que Bomfim afirma ter se caracterizado como republicana, liberal e abolicionista, na medida em que era cada vez mais oprimida pela tradição portuguesa no Brasil.

São exatamente os valores que Oliveira Vianna considera “exógenos” à sociedade brasileira. Enquanto Vianna via na monarquia, no absolutismo centralizador e na escravidão o Estado ideal para a sociedade, responsável por construir a nação,

Bomfim via nesses elementos a internalização definitiva da exploração herdada dos portugueses, perpetuada pelas elites privilegiadas que se apropriaram do poder. Bomfim ressalta inclusive a diferença fundamental entre as duas interpretações históricas: a da necessidade da monarquia para a manutenção da unidade territorial da nação, que considera a maior das mentiras inventadas pela historiografia monarquista. A diferença entre os dois autores que se manifestara em *O Brasil na América* segue aqui sua conclusão lógica. Se para Bomfim a nacionalidade brasileira já havia se formado no período colonial como sentimento coletivo e solidário de suas próprias necessidades, a solução monárquica da Independência só poderia representar, em sua narrativa, uma derrota da expressão completa dessa nacionalidade. Vianna, não vendo na sociedade colonial a formação de qualquer coletividade nacional, vê a monarquia, e principalmente a figura do Imperador, como responsável pela construção de uma nação unificada. É contra essa leitura da história brasileira que Bomfim procura ressaltar como o projeto alternativo de Independência, manifesto plenamente na Revolução de 1817, não teria um caráter separatista e fragmentador, desejando apenas derrotar a internalização da monarquia portuguesa no Brasil.

A interpretação que os dois autores fazem da formação do Estado brasileiro a partir daí torna-se radicalmente distinta. Oliveira Vianna adota a perspectiva do Estado e de sua necessidade de se impor sobre os projetos liberais para garantir a unidade nacional. Manoel Bomfim considera inconclusa a Independência, adotando a perspectiva dos projetos liberais que para ele representavam os anseios verdadeiramente nacionais. E é nesse sentido que sua narrativa histórica sobre o Brasil se conclui em *O Brasil Nação*.

2.5. O anseio revolucionário da tradição nacional brasileira

Com o terceiro livro de sua trilogia, *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira* (1931), Bomfim encerra sua narrativa histórica sobre o Brasil, ligando as interpretações que havia feito nos livros anteriores à situação política do período republicano que vivia. Como os dois livros anteriores, esse também é dividido em duas partes: “seqüências históricas”, em que aborda como a tradição política deixada pelos

portugueses no Brasil se refez nas novas instituições políticas; e “tradições”, onde procura compreender como a tradição nacional brasileira se expressou e tentou se efetivar sob a opressão política aqui instaurada. Sua reflexão, nesse livro, diz respeito à evolução das instituições políticas brasileiras a partir da Independência e da “infecção”, nas elites políticas brasileiras, da tradição política portuguesa. Deixando transparecer uma influência de Marx em seu pensamento, desde o início Manoel Bomfim deixa claro compreender a sociedade a partir da tensão entre uma classe de dirigentes privilegiados que se apropriam dos frutos do trabalho social e a população geral, trabalhadora e produtiva, porém espoliada por esses mesmos dirigentes. Estes, na dinâmica das sociedades apontada por Bomfim, representam todo o arcaísmo e conservadorismo da sociedade, resistindo, na defesa de seus privilégios, às necessárias mudanças em direção a uma sociedade mais justa (BOMFIM, 1996, p.38-51). A intenção de Bomfim é compreender o desenvolvimento dessa tensão no Brasil, que teria se expressado como um conflito entre duas tradições políticas antagônicas, a brasileira, democrática e solidariamente nacionalista, e a exploratória, herança da tradição política portuguesa que a partir de 1822 teria passado a ganhar vida própria no Brasil.

O livro se inicia com uma reflexão dos desenvolvimentos da Independência, que, apesar de ter sido realizada pelos interesses da dinastia de Bragança, Bomfim considera expressão dos anseios nacionais, que já não poderiam mais, no século XIX, aceitar o domínio português direto sobre o Brasil. Como já havia colocado no livro anterior, Bomfim considera D. Pedro um “embusteiro”, que de declarado opositor à independência acabou se tornando seu agente realizador, roubando para seus propósitos políticos pessoais o que deveria ter sido uma livre manifestação da nacionalidade brasileira. O ano de 1822 é por ele considerado o ano da primeira revolução brasileira, em que nossa tradição pôde realizar, ainda que não completamente, seus anseios. Sem a manobra política de D. Pedro, ali mesmo teria sido proclamada a República e a Abolição. Essa mudança de posição de acordo com a conveniência do momento e dos interesses pessoais, tal como praticada por D. Pedro, é apontada por Bomfim como um dos maiores exemplos da tradição política portuguesa deixada no Brasil, e que “contaminará”, a partir de seu governo, as classes dirigentes brasileiras. O objetivo de D. Pedro teria sido apenas o de esperar o momento propício para a reunificação com Portugal, a quem ainda jurava lealdades a D. João VI através de cartas. Por isso, Bomfim explica, logo após garantir para si o trono do Império brasileiro, foi necessário a D. Pedro trair o mesmo impulso nacional e os grupos políticos que lhe confiaram o

poder, impedindo a primeira manifestação política plenamente brasileira ao dissolver a Constituinte de 1823 (BOMFIM, 1996, p.87-93).

A Constituinte era, de acordo com Bomfim, um aspecto essencial no Brasil desejado pelos brasileiros que apoiaram D. Pedro pela promessa da realização de uma monarquia propriamente constitucionalista, em que tradição liberal brasileira poderia se realizar, em contraste com o autoritarismo absolutista do Estado português. Sua dissolução, seguida da outorga da Constituição de D. Pedro em 1824, teria sido o golpe que revelou aos brasileiros as verdadeiras intenções do imperador. Bomfim chama atenção para as modificações realizadas por D. Pedro na carta constitucional que vinha então sendo preparada, concentrando o máximo de autoridade possível no Poder Moderador, e eliminando todos os dispositivos legais que distinguiam brasileiros de portugueses e que impediriam a D. Pedro herdar o trono português enquanto fosse imperador do Brasil (BOMFIM, 1996, p.72-75).

O motivo da dissolução da Constituinte não poderia ser um simples motim de tropas, mas a absoluta divergência – entre os interesses brasileiros, que a inspiravam, e os interesses lusitano-bragantinos, corporificados no imperador. [...] ficou patente o corpo de delito do crime: a Constituinte estava a fazer uma obra política não condizente com os planos de *reu-niã* [sic] e despotismo de Pedro I, e este eliminou-a, antes que ficasse acabada e conhecida a constituição. [...] a constituição outorgada de 1823, ao Brasil, reproduz formalmente o projeto da Constituinte, com, apenas, estas três diferenças sensíveis: a) Foi eliminada a disposição que proibia explicitamente ao imperador *aceitar a coroa de Portugal*, para acumulá-la com a do Brasil; b) Foi eliminada, também, a disposição que fazia da Cisplatina, apenas, um Estado federado ao Brasil [...]; c) Ampliou-se desmesuradamente o poder do trono e do senado vitalício, ao mesmo tempo que se podavam atribuições importantes da Assembléia dos deputados. Para completar a obra, elevou-se o poder do imperante, sob a forma de *poder moderador*, sobre os outros poderes, e cercearam-se, destarte, liberdades essenciais num regime representativo e democrático. (BOMFIM, 1996, p.73-74, grifos do autor)

Para o autor, essa Constituição preparada por D. Pedro foi a negação dos pontos mais importantes para os brasileiros. A divisão política no primeiro reinado seria, a partir daí, entre os portugueses residentes no Brasil, que gozavam de títulos e influência na Corte, sendo protegidos por D. Pedro, e os brasileiros, liberais e muitos declaradamente republicanos, insatisfeitos com a Constituição do Império. Pernambuco, que para Bomfim foi sempre o pólo em que a nacionalidade brasileira melhor se expressou, ainda que há pouco derrotado em 1817, se rebela novamente – dessa vez contra o Imperador – na Confederação do Equador. Seria mais uma vez a expressão de um projeto político de acordo com a tradição brasileira: liberal, republicano e anti-escravocrata (BOMFIM, 1996, p.81-85).

Mas a oposição política a D. Pedro não teria se restringido a apenas parte do país, sendo na verdade generalizada, de acordo com o autor. A prova disso estaria na composição da Assembléia Legislativa de 1826, em sua grande maioria liberal e oposicionista – em contradição com o Senado, composto apenas pelos escolhidos do imperador, os portugueses e brasileiros da Corte, elevados ao status de “marqueses”. Sem autorizar o funcionamento da Assembléia, argumenta Bomfim, D. Pedro provavelmente não teria conseguido impedir uma ação mais radical por parte da oposição para removê-lo do poder. O autor ressalta ainda o caráter muitas vezes radical e assumidamente republicano com que vários deputados se dirigiam à Assembléia, o que, em um regime monarquista, demonstraria a base política que a oposição dispunha no país. A constante mobilização política da oposição teria progressivamente animado a população brasileira contra a política do imperador, que teria explicitado cada vez mais sua proteção aos portugueses e brasileiros conservadores da “marquesada”. A intensificação desse sentimento anti-português, para Bomfim, se tornou completamente incompatível com a política de D. Pedro, que acabou abdicando do trono para que a revolução republicana não se efetivasse, retornando em seguida a Portugal, onde ainda pôde reinar novamente (BOMFIM, 1996, p.121-134).

A Abdicação de D. Pedro em 1831 – pressionada pela oposição da Assembléia – é considerada por Bomfim a segunda revolução brasileira, onde a tradição nacional novamente se realizou livremente e se refez, expulsando do Brasil o mal herdado de 1822, o imperador. Mas, assim como em 1822, a revolução de 1831 também ficou incompleta por não ter derrubado, juntamente com o imperador, a própria instituição monárquica e sua base de sustentação, a escravidão. O motivo, para o autor, era o grau de “infecção” que D. Pedro havia deixado na política: a divisão dos brasileiros entre “moderados” e “exaltados”, que na verdade seria entre conservadores e republicanos, impediu que a revolução se completasse. Na disputa de poder que se seguiu à Abdicação, parte dos liberais teria se deixado seduzir pela posição vantajosa que se encontravam, e com o apoio da “marquesada” se indispuseram contra os exaltados, conservando a monarquia e a estrutura de poder conservadora. O período regencial, para Bomfim, foi a época em que o “bragantismo” se refez na política brasileira, se aproveitando da disputa política entre os liberais. Com a derrota dos exaltados os conservadores puderam retornar ao poder e os liberais, entregues à “moderação”, teriam passado a repetir a política “bragantina”, abrindo mão de seus ideais, aceitando em seu meio os conservadores e eles mesmos mudando de posição com frequência, de acordo

com a conveniência política. Para Bomfim foram os conservadores, muitas vezes se apresentando como liberais, os responsáveis pelas revoltas políticas do período regencial, agora já marcadas por interesses particulares. Teria sido a completa anulação dos ideais políticos na vida política brasileira, desfechando-se com a contradição dos supostos liberais organizando o golpe da maioria em favor de Pedro II que, continuando a tradição “bragantina”, os traiu uma vez que assumiu o controle da nação (BOMFIM, 1996, p.157-160).

[...] o característico, de toda essa prolongada decadência, está em substituírem-se os motivos de princípios e crenças políticas, por *nomes*, isto é, motivos puramente pessoais. [...] De 1842 em diante, a política brasileira é aquele charco, revolvido pela mão do imperante a fingir de parlamentarismo, a elevar e descer os partidos de mentira, e que só se distinguem nas cabeças [...]. Por fora, alteiam-se e ressoam vozes de poetas, abre-se a campanha abolicionista, agitam-se republicanos e federalistas... Tudo sem ligação com a política propriamente dita. E assim, impondo-se à deficiência dos políticos profissionais, faz-se a Abolição, proclama-se a República... (BOMFIM, 1996, p.159, grifos do autor)

O 2º reinado seria então o momento em que a tradição “bragantina” se consolida definitivamente no Brasil, tal como uma “crosta”, de acordo com Bomfim, sufocando a tradição nacional brasileira, após a derrota das últimas revoltas liberais na década de 1840. O reinado de Pedro II se resumiria a um parlamentarismo fictício, em que o imperador tinha a primeira e a última palavra na política do país, e os partidos que se revezavam no poder não defendiam nenhum princípio político. Políticos servis e interesseiros teriam passado a sustentar o poder do imperador em busca de privilégios particulares, e as diferenças entre liberais e conservadores passaram a ser meramente pessoais. A vida política brasileira teria se tornado tão repulsiva à tradição nacional durante o segundo reinado que, lamenta Bomfim, todo sentimento político e nacional teve de se expressar fora das disputas políticas do império, que enojavam as pessoas de valor. A vida pública, no Estado brasileiro, teria se tornado um meio de sustento de uma classe de “parasitas” – tal como ocorrera em Portugal em sua decadência – que mantinham a estrutura de poder inalterada para garantir sua posição. O favor pessoal do imperador era tudo que os partidos e os políticos desejavam. Bomfim é extremamente crítico com relação ao 2º reinado, destacando a herança que ele deixou para a nação brasileira: a degradação da política em face dos interesses pessoais das classes dirigentes, a valorização do servilismo e clientelismo políticos, o abafamento das aspirações democráticas nacionais, a vergonhosa manutenção da escravidão até os finais do século XIX, a abjeta ignorância e o analfabetismo da população brasileira, a criação

de inimizades no continente sul-americano e o criminoso extermínio do povo paraguaio.¹

Mas Bomfim é otimista com relação à nacionalidade brasileira e destaca que, mesmo estando esta oprimida pela política bragantina, a expressão patriótica encontrou seus meios de se fazer sentir. No auge do 2º reinado, quando a política era hostil a princípios políticos, Bomfim ressalta a poesia lírica e o romantismo brasileiro, expressões genuínas da nacionalidade, em contato direto com os sentimentos do povo, e por este prontamente bem recebidos. Foi a expressão cultural da nacionalidade brasileira que, nas letras, pôde exprimir os sentimentos nacionais sem temer a perseguição política. Os poetas do século XIX teriam encontrado um modo brasileiro de se referir à nação, reconhecendo o valor do Brasil em sua terra e sua gente, em sua natureza e nos índios, e criticando abertamente a decadência da vida pública brasileira e do negreirismo arcaico que só vigorava ainda no Brasil (BOMFIM, 1996, p.292-295).

Ao passo que os políticos do segundo Império desconheciam as necessidades nacionais, e esqueciam, e ou desprezavam a índole das populações, a poesia apoderava-se de umas e de outras, a revelar os grandes problemas nacionais em acordo com o gênio da nação, e, com isto, abalou convicções, criou desígnios, abateu preconceitos, forneceu motivos morais, abriu perspectivas de conforto espiritual, como a revolver o ambiente ideal da pátria. E houve essa quadra em que só os poetas tinham voz de originalidade. De fato, no Brasil, só a poesia tem sido pensamento original, só a poesia tem sido a legítima voz da nacionalidade. [...] Quem quiser a impressão exata de fato, compare o simples pensamento, num Gonçalves Dias, ou Álvares de Azevedo, e o amontoado em que se despejou o lixo que eram as idéias do mundo político circunstante: contempla-se um jardim no cerco dos quintais. (BOMFIM, 1996, p.294-295)

Para Bomfim, esses sentimentos nacionais, republicanos, em direção a uma sociedade livre e justa, são antigos no Brasil, e se manifestaram nas revoltas populares já mencionadas nos livros anteriores. Desde o início do século XIX, já se desejava no Brasil, de acordo com ele, a República e a Abolição. Teriam sido quatro as revoluções brasileiras, movimentos de expressão da nacionalidade: a Independência, a Abdicação, a Abolição e a República. Todas, porém, teriam sido falhas porque “incrúentas”, poupando a classe dirigente dos governantes. Bomfim ressalta também a capacidade das elites políticas brasileiras de se aproveitarem do caráter ordeiro dessas revoluções para permanecerem no poder. Em todas as quatro, as reivindicações políticas eram sensivelmente inadiáveis, e as classes dirigentes inevitavelmente seriam obrigadas a ceder, pacificamente ou pela força. Conscientes disso e, na realidade, não preocupadas

¹ Cf. “O acervo do Império”, in BOMFIM, 1996, p.227-279.

com a defesa de nenhum ideal político, essas elites teriam sempre se mostrado prontas a transigir com os opositores quando sabiam que a vitória era impossível, se adaptando ao novo momento – mudando de posicionamento político – e se inserindo novamente na vida política brasileira. Tal teria sido o caso da Abolição – a terceira revolução brasileira –, adiada o máximo possível pelos políticos do Império. As reivindicações abolicionistas eram antigas, anteriores mesmo à Independência, e ao longo do século XIX a população brasileira e o restante do mundo já teriam compreendido a inumanidade da escravidão, além dos entraves sociais e econômicos que ela gerava. Ainda assim, os políticos brasileiros só abriram mão de sua manutenção quando o exército passou a apoiar a causa abolicionista, deixando claro que não haveria mais modos de se sustentar o regime escravocrata. Bomfim levanta sobre esse ponto uma questão assustadora a respeito do caráter das elites brasileiras: se elas resistiram à Abolição até 1888, quase no século XX, por quanto tempo mais não desejariam elas ter preservado a escravidão no Brasil (BOMFIM, 1996, p.365-371 e p.397-403)?

As quatro revoluções que marcam o estágio da evolução nacional passam, todas, como vitórias incruentas, definitivas... e falhas. Como correspondiam às necessidades essenciais e inadiáveis, pronunciaram-se em movimentos desde logo triunfantes, sem possibilidade de resistência efetiva. Nem houve, mesmo, por parte dos conservadores, o pensamento de reagir francamente, imediatamente. Destarte, *Independência, Abdicação, Abolição, República* foram mudanças irreformáveis e definitivas quanto aos motivos ocasionais e imediatos, como foram vitórias falhas quanto às causas essenciais dos males a curar. (BOMFIM, 1996, p.365, grifos do autor)

A República de 1889, última revolução brasileira de acordo com Manoel Bomfim, teria realizado outro anseio nacional antigo, abafado a golpes duros durante o século XIX. A tradição brasileira republicana teria sido tão silenciada pelo “bragantismo” que a propaganda republicana que se inicia na década de 1870 teria sido tão fraca e conservadora – em comparação com o que se vivia no restante do mundo – que foi até tolerada pelo regime imperial. Suas reivindicações nada guardavam das revoltas republicanas brasileiras, remontando no máximo aos projetos políticos de 1831, já tão transigentes com o conservadorismo do país. O sucesso dos republicanos, de acordo com o autor, deveu-se aos anseios democráticos já presentes na população e à campanha abolicionista que lhe foi contemporânea, já que as duas causas não poderiam ser completamente separadas. Quando o exército pressionou o Império a favor da Abolição, teria se tornado claro que faria o mesmo com a República. Além disso, o próprio regime monárquico do Brasil já se encontrava desgastado, não tendo meios de se reproduzir em um 3º reinado, já que não se esperava que D. Pedro II vivesse ainda

por muito tempo. Bomfim ressalta a fragilidade do ideal monarquista no Brasil, uma vez que o regime foi derrubado quase que por acidente, pelo envolvimento político do exército em uma questão do gabinete imperial. Da parte da população, não se ensaiou nenhuma tentativa de defesa do imperador, o que comprovaria sua impopularidade (BOMFIM, 1996, p.409-417).

A quase totalidade, não da nação, mas dos incluídos nas classes dirigentes, era de futuros adesistas, sem preocupações de lealdade à monarquia. A prova dessa ausência de lealdade, é o sr. Nabuco quem a dá, quando no-los mostra, aproveitando as dificuldades que os republicanos causavam ao regime, engrossando com os seus ataques, de ambiciosos e desleais, a própria campanha dos republicanos. [...] Um outro liberal adiantado, também elegante em não aderir à República, o sr. Afonso Celso, hoje conde, [...] levou a sua elegância ao ponto de afirmar: "...raízes e tradições republicanas é o que nos falta...". [...] Antecipadamente, Silva Jardim lhe deu resposta, quando acentua que não houve brasileiro a morrer pelo rei, ao passo que muitos afrontaram a morte pela República. (BOMFIM, 1996, p.411-412, grifos do autor)

Mas, assim como nos outros momentos revolucionários brasileiros, a revolução republicana teria sido incompleta, ao novamente poupar a classe dirigente brasileira. Políticos que até o fim do regime mantiveram-se monarquistas, com a queda da monarquia, tornaram-se todos republicanos, e permaneceram na vida política brasileira. O conservadorismo da classe política, denuncia Bomfim, manteve-se intocado, e logo perverteu os ideais que deveriam ter sido realizados juntamente com a República, contaminando esta com a tradição "bragantina" (BOMFIM, 1996, p.422-427).

Foi muito fácil a República, porque os que lhe fechavam o caminho nada significavam; mas guardavam esses caminhos por onde ela tinha de prosseguir, e, na essência das qualidades e dos recursos próprios, eles que nada haviam dado para a defesa das instituições [monárquicas] de onde vinham; eles, que já tinham criado as condições – questões militares, escravocratismo... eles, que deram os motivos imediatos para a condenação do trono; eles, em quem se encontrava a ideologia da política nacional, deram os moldes da insignificante propaganda republicana; e, na hora, vieram em enxurrada para a mesma República – para o mandonismo abjeto de sempre, mais abjeto, ainda, pois que lhe falta o critério fictício do mandão supremo. Desta sorte, todas as insuficiências e misérias da República têm a mesma razão: as misérias e insuficiências de sempre; a péssima qualidade da classe dirigente, nunca apurada, nunca renovada, desde a penúria mental dos primitivos coimbrenses. (BOMFIM, 1996, p.427)

Bomfim condena absolutamente a República em que viveu. Acusa seus governantes de corruptos e mesquinhos. Governam apenas pelo interesse material, pragmáticos para aumentar as rendas da nação, que saqueiam para seu sustento particular. Ineptos, teriam se mostrado incompetentes para desenvolver o país (BOMFIM, 1996, p.471).

Impostos que decuplicam em cinco anos, serviço de empréstimos, criminosamente consumidos, moeda depreciada, reduzida ao décimo do

valor... com isto se consome toda a economia que o trabalho brasileiro vai fazendo. E o Brasil a envergonhar-se do nome de *caloteiro* que os seus governantes lhe fazem, e esses a sobrecarregarem as gerações futuras com tudo quanto desbarataram dos empréstimos, quando em benefício delas nada fizeram – nada, nada, nada!... Na língua hedionda que falam, eles acharam, no entanto, a expressão que, em pretensiosa feiúra, diz bem a inspiração essencial das suas finanças – *descobrir novas fontes de rendas*... De fato, não se lorigam outros propósitos nas suas cogitações, como não se registra outra compensação para os eternos “déficits”, que não sejam novos empréstimos. E, *novas rendas*, e *novos empréstimos*, consomem-se de antemão, esvaídos no crivo da estupidez, agravada de rapinagem. (BOMFIM, 1996, p.474, grifos do autor)

O autor acusa os dirigentes da República de antipatrióticos, explorando a população brasileira de maneira explícita, abandonando-a na miséria e na ignorância. Não compreendiam, diz Bomfim, que um país só enriquece com a educação de seu povo, dando-lhe condições de produzir de maneira livre e produtiva – retomando suas colocação de *A América Latina*. É, de acordo com ele, o que ensina o desenvolvimento dos países invejados pela elite brasileira. Para Bomfim, as teorias sociais de sua época que inferiorizavam a população brasileira, por motivos de raça e clima, apenas serviam para justificar a penúria em que a população era obrigada a viver – fruto da falta de instrução popular e da exagerada exploração do trabalho do povo. Para ele, a população brasileira dispõe das melhores qualidades que se pode desejar para o desenvolvimento de um país (BOMFIM, 1996, p.459-460): é solidária, desconhecendo os ódios sociais que separam os grupos dentro de uma mesma nação; é ordeira, aceitando disciplinadamente qualquer sacrificio que tenha de fazer pelo bem da nação; é trabalhadora e criativa, encontrando meios simples e eficazes de produzir, por menor que seja a recompensa; e é pacífica, contrária à exploração dos povos e a qualquer inimizade com as nações vizinhas. Teriam sido essas qualidades do povo brasileiro que, apesar da prolongada exploração interesseira por parte das elites e do descaso destas com relação ao desenvolvimento do país, garantiu que ainda assim o país prosperasse. Comparando as características da população brasileira com o governo que as elites lhe deram, Bomfim se pergunta como não se desenvolveria o Brasil se sua população fosse devidamente instruída e estimulada, governada em prol da nação, e não de interesses particulares.

Bomfim conclui que os brasileiros não podem esperar que suas elites promovam, por si, a educação do povo e a melhoria de sua condição, o que formaria a base para uma necessária revolução brasileira, definitiva, que fosse capaz de substituir as estruturas de poder e as classes dirigentes. Para que os erros dos outros momentos

revolucionários não sejam repetidos, Bomfim adverte que é necessário educar o povo na prática política, na democracia, na exigência de seus direitos (BOMFIM, 1996, p.520). Apenas isto poderia dar início à revolução patriótica e democrática que permitiria ao país se redimir e à população se tornar efetivamente livre e soberana. Ele indica essa revolução, mas deixa uma questão em aberto: quem iniciará esse movimento, promovendo a educação popular? Uma vez que não se pode contar com os governantes, Bomfim aposta em uma elite intelectualizada, abnegada e comprometida com as necessidades da nação, consciente do sentimento e do sofrimento do povo, para liderar tal movimento (BOMFIM, 1996, p.529-530 e p.542-543). Tal movimento revolucionário deveria ser, em sua opinião, diferente dos movimentos armados que viu surgir ainda em vida, e que, de acordo com Bomfim, pressupunham fazer a revolução unicamente pela força das armas e das reformas constitucionais, em um país de leis ineficazes, sem fazer a necessária “substituição de gentes” (BOMFIM, 1996, p.581).

Com *O Brasil Nação* Manoel Bomfim conclui a ligação que faz entre a formação histórica da sociedade brasileira e a experiência republicana que vivenciara do início ao fim. Dando continuidade a suas reflexões anteriores, Bomfim demonstra como a expressão dos anseios que seriam verdadeiramente nacionais continuou a ser abafada ao longo da história por um Estado que herdara do período colonial a prática política exploratória da sociedade. Mesmo que o Estado brasileiro não tenha sido mais conduzido pela política portuguesa, ele continuou a não representar os interesses nacionais, mantendo a sociedade atrasada no absolutismo monarquista e na escravidão. As elites privilegiadas brasileiras, perpetuando o costume português, se arvoraram no poder para garantir seus privilégios, abrindo mão de qualquer princípio político que não fosse o de conservar sua situação privilegiada no poder.

Apesar dessa situação, Bomfim procura demonstrar como a tradição nacional verdadeiramente brasileira teria continuado a existir e a resistir, garantindo com suas vitórias parciais, mas ainda assim “revolucionárias”, a gradativa expressão de seus anseios. Independência, abdicação, Abolição e República seriam então as provas, em sua narrativa histórica, de que a sociedade brasileira comungava de interesses coletivos a ponto de forçarem o rompimento definitivo com Portugal, o afastamento do Imperador, o fim da estrutura econômica conservadora e derrota definitiva da monarquia. Teriam sido movimentos que demonstravam a força da mobilização política nacional que existia por fora da esfera do poder instituído. As elites conservadoras, contudo, souberam se apropriar dessas situações para se manterem no poder, e a

revolução definitiva ainda estaria por ser feita. A República falhara em efetivar a democracia no Brasil e, já que não demonstrava capacidade de alterar esse quadro, deveria ser transformada radicalmente por meio de uma revolução popular que afastasse definitivamente as elites conservadoras do poder.

Enquanto a narrativa histórica de Oliveira Vianna lamentava o fim do Império e da escravidão, apontando a necessidade de uma nova centralização do poder no Brasil como meio de assegurar a unidade nacional, Manoel Bomfim elabora uma interpretação histórica revolucionária, resgatando a tradição de lutas sociais brasileiras como orientação para transformações sociais mais profundas. A República, segundo Bomfim, não falhara por adotar um modelo político que Vianna dizia ser inadequado para a sociedade, mas porque não havia superado completamente o passado e continuava a repetir a prática político do Império. Então, se com Vianna vimos a defesa da conservação das estruturas sociais antidemocráticas e do regresso ao poder centralizado, com Bomfim acompanhamos uma narrativa que busca a radicalização das mudanças na sociedade brasileira.

2.6. Resgatando as oportunidades perdidas: resguardando o futuro contra as permanências do passado

As reflexões de Manoel Bomfim sobre o Brasil partem, em primeiro lugar, do modo pelo qual o autor representa discursivamente a experiência próxima de seu presente imediato, tempo em que surgem suas indagações e inquietações a respeito do passado e do futuro, sua carência de orientação no tempo e os questionamentos específicos que estruturam sua narrativa histórica. Essa representação do tempo presente encontra-se mais explicitada pelo autor nos livros *A América Latina* e *O Brasil Nação*, trabalhos significativos para a compreensão de seu pensamento na medida em que representam dois momentos distantes no tempo – *A América Latina* tendo sido sua primeira reflexão histórica sobre o Brasil e *O Brasil Nação* produzido em seus últimos anos de vida, quando Bomfim já se encontrava gravemente enfermo.

Em *A América Latina* Manoel Bomfim deixa clara a origem de sua inquietação intelectual: o recorrente desrespeito à soberania das nacionalidades ibero-americanas

por parte dos europeus ocidentais e dos norte-americanos. Desrespeito esse manifesto no discurso europeu sobre os ibero-americanos, recorrentemente apontados como “atrasados” e inferiores, bárbaros ou semibárbaros, incapazes de se civilizarem. Bomfim demonstra inquietar-se ainda pelo fato de intelectuais e políticos ibero-americanos não raro se identificarem com tal discurso, buscando em teorias européias – normalmente ignorantes das especificidades históricas e sociais dos países ibero-americanos – soluções nunca eficazes para a superação desse “atraso”. Como ressaltamos anteriormente, para o autor o desrespeito europeu à América Ibérica não se limitava a esse discurso inferiorizante, mas repercutia nas relações internacionais em diferentes situações de desconsideração pela soberania das nacionalidades ibero-americanas e pelo reconhecimento internacional tácito do protetorado dos Estados Unidos sobre o restante do continente.

Agravando o quadro que Bomfim apresenta da situação ibero-americana nos primeiros anos do século XX, há sua constatação lamentosa de que, de fato, as nações ibero-americanas encontravam-se “atrasadas” diante do progresso político, econômico e social alcançado pela “civilização ocidental” (o Ocidente compreendo as nações da Europa ocidental mais os Estados Unidos). Ou seja, Manoel Bomfim admite, reafirmando a dura visão européia, que os ibero-americanos seriam ainda semibárbaros, não tendo sido capazes de organizarem socialmente de acordo com os valores ocidentais modernos. De certa forma, podemos mesmo considerar que teria sido essa sua grande inquietação com relação à história ibero-americana e, principalmente, brasileira. Como outros intelectuais e políticos, o autor também se perguntava: como podemos superar o atraso? E para isso era preciso compreender as origens desse atraso, encontrar na história a “patologia” da sociedade brasileira e hispano-americana, diagnosticá-la e prescrever seu tratamento adequado. Não é por acaso que, no livro, ao admitir o “atraso” ibero-americano, Bomfim logo em seguida aborde a analogia entre biologia e sociologia. Nesse movimento discursivo, o autor parte de um problema colocado pelo discurso europeu – com o qual concordava parcialmente – mas se afasta progressivamente de sua explicação causal da inferioridade ibero-americana, representando o problema como uma perturbação superável e exógena, uma doença, ao invés de uma característica essencial indelével.

Já em *O Brasil Nação* a inquietação de Manoel Bomfim encontra-se ligada ao momento político que vivenciava no Brasil. A visão européia e a inferioridade ou atraso não são mais as questões norteadoras de sua reflexão. Este lugar passa a ser ocupado

pelo regime republicano brasileiro iniciado em 1889 e que definhava no final da década de 1920. Com seu livro, agora, Bomfim procura esclarecer o que teria dado errado na República brasileira, representada pelo autor como a consolidação de um regime elitista e conservador que malogrou as possibilidades de realização da democracia que desejava. Re-elaborando a história do Estado brasileiro independente, Manoel Bomfim parece se perguntar por que a democracia, afinal, teria sido derrotada pelo conservadorismo das elites brasileiras.

Essas inquietações presentes na reflexão do autor não deixam, por sua vez, de estarem intimamente vinculadas a temores com relação ao futuro. Em *A América Latina* a preocupação com o imperialismo europeu é explicitada em diferentes momentos, e Bomfim revela um grande receio de uma agressão militar direta por parte das nações ocidentais sobre os países da América Ibérica. Tal receio é justificado pelo autor pela experiência histórica de populações africanas, asiáticas e oceânicas que, tal como as populações ibero-americanas, eram então vistas pelos europeus como inferiores e incapazes de se civilizarem segundo os parâmetros ocidentais. Manoel Bomfim revela acreditar que o imperialismo europeu só não teria alcançado o continente americano pela presença vigilante dos Estados Unidos sobre a região – proteção que lamenta como uma outra forma de diminuição da soberania das nações ibero-americanas, ainda que encoberta. Em sua visão, portanto, o “progresso” das sociedades ibero-americanas era imprescindível para a garantia de sua sobrevivência como nações soberanas, e suas dificuldades para alcançá-lo um mal cuja superação não poderia mais ser adiada. Em *O Brasil Nação*, por outro lado, Bomfim abre mão de apresentar qualquer prognóstico hipotético com relação ao futuro brasileiro – talvez porque o problema da construção de uma sociedade efetivamente democrática se demonstrasse urgente em sua época, dadas as incertezas com relação ao futuro da República brasileira nas décadas de 1920/30.

Como podemos perceber, é a partir da identificação de problemas presentes e de receios com relação ao futuro que Manoel Bomfim volta sua reflexão para o passado histórico – relação que fica clara em *A América Latina* uma vez que, como vimos, as dificuldades presentes são apontadas pelo autor como originárias do parasitismo ibérico sobre suas colônias americanas. Na obra de Manoel Bomfim essa origem passada dos “males” ibero-americanos, contudo, não quer dizer que a dificuldade ibero-americana em alcançar o “progresso” ocidental seja característica dessas sociedades, pois estas são consideradas como “organismos sociais” distintos, novos, com relação a suas metrópoles ibéricas. A história de Portugal e Espanha atestaria, em sua narrativa

histórica, essa distinção, ao demonstrar a origem do parasitismo social e a decadência ou “degeneração” por ele causada como vinculadas aos processos históricos vivenciados pela sociedade ibérica.

Explicar como as sociedades ibero-americanas permaneceram “atrasadas” com relação à civilização ocidental, mas ainda assim demonstrando que as causas de tal “atraso” seriam exógenas a essas sociedades transforma-se, conseqüentemente, em um problema maior na narrativa histórica de *A América Latina*. Afinal, é preciso esclarecer por que esse “atraso” perdurou na América Ibérica, mesmo após quase um século de independência política de suas metrópoles. A solução para esse problema é apresentada por Manoel Bomfim no que considera a absorção, nas sociedades emancipadas, dos setores sociais que representavam imediatamente nas ex-colônias os interesses e privilégios das antigas metrópoles. O autor aponta então como historicamente as antigas elites coloniais, que desfrutavam dos privilégios econômicos, políticos e sociais garantidos pelo parasitismo ibérico perpetuaram sua atuação nas nacionalidades agora independentes. A independência política das nações ibero-americanas não significou, para Bomfim, o encerramento do parasitismo social ibérico e da tensão social por ele gerada – teria representado somente a internalização desse conflito na vida social das sociedades ibero-americanas. As antigas elites coloniais, na narrativa de *A América Latina*, se apropriaram dos movimentos políticos de independência, garantindo para si a condução dos novos estados para impedir a perda dos privilégios que gozavam. A conclusão, segundo o autor, foi a contínua e sistemática interdição, por parte dos aparelhos estatais, às mudanças político-sociais necessárias para satisfação das necessidades sociais das novas nacionalidades e o conseqüente encerramento desse conflito social, já que a satisfação de tais necessidades exigiria, necessariamente, o fim da concentração dos privilégios – do fruto do trabalho socialmente produzido – nas mãos de uma parcela ínfima da população que compõe essas elites.

Todo esse modo de tecer a história ibero-americana de *A América Latina* reflete-se na trilogia de Manoel Bomfim sobre o Brasil. Em *O Brasil na América*, a primeira preocupação de Bomfim é exatamente a de distinguir a sociedade brasileira da portuguesa – utilizando-se do mesmo recurso de apresentar, em primeiro lugar, a formação histórica das características sociais da sociedade ibérica (mas dessa vez demarcando com mais clareza as diferenças entre portugueses e espanhóis). O Brasil é apresentado pelo autor como uma nacionalidade distinta de Portugal, dotada de características próprias, já no início do período colonial, no século XVI. Essa visão

calca-se na defesa do território empreendida pelos colonos, que sem apoio da metrópole expulsaram da colônia franceses, ingleses e holandeses, contando para isso apenas com exércitos de nativos e residentes. A expulsão dos holandeses no século XVII, em desobediência às ordens da metrópole, que se encontrava então em um momento de fragilidade, é considerada por Manoel Bomfim como a maior dessas primeiras manifestações de autonomia da sociedade brasileira, demonstrando a existência de uma população capaz de se unir em defesa de seus interesses comuns e de sua soberania.

Essa resistência empreendida pelos colonos em defesa de seus interesses comuns contra a invasão estrangeira é também o que permite ao autor se referir à existência de uma “tradição nacional” especificamente brasileira no período colonial. Tradição essa expressa de maneira emblemática, segundo Manoel Bomfim, na obra de Frei Vicente de Salvador. Em *O Brasil na História*, Bomfim deixa claro compreender a produção historiográfica como uma representação elaborada a partir de uma determinada tradição (nacional) que busca compreender-se a si mesma. A obra de Frei Vicente demonstraria, nessa perspectiva, a existência de uma “tradição” cultural especificamente brasileira já constituída na primeira metade do século XVII, ao lado da própria autonomia assumida pelos colonos nas lutas contra os estrangeiros.

Dessa forma, Manoel Bomfim constrói em sua narrativa uma “nacionalidade brasileira” já completamente constituída, no século XVII, em seus elementos essenciais característicos – ação conjunta e autônoma de um grupo e tradição cultural própria e específica – ainda que essa nacionalidade não se encontrasse realizada em um Estado nacional próprio. A partir daí, o autor passa a demonstrar que as necessidades e interesses da nacionalidade brasileira opunham-se frontalmente ao Estado português – aparato parasitário que garantia a sujeição do Brasil a Portugal. A dinastia de Bragança, considerada por Bomfim como expressão da decadência parasitária de uma sociedade portuguesa que se sustentava unicamente através da exploração colonial, teria reprimido ao máximo as manifestações da nacionalidade brasileira – tanto nas revoltas nativistas arroladas em *O Brasil na América*, em que a Coroa portuguesa perseguiu e condenou os nativos que se opunham aos privilégios econômicos de portugueses, quanto no campo historiográfico, através da supressão da “tradição nacional” brasileira. Em *O Brasil na História*, o autor localiza nessa tensão entre Brasil e Portugal o surgimento de uma historiografia portuguesa “anti-brasileira”, “oficial”, que teria negado à nacionalidade brasileira uma auto-representação histórica – uma espécie de monopólio colonial sobre as representações discursivas.

A Independência, para Bomfim, poderia então ter significado a resolução do conflito entre Brasil e Portugal, caso houvesse sido realizada então a República e a emancipação dos escravos com a manutenção da integridade territorial, o que segundo ele seria condizente com as verdadeiras aspirações nacionais brasileiras. Manoel Bomfim aponta esses ideais na revolução pernambucana de 1817, considerada em sua obra como o movimento que poderia ter representado de fato a Independência brasileira, feita por brasileiros e de acordo com os desejos brasileiros. Ao invés disso, o que o autor demonstra em *O Brasil Nação* é como as elites conservadoras e privilegiadas do regime colonial – protegidas por Pedro I – teriam se apropriado do movimento autonomista, realizando a Independência segundo seus interesses particulares. Dessa forma, o conflito entre o Estado e a nacionalidade brasileira perpetuou-se após a Independência, e em *O Brasil na História* Bomfim demonstra de que modo o significado desse momento teria sido deturpado pela historiografia “oficial” do Estado: a Independência com a monarquia passou a ser representada historicamente como a garantia da unidade territorial brasileira, posicionamento que o autor rejeita ao ver na centralização excessiva do Estado monárquico a origem de posteriores movimentos separatistas.

Continuando a narrativa histórica do conflito entre a nacionalidade brasileira e o Estado, Manoel Bomfim indica a abdicação de Pedro I em 1834 como outro momento potencialmente revolucionário para a resolução dessa tensão, posto que teria representado uma vitória das aspirações nacionais contra o reiterado esforço do monarca em manter os privilégios das elites portuguesas no Brasil. Mais uma vez, a manutenção do regime monárquico e escravocrata teria representado, segundo Bomfim, o malogro da nacionalidade brasileira, consolidando a estrutura de poder elitista e conservadora do segundo reinado, centralizada em torno da figura de Pedro II – a continuidade de um Estado que se opõe como parasita sobre a nação. Em *O Brasil Nação*, o autor aponta como o aprofundamento desse contraste entre Estado e nação no segundo reinado teria levado a “tradição nacional brasileira” a se manifestar fora da disputa política partidária, monopolizada pelas elites conservadoras e pelo Imperador, dando origem aos movimentos literários que seriam, diferentemente dos partidos políticos do Império, verdadeiramente nacionais.

Por fim, Bomfim vê no modo pelo qual se realizaram a Abolição e a República a demonstração final da ausência de apoio popular ao regime monárquico. Mais uma vez o autor considera que esse momento-chave de 1888/89 poderia ter realizado a definitiva

vitória da nacionalidade brasileira se não houvesse sido novamente usurpado pelas elites conservadoras que souberam transigir no último momento com a Abolição e posteriormente se reinserir na vida política da República, mantendo sua condução política do Estado.

Resta destacar, nessa resignificação do passado elaborada por Manoel Bomfim, o tipo de orientação por ela fornecida com relação ao futuro brasileiro. Em sua narrativa histórica, o maior desafio para o futuro é o da superação da relação parasitária entre o Estado e a sociedade como um todo, a nação. Para fazê-lo seria necessário romper com o conservadorismo das elites brasileiras privilegiadas que conservavam para si a condução do Estado. Em *A América Latina*, Bomfim aposta em um amplo programa de educação popular como o único caminho seguro para o “progresso” das nações ibero-americanas – uma educação que fosse capaz de estimular a produtividade e a criatividade da sociedade, preparando-a para uma vivência democrática que pudesse superar o conservadorismo elitista, forçando o Estado a, finalmente, atender as demandas sociais e representar assim a nação. A conclusão do autor em *A América Latina* é a de que apenas uma população adequadamente instruída e educada, conhecedora de seus direitos, poderia transformar os superficiais regimes republicanos ibero-americanos em algo mais do que constituições sem respaldo na realidade – ou seja, em efetivas democracias.

Posteriormente o posicionamento de Manoel Bomfim se radicaliza. Em *O Brasil Nação* o autor se vê forçado a admitir que as elites políticas brasileiras jamais implementariam tal programa de educação popular, que no fim significaria a derrota de seus interesses particulares face às demandas da nação. Apenas uma revolução política definitiva, conclui Bomfim, poderia cessar o ciclo de malogros conservadores de que as transformações sociais brasileiras eram vítimas. Uma revolução que afastasse definitivamente do poder as elites conservadoras e o parasitismo de seus interesses particulares e estabelecesse como seu programa o atendimento imediato das demandas sociais reprimidas.

A narrativa histórica de Manoel Bomfim confere, assim, um sentido ao passado brasileiro profundamente distinto ao elaborado por Oliveira Vianna. Enquanto a obra de Vianna sedimenta as experiências do passado em estruturas sociais imutáveis, Bomfim procurou por todos os modos ressaltar as possibilidades de mudança e transformação da sociedade. Por isso sua interpretação histórica se apóia sobre três elementos fundamentais para sua argumentação. Primeiramente, que as características das

sociedades são definidas ao longo de processos históricos, e não por determinações naturais que definiriam os aspectos psicológicos e sociais de uma população. Em segundo lugar, Bomfim confere grande importância à formação de uma tradição nacional brasileira no início do período colonial, o que representaria a existência de uma coletividade nacional muito anterior à Independência. E, em terceiro lugar, o autor procura demonstrar como essa tradição manteve-se viva ao longo da história, manifestando-se nas reivindicações sociais que resistiram e lutaram contra as heranças da exploração colonial e o conservadorismo das elites privilegiadas. São aspectos de sua obra dificilmente conciliáveis com a de Oliveira Vianna, que parte da consolidação de estruturas sociais determinadas por fatores raciais e geográficos para afirmar a inexistência de uma coletividade nacional no Brasil e a necessidade do Estado se resguardar contra as reivindicações por maior participação política. Podemos considerar que Bomfim elaborou então uma resposta às teorias evolucionistas então vigentes em sua época, resgatando do passado as oportunidades perdidas de transformação da sociedade brasileira, para que o futuro estivesse finalmente livre dos fardos herdados pela história.

2.7. Uma nação para o povo: quando o Estado precisa ser libertado das elites

Dante Moreira Leite (1976) foi um dos primeiros autores que, na década de 1970, chamou a atenção para os raros comentários sobre Manoel Bomfim e para a então inexistente reflexão sobre sua obra. Situação que, segundo o autor, tornava-se ainda mais clara se comparada com a repercussão de outros autores da época de Bomfim, como Oliveira Vianna.

Em histórias recentes da Literatura Brasileira, de Wilson Martins, ou de Alfredo Bosi, não é citado, salvo erro, uma só vez; é citado por Nelson Werneck Sodré, que lembra aspectos positivos de sua obra e o fato de Bomfim ter utilizado novos instrumentos – entre os quais o marxismo – para analisar o passado brasileiro. Quando se pensa nas grandes discussões provocadas pela obra de Oliveira Vianna ou de Paulo Prado, essa citação – embora simpática – é realmente insignificante [...]. (LEITE, 1976, p.250)

Leite considera de difícil leitura a obra de Manoel Bomfim, ressaltando na mesma a ausência de concisão e um caráter pronunciadamente apaixonado em

detrimento da objetividade (LEITE, 1976, p.250-251). Apesar disso, para o autor, sua obra teria sido “esquecida” por um suposto “adiantamento” das idéias de Manoel Bomfim com relação à produção intelectual de sua época, que não estaria “preparada” para absorver a reflexão de Bomfim sobre o Brasil (LEITE, 1976, p.251).

Leite destacou assim uma característica marcante na obra de Bomfim: seu acentuado contraste com a reflexão intelectual brasileira de sua época. Contraste esse reforçado pela rejeição de Bomfim às teorias raciais então em voga em meio à intelectualidade brasileira, ponto sobre o qual Leite considera o autor “avançado” com relação a seus contemporâneos.

[...] Manoel Bomfim conseguiu perceber, já no começo do século, os equívocos das teorias racistas que [...] exerceriam influência tão grande no pensamento brasileiro. Algumas de suas teses eram tão avançadas para a época, que só viriam a ser reencontradas algumas décadas depois. Observe-se, por exemplo, como percebeu a significação das condições reais da vida para o desenvolvimento do caráter, e como soube indicar a importância da educação. Observe-se, também, como soube identificar os erros teóricos do racismo, através da comparação do desenvolvimento dos povos em épocas diversas. (LEITE, 1976, p.255)

Apesar disso, Leite não deixa de destacar também o que considerou uma “contradição” na obra de Bomfim: a persistência “da idéia de transmissão de traços psicológicos” em sua obra, ao lado da valorização da educação como meio de superação das características negativas que eram então atribuídas à população mestiça brasileira (LEITE, 1976, p.255). O que Leite parece ignorar é que essa “contradição” ou ambigüidade da obra de Manoel Bomfim insere o autor na esfera das reflexões históricas e sociológicas brasileiras de sua época. Contradição maior, ao nosso ver, é apresentar Bomfim como um autor demasiadamente “avançado” para seu tempo e em seguida identificar em sua obra, não sem algum surpreendente estranhamento, exatamente a presença de elementos comuns a outros intelectuais que lhe foram contemporâneos. Como se vê, a obra de Manoel Bomfim não aparenta ser tão “avançada” assim para sua época, uma vez que dialoga explicitamente com as questões que eram então discutidas.

Em sua leitura da obra de Manoel Bomfim, Roberto Ventura e Flora Sussekind preferiram buscar na própria construção discursiva de Bomfim as possíveis chaves de entendimento para a “dificuldade de recepção” de sua obra. Nesse sentido, os autores destacam na obra de Manoel Bomfim a elaboração de um “contradiscurso” com relação ao discurso sociológico cientificista e racialista que predominava entre os intelectuais brasileiros de sua época. “Contradiscurso”, ao invés de *ruptura*, pela ambigüidade

presente em seu pensamento de se voltar contra as premissas da produção histórico-sociológico de seu tempo sem contudo elaborar novo arcabouço lingüístico-conceitual capaz de indicar um novo caminho metodológico de interpretação histórica (VENTURA e SUSSEKIND, 1984, p.14-15). Ventura e Sussekind apontam, por exemplo, a crítica de Manoel Bomfim ao uso indiscriminado de metáforas e analogias biológicas na sociologia – representadas no discurso cientificista, na prática, como *homologias* explicativas – ao lado da própria centralidade que a metáfora biológica ocupa em sua obra.

O cientificismo [...] tem como um de seus pressupostos a homologia entre os diversos níveis da realidade, o que permite transpor categorias e asserções de um campo de conhecimento a outro. Essas transposições não são representadas pelo discurso científico como relações analógicas ou metafóricas. São tomadas como homologias entre as diversas representações do objeto de conhecimento, ou entre os próprios objetos de conhecimento, garantidas por uma pretensa universalidade do saber científico, que encobre o caráter analógico ou metafórico das relações estabelecidas. (VENTURA e SUSSEKIND, 1984, p.15)

Sua crítica às analogias estreitas e às metáforas biológicas dos darwinistas sociais ocasiona um emprego explicitamente metafórico das categorias biológicas dando conta do social. É da crítica à transposição e do concomitante emprego de metáforas biológicas que desponta a diferença de Bomfim no que se refere à linguagem científica anterior à constituição de uma sociologia sistemática e àquela que a sucedeu. Daí a ambigüidade inerente às suas formulações. (VENTURA e SUSSEKIND, 1984, p.24)

Do mesmo modo, demonstram os autores, Manoel Bomfim rejeita a pretensa neutralidade do discurso científico, explicitando a inserção da parcialidade e do interesse no campo da produção do conhecimento – tanto no interesse político que desvela e denuncia por detrás das teorias racialistas, quanto em sua própria reflexão ao explicitar ao leitor seu próprio posicionamento pessoal com relação a seu objeto de estudo. Característica essa, por sua vez, que teria lhe rendido a crítica de “pouco objetivo” (VENTURA e SUSSEKIND, 1984, p.26). Ressaltemos ainda que Bomfim explicita em *O Brasil na História* o papel necessariamente parcial e socialmente orientado que vê no conhecimento histórico, destinando o livro a “recuperar” uma história do Brasil que estivesse de acordo com as necessidades da “tradição nacional” brasileira, e não dos interesses oficiais do Estado. Ventura e Sussekind têm o mérito, portanto, de buscar na própria argumentação de Bomfim os pontos de inflexão e de diálogo entre sua obra e a produção intelectual de sua época. Sua leitura do autor aponta para a singularidade do diálogo dos livros de Manoel Bomfim com sua experiência histórica (SUSSEKIND, 2002, p.609).

Wilson Martins, em prefácio a *O Brasil Nação*, ressalta nessa obra redigida no final da década de 1920 a percepção de que o regime republicano instaurado em 1889 “vivia os seus últimos momentos” e que uma revolução política seria inevitável (MARTINS, in BOMFIM, 1996, p.13). Apesar disso, considera que a “quinta revolução” que Bomfim “profetizava” para o país era essencialmente retórica, pois o autor teria sido incapaz de perceber o momento eminentemente fértil para movimentos revolucionários de todos os tipos que teria representado a década de 1920 no Brasil.

A revolução de Manoel Bomfim, como, de resto, o livro inteiro, era essencialmente retórica: a Revolução (com maiúscula) era *indispensável e inadiável*, mas nada permitia prenunciá-la, por faltar-nos, antes de tudo, espírito revolucionário. Isso demonstra quanto estava alheado da famosa *realidade nacional*, fórmula igualmente retórica [...]. De fato, se houve, em nossa história, momento dominado pelo espírito revolucionário foi bem a década de 1920. Manoel Bomfim assistia da janela, por assim dizer, as sucessivas revoltas tenentistas de 1922 e 1924 – esta hipostasiada no ato paradigmaticamente revolucionário da Coluna Prestes – e, vivendo na atmosfera de repressão do quadriênio bernardista, deveria ter percebido, como *todos* percebiam, que algum movimento revolucionário estava fermentando nos espíritos e nas articulações políticas. (MARTINS, in BOMFIM, 1996, p.13)

Uma vez que Bomfim não viu qualquer caráter revolucionário nos movimentos políticos dessa época, Martins conclui que sua “filosofia histórica” teria se mostrado de algum modo inadequada, ao rejeitar as possibilidades políticas que se apresentavam, em defesa de uma revolução que resgatasse um nacionalismo “puro”, projetado ao mesmo tempo para um passado definitivamente perdido e para um futuro inatingível, negando-se a encarar as especificidades concretas de sua época (MARTINS, in BOMFIM, 1996, p.19-21).

Sem entrarmos na questão do caráter revolucionário da década de 1920, reconhecemos com Martins a identificação de outro possível ponto de resistência à recepção da obra de Manoel Bomfim. Ao elaborar sua reflexão sobre o Brasil em torno da tensão entre interesses genuinamente nacionais e o parasitismo social explorador, Bomfim tece uma concepção de “essência” ou “caráter” nacional inalterável cujo resgate, libertação ou livre manifestação transforma-se no conteúdo da “verdadeira” revolução que desejava para o Brasil. Nesse sentido, Martins tem razão ao afirmar que a “quinta revolução” de Bomfim fundamenta-se em um conteúdo essencialmente retórico, ao invés de uma proposta política mais concretamente visualizada. Mas o autor deixa de atender para o caráter explicitamente popular que Manoel Bomfim atribui à nacionalidade brasileira que deseja ver se manifestar revolucionariamente. Martins critica a escolha de Bomfim pela revolução mexicana, no lugar da russa, como modelo

revolucionário para o Brasil, ao considerar a revolução mexicana como desprovida de uma doutrina orientadora da ação revolucionária.

[...] o marxismo foi a teoria revolucionária absoluta do nosso tempo, pela qual se mediram, por antagonismo ou emulação, todas as outras. A “revolução” mexicana caracterizou-se, ao contrário, por não ter nem a doutrina que a preparasse ideologicamente, nem a que posteriormente procurasse dar-lhe qualquer conteúdo intelectual. Por isso mesmo, entrou apenas na história do México, não na do pensamento revolucionário [...]. (MARTINS, in BOMFIM, 1996, p.19)

Ora, a escolha de Bomfim é coerente com seu argumento – a revolução mexicana, em seu julgamento, representou a realização forçada dos anseios populares específicos do México, daí sua impossibilidade de aplicação, como uma “doutrina”, à ação política em outros países. Não é tanto o “programa” da revolução mexicana que Bomfim defende para o Brasil (ainda que não o desconsidere), mas a superação revolucionária de uma opressão histórica presente no México como no Brasil, tal como demonstrado em sua interpretação histórica da América Ibérica. Vista por esse ângulo, a ausência de um “programa” ou “doutrina” revolucionária na obra de Bomfim confere-lhe mesmo uma característica mais dinâmica e perene do que Martins quis ver: trata-se da defesa incondicional das demandas sociais e da liberdade política da população trabalhadora e explorada. E tampouco se pode acusar Manoel Bomfim de não ter procurado fornecer elementos para o “preparo ideológico” dessa revolução – sua revisão esmiuçada da história brasileira procura resgatar exatamente uma tradição (“nacional”) combativa de resistência à opressão das elites e ao autoritarismo do Estado, conforme deixa claro em inúmeras passagens de sua trilogia, notadamente em *O Brasil na História*. Releia-se por esse prisma o “programa” revolucionário de Bomfim esboçado em *O Brasil Nação*:

[...] só vemos um tipo de revolução que seria o próprio caminho para o Brasil – a que o México vem fazendo nos últimos doze ou quinze anos: afastamento definitivo, como que eliminação, dos antigos dirigentes antigos dominadores [sic], e reparações que, sendo parte da justiça reclamada, são, ao mesmo tempo, estímulo, soerguimento de ânimo nacional... E compreende-se que tal nos convenha: as condições históricas aproximam-nos a tanto... [...] nada aproveitamos da experiência que é a história deste continente, como incapazes de aprender o que é realmente lição para nós outros. Por outro lado, *apurando se possíveis* [sic] *as formas e os processos mexicanos, teríamos o lineamento da revolução possível, indispensável e eficaz. Nem fascismo nem jargão da III Internacional, mas um programa que dimana diretamente da situação histórica e geográfica: reparações justíssimas e inadiáveis; afirmação de ânimo nacional com a emersão bem explícita numa pátria para a massa popular a quem ela deve pertencer; preparo inteligente desta mesma população com a plena consciência dos fins diretos, quanto possível; terra para os que desejam trabalhá-la...* Isto, que é absolutamente indispensável, ali se vem realizando desde o modesto zapatismo. Isto, poderíamos tentá-lo... desde que haja a trama renovadora e renovada em que

as eras se desenham para refazerem-se. Essa trama, expressão cinemática bem própria, seria a nova classe realizadora. (BOMFIM, 1996, p.572-573, grifos nossos)

José Carlos Reis considera como uma hipótese para o pouco reconhecimento da obra de Manoel Bomfim “a inexistência de um destinatário implicado em sua obra”. Sua defesa de uma revolução política e social para o Brasil não poderia se dirigir, obviamente, às elites conservadoras que combatia em seu discurso. Mas também não poderia atingir a população trabalhadora iletrada. Bomfim tampouco aproximou seu discurso da militância revolucionária do PCB. Assim, Reis considera que sua interpretação histórica do Brasil teria se tornado um discurso estritamente literário, sem impacto efetivo na realidade, por mais apaixonada que fosse (REIS, 2006, p.226-227). Outra limitação que aponta na obra de Manoel Bomfim seria o pouco estudo que a mesma apresenta sobre os movimentos revolucionários apontados como referenciais de uma tradição nacionalista e democrática brasileira. A revolução de 1817 no nordeste brasileiro, por exemplo, considerada por Bomfim como a grande data do heroísmo nacional, foi por ele pouco aprofundada em sua narrativa histórica, o que demonstraria, segundo Reis, que o contradiscurso de Manoel Bomfim, ainda que crítico, ateu-se às ações do Estado luso-brasileiro e de sua elite dirigente (REIS, 2006, p.227). Reis também ressalta a abordagem feita por Bomfim sobre o tema da miscigenação no Brasil – tópico incontornável entre os intérpretes da realidade brasileira em sua época. Sem desconsiderar a denúncia lúcida que Manoel Bomfim fez das teorias racialistas, Reis destaca, contudo, que Bomfim não teria reconhecido à população negra seu devido papel étnico-cultural brasileira. Bomfim, de fato, atribui aos indígenas papel destacado na história brasileira, ao lado dos portugueses, mas afirma em geral que os negros só teriam aportado massivamente no Brasil a partir do século XVIII – posteriormente ao período em que considera ter se formado a nacionalidade brasileira, nas lutas contra os invasores estrangeiros nos séculos XVI e XVII (REIS, 2006, p.228-230). Por fim, José Carlos Reis levanta importantes questionamentos sobre a obra de Manoel Bomfim:

Apesar de recear ser injusto com a sua original e crítica interpretação do Brasil [...] não posso deixar de esboçar um necessário distanciamento crítico e perguntar se sua visão do Brasil não conteria alguns riscos. Ele não estaria, por exemplo, cometendo o mesmo erro que denunciou nas outras nações, o de deturparem a história universal em benefício próprio ao se colocarem como centro da humanidade? Ele não teria uma concepção essencialista, metafísica, mítica, idílica, da identidade nacional brasileira? Sua interpretação radicalmente nacionalista não poderia levar à xenofobia, à recusa da alteridade cultural, a projetos político-sociais autoritários? [...] não teria oferecido argumentos e legitimação a governos personalistas, caudilhescos, cesaristas, bonapartistas, totalitários? Será que Getúlio era o

líder e 1937 a revolução que ele esperava? Sua interpretação do Brasil poderia ser apoiada pela documentação do Brasil colonial, imperial e republicano? Ele não cometeria um racismo sub-reptício e perigoso? Sem exigir imparcialidade, teria credibilidade a análise histórica construída com uma linguagem tão apaixonada e autoritária como a sua? (REIS, 2006, p.230)

Concordamos com Reis de que o radicalismo de Manoel Bomfim fragiliza alguns pontos de sua narrativa histórica. Sua concepção de “nacionalidade brasileira” é essencialista e mítica, uma vez que atribui como causa de todos os problemas que vê na sociedade brasileira a exploração exercida por elementos anti-nacionais – as elites dirigentes brasileiras, para Bomfim, não seriam de fato brasileiras. E um discurso que estabelece uma distinção social entre setores que seriam verdadeiramente “nacionais” e os “inimigos” da nação, passíveis de eliminação, poderia subsidiar um posicionamento político profundamente antidemocrático. É impossível sabermos se Manoel Bomfim teria apoiado o Estado Novo caso tivesse vivido o suficiente para conhecê-lo, mas o fato é que seu posicionamento sobre a democracia era ambíguo, pois considerava os regimes democráticos como “superiores” ao garantirem a renovação dos dirigentes nacionais, mas ao mesmo tempo considerava a eleição um método precário de seleção dos novos dirigentes, uma vez que as eleições seriam ganhas mais facilmente pelos próprios grupos dominantes e conservadores que dirigiriam o aparelho estatal na manutenção de sua política tradicionalmente conservadora.

Daí, a relativa superioridade dos regimes democratas, apesar do paradoxo em que se realizam. A superioridade vem da facilidade de renovação, do pessoal governante, e das possibilidades de iniciativas. Com isto, evita-se a perversão conservadora, em que decaem e se corrompem todos os outros regimes políticos. O paradoxo está na própria qualidade do pessoal que a *maioria escolhe*. Dir-se-ia que a eleição escolhe e apura no sentido pior. Por quê? Porque a maioria não pode ser de ótimos critérios, mas da mediania rasa. Além disto, para captar os sufrágios da mesma maioria, os candidatos têm de recorrer a processos que correspondam a esse critério raso, com recursos que lisonjeiem os respectivos gostos. Nada disto é escol, e isto é assim, mesmo nos países em que se respeita religiosamente a *verdade eleitoral*. Nos outros, onde só há ficção, tudo não passa de conluio, tudo não passa de porcaria. A democracia afasta um pouco o grande mal, mas não o elimina e não dá a forma definitiva de direção política. [...] Finalmente, a política tradicional, em formas democráticas, converte os dirigentes em maus apóstolos, que precisam cultivar intensamente todos os motivos baixos, em que os ânimos se aviltam, a ponto de aceitar-se a direção dos que só podem viver da exploração. [...] A bem considerar, os desfechos das conquistas eleitorais oferecerem-nos, muitas vezes, esse aspecto de – desbriados, explorados por velhacos e canalhas. (BOMFIM, 1996, p.47-49, grifos do autor)

Nas mesmas páginas, Manoel Bomfim demonstra acreditar ser possível e desejável uma harmonização completa entre os interesses individuais e coletivos – um posicionamento potencialmente totalitário. Se complementarmos tal posicionamento com o “programa” revolucionário que esboçou – eliminação dos setores conservadores

e reparação imediata e radical das demandas sociais – e sua visão essencialista da nacionalidade brasileira que procura identificar na sociedade os grupos anti-nacionais, somos forçados a admitir que Bomfim considerava que a integração das demandas sociais na condução do Estado era um fim a ser alcançado independentemente dos meios a serem empregados. Uma nação livre da exploração social, para Manoel Bomfim, não comportaria muito espaço para divergências.

Se o Estado fosse, como deveria ser, a organização eficiente das energias gerais da nação, *a política seria, apenas, a fórmula inteligente de solidariedade, na realização dos serviços públicos, onde explicitamente se refletiriam as necessidades gerais e as aspirações permanentes*. Quando estas páginas chegarem a conclusões, serão explícitas nessas mesmas afirmações, para, desenvolvidamente, mostrar como *numa política conscientemente humana se podem harmonizar, para satisfação completa e justa, os interesses individuais e as necessidades gerais*. O pretenso antagonismo que por aí se aponta é invenção dos dirigentes [...]. Há antagonismo, mas é, apenas, esse mesmo, entre a existência da nação, como *solidariedade de interesses e necessidades*, e a forma de organização social em que os dirigentes, incapazes de uma ação realmente produtora, têm de existir como parasitas [...] (BOMFIM, 1996, p.49, grifos nossos)

Ao nos referirmos à construção de identidades históricas, a obra de Manoel Bomfim oferece como primeiro ponto de apoio estruturador de sua narrativa a concepção de “organismos sociais” presente em *A América Latina*. Ainda que a expressão perca em importância na trilogia sobre o Brasil, a noção de sociedades distintas que se desenvolvem cada qual como um organismo particular com características próprias permanece em seus outros textos. Esses “organismos sociais” são compreendidos por Bomfim como “nacionalidades” distintas, cada qual com suas necessidades e um conjunto de “tradições” que lhes são específicas.

É a partir dessa concepção que Manoel Bomfim atribui à sociedade brasileira uma identidade própria – distinta da portuguesa – já no início da colonização, considerando já existir no Brasil suas próprias características, necessidades e tradições após as primeiras gerações de colonos. As necessidades da emergente nacionalidade brasileira são consideradas pelo autor como essencialmente antagônicas aos interesses do “organismo social” português, seu parasita externo.

O rompimento entre Brasil e Portugal representado pela Independência é interpretado por Bomfim como uma interiorização do parasitismo, pois para ele as elites continuaram a se identificar com os interesses parasitários, reprimindo conseqüentemente os interesses nacionais da sociedade brasileira. A partir daí, a história do Brasil segundo Manoel Bomfim pode ser compreendida como um renovado conflito entre a nacionalidade brasileira – o conjunto do “organismo social” como um todo – e

as elites conservadoras – parasitas internos utilizando o Estado para atender apenas a seus interesses particulares. Bomfim destaca no passado os momentos em que a nacionalidade brasileira se manifestou e se expressou, com seus anseios e demandas, mas, ainda que suas “tradições” tenham permanecido vivas e atuantes, não teriam conseguido, segundo o autor, superar totalmente a “infecção” representada pelo parasitismo social.

Na obra de Bomfim, portanto, a nacionalidade brasileira é identificada com a população trabalhadora como um todo, pois os interesses dos trabalhadores estariam ligados ao “progresso” geral da sociedade brasileira, ou seja, a uma distribuição social adequada da riqueza gerada pelo seu trabalho. As elites privilegiadas e conservadoras, por outro lado, são representadas por Manoel Bomfim como elementos antinacionais – corpos estranhos no seio do “organismo social” brasileiro – que se sustentam do trabalho alheio, parasitando o Estado e a sociedade em função unicamente de seus interesses particulares. É esse parasitismo que impediria, para o autor, o “progresso” da nação e poderia representar mesmo uma ameaça para sua soberania futura.

A população trabalhadora e mestiça com que Bomfim identifica a nação brasileira é representada pelo autor como ignorante a respeito de seu papel histórico, ignorância resultante do modo simples e rude em que vive. Ainda que desprovida da instrução que seria necessária para uma vida efetivamente democrática, Manoel Bomfim vê nessa população todas as aptidões para a construção de uma sociedade harmoniosa, laboriosa e unida. O preparo dessa população para a transformação social deveria ser feito, segundo o autor, a partir de sujeitos esclarecidos que se identificassem com os anseios nacionais populares. Bomfim considera que apenas uma revolução que seguisse esses caminhos seria capaz de realizar uma verdadeira democracia no Brasil: ampla instrução popular acompanhada da possibilidade de ascensão social e representação efetiva dos interesses populares pelo Estado.

Podemos concluir então que ao reavaliar a história brasileira, Manoel Bomfim buscou oferecer uma reconstrução da identidade nacional brasileira – uma identidade nacional que não se expressa nas instituições do Estado, mas em sua população, seu “corpo” vivo que, como “organismo”, possui características e evolução próprias. Os “males” vivenciados pela nação brasileira, a seu ver, viriam de uma herança que lhe seria exterior, embora reproduzida internamente pelos elementos parasitários que não representariam os interesses nacionais, representados pelo Estado. A perpetuação do antagonismo brasileiro entre nação e Estado, na obra de Bomfim, representa a própria

perpetuação das desigualdades sociais brasileiras e o impedimento para seu desenvolvimento. Bomfim, assim, exterioriza da identidade nacional brasileira a origem de seus problemas, enquanto preserva em seu interior as qualidades e valores que julga necessários para a superação desses mesmos problemas.

3. OLIVEIRA VIANNA E MANOEL BOMFIM: UM DIÁLOGO (IM)POSSÍVEL?

Acompanhamos, até aqui, as composições narrativas de Oliveira Vianna e Manoel Bomfim. Destacamos os elementos estruturadores de suas narrativas históricas, particularmente aqueles que apresentam maior contraste entre as interpretações dos dois autores. Esperamos que suas principais diferenças tenham se tornado nítidas. Mas, de que modo elas se exprimem no diálogo estabelecido com a tradição intelectual de sua época? Poderiam ter sido elaboradas a partir de pressupostos científicos completamente diferenciados ou guardariam entre si marcas de um método comum de formulação dos problemas históricos? Além disso, se as duas narrativas se referem a um mesmo passado brasileiro, como esse passado pôde ser representado de maneira diferenciada? Suas interpretações históricas não deveriam se aproximar ao menos em seus elementos empíricos? E, a partir dessas possíveis aproximações – sem apagar todas as suas diferenças – as narrativas de Oliveira Vianna e Manoel Bomfim teriam um conferido sentidos radicalmente distintos à identidade brasileira, ou o modo pelo qual elaboraram uma concepção de nacionalidade também não poderia apresentar possíveis proximidades? Retornaremos agora brevemente a alguns elementos de suas obras com a atenção voltada para essas questões.

3.1. Evolução e cientificismo: reafirmando e desconstruindo os critérios científicos

A partir da perspectiva aberta pelo trabalho de Astor Antônio Diehl, é possível esboçar a inserção das interpretações históricas de Oliveira Vianna e Manoel Bomfim em meio ao que Diehl denomina “cultura historiográfica brasileira”. Diehl compreende as interpretações do passado brasileiro como constitutivas de uma *matriz disciplinar*

mais ampla do que a disciplina histórica academicamente instituída, abarcando assim variadas interpretações históricas, independentemente de sua vinculação ou não a diferentes centros institucionais de produção do conhecimento historiográfico. Nessa matriz disciplinar, Diehl avalia a recepção de diferentes projetos europeus de modernização que teriam orientado, de variadas maneiras, a interpretação do passado brasileiro. Na avaliação do autor, essa recepção se traduziu, na cultura historiográfica brasileira, em interpretações históricas do Brasil baseadas na dualidade entre o tradicional e o moderno, localizando supostos impedimentos herdados da tradição luso-brasileira do passado para efetivação de projetos de modernização no Brasil (DIEHL, 1993, p. 36).

Seguindo a periodização de Diehl, a cultura historiográfica brasileira começa a se afirmar no século XIX, após a Independência, consolidando sua prática no IHGB e no modelo historiográfico representado pela obra de Varnhagen, valorizando a nacionalidade brasileira por meio de uma continuidade linear histórica da tradição européia através da colonização portuguesa. A modernidade não é então representada como ruptura com o passado, mas como uma continuidade do processo civilizatório europeu, que ocorreria também sem impedimentos no Brasil, já que a identidade deste se consolida por meio de uma elite branca, européia e aristocrática, não reservando lugar para a presença dos indígenas e dos negros. A partir das décadas de 1860/70 o autor aponta a recepção no Brasil de novas teorias sociais européias que, aliadas às transformações sociais do final do período imperial, estimulam a difusão do positivismo e do evolucionismo entre a intelectualidade brasileira. As interpretações históricas do Brasil procuram então reelaborar as leis históricas deterministas produzidas na Europa de maneira a encontrar as condições necessárias para garantir o *progresso* brasileiro pelo caminho apontado pela *civilização* européia. Na primeira metade do século XX, já na República, Diehl ressalta um revisionismo historiográfico que progressivamente se radicaliza até os anos 1920/30 – demarcando uma cultura historiográfica engajada diante de crises políticas e sociais, com diferentes propostas pedagógicas para a atuação das elites na condução da nação, grande parte de caráter explicitamente autoritário. Esse revisionismo culminaria então, na década de 1930, nas contribuições de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., os quais, com suas interpretações históricas, rompem as perspectivas até então orientadoras da cultura historiográfica e abrem caminho para um revisionismo posterior, abandonando as chaves de interpretação histórica do determinismo social em favor de questões culturais e

econômicas. Diehl não exclui a contribuição de Capistrano de Abreu em sua periodização, mas considera-o herdeiro e inovador metodológico do historicismo baseado na crítica documental representado pelo IHGB, porém distante da interpretação elitista da história brasileira produzida no Instituto (DIEHL, 1998).

Dentro desse quadro geral apresentado por Diehl, como poderíamos inserir as interpretações históricas de Oliveira Vianna e Manoel Bomfim? De um ponto de vista estritamente cronológico, as obras de nossos dois autores se inserem no período de um revisionismo historiográfico que se afasta progressivamente das teorias sociais difundidas no Brasil nas décadas de 1860/70 até as contribuições da década de 1930. *Instituições Políticas Brasileiras* é posterior a esse período, o que nos auxilia a compreender a preocupação do autor em dialogar com novas teorias sociológicas, fazendo mesmo uma reflexão sobre o papel da cultura na formação das sociedades. Entretanto, Vianna ainda se manteve fiel às suas concepções acerca da formação da sociedade brasileira, e mesmo às teorias raciais que a orientavam, destacando inclusive o papel do fator biológico como característica determinante para a formação das sociedades.

Oliveira Vianna talvez seja o autor mais representativo desse período. Herdeiro das teses evolucionistas do século XIX, Vianna possui a característica de as ter retomado segundo os questionamentos debatidos na época. Diante das crises sociais e políticas da República no início do século XX, qual caminho deveria ser seguido pela sociedade brasileira? As instituições liberais republicanas eram então consideradas por muitos intelectuais como ineficientes ou inadequadas para a realidade brasileira. Duvidava-se da existência de um “sentimento nacional”, e o Estado parecia servir unicamente aos interesses das oligarquias que ocupavam o poder – prova da necessidade de sua modificação para que a sociedade brasileira pudesse existir como uma totalidade “orgânica”, e não fragmentada entre os interesses oligárquicos estimulados pelas instituições liberais. Nesse contexto, o conhecimento histórico deveria responder a essas inquietações e encontrar, na especificidade da sociedade brasileira, o método adequado para a construção da nação (DIEHL, 1998).

Vianna se incumbiu dessa tarefa e, recuperando o sentido evolutivo da história brasileira, procurou demonstrar a origem dessa inadequação entre a nossa sociedade e as instituições políticas liberais. A formação histórica da sociedade brasileira mostrava-se incongruente com modelos políticos representativos e democráticos, que teriam sido sempre desvirtuados em função dos interesses particulares e personalistas das

oligarquias regionais. Apresenta-se, assim, uma explicação científica para a falência dos ideais republicanos, apoiada sobre as teorias evolucionistas que demonstrariam a atuação do meio geográfico e da composição racial dessa população para a inviabilidade de um regime liberal no Brasil. A própria cultura brasileira seria inadequada para uma vivência democrática representativa. A solução para esse problema, segundo Vianna, seria a reformulação do Estado sob um modelo centralizador de poder – inspirado na experiência monárquica, bem-sucedida em garantir a unidade da nação e se impor sobre os interesses particularistas das elites regionais. O sucesso intelectual e político de Oliveira Vianna atestam, mais do que qualquer outra coisa, a receptividade e o grau de identificação que suas idéias gozaram entre seus contemporâneos.

Manoel Bomfim também vivenciou, e com mais maturidade, as crises da República brasileira no início do século XX. Como Vianna e outros intelectuais, considerava que a República não se mostrava capaz de atender às necessidades nacionais, e que essa situação precisava ser revista. O conhecimento histórico, também para Bomfim, era a chave para a compreensão do que precisaria ser feito, buscando no passado a origem dos “males” presentes. E ele também procurava compreender o sentido evolutivo da história brasileira. Mas, diferentemente de Vianna, Bomfim rejeitava que o meio geográfico e a composição racial da sociedade pudessem ser elementos determinantes na formação da especificidade da sociedade brasileira. Em sua interpretação histórica ressalta como o Estado brasileiro se formou de modo distanciado dos interesses nacionais – distância que se mantinha na República, que deveria ter sanado esse problema com seu ideal representativo. Para Bomfim, não era a sociedade brasileira que se mostrava inadequada à vida democrática, porque esta nunca pôde existir no Brasil devido ao conservadorismo das elites privilegiadas que ocupavam o poder. A nação brasileira só poderia alcançar o “progresso” com a devida educação da população para a prática de seus direitos democráticos, o que Bomfim acabou concluindo somente ser possível com uma revolução popular que removesse essas elites do poder.

Ainda que apontando soluções divergentes, os dois autores compartilham do mesmo ceticismo em relação à República brasileira que vivenciaram. Ambos viam como as instituições representativas, no Brasil, eram deturpadas pelas elites oligárquicas e se mostravam ineficientes para efetivamente representarem os interesses da nação. Concordavam com a necessidade de uma reformulação do Estado brasileiro e viam como a população mostrava-se despreparada para exercer seus direitos democráticos.

Nesse sentido, Bomfim, mesmo não defendendo a centralização do poder do Estado como solução para crise, também apresenta características comuns à cultura historiográfica de sua época. Além da solução revolucionária que defendia para as dificuldades da República brasileira, Bomfim se distingue radicalmente de Oliveira Vianna em sua rejeição aos determinismos raciais e geográficos que se difundiram no Brasil no final do século XIX – característica de sua obra sempre acentuada por seus comentadores.

Para Renato Ortiz o pensamento social brasileiro, entre o final do século XIX e início do século XX, teria sido marcado pela grande influência das obras de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, os quais considera autores “paradigmáticos” para sua época. Ortiz destaca, ainda, o que seriam as principais influências teóricas da intelectualidade brasileira do período, “o positivismo de Comte, o darwinismo social, o evolucionismo de Spencer” (ORTIZ, 1985, p. 14). A recepção dessas teorias, no Brasil, permitirá aos intelectuais a formulação de uma problemática específica que permanecerá central no pensamento social brasileiro até a década de 1930:

Os parâmetros raça e meio fundamentam o solo epistemológico dos intelectuais brasileiros de fins do século XIX e início do século XX. A interpretação de toda a história brasileira escrita no período adquire sentido quando relacionada a esses dois conceitos-chaves. [...] Na realidade, meio e raça se constituíam em categorias do conhecimento que definiam o quadro interpretativo da realidade brasileira. A compreensão da natureza, dos acidentes geográficos esclarecia assim os próprios fenômenos econômicos e políticos do país. [...] Combinada aos efeitos da raça, a interpretação se completa. A neurastenia do mulato do litoral se contrapõe, assim à rigidez do mestiço do interior (Euclides da Cunha); a apatia do mameluco amazonense revela os traços de um clima tropical que o tornaria incapaz de atos previdentes e racionais (Nina Rodrigues). A história brasileira é, dessa forma, apreendida em termos deterministas, clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro, as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato. (ORTIZ, 1985, p.15-16)

A única exceção indicada por Ortiz na produção histórico-sociológica brasileira dessa época é Manoel Bomfim, ao apontar o colonialismo ibérico como causa do “atraso” do desenvolvimento ibero-americano e ao denunciar a teoria da desigualdade entre as raças como legitimadora da exploração européia sobre outros povos do mundo (ORTIZ, 1985). Ortiz não destaca esse aspecto, mas as proximidades entre o modo pelo qual Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Sílvio Romero interpretaram a realidade brasileira e o pensamento de Oliveira Vianna são nítidas.

As diferentes perspectivas evolucionistas da história, ao lado de determinismos geográficos e raciais, se destacam então como a chave interpretativa da história das sociedades no Brasil do final do século XIX e início do século XX. Lilia Moritz Schwarcz (1993) demonstrou, em estudo sistemático sobre as instituições brasileiras produtoras e divulgadoras de conhecimento entre 1870-1930, como a questão racial – na época “problema racial” – era central nos discursos científicos a respeito dos problemas que impediriam o Brasil de seguir o caminho do “progresso”. Para além das interpretações históricas da formação da sociedade brasileira e os “problemas” advindos de sua população mestiça, médicos e juristas se preocupavam em encontrar soluções para o “problema” da mestiçagem, oferecendo propostas ao Estado brasileiro para “purificar” ou “branquear” a “raça”, objetivando o controle da criminalidade e das doenças. Não é raro nesses discursos, especialmente nos meios médicos, a “biologização” da sociedade, procurando sanar os males da nação, entendida como “corpo” e como “raça”, por meio de seu controle científico, seja através de uma jurisdição diferenciada para brancos e mestiços – tese célebre de Nina Rodrigues – ou da profilaxia, muitas vezes entendida como segregação ou higienização autoritária das populações mestiças.

Oliveira Vianna parte dessas teorias evolucionistas e teses raciais para compreender a formação histórica brasileira. Em sua obra há a constante preocupação em demonstrar a presença de uma elite rural aristocrática branca, “ariana”, que teria se mantido “pura” ao longo da história brasileira. Essa elite, dotada das qualidades raciais “superiores” exigidas pela “civilização” (quer dizer, a civilização européia), é quem teria sido responsável pela construção da sociedade brasileira. Negros, índios e mestiços, na interpretação histórica de Oliveira Vianna, só atuaram na sociedade brasileira de acordo com o lugar social que lhes foi destinado pelos brancos. Assim, Vianna assegura que, mesmo que a população seja marcada por essa suposta “inferioridade racial”, a sociedade brasileira se formou pela condução de uma elite “puramente ariana” – condição imprescindível para a construção de uma nação, seguindo sua interpretação histórica. Além disso, como procura comprovar por meio de dados de recenseamento, Vianna acreditava que a alta mortalidade das populações negras e indígenas no Brasil, somadas à constante imigração européia, promoveria o gradativo “branqueamento” da população brasileira, reforçado pela miscigenação que garantiria a seleção de elementos “eugênicos”, “arianizados”. O meio geográfico brasileiro também tem um papel fundamental no pensamento do autor: ele é responsável

pelo modelo de distribuição de terras adotado pela administração portuguesa, influenciando a estrutura econômica da sociedade colonial, além de atuar decisivamente sobre o modo pelo qual o aparelho burocrático do Estado teria se formado no Brasil. Os elementos racial e geográfico, assim, ocupam uma posição privilegiada na narrativa histórica de Vianna, pois determinam a especificidade brasileira e suas diferenças com relação às sociedades européias – elemento crucial em sua argumentação a respeito da inviabilidade das instituições liberais no Brasil.

Manoel Bomfim rejeitou explicitamente esses determinismos em sua obra. O meio geográfico não desempenha nenhuma atuação especial de sentido diferenciador negativo em sua narrativa histórica, sendo, pelo contrário, considerado abundante em riquezas naturais cobiçadas pelos europeus. Quanto aos determinismos raciais, Bomfim considera-os desprovidos de comprovação científica e, ainda que aceite a existência da hereditariedade de características psicológicas, afirma que elas não poderiam ser distinguidas nem tampouco consideradas mais influentes do que a educação social na qual os indivíduos se formam. Bomfim considerava ainda o positivismo francês como incapaz de compreender as especificidades das diferentes sociedades ao afirmar qual seria o estágio final da evolução humana, e via no darwinismo social uma deturpação do pensamento de Darwin. Foram esses posicionamentos, tão contrários à sociologia brasileira da época de publicação de *A América Latina*, que lhe transformaram em alvo dos ataques de Sílvio Romero.

Contudo, Bomfim apresenta em sua narrativa histórica uma concepção evolucionista para a formação das sociedades, ainda que ressaltando a importância da educação social em detrimento dos elementos raciais e geográficos. Conforme já foi considerado por Ventura e Sussekind (1984), Bomfim elaborou um *contradiscurso* aos determinismos evolucionistas, mas não chegou a encontrar outra forma discursiva, com outra rede de significados, para a compreensão da formação histórica das sociedades. Sua interpretação histórica tem como elemento central seu conceito-metáfora de “parasitismo social”, aproximando organismos biológicos de “organismos sociais”. Essa metáfora de Bomfim entrecruza as esferas biológica e social ao assimilar “organismos sociais” a “sociedades”, “povos” e, principalmente, “nacionalidades”. A “nacionalidade” é assim compreendida como um “organismo social” e, ainda que sua evolução não seja regida por leis biológicas, pode apresentar vitalidade ou “degeneração”.

Oliveira Vianna não chega a se referir às sociedades como organismos – mas o sentido que atribui à evolução da sociedade brasileira é condizente com essa concepção. Em *Evolução do Povo Brasileiro* o Brasil é retratado como uma sociedade “ganglionar”, dando a entender que, mesmo reconhecendo o isolamento entre os “nódulos sociais” dispersos pelo território brasileiro, eles ainda compunham uma totalidade indivisível. Tanto Vianna quanto Bomfim procuraram também identificar as características que seriam “essenciais” na formação da sociedade brasileira, um “caráter” que demarcaria sua especificidade e que se constituiria em um germe de sua evolução. Nas interpretações históricas dos dois autores, portanto, a nacionalidade brasileira é representada como uma totalidade “orgânica”, dotada de características próprias que lhe seriam essenciais, distinguindo-a de outras sociedades, cuja compreensão deveria ser alcançada pelo conhecimento histórico.

A partir da reflexão francesa moderna sobre as diferenças entre povos, Tzvetan Todorov (1993) ressalta o impacto do etnocentrismo, como projeção universal de valores culturais específicos, nas indagações européias sobre a evolução das sociedades. Etnocentrismo esse que se encontra na base do cientificismo francês, uma vez que da projeção universal de determinados valores culturais estabelece-se, de antemão, um único caminho evolutivo para todas as sociedades que desejem seguir o “progresso” europeu. As diferenças entre as sociedades, no pensamento cientificista, podem ser “corrigidas” através do conhecimento histórico e sociológico adequado. Baseiam-se também no mesmo etnocentrismo o racismo e o racialismo, ao identificarem em um grupo étnico-racial os valores considerados superiores, e portanto desejáveis, diante de todos os outros povos. Todorov não considera as teorias racialistas como necessariamente racistas, já que o racismo se constituiria no comportamento social da discriminação daqueles considerados inferiores. Consideramos essa distinção válida, mas, pelo fato de, ao mesmo tempo, Todorov admitir que as teorias racialistas oferecem um discurso politicamente propositivo, entendemos essas teorias como *também* racistas. Cientificismo e racialismo constituem então, no século XIX e na primeira metade do século XX, a base para as formulações teóricas dos variados determinismos sociológicos. Uma vez que se estabelece uma “raça”, no lugar de cultura, como “superior”, as especificidades culturais dos diferentes grupos sociais humanos, “inferioridades”, podem ser sanadas através de uma política eficientemente orientada pela sociologia. Todorov chama a atenção para a relação operada por essas correntes do pensamento europeu entre ciência e política: não caberia ao conhecimento, ainda que

livre em sua investigação científica, ser apropriado e utilizado de maneira politicamente ética pela sociedade. Ao invés disso é a sociedade que deve ser politicamente orientada em direção ao que o conhecimento determina como desejável e correto, postura também facilmente identificável nos regimes totalitários do século XX.

A obra de Oliveira Vianna, como podemos perceber, possui muito desse pensamento europeu etnocêntrico, cientificista e racalista. Vê nas sociedades européias o modelo de “civilização” ideal, e não economiza em comparações entre a formação social brasileira e a formação social inglesa para ilustrar a especificidade brasileira. Nessas comparações, Vianna demonstra grande admiração pelas instituições liberais inglesas, mas a especificidade da sociedade brasileira leva-o a considerá-las inadequadas para o Brasil. Mesmo ao dialogar, em *Instituições Políticas Brasileiras*, com o conceito de cultura como elemento definidor das especificidades sociais, Vianna reafirma sua descrença em uma igualdade de aptidões e “capacidade política” entre grupos étnicos distintos. O cientificismo marca seu pensamento sobre o Brasil na medida em que sua preocupação constante é a de encontrar o modelo político adequado para a sociedade brasileira. Modelo político que só poderia ser delineado a partir de um conhecimento científico sobre a formação da sociedade. A pretensa objetividade desse conhecimento, para Vianna, seria responsável por garantir não só a viabilidade, mas sobretudo a necessidade da adoção de outro modelo político, centralizador e desprovido das inadequadas instituições liberais. Sua própria concepção de Estado, por extensão, torna-se objetivista, não sendo o resultado de um arranjo institucional entre grupos políticos, mas antes um aparelho burocrático cujo propósito é garantir o respeito às leis instituídas, ou seja, garantir sua própria existência. Assim, encontrar o Estado adequado para a sociedade brasileira torna-se um problema jurídico técnico – formular um modelo de Estado cujas instituições formais reflitam as instituições sociais já consolidadas pelo costume, garantindo sua estabilidade.

Já Manoel Bomfim reitera várias vezes a impossibilidade de uma imparcialidade objetiva nas ciências sociais. Denunciava como as teorias racialistas eram marcadas pelo etnocentrismo europeu, e não via qualquer cientificidade na tese da desigualdade inata entre as “raças” – teses que politicamente se traduziam na exploração de uma sociedade pela outra. O próprio conhecimento histórico, para Bomfim, é visto como um campo de confronto em que diferentes tradições nacionais procurariam se afirmar umas sobre as outras. A educação é, para ele, o fator determinante para a formação das características psicológicas de uma sociedade. O conhecimento, nessa perspectiva,

torna-se um importante instrumento para a transformação social. Não para indicar como a sociedade brasileira deveria “corrigir” suas próprias especificidades para se assemelhar à “civilização” européia, mas para preparar a população para uma vida política efetivamente democrática. Assim como Bomfim não considera as ciências sociais como objetivamente imparciais, ele também não vê o Estado como uma instituição burocrática “neutra”. O Estado, na narrativa histórica de Manoel Bomfim, não é representado apenas como um modelo institucional, mas como fruto de um projeto político, atendendo a determinados interesses em detrimento de outros. Democracia, nesse caso, significaria a condução do Estado segundo os interesses do conjunto da sociedade – o único Estado adequado a uma sociedade – e não a adoção meramente formal de instituições representativas.

Apesar dessas diferenças, é necessário reconhecer que Manoel Bomfim e Oliveira Vianna dialogam com uma mesma tradição intelectual. Assumiram posicionamentos diferentes quanto a diversas questões, mas ainda assim se posicionaram com relação aos mesmos dilemas: as crises da República brasileira, a atuação personalista das elites oligárquicas, a definição do “caráter” da sociedade brasileira, a busca pelo “progresso”. São questões de sua época que não poderiam ser evitadas, sob o risco de comprometerem a validade de suas narrativas históricas. A pretensão de validade que suas obras apresentam se apóiam, portanto, sobre dois fatores: as inquietações sociais vivenciadas em sua época e o conjunto de reflexões intelectuais herdadas do pensamento social brasileiro do início do século XX. Atendendo à necessidade de orientação da sociedade na época em que viviam, Oliveira Vianna e Manoel Bomfim apresentaram caminhos possíveis, ainda que diferentes, para a superação dos impasses que se apresentavam com relação à República brasileira. Diferença que se reflete no diálogo estabelecido por cada um dos autores com os critérios de validade científica do conhecimento histórico-sociológico do período. Critérios reafirmados por Oliveira Vianna ao longo de suas obras por meio do cientificismo dos determinismos evolucionistas, o que para o autor valida cientificamente sua interpretação sobre o Brasil. Esses mesmos critérios de validade científica do conhecimento foram desarticulados por Manoel Bomfim, que, ao ressaltar o caráter político das ciências sociais e de seus questionamentos, afirma a necessidade do conhecimento histórico servir de estímulo orientador para a nacionalidade – a sociedade. E é sobre essa necessidade que Bomfim sustentava a validade de sua reflexão sobre o Brasil.

Se Vianna e Bomfim se posicionaram de maneira diferenciada com relação à tradição intelectual que herdaram, essa diferença repercutiu inevitavelmente na composição de suas narrativas históricas. Entretanto, ambos procuraram se referir a uma mesma experiência do passado – a formação da sociedade brasileira. Além disso, os dois autores demonstravam-se céticos com relação à República brasileira que conheceram. Levando isso em consideração, não seria possível encontrarmos em suas narrativas históricas elementos comuns? Como poderiam pretender representar de modo verdadeiro o passado brasileiro sem abordarem um mesmo conjunto de experiências vivenciadas historicamente pela sociedade? Se os dois autores rearticularam de maneira diferenciada o tempo histórico brasileiro, ainda assim foram obrigados a se debruçar sobre um espaço de experiência comum. Suas narrativas, assim, não poderiam se distinguir radicalmente com relação aos elementos empíricos utilizados, mas antes nos sentidos através dos quais esses mesmos elementos foram articulados.

3.2. Rupturas e permanências da história brasileira

As narrativas históricas, como elaboração discursiva da experiência temporal, rearticulam os eventos do passado de modo a conferir-lhes sentido e significado. Elementos dispersos da experiência histórica são assim inseridos em uma intriga narrativa, sendo articulados uns com os outros de modo a serem representados como processos e momentos históricos. As representações de rupturas e continuidades marcam os momentos históricos do passado, constituindo um sentido histórico para a vivência do tempo. Ao procurarem no passado as causas dos problemas brasileiros presentes em sua época, Manoel Bomfim e Oliveira Vianna conferiram novos sentidos à história brasileira, capazes de servirem de orientação para as mudanças que desejavam para a sociedade. Mesmo apresentando interpretações distintas do passado brasileiro, poderiam haver proximidades entre o modo pelo qual cada um dos dois articulou a experiência temporal?

O primeiro traço comum entre suas articulações da experiência temporal encontra-se ligado à própria necessidade que viam em resgatar o passado brasileiro. Diante do fracasso da República em conduzir a nação ao almejado “progresso”, Bomfim

e Vianna insistiam em localizar a origem do problema em um passado anterior à própria experiência republicana, voltando-se para a própria formação da sociedade brasileira. A República brasileira, nos moldes em que ela era vivenciada, ainda que seja considerada pelos dois autores um regime insatisfatório para a nação, não é representada em suas interpretações históricas como contendo em si mesma a causa de seus problemas. Estes são considerados pelos autores como heranças de um passado anterior à República, e por isso não poderiam ser compreendidos a partir de uma avaliação que se restringisse a encontrar no regime político suas deficiências intrínsecas. O passado brasileiro, em suas perspectivas, teria permanecido vivo e atuante sobre a sociedade, como uma tradição não abandonada, mas ainda assim incompreendida, que teria um papel muito mais decisivo sobre as dificuldades da nação do que os eventos políticos que se vivenciavam. Apenas recorrendo ao conhecimento histórico desse passado, sentido como um “fardo” sobre o presente, poderia ser adequadamente apreendido para orientar o caminho que a sociedade deveria seguir.

Apesar disso, o período republicano e a Abolição são representados em suas obras como marcas de uma ruptura incontornável com o passado brasileiro. Ruptura representada negativamente na obra de Oliveira Vianna, para quem a República havia inaugurado um período de incertezas na história brasileira, se transformando em uma ameaça para a nação. Da mesma forma, Vianna também representa a ruptura social marcada pela Abolição como um elemento desestabilizador na evolução da sociedade brasileira, desintegrando as relações sociais consolidadas pelo regime escravista. Manoel Bomfim, por outro lado, considera a ruptura marcada pelos anos 1888/89 como uma revolução (na verdade a terceira e a quarta revoluções brasileiras) imprescindível para a nação. A Abolição e a República, em sua interpretação histórica, trazem mudanças à sociedade brasileira que julgava necessárias muito antes no Brasil, e por isso são avaliadas positivamente pelo autor. Nos dois casos esses eventos-chave marcam uma mudança social e política que não poderia mais ser revertida. E mesmo Vianna, que lamenta tal mudança de rumo na sociedade, não é capaz de propor um retorno – pelo menos integral – a esse passado definitivamente perdido.

Uma vez que Vianna e Bomfim reconhecem o regime republicano como uma ruptura definitiva com o passado brasileiro, mas ainda assim consideram a compreensão deste como necessária para a superação dos problemas nacionais, evidencia-se nas obras dos dois autores uma constante tensão entre permanências e rupturas na história brasileira. Ao resgatar o que considerava serem as estruturas essenciais da sociedade

brasileira, Oliveira Vianna reafirma constantemente em sua obra a necessidade da adoção de um modelo político adequado a essas estruturas. Dessa forma, valoriza as permanências do passado brasileiro nas relações sociais, na psicologia política e na cultura da sociedade – permanências às quais aquele modelo republicano de Estado não poderia se adequar, mostrando-se por isso ineficiente para a condução da nação. Vianna considera essas permanências a tal ponto sedimentadas na sociedade brasileira que em nenhum momento se questiona a respeito da possibilidade de sua superação, defendendo antes o seu reconhecimento como necessário para a consolidação de um regime político apropriado para o Brasil. O ceticismo de Manoel Bomfim com relação à capacidade daquela República em assegurar o “progresso” da nação, ao invés disso, baseava-se justamente na incapacidade demonstrada pelo regime em intensificar e aprofundar as transformações sociais, afastando-se ainda mais das permanências do passado. A Abolição e a República, para Bomfim, deveriam ter sido rupturas muito mais significativas com o passado brasileiro, mas deixaram por fazer a ruptura absoluta com esse passado que julgava necessária. As narrativas históricas dos dois autores elaboram, assim, uma visão bipartida da experiência histórica brasileira, em que a sociedade é representada como desencontrada de si mesma, dividida entre permanências não superadas do passado e rupturas incontornáveis.

Subjaz, a essa representação histórica da sociedade brasileira, a concepção de uma essência dessa sociedade, definida pelas características que lhe tornariam específica. Características essas que, por serem essenciais, permaneceriam atuantes na sociedade, mesmo após a sucessão de processos históricos e rupturas trazida pela experiência do tempo. São as características essenciais que Vianna atribui à sociedade – uma estrutura hierarquizada desprovida de práticas democráticas – que inviabilizariam o regime republicano instituído. Por isso o Estado deveria ser devidamente adequado à sociedade, a essas características indelévels que definiriam o que seria a sociedade brasileira. Na interpretação histórica de Manoel Bomfim essa tensão entre mudança e continuidade surge pela própria formação, no Brasil, de uma sociedade cujas necessidades foram reiteradamente abafadas. Essa característica da sociedade brasileira teria perdurado ao longo da história, persistindo ainda no regime republicano, que continuaria a sufocar os anseios nascidos com a própria sociedade brasileira. As narrativas históricas de Vianna e Bomfim, dessa forma, projetam para o período colonial brasileiro uma formação essencial da sociedade que não poderia continuar a ser ignorada.

A permanência desse passado na história brasileira não é fortuita. A consolidação dos clãs rurais, na obra de Oliveira Vianna, manteve a sociedade brasileira fragmentada ao longo do tempo pela ação particularista dos chefes latifundiários. Como representa essa sociedade latifundiária organizada em uma estrutura hierárquica rígida em que a “aristocracia rural” é responsável pela evolução do Brasil, Vianna atribui a essa “aristocracia” a continuidade dos conflitos personalistas que caracterizam sua “anarquia branca”. Na narrativa de Manoel Bomfim a continuada tensão gerada pela supressão das demandas da sociedade é mantida pelo “parasitismo” da metrópole e seus representantes na colônia, e dos próprios colonos sobre os escravos indígenas e negros, perpetuando um conflito social que jamais chega a ser resolvido. O “parasitismo” desses grupos que se apropriam das riquezas e do trabalho brasileiro, para em seguida se retirarem com seus lucros de volta para a Europa, é o que mantém a sociedade brasileira em uma situação permanentemente precária. Nos dois casos, portanto, é a ação de elites privilegiadas, por sua posição econômica ou política, que inviabiliza qualquer transformação social capaz de superar as características originais da sociedade brasileira.

Ao refletirem a respeito da atuação da administração colonial portuguesa no Brasil, as narrativas de Bomfim e Vianna afastam-se progressivamente, na medida em que avaliam a repercussão histórica do modelo de exploração adotado pelos portugueses. Oliveira Vianna considera benéfica a fragmentação administrativa produzida pelos portugueses, cuja finalidade era assegurar os proventos coloniais e a fiscalização dos monopólios. Essa adaptação portuguesa à extensão territorial brasileira é o que teria garantido, segundo Vianna, a progressiva contenção da “anarquia branca”, impondo sobre os chefes latifundiários um poder externo e desvinculado de seus interesses particularistas. Para Manoel Bomfim esse aparato fiscal exprimia o próprio parasitismo português sobre o Brasil, sustentando por uma política repressora a exploração das riquezas e do trabalho brasileiros. Nas duas interpretações históricas a primeira forma de Estado a existir no Brasil, ainda no período colonial, é apontada como defensora dos interesses portugueses. O Estado que existia na colônia não poderia refletir as necessidades e interesses, particularistas ou sociais, da sociedade aqui formada.

A solução monárquica que marca o processo de Independência não pode deixar de ter um aspecto central em suas interpretações históricas. Os ideais liberais, seguindo a narrativa de Vianna, deixavam claro a força da elite latifundiária brasileira, que

almejava a consolidação de um Estado cujas estruturas pudessem ser apropriadas por seus interesses particulares. Por isso Oliveira Vianna considera afortunada a solução monárquica, construindo em torno da figura do Imperador um poder centralizado que garantiu a limitação desses interesses conflitantes e manteve unido sob sua influência todo o território brasileiro, derrotando os separatismos oriundos dos interesses regionalistas. Enquanto isso, o personalismo dos chefes latifundiários foi atraído para o jogo político parlamentar, que se encontrava submetido ao poder imperial e não detinha o poder condutor da nação. O problema da solução monárquica, para Manoel Bomfim, era exatamente o da construção de um Estado em que o liberalismo fora falseado, mantendo o poder nas mãos da dinastia portuguesa. D. Pedro I tomara para si a Independência brasileira em sua narrativa histórica, e com isso impediu que os ideais liberais da sociedade pudessem efetivamente se concretizar. Mas o que fica claro na obra dos dois autores é a absorção, pelo Estado monárquico, de uma tensão entre os interesses centralizadores do Estado, concentrados na figura imperial, e as reivindicações liberais pela representatividade de interesses oriundos da sociedade.

Esse caráter duplo da monarquia brasileira alcança sua expressão máxima no segundo reinado, que os dois autores consideram representativo de seus argumentos a respeito do regime monárquico. O artificialismo do parlamento imperial é o que garante, na narrativa de Oliveira Vianna, a derrota definitiva dos movimentos liberais. A ação direta de D. Pedro II é elogiada por Vianna por ter consolidado a unidade nacional sob seu poder, assegurando ao Estado um período de estabilidade que reuniu sob as disputas partidárias – manipuladas pelo próprio Imperador – os conflitos regionalistas e personalistas pelo poder. A mesma intervenção política direta praticada por D. Pedro II é condenada por Manoel Bomfim, que vê no modo pelo qual o Imperador seduziu as lideranças políticas para as disputas de um parlamento artificial e por ele manipulado a derrota política definitiva dos interesses da sociedade. As reivindicações liberais, nas duas narrativas históricas, são afastadas da esfera da disputa política no segundo reinado, mas continuaram tendo influência suficiente na sociedade a ponto de pressionarem o Estado em favor da Abolição – momento antecipatório da República. A Abolição e a República, rupturas lamentadas por Vianna e valorizadas por Bomfim, são representadas então como resultantes da influência da sociedade sobre o Estado, visto que este se encontrava firmemente conduzido pelo poder centralizador do Imperador.

E assim são justificadas as preocupações iniciais dos dois autores com relação à ruptura com o passado representada pelo advento da República. Ao ceder às pressões

particularistas e regionalistas de uma sociedade conduzida por uma elite latifundiária personalista a República, segundo Vianna, ameaçava a própria estabilidade política do Estado brasileiro. Seria preciso, para o autor, precaução por parte do Estado com relação a esses interesses particularistas que se manifestavam como pressões sociais, impedindo que atuassem sobre a condução da nação. Por isso defendida a reconstrução de um Estado centralizador no Brasil, evitando os conflitos regionalistas que poderiam se acirrar no regime federativo e representativo adotado. Para Manoel Bomfim a República falhara em romper completamente com o passado colonial e imperial, mantendo no poder as mesmas elites políticas que utilizavam o Estado exclusivamente para a defesa de seus privilégios. A atuação das elites que ocupavam o poder, dessa forma, é representada na obra de ambos os autores como um impedimento para a superação da tensão entre mudança e continuidade, ainda que um defendesse um modelo político adequado às permanências do passado que julgava não poderem ser alteradas, e outro uma radicalização da mudança que pusesse fim a essas permanências.

O modo pelo qual cada um dos autores articula mudanças e continuidades na história brasileira, portanto, constrói o sentido por eles atribuído à experiência do passado. Como esperamos ter indicado, contudo, é possível localizar proximidades no modo como cada um estrutura, temporalmente, sua narrativa histórica sobre o Brasil. Há permanências e rupturas similares em suas obras, que apontam para a formação de uma sociedade dividida, cujas tensões herdadas do passado ainda não haviam sido totalmente superadas. Isso não impediu os autores, contudo, de se apropriarem de modo distinto dessa estruturação histórica, atribuindo significados diferenciados para o espaço de experiência brasileiro. O sentido de suas narrativas, portanto, não são completamente antagônicos no modo como dispõem e elencam os elementos que compõem o passado brasileiro. Entretanto, as diferenças entre Manoel Bomfim e Oliveira Vianna são inegáveis, a ponto de nos parecerem autores cujas obras seriam irreconciliáveis. Resta-nos avaliar de como essas diferenças se exprimem no significado que atribuíram à história brasileira, na elaboração de uma identidade histórica para a sociedade.

3.3. Identidades narrativas: um Brasil dividido

Vimos, até aqui, como as obras de Oliveira Vianna e Manoel Bomfim dialogaram de maneira diferenciada com uma mesma tradição intelectual brasileira de sua época. Oliveira Vianna, reiterando as premissas cientificistas da sociologia de sua época, reconstituiu a história brasileira de modo a encontrar, por uma postura supostamente objetiva, as características estruturais da sociedade brasileira, definindo a partir daí o modelo político adequado para que o Estado pudesse corresponder às necessidades dessa sociedade. Manoel Bomfim, ao dialogar com os mesmos pressupostos então vigentes nas ciências sociais, denunciou a falsa imparcialidade do conhecimento histórico e desconstruiu a pretensa validade científica das teorias racialistas e dos determinismos evolucionistas.

Essa diferenciação entre os dois autores auxilia-nos a compreender, em parte, a recepção tão distinta que suas obras tiveram em meio à intelectualidade brasileira. As duras críticas feitas por Sílvio Romero à rejeição de Bomfim às teorias sociais que fundamentavam os alicerces da reflexão histórico-sociológica do início do século XX demonstram como esse posicionamento de Bomfim pode ter contribuído para o silêncio que marcou por um longo período sua obra. Era um autor marginal em sua época, e suas idéias não suscitaram, entre seus contemporâneos, o debate necessário para que houvessem ganhado maior visibilidade. Oliveira Vianna, ao dar continuidade às premissas sociológicas que orientaram a reflexão intelectual brasileira entre o final do século XIX e início do século XX, inseriu-as na resolução dos impasses surgidos com o período republicano. O sucesso com que suas idéias foram recebidas pelos seus contemporâneos, lhe garantido prestígio não só intelectual, mas também político, demonstra o êxito de Vianna em adaptar, para os novos problemas que surgiam, uma tradição intelectual já consolidada.

Apesar de todas essas diferenças, esperamos ter demonstrado como, ainda que chegando a conclusões e significados distintos a respeito da formação histórica da sociedade brasileira, Bomfim e Vianna não articularam de maneira radicalmente distinta a relação entre mudanças e continuidades que caracterizam a narrativa histórica. As

rupturas e permanências do passado brasileiro, em suas narrativas, muitas vezes se entrecruzam, construindo mesmo, nessa articulação, um problema comum de uma sociedade dividida entre permanências consolidadas do passado e rupturas definitivas, embora incompletas, trazidas pela experiência histórica.

O que distingue de modo mais profundo suas narrativas históricas, portanto, é a construção que fazem de uma identidade histórica brasileira, na medida em que articulam as mudanças e permanências históricas atribuindo-lhes valores diferenciados. As duas narrativas, conforme foi dito acima, partem dos impasses colocados pela experiência republicana brasileira do início do século XX para a compreensão da formação histórica da sociedade. Assim, indicam que a origem dos problemas enfrentados pela República não poderia ser compreendida exclusivamente a partir do modelo político adotado, mas de um passado brasileiro anterior. É por esse motivo que as duas narrativas se voltam para a compreensão de uma identidade específica da sociedade brasileira, de suas características definidoras. Apóiam-se portanto em uma concepção comum de uma identidade brasileira permeada por problemas ou dificuldades não solucionados. Se a ruptura representada pela Abolição e a República é considerada como incontornável pelas duas narrativas históricas, ainda assim não é considerada como o elemento chave para a compreensão dos problemas da sociedade. Reafirma-se, dessa forma, a existência de uma identidade brasileira anterior, essencial, que permanecia atuando sobre a evolução da sociedade brasileira.

É essa identidade específica da sociedade brasileira que os dois autores consideram necessário ser compreendida, para que possa ser lidada de maneira adequada, orientada racionalmente pelo conhecimento histórico. Oliveira Vianna retrata essa identidade brasileira essencial como inalterável, não podendo ser modificada estruturalmente a partir da adoção de fórmulas políticas importadas. Manoel Bomfim, ao defender uma ruptura mais radical com o passado, direciona como objetivo de sua narrativa encontrar o caminho para uma superação absoluta com essa identidade herdada do passado que ainda caracterizaria a sociedade brasileira.

É a partir desse ponto que os autores se afastam cada vez mais no sentido histórico que atribuem à experiência do passado. O sentido de identidade construído por suas narrativas, ao mesmo tempo em que é elaborado pela articulação que fazem entre mudanças e continuidades, fornece significados distintos para essas permanências e rupturas da experiência histórica brasileira. Dessa forma, Oliveira Vianna começa a elaborar um senso de identidade da sociedade brasileira a partir das relações sociais

hierárquicas consolidadas no interior dos latifúndios durante o período colonial, relações consideradas estruturais e definidoras da própria sociedade. Manoel Bomfim, que também recua para o período colonial a formação das características definidoras da sociedade brasileira, vê no início da história brasileira a divisão da sociedade entre duas identidades distintas – uma que surge com a própria exploração colonial portuguesa, fiel aos interesses parasitários da metrópole sobre a colônia, e outra especificamente brasileira, nascida de um senso patriótico dos colonos na defesa de seu território, à revelia dos interesses manifestos pela metrópole. Nesse ponto, a diferença fundamental entre as duas narrativas históricas, que repercute sobre todo o modo pelo qual a experiência histórica brasileira será posteriormente articulada, se encontra no fato de que, onde Bomfim via a formação de interesses coletivos, nacionais, no patriotismo solidário dos colonos defensores da terra, Vianna vê apenas a formação de uma sociedade fragmentada, sem senso coletivo de interesses ou de uma identidade comum. Diferentemente de Bomfim, portanto, Vianna atribui à identidade brasileira formada no período colonial apenas um sentido de caracterização, e não de definição de uma identidade nacional.

Essa diferença fundamental entre os dois autores se explicita na medida em que se voltam para o problema que se torna central – e que é também o ponto de partida – em suas narrativas históricas sobre o Brasil, o da relação entre o Estado e a sociedade. A posição que assumem com relação a esse problema reflete-se no modo pelo qual representam a relação entre a sociedade colonial e o Estado instituído pela metrópole. Uma vez que Oliveira Vianna caracteriza essa sociedade como fragmentada entre interesses particulares e regionalistas, acaba assumindo a perspectiva do Estado que precisa impor sua fiscalização sobre a colônia, considerando-o como elemento unificador da nação. Por isso, mesmo reconhecendo que a fiscalização portuguesa, no Brasil, não refletia as necessidades da sociedade e que seu interesse meramente fiscal foi responsável pela fragmentação da administração colonial, Vianna considera positiva e acertada a atuação da metrópole com relação ao Brasil. Adequando-se à fragmentação regional, o Estado colonial se impôs sobre os interesses particularistas e regionalistas da sociedade, preparando o caminho para a consolidação de um Estado único, nacional, sobre uma sociedade essencialmente fragmentada. É uma leitura da história brasileira completamente distinta da de Manoel Bomfim. Para este o Estado colonial no Brasil, aparato de exploração da metrópole, foi o defensor dos interesses particulares das elites

privilegiadas pela exploração, impondo-se sobre o que considera serem interesses coletivos da sociedade, os interesses que seriam especificamente nacionais.

Dá o enaltecimento, por parte de Oliveira Vianna, do Estado brasileiro que surge com a monarquia. Para Vianna, apenas o poder central representado pelo Imperador poderia ser considerado como fundamentalmente nacional, uma vez que teria sido responsável pela garantia da unidade política do território, vencendo as dissidências separatistas, contendo a ação dos interesses particulares dos chefes latifundiários e afastando do poder político seus conflitos personalistas. Manoel Bomfim vê, nessa mesma monarquia, a absorção, por parte do Estado brasileiro, do parasitismo colonial. O poder centralizador do Imperador representa, em sua narrativa histórica, a imposição dos privilégios das elites que passam a ocupar o poder sobre os interesses coletivos, nacionais, da sociedade. É onde as duas narrativas históricas demonstram ser mais antagônicas, uma identificando os interesses nacionais com o Estado que se impõe sobre a sociedade, e outra com a coletividade social que passou a ser governada por esse Estado centralizador. As reivindicações liberais são então consideradas por Oliveira Vianna como defensoras dos interesses particularistas, influenciadas pela adoção de idéias estrangeiras, “exógenas”, à sociedade. As mesmas reivindicações em que Manoel Bomfim localiza o que seriam os verdadeiros interesses nacionais, se opondo à centralização do regime monárquico e à escravidão.

Dessa forma as duas narrativas históricas elaboram para a sociedade brasileira um sentido de identidade nacional fragmentada ou incompleta, que se refletia na República pela tensão ainda existente entre a sociedade e o Estado. Oliveira Vianna temia pelo que considerava ser um aumento da influência política dos interesses particularistas e regionalistas no modelo liberal e federalista adotado pela República. Situação que a seu ver deveria ser revertida, uma vez que considera o Estado como o único construtor possível de uma identidade nacional coletiva. Manoel Bomfim tornou-se completamente descrente com relação à capacidade da República brasileira em realizar efetivamente a democracia no Brasil, já que ela não representava os interesses coletivos da nação, perpetuando o parasitismo do Estado e das elites privilegiadas sobre o conjunto da sociedade.

São posições distintas para um problema que, afinal, consideravam ser o mesmo – a incongruência entre Estado e sociedade no Brasil. O que os dois autores desejavam era a resolução dessa tensão, uma coincidência entre Estado e sociedade. Defendiam, por isso, a reconstrução do Estado de modo que este se adequasse à identidade

brasileira. A diferença é que para Oliveira Vianna tal convergência deveria partir do Estado. Caberia ao Estado, em sua interpretação histórica do Brasil, apropriar-se das estruturas sociais brasileiras para melhor impor-se sobre a sociedade como uma unidade nacional estável. Manoel Bomfim considerava que o Estado brasileiro só poderia se tornar efetivamente nacional a partir do momento em que a sociedade passasse a direcionar o Estado segundo seus interesses sociais coletivos.

Manoel Bomfim e Oliveira Vianna demonstram assim possuir uma concepção “orgânica” de identidade nacional. Esta deveria se afirmar como uma totalidade indivisível, dotada de interesses coletivos inequívocos que, atuando como um conjunto harmônico, deveriam se refletir na política do Estado. Essa concepção de identidade é reafirmada ao longo de suas obras na medida em que o elemento nacional é representado sempre como uma unidade desprovida de dissensões. Diante dessa unidade – esteja ela representada em uma coletividade social ou no Estado – todos os interesses discrepantes são considerados “particularistas” ou “personalistas”. É uma concepção de identidade nacional que não comporta espaço para conflitos entre interesses distintos na sociedade – conflitos característicos de uma sociedade democrática. Defendiam, como consequência, a existência de um Estado ideal, cuja atuação, devidamente orientada pelo que seriam os interesses da nação, tornaria por si só desnecessários os conflitos sociais. Mas, seria um Estado possível ou até mesmo desejável? O Brasil, compreendido como uma nação, não deveria comportar a dissidência, a discrepância, o conflito de interesses característicos de uma sociedade complexa? Compreendemos a preocupação de Oliveira Vianna com a estabilidade das instituições políticas – ainda que rejeitemos completamente a solução por ele apresentada. Admiramos, também, a reivindicação de Manoel Bomfim por uma sociedade mais democrática, em que o Estado atue de modo a efetivamente representar a soberania de seus cidadãos. Mas suas soluções não são as únicas possíveis, e baseiam-se na falência das instituições republicanas do início do século XX. Se os dois autores contribuíram, cada um a seu modo, para uma compreensão mais ampla a respeito das dificuldades da democracia brasileira, a identidade nacional construída por suas narrativas se demonstra incapaz de abarcar a complexidade da sociedade brasileira. Acreditamos, por isso, que uma sociedade efetivamente democrática exige, além de instituições sólidas e verdadeiramente representativas dos interesses sociais, a compreensão de que sua identidade nacional não pode ser considerada uma unidade direcionada em função de um interesse inequívoco, por mais coletivo que ele seja. Uma identidade nacional democrática deveria ser capaz

de aceitar, em seu interior, as tensões e conflitos inerentes à sociedade – sob o risco de, caso contrário, permanecer dividida sobre si mesma, incapaz de orientar o diálogo e o confronto político de modo que estes não terminem, afinal, dissolvendo a própria nacionalidade.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia sobre Oliveira Vianna

- BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim de (orgs). *O pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Unicamp, 1993.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. “A Concepção de Estado em Oliveira Vianna”. *Revista de História*. No. 94. São Paulo: PUC/SP, 1973.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. “Introdução a ‘Populações Meridionais do Brasil: populações rurais do centro-sul’”. In: SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Vol.I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- FAUSTO, Boris. *O Pensamento Nacionalista Autoritário: (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. “A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna”. In *Lua Nova: revista de cultura e política*. No. 37. São Paulo: CEDEC, 1996.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*. Ed. São Paulo: Pioneira, 1976 (3. ed.) e 1983 (4. ed.).
- LIMA, Maria Regina Soares de; CERQUEIRA, Eli Diniz. “O modelo político de Oliveira Vianna”. In *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.30. Belo Horizonte: UFMG, 1971.
- MADEIRA, Marcos Almir et al. *Oliveira Vianna e o Mundo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Indústria do Livro S/A, 1940.
- ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: fundação Editora da UNESP, 1997.

- PAIVA, Vanilda. “Oliveira Vianna: Nacionalismo ou Racismo?”. *Síntese*. No. 6. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1976.
- QUEIRÓS, Paulo Edmur de Sousa. *A sociologia política de Oliveira Vianna*. São Paulo: 1975.
- REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- RODRIGUES, José Honório. *A Metafísica do Latifúndio: O Ultra-reacionário Oliveira Vianna*. História da História do Brasil. Vol. II. T. 2. São Paulo: Nacional/INL, 1988.
- SILVA, Ricardo. “Estado autoritário e tecnocracia.” In *Revista de Ciências Humanas (Temas de Nosso Século)/UFSC*. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. V. 1. n. 1 (jan. 1982). Florianópolis: UFSC, 1982.
- SILVA, Ricardo. “Sociologia Política e Ideologia Autoritária”. In *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política/UFSC*. V. 1. n. 1. Florianópolis: UFSC, Cidade Futura, 2002.
- VENÂNCIO, Giselle M. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n.28, 2001.
- VIANNA, Oliveira. *Ensaio inéditos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1991.
- VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1933. (1 ed. 1923).
- VIANNA, Oliveira. *História Social da Economia Capitalista no Brasil*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: 1988. 2v.
- VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte: Villa Rica Editoras Reunidas Ltda, 2000. (1. ed. 1949). 2v.
- VIANNA, Oliveira. *O Idealismo da Constituição*. 2. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1939.
- VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. 3. ed. Rio de Janeiro: 1959. (1. ed. 1925)
- VIANNA, Oliveira. *Pequenos Estudos de Psychologia Social*. 3. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942. (1. ed.1921)

- VIANNA, Oliveira. Populações Meridionais do Brasil v. 1: populações rurais do centro-sul. (1ª. Ed.1920). In: SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. 7. ed. Belo Horizonte, Niterói: Itatiaia, Ed. UFF, 1987. (1. ed. do v. 2: 1952)
- VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1943 (1. ed. 1921).

Bibliografia sobre Manoel Bomfim

- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- ALVES FILHO, Aluizio. *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.
- AMARAL, Azevedo. “Prefácio à 2ª. Edição”. In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BILAC, Olavo; BONFIM, Manuel. *Através do Brasil: prática da língua portuguesa : narrativa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (1. ed. 1910).
- BOMFIM, Manoel. “A América Latina: males de origem”. In: SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. (1. ed. 1905)
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Ed. de centenário. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- BOMFIM, Manoel. *Educação e Cultura do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Pongentti, 1932.
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. (1. ed. 1929)

- BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: 1986, Topbooks, 1996. (1. ed. 1931).
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil*. Org. Carlos Maul. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Nacional, 1940. (1. ed. 1935).
- BOTELHO, André Pereira. *O Batismo da Instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. (dissertação de mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- IOKOI, Zilda M. G. “Manoel Bomfim: o Brasil na América; caracterização da formação brasileira”. In: *Revista de História*, São Paulo: USP, v. 18, n. 18, 1998.
- KROPF, Simone Petraglia. “Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. III (1). Rio de Janeiro: mar.-jun./1996.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*. Ed. São Paulo: Pioneira, 1976 (3. ed.) e 1983 (4. ed.).
- MAIOR, Laércio Souto. *Introdução ao Pensamento de Manoel Bomfim: o discurso da modernidade no alvorecer do século XX*. São Paulo: Instituto Mário Alves de Estudos Políticos, 1993.
- MENEZES, Djacir. “Razões para reeditar Manuel Bomfim”. In: *Revista de Ciência Política*. 22(4). Rio de Janeiro: out.-dez./1979.
- OLIVEIRA SILVA, José Maria de. *Da educação à revolução: radicalismo republicano em Manoel Bomfim*. São Paulo: Dissertação de mestrado, USP, 1990.
- OLIVEIRA SILVA, José Maria de. Manoel Bomfim e a sociedade do futuro. In *educação & Sociedade*. Ano IX, n. 27. São Paulo: Cortez Editora, set./1987.
- OLIVEIRA, Franklin de. “Manoel Bomfim, o nascimento de uma nação”. In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

- REIS, José Carlos. “Manoel Bomfim e a identidade nacional brasileira”. In: LOPES, M. A. *Grandes Nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.
- ROMERO, Sílvio. *A América Latina: análise do livro de igual título do dr. Manoel Bomfim*. Porto: Chardron, 1906.
- SANTOS, Alessandra S. “Como e por que se deturpou a história escrita por Manoel Bomfim”. In: *Cronos*. Pedro Leopoldo, Faculdades Pedro Leopoldo, n. 8, abr. 2005.
- SUSSEKIND, Flora. “Introdução a ‘A América Latina’”. In: SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- VENTURA, Roberto e SUSSEKIND, Flora. *História e Dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.

Bibliografia geral

- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARAÚJO, Ricardo B. *Totalitarismo e Revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- ARINOS, Affonso. *Conceito de Civilização Brasileira*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1936.
- AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, Ed. da USP, 1971.
- BAGGIO, Katia Gerab. *A "Outra" América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. 1998. (tese de doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Universidade de São Paulo; São Paulo, 1998.
- BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. Ed. Loyola, 1999.
- BOSI, Alfredo. *A arqueologia do Estado-Providência: sobre um enxerto de idéias de longa duração*. In *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1978.
- BRAUDEL, F. A história das civilizações: o passado explica o presente. In *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins, 1959.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Livros que inventaram o Brasil”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, 37. São Paulo: Cebrap, 1993.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHACON, Vamireh. *História das Idéias Socialistas no Brasil*. 2. ed. Fortaleza, Rio de Janeiro: Edições UFC, Civilização Brasileira, 1981.
- CHARTIER, R. História Intelectual e História das Mentalidades. In *História Cultural, Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CHARTIER, R. Le Monde comme Representarion. In *Annales ESC*, n. 6. Paris : A. Colin, Nov.-dec./1989.
- CHAUÍ, Marilena. Notas sobre o Pensamento Conservador nos Anos 30. In MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. B. (orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- CROCE, Benedetto. *A História: pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.
- CUNHA, Euclides da. Os Sertões. In SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

- DIEGUES Jr, Manuel. *Etnias e Cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura e Saúde, 1956.
- DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- DIEHL, Astor Antônio. *A matriz da cultura histórica brasileira: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: UPF Ed., 1999.
- DIEHL, Astor Antônio. *Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- DULCI, Otávio Soares. “Generalidade e particularidade na sociologia brasileira”. In *Sociedade e Estado*. Vol. XV. No. 2. Brasília: UNB, 1986.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro, Belo Horizonte: UFRJ, UFMG, 1997.
- FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.
- FAURE, J.-L. *O que é e o que será o Brasil?* Tradução de Oscar Rodarte. Rio de Janeiro, 1936.
- FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. 43. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. 2 vols. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Raízes do Brasil”. In: SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Vol. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- IANNI, Octavio. *Pensamento Social no Brasil*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

- IANNI, Octavio. *Sociologia da Sociologia*. São Paulo: Ática, 1989.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.
- KUHN, Thomas S.. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- KUHN, Thomas S.. *O caminho desde A Estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- KUHN, Thomas S.. *The essential tension*. Chicago: The University of Chicago Press, 1977.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia Brasileira Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LEBRUN, G. “A realidade nacional e seus equívocos”. *Revista Brasiliense*, n. 44. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1986.
- LIMA, Luiz Costa. *A Aguarrás do Tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MALERBA, Jurandir. “Em busca de um conceito de historiografia”. In: *Varia História*. No. 27. Belo Horizonte: Julho/2002.
- MARTINS, Wilson. *A Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1965.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1977/78.
- MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil 1930-1945*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1978.
- MENEGUELLO, R; MAINWARING, S; POWER, T. *Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

- MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.
- MICELI, Sergio. *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo, Brasília: Ed. Sumaré, ANPOCS, CAPES, 1999.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira: 1933-1974: pontos de partida para uma revisão histórica*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1978.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000.
- MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.
- MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- MOURA, Clóvis. *As Injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense: 1985.
- PAIM, Antônio. *A filosofia da Escola do Recife*. Rio de Janeiro: Saga, 1966.
- RAMOS, Arthur. *Introdução à Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943/47.
- RAMOS, Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.
- REIS, Elisa P. “Poder privado e construção de estado sob a Primeira República”. In BOSCHI, R. (org.) *Corporativismo e Desigualdade*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, IUPERJ, 1991.
- REIS, José Carlos. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

- REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RIBEIRO, Darcy. “Manoel Bomfim, antropólogo”. In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- RICOEUR, Paul. *História e Verdade*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Forense, 1968.
- RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- RICOEUR, Paul. *Soi-Même comme un Autre*. Paris : Éditions du Seuil, 1990.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* (tomo 1). Campinas: Papyrus, 1994.
- RICOEUR, Paul. *Temps et Récit* (tome III). Paris: Éditions Du Seuil, 1985.
- RODRIGUES, José Honório. *Aspirações Nacionais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- RODRIGUES, Nina. *As Coletividades Anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- SANTIAGO, Silviano. “Introdução geral”. In: SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora UFMG, Casa de Oswaldo Cruz, 2002.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SKIDMORE, Thomas E. *O Brasil visto de fora*. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970.
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- TORRES, Alberto. *A organização nacional*. Primeira parte: A Constituição. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- URUGUAI, Visconde do. Da centralização. In *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: 1960, p. 343-356.
- VITA, Luis Washington. *Antologia do Pensamento Social e Político no Brasil*. São Paulo: Grijalbo: União Pan-Americana, 1968.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)